

Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

**ESTRUTURAS DATIVAS DO PORTUGUÊS (L2) NA INTERLÍNGUA DE
SURDOS**

Aline Camilla Romão Mesquita

Brasília – DF

2019



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

ESTRUTURAS DATIVAS DO PORTUGUÊS (L2) NA INTERLÍNGUA DE SURDOS

Aline Camilla Romão Mesquita

Tese apresentada ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística.

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Heloisa Maria
Moreira Lima de Almeida Salles.**

Brasília – DF

2019

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pela autora**

MAL411e	Mesquita, Aline Camilla Romão Estruturas Dativas do Português (L2) na Interlíngua de Surdos / Aline Camilla Romão Mesquita; orientadora Heloisa Salles. -- Brasília, 2019. 289 p. Tese (Doutorado - Doutorado em Linguística) -- Universidade de Brasília, 2019. 1. Dativo. 2. Libras. 3. Aquisição de L2. 4. Preposições. 5. Verbos de concordância. I. Salles, Heloisa, orient. II. Título.
---------	--

Folha de Aprovação

Tese de autoria de Aline Camilla Romão Mesquita, intitulada “Estruturas Dativas do Português (L2) na Interlíngua de Surdos”, requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Linguística, defendida e aprovada, em 22 de março de 2019, pela banca examinadora constituída por:

Prof.^a Dr.^a Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles (UnB)
Presidente

Prof.^a Dr.^a Ronice Muller de Quadros (UFSC)
Titular

Prof.^a Dr.^a Adriana Stella Cardoso Lessa de Oliveira (UESB)
Titular

Prof.^a Dr.^a Rozana Reigota Naves (UnB)
Titular

Prof. Dr. Paulo Medeiros Júnior (UnB)
Suplente

Ao Dalmo, à Ariel e à Elis.

Agradecimentos

Talvez a parte mais agradável da escrita de uma tese, seja também a mais difícil: os agradecimentos. Foram tantas as pessoas que contribuíram para a conclusão desse trabalho, que temo não me lembrar de todas. Ainda assim, agradeço:

Agradeço, primeiramente, a Deus, que conduziu essa jornada da melhor forma possível.

Nos momentos mais tensos, Ele me acalmou, me iluminou e me motivou a continuar.

À minha orientadora Heloisa Salles pela orientação, pela disposição e por ser tão compreensiva e tão humana.

Às Professoras Ronice Quadros, Adriana Lessa, Rozana Naves e ao Professor Paulo Medeiros por aceitarem o convite para participar da banca examinadora.

A todos os professores que tanto me ensinaram nesse período, em especial Rozana Naves, Marcus Lunguinho, Helena Guerra Vicente, Eloisa Pilatti e Marjon Helmantel.

Ao meu marido e namorandinho lindo Dalmo Vinícius, que me apoia em tudo e me ajuda tanto, que nem consigo explicar. Eu não conseguiria sem você.

À minha filha Ariel, que poderia ter sido a maior dificuldade, mas foi a minha maior motivação. Se existe criança mais compreensiva e companheira (e fofa) eu desconheço.

À minha filha Elis (“no prelo”), que chegou na hora certa e se tornou a minha companheira de estudos.

Aos meus pais Francisco e Ângela, que são minha maior inspiração. Pela vida que me deram, pela educação que deram e pela ajuda que me dão todos os dias.

À família “Disney” (minha irmã Thaiza, meu cunhado Fábio, meus sobrinhos Camila, Ana e Rafael) por alegrarem tanto os meus dias e pela ajuda com minha pequena. Não sei o que seria de mim sem esses vizinhos maravilhosos.

Ao meu irmão e sua família (Marco, Amanda e Guga) por tudo, mas principalmente, pelos churrascos que me ajudaram a descontraír!

À minha irmã Michella, pelas noites de pizza e por ter me deixado ganhar na adedonha quando eu era criança.

Aos meus sogros, Dalmo e Flora, tão queridos, que torcem por mim e me ajudam tanto.

Aos meus cunhados Amanda e Helder, pela ajuda com tudo. Agora, em especial, pela ajuda com as coisinhas da Elis.

À Dalvina, que me ajudou em vários momentos com a Ariel.

Aos amigos e colegas da pós. Foram tantos, nesses anos de doutorado... todos me marcaram de alguma forma: Layane, Rosana, Bruna, Alzira, Stefânia, Lizandra, Manoel, Wagner, Paula, Carol e Cristiane.

Às amigas de sempre, pela força de sempre: Patrícia, Cíntia, Carol e Patrícia Tavares.

À Luciana, pela ajuda com o excel.

Ao meu primeiro “grupo de controle”, pela ajuda na escolha das figuras e por fazerem e refazerem meus testes: Camila, Amanda, Helder, Dani e Gheysa.

Aos surdos e ouvintes que me socorreram nos momentos de dúvida: Roberta, Israel, Tuxi, Margot, Sandra Patrícia e Layane.

À Margot, à Val e à Cristiane, por me cederem um tempinho de suas aulas para que eu aplicasse os testes.

Aos surdos e ouvintes participantes do experimento, que me receberam com tanta alegria e boa vontade.

Muito obrigada! Muito obrigada de coração!

*Caminho se conhece andando
então, vez em quando, é bom se perder.*

Chico César

Resumo

O presente estudo investiga a aquisição de português (escrito) como segunda língua (L2) por surdos que têm a libras como primeira língua (L1), focando, especificamente, na aquisição das preposições presentes nas construções dativas do Português Brasileiro (PB). A análise toma por base a “Hipótese do Acesso Parcial”, segundo a qual a L1 é o estado mental inicial no processo de aquisição de L2, sendo o acesso à Gramática Universal limitado, já que somente os traços interpretáveis estão acessíveis. Assume-se, portanto, a hipótese da interferência da L1. Em particular, investiga-se a hipótese de que a estrutura dos verbos de concordância em Libras é fator de interferência (positiva) na aquisição da preposição ‘para’ em sentenças com complemento dativo no PB. Inversamente, a interferência do verbo de concordância em libras é negativa se o verbo correspondente no PB não apresenta complemento dativo, o que implica o uso de ‘para’ quando outra ou nenhuma preposição é usada. Em relação aos verbos simples em libras, a relação com o complemento é direta, o que constitui uma opção *default*, disponibilizada pela GU. A análise se inicia com a investigação do complemento dativo nas línguas orais (LOs), o qual pode ocorrer em predicados bitransitivos ou monotransitivos. Com relação à estrutura sintática dessas construções, assume-se que os complementos dativos são licenciados por um núcleo relacional Q/P(\subseteq), que denota posse/ inclusão. Essa análise é estendida às sentenças com verbos de concordância (bitransitivos e monotransitivos) nas línguas de sinais, considerando-se que o argumento alvo é marcado pelo movimento direcional (DIR) presente na estrutura desses verbos. Diante disso, analisa-se a interlíngua dos surdos, com o intuito de verificar a relação entre tipos de verbos em libras (simples ou de concordância) e tipos de complemento em PB, considerando-se ainda a relação entre os níveis de proficiência na aquisição da língua alvo. A análise dos dados permite concluir que existe interferência (positiva) da estrutura dos verbos de concordância da libras na aquisição dos complementos dativos marcados por ‘para’ em estruturas monotransitivas e bitransitivas do português. Além disso, demonstra-se que a verbos simples bitransitivos em libras, em que se postula a presença do núcleo relacional Q/P(\subseteq), também favorecem o uso da preposição ‘para’ nos predicados bitransitivos correspondentes do português. Inversamente, verbos simples (monotransitivos) em libras realizam a opção *default* (sem preposição). Nesse caso, o complemento do verbo correspondente no português é realizado preferencialmente sem preposição. No entanto, ocorreram também complementos preposicionados, os quais podem ser convergentes ou não. Com relação aos níveis de proficiência, verifica-se que a interferência (positiva e negativa) de verbos de concordância da L1 é maior nos níveis iniciais de aquisição, dando origem a sentenças tanto gramaticais quanto agramaticais, respectivamente, enquanto, nos níveis finais, o desenvolvimento linguístico é alcançado mediante exposição crescente e consistente ao *input* da L2, com a consequente redução do efeito negativo da interferência da L1.

Palavras-chave: dativo; Libras; aquisição de L2; preposições; verbos de concordância.

Abstract

The present study examines the acquisition of (written) Brazilian Portuguese as a second language by deafs using Brazilian Sign Language (libras) as their first language. Specifically, we focus on the acquisition of the prepositions that are found in dative constructions in BP. The analysis takes into consideration the ‘Partial Access Hypothesis’, according to which L1 is the initial mental state in L2 acquisition, while the access to the Universal Grammar remains very limited as only interpretable features are accessible. Assuming L1 interference, we investigate the hypothesis that the structure of agreeing verbs in libras (such as GIVE) determines positive (interference) in the acquisition of the preposition ‘para’ in sentences with a dative complement in Brazilian Portuguese. Conversely, interference of agreeing verbs in libras is negative if the corresponding verb in BP does not have a dative complement, thus implying the use of ‘para’ where another preposition or no preposition is found. Regarding simple verbs in libras, the relation with their complement is direct, that is, no grammatical device is at stake, which points to a *default* process, which is rendered available by UG. The analysis starts with an investigation of the properties of dative complements in spoken languages (SLs), which are found in either ditransitive or montransitive predicates. It is assumed that the dative complement in these constructions are licensed within the projection of a relational head, Q/P(\sqsubseteq), which denotes possession/ inclusion. This analysis is extended to agreeing verbs in sign languages, whether ditransitive or montransitive, the goal argument being marked by the directional movement (DIR), which is taken to lexicalize the relational head, Q/P(\sqsubseteq), within these predicates. Accordingly, the interlanguage of deafs acquiring PB is analysed, in order to investigate whether there is relation between the types of verbs in libras (namely, agreeing or simple verbs) and verbs selecting dative complements in BP, further considering the levels of proficiency of the participants. The analysis leads to the conclusion that there is positive interference of the structure of agreeing verbs in libras in the acquisition of the dative preposition ‘para’ in both montransitive and ditransitive constructions in BP. Moreover, it is shown that simple verbs expressing ditransitive predicates in libras, in which, by hypothesis, the relation head Q/P(\sqsubseteq) is present, also favours the acquisition of the dative preposition ‘para’ in the corresponding predicates in BP. Conversely, montransitive simple verbs in libras realize the *default* option. In this case, the complement of the corresponding verbs in BP is best realized by the *default* option (without the preposition) as well. However, prepositional complements were found with these verbs, which may either be adequate or not. Regarding the levels of proficiency, it is noticed that positive and negative interference of the agreeing predicate is higher in the initial levels, giving rise to either grammatical or ungrammatical sentences, respectively, while language development is achieved as exposure to the L2 *input* increases, the (negative) effect of L1 interference becoming less evident.

Key-words: dative; Libras; L2 acquisition; preposition; agreeing verbs

Sumário

Capítulo 1 – Introdução	17
1.1 Contextualização do problema	18
1.1.1 Estudos prévios sobre aquisição de português (L2) por surdos	21
1.2 Descrição do problema	30
1.2.1 O complemento dos verbos de concordância em libras pode ser um complemento dativo?	38
1.2.2 Os verbos de concordância em libras interferem na aquisição do complemento dativo do PB?	42
1.3 Delimitação do trabalho	43
Capítulo 2 – O complemento dativo	45
2.1 O complemento dativo nas línguas orais	46
2.1.1 A noção de Caso na abordagem gerativa	48
2.1.2 O complemento dativo em verbos bitransitivos	52
2.1.2.1 Predicados bitransitivos: a proposta do núcleo funcional aplicativo	52
2.1.2.2 Predicados bitransitivos: a proposta de Levin (2006; 2008)	62
2.1.2.3 Predicados bitransitivos: a proposta do núcleo relacional de inclusão	66
2.1.3 O complemento dativo em verbos monotransitivos	69
2.1.3.1 Predicados monotransitivos: a proposta do núcleo funcional aplicativo	71
2.1.3.2 Predicados monotransitivos: a proposta do núcleo relacional de inclusão	76
2.1.4 Síntese da análise: dativo nas LOs	79
2.2 O complemento dativo nas línguas de sinais	81
2.2.1 A concordância nas línguas de sinais	82
2.2.1.1 Classes verbais nas línguas de sinais	91
2.2.2 O argumento interno dos verbos com concordância	106
2.2.3 Verbos de concordância em Libras: bitransitivos e monotransitivos	113
Capítulo 3 – Faculdade de linguagem e aquisição de L1 e de L2	123
3.1 Faculdade de linguagem e aquisição de primeira língua	124

3.1.1 Aquisição de língua de sinais por surdos	129
3.2 Aquisição de segunda língua	131
3.2.1 Hipótese do acesso parcial à GU	134
3.3. Aquisição da escrita	138
3.4 Estudos sobre aquisição de português L2	140
3.5 Aquisição do argumento dativo como L2 por surdos: Proposta de análise	147
Capítulo 4 – As construções dativas na interlíngua do surdo	151
4.1 Experimentos realizados em pesquisas de aquisição de L2	151
4.2 Apresentação do experimento	152
4.2.1 Participantes do experimento	160
4.3 Apresentação e discussão dos resultados.	162
4.3.1 Comparação entre os grupos de verbos.	164
4.3.1.1 Comparação entre os grupos de verbos – teste 1	165
4.3.1.2 Comparação entre os grupos de verbos – teste 2	178
4.3.1.3 Comparação entre os grupos de verbos – teste 3	185
4.3.1.4 Comparação entre os grupos de verbos: síntese da análise	190
4.3.2 Comparação entre os níveis de proficiência.	194
4.3.2.1 Comparação entre os níveis de proficiência – teste 1	195
4.3.2.2 Comparação entre os níveis de proficiência – teste 2	202
4.3.2.3 Comparação entre os níveis de proficiência – teste 3	208
4.3.2.4 Comparação entre os níveis de proficiência: síntese da análise	213
4.3.3 Análise estatística: verificando a hipótese da interferência da L1	217
Capítulo 5 – Considerações finais	221
Referência bibliográfica	231
Anexo I – Configuração de mão	239
Anexo II – Teste 1	241
Anexo III – Teste 2	255
Anexo IV – Teste 3	263
Anexo V – Verbos em libras usados nos experimentos	267
Anexo VI – Questionário de identificação dos participantes	273
Anexo VII – Parecer do Comitê de Ética	279

Lista de Figuras

Figura 1: O sinal ENTREGAR em libras	33
Figura 2: O sinal TELEFONAR em libras	33
Figura 3: O sinal PERGUNTAR em libras	40
Figura 4: O sinal PEGAR em libras	40
Figura 5: A sentença “Eu ajudo você” em libras	84
Figura 6: A sentença “Você me ajuda” em libras	84
Figura 7: O sinal BEBER em libras	91
Figura 8: O sinal MOSTRAR em libras	92
Figura 9: O sinal CARREGAR em libras.	92
Figura 10: O sinal CONVIDAR em libras.	93
Figura 11: O morfema DIR	98
Figura 12: O verbo auxiliar (AUX) em libras	102
Figura 13: O sinal CONTAR em libras, apresentado pelos participantes	155
Figura 14: O sinal CONTAR em libras, utilizado no experimento	155
Figura 15: O sinal CUIDAR em libras, apresentado pelos participantes	155
Figura 16: O sinal CUIDAR em libras, utilizado no experimento	155
Figura 17: O sinal CONCORDAR em libras, apresentado pelos participantes	156
Figura 18: O sinal CONCORDAR em libras, utilizado no experimento	156
Figura 19: O sinal EXPLICAR em libras, apresentado pelos participantes	156
Figura 20: O sinal EXPLICAR em libras, utilizado no experimento	157
Figura 21: Os sinais FALAR e DIZER em libras, apresentados participantes	157
Figura 22: Os sinais FALAR e DIZER em libras, apresentados participantes	157
Figura 23: Os sinais FALAR e DIZER em libras, utilizados no experimento	157
Figura 24: Imagem usada no experimento – verbo DAR.	158
Figura 25: Imagem usada no experimento – verbo VENCER.	158

Lista de Quadros

Quadro 1: Relação complementos PB e verbos libras em bitransitivas	36
Quadro 2: Relação complementos PB e verbos libras em monotransitivas	36
Quadro 3: Verbos que selecionam complementos dativos em português	47
Quadro 4: Verbos utilizados nos experimentos.	153
Quadro 5: Legenda do teste 1	165
Quadro 6: Sentenças convergentes e divergentes do teste 2	179
Quadro 7: Legenda do teste 3	185
Quadro 8: Comparativo dos testes	190
Quadro 9: Comparativo dos testes, por nível de proficiência	213

Lista de Tabelas

Tabela 1: Resultado geral do teste 1	168
Tabela 2: Estruturas convergentes e divergentes do teste 1	169
Tabela 3: Resultado geral do teste 2.	180
Tabela 4: Resultado geral do teste 2, total de estruturas preposicionadas	181
Tabela 5: Estruturas convergentes e divergentes do teste 2	181
Tabela 6: Resultado geral do teste 3	186
Tabela 7: Estruturas convergentes e divergentes do teste 3	186
Tabela 8: Resultado do teste 1, por nível de proficiência	195
Tabela 9: Estruturas convergentes e divergentes teste 1, nível de proficiência	196
Tabela 10: Resultado do teste 2, por nível de proficiência	202
Tabela 11: Estruturas convergentes e divergentes teste 2, nível de proficiência	203
Tabela 12: Resultado do teste 3, por nível de proficiência	208
Tabela 13: Estruturas convergentes e divergentes teste 3, nível de proficiência	209

Sistema de Transcrição da Libras

1. Os sinais da libras são representados por itens lexicais da língua portuguesa (LP) em letras maiúsculas.

2. O sinal que corresponde a duas ou mais palavras da língua portuguesa é transcrito com um hífen: CORTAR-COM-FACA; MEIO-DIA.

3. O sinal composto da libras, que corresponde a uma única palavra no português, é transcrito com o sinal ^: CAVALO ^LISTRA (zebra).

4. As marcas de gênero (masculino e feminino), por não ocorrerem em libras, são representadas pelo símbolo @ : MENIN@, AMIG@.

5. A localização de um sinal no espaço está representada pelo sinal correspondente com uma letra em subscrito que indica o *locus*.

Ex: JOÃO_a: João está associado ao ponto identificado como ‘a’

aCARREGAR_b: Carregar algo do ponto identificado como ‘a’ ao ponto identificado como b.

6. A apontação (ato de se apontar para um ponto específico no espaço) é representada por ‘IX’.

7. As pessoas gramaticais são representadas por 1s, 2s e 3s:

Ex: 1SPERGUNTAR3S (Eu pergunto para ele),

2SAJUDAR1S (Você me ajuda),

IX1 GOSTAR IX3 (Eu gosto dele).

(Adaptado de Felipe & Monteiro (2007) e Santos (2001)).

Capítulo 1

Introdução

O presente trabalho consiste na investigação da aquisição de português (escrito) como segunda língua (L2) por surdos, falantes da Língua de Sinais Brasileira – libras¹ – como primeira língua (L1). Especificamente, nos deteremos em examinar a interferência da libras na aquisição das preposições presentes nas construções dativas do Português Brasileiro (PB). Assumindo que a estrutura morfossintática de verbos de concordância em libras manifesta um morfema correlato de preposições dativas em português, investigamos a hipótese de que o tipo de verbo em libras (verbo de concordância ou verbo simples) interfere na aquisição de preposições na estrutura de predicados com complementos dativos do PB.

Neste capítulo, contextualizaremos o tema de nossa pesquisa, abordando questões relacionadas à situação linguística dos surdos, particularmente no que se refere ao bilinguismo dos surdos, que se manifesta no uso da libras e da interlíngua no processo de aquisição do português como L2 (seção 1.1).

Na seção seguinte (1.2), apresentaremos a descrição do problema de pesquisa que é, resumidamente, a relação que existe entre os verbos de concordância em libras e as construções dativas no português. Essa relação nos remete a duas questões, que serão abordadas ao longo da seção 1.2 e discutidas, mais profundamente, nos capítulos seguintes: (i) como podem ser analisados os complementos dos verbos de concordância em libras? (ii) quais as propriedades transferidas desses complementos para a aquisição das preposições do português?

Por fim (seção 1.3), passaremos à delimitação do trabalho, apresentando os objetivos e a(s) hipótese(s) da pesquisa, bem como a divisão dos capítulos desta tese.

¹ A sigla LSB, comumente encontrada em trabalhos acadêmicos, é outra forma de se referir à Língua de Sinais Brasileira. Entretanto, neste trabalho, optamos pelo termo ‘libras’, uma vez que essa é a forma mais popular e conhecida no país.

1.1 Contextualização do Problema

As pessoas surdas formam um grupo com características únicas e bastante heterogêneas. Em sua maioria², estão envolvidas com duas línguas: a língua de sinais (LS), de modalidade visuo-espacial, considerada a sua primeira língua (L1), pela adequação às suas condições perceptuais, e a língua oral (LO) da comunidade em que estão inseridas, adquirida como segunda língua (L2), em condições diversas e adversas, destacando-se o contexto educacional, em que se constata a ênfase no desenvolvimento da modalidade escrita da LO. Diz-se, portanto, que são indivíduos bilíngues – apesar de nem todos serem proficientes na L2.

A respeito do bilinguismo dos surdos, podemos apontar algumas questões importantes. Inicialmente, com relação à primeira língua, a língua de sinais, deve-se levar em consideração que a maioria dos surdos são filhos de pais ouvintes, o que significa que esses indivíduos em geral não recebem o *input* da L1 na primeira infância (QUADROS, 1997; FERNANDES, 2003; entre muitos outros). A aquisição da língua de sinais costuma se dar mais tarde, a partir do contato com surdos que sinalizam (o que, geralmente, ocorre quando se inicia o período escolar). Há um questionamento se esse atraso acarretaria algum déficit na aquisição da linguagem, em função do chamado ‘período crítico’, hipótese que argumenta em favor de uma idade limite para o desenvolvimento desse processo (conforme originalmente postulado por Lenneberg 1967) (cf. seção 3.2). Como observa Hawkins (2001), o desenvolvimento de determinadas habilidades cognitivas – como a linguagem – depende da interação entre as células do cérebro e o estímulo externo. Essa interação ocorre em um período específico, o chamado período crítico. Após esse período, tais habilidades não seriam adquiridas de forma natural.

Levando-se em consideração essa hipótese, pode-se indagar se a língua de sinais, no caso dos surdos que não têm contato com essa língua na primeira infância, seria adquirida, de fato, como primeira língua. Apesar dessas particularidades, consideramos, neste trabalho, a libras como a primeira língua dos surdos, ainda que adquirida em um período mais tardio, uma vez que é essa a língua mais adequada às condições perceptuais do surdo, o que faz com

² Há surdos que foram oralizados e não utilizam a língua de sinais como seu principal meio de comunicação. Neste trabalho, entretanto, investigaremos somente o grupo de surdos que têm a língua de sinais como primeira língua.

que seja utilizada preferencialmente pelo surdo no seu dia-a-dia, desde que a ela tenha acesso (CHAN-VIANNA, 2003).

Outro ponto importante no que se refere ao bilinguismo dos surdos é a aquisição da segunda língua, que corresponde à língua oral da comunidade em que estão inseridos. Pode-se dizer que a aquisição da L2 é desejável e, de certa forma, inevitável, já que os surdos estão em constante contato com essa língua, especificamente na modalidade escrita (SALLES et al. 2004; MESQUITA; SALLES, 2011). Torna-se necessário, portanto, que sejam desenvolvidas técnicas adequadas de ensino de segunda língua, para que o desempenho do surdo na L2 seja satisfatório em relação às demandas do contexto social/ interacional.

Atualmente, no Brasil, a educação de surdos tem priorizado a metodologia de ensino de segunda língua em relação ao desenvolvimento do componente curricular de língua portuguesa. Diante disso, existe uma orientação no sentido de adotar a abordagem educacional bilíngue na Educação Básica. Essa abordagem enfatiza a importância da primeira língua dos surdos (a libras) para o seu desenvolvimento cognitivo e intelectual, mas destaca a necessidade da aprendizagem do português – que deve ser ensinado com metodologia de segunda língua, na modalidade escrita.

Ao assumir que o português é segunda língua, cabe definir as condições em que se dá o desenvolvimento linguístico. Diversas pesquisas apontam para a dificuldade do surdo em adquirir a língua portuguesa em sua modalidade escrita.³ Entre as características observadas no texto do aluno surdo, destacam-se o uso de verbos sem flexão (cf. 1), o desrespeito à ordem básica da língua (cf. 2), a dificuldade no uso das preposições (cf. 3), entre outros tipos de divergências em relação à língua alvo (FERNANDES, 2003; SALLES ET AL, 2004):

- (1) [...] você não fazer mais velocidade [...]
- (2) Começar homem ouvinte dirigir.
- (3) Motorista viu com polícia.

(SALLES ET AL, 2004: 125, 126)

³ Neste trabalho, a diferença entre os termos ‘aquisição’ e ‘aprendizagem’ será destacada se for o caso. Não havendo necessidade de estabelecer o contraste, será usado o termo ‘aprendiz’ para designar o indivíduo e ‘aquisição’ para designar o processo (cf. seção 3.2).

É importante frisar que várias dessas inadequações também podem ser encontradas em textos de ouvintes aprendizes do português como segunda língua. No exemplo abaixo, retirado de Salles et al (2004), observamos a ocorrência de estruturas divergentes da língua alvo (cf. 4):

(4) [...] eu tenho muitas saudades para ele. Si eu estou na minha casa de novo, eu vou trabalhar muito e depois eu tenho dinheiro para comprar um ticket para Alexandre e ele pode visitar mim a janeiro au próximo ano. Você acha que uma boa idea?

(SALLES ET AL, 2004: 120)

O texto em (4) foi produzido por um estudante holandês, aprendiz de português como segunda língua, que também tem o inglês e o francês como L2. É possível observar estruturas não convergentes com o português: sentenças sem o verbo de ligação ‘ser’, inadequações ortográficas, além do uso não convergente de pronomes e preposições.

Percebe-se, assim, que as divergências com relação à língua-alvo são comuns entre os aprendizes de segunda língua – sejam eles surdos ou ouvintes. Conforme afirmam Salles et al (2004), há propriedades da língua-alvo que são consideradas mais difíceis entre os aprendizes, sendo, portanto, comum encontrar inadequações referentes a esses aspectos na produção escrita de aprendizes de L2. No caso do português, por exemplo, destaca-se a dificuldade no uso de artigos e preposições, na oposição entre os verbos ‘ser’ e ‘estar’, no uso do pretérito perfeito e imperfeito, entre outros aspectos.

Apesar das características comuns, cada aprendiz apresenta particularidades em seu texto, decorrentes da transferência de propriedades da língua nativa. O sistema linguístico do aprendiz de L2 foi definido por Selinker (1972) como ‘interlíngua’ e se caracteriza por apresentar propriedades da L1 e da língua alvo, mas diferindo de ambas (cf. seção 3.2).

É possível observar aspectos da libras na interlíngua do surdo aprendiz de português L2. Apesar de o aprendiz ouvinte também realizar estruturas divergentes do português, assim como o surdo, algumas inadequações no texto do surdo são específicas da interferência da modalidade visual-espacial da sua primeira língua e do aprendizado da língua alvo, que se dará na modalidade escrita. Conforme afirma Svartholm (1998), a língua escrita não apresenta a mesma interação observada na língua oral, além de se caracterizar pela necessidade de explicação em vários contextos. É preciso que o professor de português para surdos considere essas peculiaridades da língua escrita e torne o "input linguístico disponível

e compreensível para a criança [...] através do uso da língua de sinais, ao trabalhar textos e suas formas/significados” (SVARTHOLM: 1998, 43).

Apesar de todas as dificuldades inerentes do processo de aquisição de português por surdos, estudos de aquisição de L2 relatam que os aprendizes de segunda língua atingem estados mentais que não se restringem ao *input* disponível. Os aprendizes, sejam surdos ou ouvintes, são capazes de produzir e entender construções que ainda não haviam sido disponibilizadas a eles, além de apresentarem intuições sobre a L2, que os permitem construir suas próprias regras gramaticais (WHITE, 2003; CHAN-VIANNA, 2003). A hipótese que explica essa afirmação é que a Gramática Universal (GU), que restringe a aquisição de primeira língua, também está presente no processo de aquisição de L2 – ponto que será discutido, mais profundamente, no capítulo 3.

Levando em consideração os aspectos do bilinguismo dos surdos, discutidos nessa seção, apresentaremos, na subseção seguinte (1.1.1), alguns trabalhos referentes à aquisição das preposições – que constitui o foco de nossa pesquisa.

1.1.1 Estudos prévios sobre aquisição de português (L2) por surdos: investigando as preposições

Pesquisas indicam a dificuldade do surdo em adquirir vários aspectos da gramática da segunda língua. No caso do português L2, os estudos apontam, pode-se identificar, nos textos surdos, a omissão ou o uso inadequado da preposição. Nesta subseção, apresentaremos as pesquisas de Fernandes (2003), Chan-Vianna (2003), Mesquita (2008), Santana (2015) e Lourenço *et al* (não publicado).

No estudo de Fernandes (2003), constatou-se que muitos surdos não reconhecem os elementos dessa classe gramatical. No teste aplicado pela autora, os participantes surdos deveriam completar a lacuna com a preposição adequada. Grande parte empregou a preposição não convergente (cf. 5) ou um item lexical pertencente à outra categoria gramatical (cf. 6):

- (5) Eu compro o presente na namorada.
- (6) Preciso falar não você.

(FERNANDES, 2003: 108, 109)

Algumas preposições, no entanto, foram utilizadas de forma convergente, seja por haver um sinal correspondente em libras, seja pelo fato de seu conteúdo semântico ser perceptível. As preposições ‘com’, ‘em’, ‘contra’ e ‘para’ foram empregadas de forma convergente em grande parte dos dados citados pela autora.

Com relação ao trabalho de Chan-Vianna (2003), sua pesquisa tem por objetivo investigar as estruturas de posse do português na interlíngua do surdo. Por meio de um experimento realizado com alunos surdos, a autora identificou a manifestação de estruturas nominais de posse na interlíngua, considerando, especificamente, a ordem dos termos e a marcação morfológica do genitivo.

Quanto à ordem dos termos na estrutura de posse, Chan-Vianna (2003) identificou quatro construções possíveis: (i) apenas o possuidor (7); (ii) apenas o possuído (8); (iii) possuidor-possuído (9); (iv) possuído-possuidor (10):

(7) A Mônica e o Cebolinha têm cachorro. mônica é marrom. cebolinha é verde.

(8) A Mônica e o Cebolinha têm os dois cachorros. cachorro é marrom. cachorro é verde.

(9) Magali vestido é amarelo

(10) pai Cascão vê um rato.

(CHAN-VIANNA, 2003: 118, 119, 122, 123)

De acordo com Chan-Vianna (2003), nas duas primeiras construções (apenas possuidor, apenas possuído), há formas nulas na interlíngua, o que se explica em termos da interferência da libras. Nessa língua, os correlatos das formas nulas podem se manifestar por meio do direcionamento do olhar ou da posição do corpo.

As demais construções (possuidor-possuído, possuído-possuidor) foram mais recorrentes nos dados, em especial, a estrutura possuído-possuidor, convergente com o português. Esse fato indica uma interferência da L1 na aquisição do português, uma vez que essa é a ordem utilizada em libras para realizar as estruturas de posse. Com relação à ordem possuidor-possuído, Chan-Vianna (2003) entende que há, nessa estrutura, um processo de topicalização – uma propriedade recorrente e produtiva em libras. A análise da autora é que a ordenação possuidor-possuído na interlíngua não representa um sintagma nominal, mas que o DP possuidor ocupe uma posição externa, que pode ser avaliada como um tópico na

estrutura da sentença. Portanto, as sentenças que apresentam a ordem possuidor-possuído também são construídas com interferência da libras.

Com relação à marcação morfológica do genitivo, sabe-se que, em português, ela está representada pela preposição ‘de’ (‘casa de Ana’). Nos dados da interlíngua, analisados por Chan-Vianna (2003), a maioria dos informantes apenas realizou a junção dos termos possuído e possuidor, sem empregar algum marcador de posse. Podemos identificar essa construção no exemplo (10) descrito anteriormente.

No entanto, algumas sentenças apresentaram marca de genitivo, representada tanto pela preposição ‘de’, convergente com o português (cf. 11), quanto por outros elementos divergentes da língua alvo, como outras preposições (‘com’ e ‘para’) (cf. 12) e demais itens conectivos (‘e’ e ‘que’) (cf. 13):

(11) O pai do Cascão vê um rato.

(12) Cebolinha pisou o pé para a Mônica.

(13) O cachorro e Mônica é marrom.

(CHAN-VIANNA, 2003: 122, 123, 133)

Ressalta-se que o marcador de posse empregado pelo surdo, no experimento, ocorre somente na estrutura possuído-possuidor. Não foram encontradas orações, como em (14), em que o elemento possuído apresentasse marcação genitiva:

(14) *Magali de vestido é vermelho.

(CHAN-VIANNA, 2003: 124)

Portanto, os surdos preenchem corretamente a posição ocupada pelo marcador de posse no português. Ainda que esse marcador nem sempre seja convergente (pois depende da aquisição de um novo item lexical pelo surdo), o aprendiz entende que há uma categoria que marca o possuidor nas estruturas de posse. Chan-Vianna (2003) não considera que essa seja uma interferência da L1, pois a libras não apresenta marca morfológica do genitivo⁴. Nesse caso, há um processo de reestruturação morfológica, que se dá em um estágio mais

⁴ Chan-Vianna (2003) observa que, nas construções de posse, pode haver um sinal, transcrito como PRÓPRIO, que tenha função de marcar o genitivo. Essa declaração, no entanto, requer mais estudos, conforme afirma a autora.

tardio. A autora destaca que, nos dados produzidos por alunos das séries iniciais, não foi encontrado nenhum elemento funcional que marcasse o possuidor.

Outra pesquisa referente à aquisição de preposições por surdos é a de Mesquita (2008), voltada para a investigação do uso de preposições na interlíngua do surdo, considerando a distinção entre preposições lexicais e gramaticais (nos termos de CHOMSKY, 1986) – as primeiras com propriedades de seleção semântica do argumento; as últimas, parte do sistema de transitividade do verbo. Assumindo a hipótese de que a L1 é o estado mental inicial do processo de aquisição de língua (WHITE, 2003; SCHWARTZ, 1998), a autora investiga como as categorias correspondentes à preposição estão representadas em libras, a fim de verificar a hipótese da interferência dessa classe na interlíngua. São observadas três ocorrências: (i) por meio de um classificador (15); (ii) por meio de um sinal da língua (16); (iii) por meio do movimento direcional, encontrado nos verbos de concordância (17)⁵:

(15) CORTAR-COM-FACA⁶

‘Cortar com a faca’.

(16) ALICE CANSADA COMEÇAR CANSADA SENTAR COM IRM@.

‘Alice começou a ficar cansada de estar sentada com sua irmã.’

(17) _{1S}TELEFONAR_{2S}

‘Eu telefonei para você’.

A pesquisa voltou-se para a análise das categorias especificadas em (16) e (17): (i) um item lexical equivalente à preposição, especificamente o sinal COM/JUNTO, que corresponde à preposição ‘com’ (de valor comitativo) e ao advérbio ‘junto’ em português; e (ii) o movimento direcional dos verbos de concordância, que correspondem, em alguns contextos, às preposições ‘a’ e ‘para’ marcadoras do complemento dativo no PB.

Com relação ao sinal JUNTO, a autora observou que esse item pode ocorrer em configuração intransitiva ou transitiva (18 e 19), assim como o item ‘junto’ em português (cf. 20 e 21):

⁵ Os exemplos de Mesquita (2008) foram retirados das seguintes fontes: (15) e (17) – adaptados da literatura especializada; (16) – retirado de narrativas produzidas em libras.

⁶ Importante destacar que a análise de Ferreira (2013) não considera que o exemplo em (15) apresente uma preposição representada por um classificador. Para a autora, esse sinal representa um verbo, formado por um processo de derivação. Não nos deteremos nessa questão por não fazer parte do escopo deste trabalho.

(18) PESSOA JUNTO _ NADA. SOZINHO.

‘Ninguém vai junto comigo. Vou sozinho’.

(19) MULHER ADORAR DORMIR JUNTO CACHORRO.

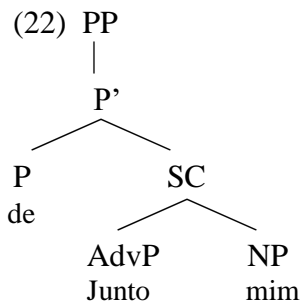
‘A mulher adora dormir com seu cachorro’.

(20) Vem junto _.

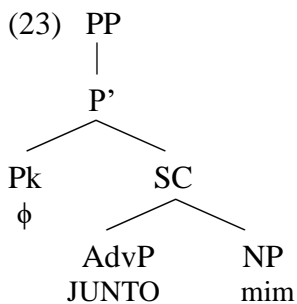
(21) Vem junto de mim.

(MESQUITA, 2008: 63, 64, 65)

Para a análise do sinal COM/ JUNTO em libras, Mesquita (2008) adota a proposta de Lobato (1995) para o português, que considera que o item lexical ‘junto’ é um advérbio em ambas as configurações (20 e 21). No entanto, a presença da preposição ‘de’ em (21) dá a essa construção o *status* de locução prepositiva: a preposição ‘de’ é o núcleo desse sintagma preposicional (PP) e apresenta como complemento uma *small clause* (SC), constituída pelo sintagma adverbial (junto) e o termo do qual predica (‘mim’) (cf. 22):



Com base nesse estudo, Mesquita (2008) propõe uma análise semelhante para o sinal JUNTO em libras. Nesse sentido, a classe gramatical do item COM/ JUNTO não se altera em virtude de sua transitividade (mantendo-se como um advérbio tanto na configuração transitiva, quanto na intransitiva). Quando ocorre com um complemento, entretanto, a estrutura é, por hipótese, um sintagma preposicional, cuja preposição é nula (cf. 23):



A categoria K, responsável pelo licenciamento do traço de Caso é entendida (por hipótese) como uma preposição nula em libras. Em português, essa categoria é realizada pela preposição ‘de’. A autora afirma que essa hipótese é reforçada, quando analisamos as construções de posse em libras. Conforme analisado por Chan-Vianna (2003), a estrutura de posse em libras é realizada pela junção dos sinais do possuído e do possuidor. Nas construções de posse que envolvem pronomes, no entanto, é possível observar uma marca morfológica de genitivo:

“[...] há construções possessivas em libras que, realmente, apresentam um elemento para marcar a relação de posse. Quando essas construções envolvem pronomes pessoais do singular, ocorre um elemento funcional / gramatical que mapeia a relação entre o possuidor e o possuído na sintaxe. O genitivo não é realizado apenas pela junção do nome e do DP (por exemplo, LIVRO EU). Nesse caso, o DP ‘EU’ apresenta marca morfológica de genitivo, sendo realizado com a configuração de mão em [K] [...] no peito, o que corresponde ao pronome possessivo MEU”. (MESQUITA, 2008: 75)

Com relação ao movimento direcional, seguindo proposta de Meir (2002), Mesquita (2008) o analisa como um morfema direcional, semelhante às preposições, que denota relações espaciais. Em português, essa relação é estabelecida pelas preposições ‘a’ e ‘para’. Assim, a categoria ‘K’ estaria representada por essas preposições, no português, e pelo morfema direcional (glosado como DIR), em libras.

Tendo em vista essas questões, Mesquita (2008) analisa um conjunto de dados da interlíngua colhidos em uma atividade (semi-estruturada) de produção escrita de surdos aprendizes de português L2. Nesse corpus, a autora constatou que as preposições lexicais são mais utilizadas e apresentam maior convergência com a língua alvo em grande parte dos dados. Ressalta-se que, em muitos casos, a preposição lexical apresenta um sinal correspondente em libras (cf. 24):

(24) Área desmatado está deserto sem vegetação.

Com relação às preposições gramaticais, verificou-se uma menor ocorrência dessa classe nos dados analisados (cf. 25):

(25) Ela gosta _vento.

A autora observa ainda que, nas construções em que a preposição estabelece a relação entre um nome/adjetivo/advérbio e um DP, a preposição que ocorre (seja ela convergente ou não) relaciona-se sempre ao DP conseqüente (cf. 26 e 27). Esses dados estão de acordo com as construções de posse analisadas por Chan-Vianna (2003), cuja preposição/ elemento funcional marca apenas o DP possuidor.

(26) [...] problema de esgoto.

(27) venda em matéria-prima

A análise de Mesquita é que esses dados podem indicar a interferência da preposição nula nesse contexto. O informante surdo pode não ser convergente na escolha do item lexical, mas demonstra saber que há um elemento introdutor do DP, inserido, por hipótese, para marcar o Caso. Assumindo-se que a L1 também apresenta um marcador de Caso – ainda que nulo – supõe-se que a presença dessa categoria na libras constitui um tipo de interferência.

A hipótese de que há uma categoria responsável pela marcação de Caso em libras também pode ser reforçada nos dados com verbos do português que correspondem a verbos de concordância em libras. Nesses casos, houve um maior número de sentenças preposicionadas (cf. 28):

(28) dá venono (veneno) para capim.

A conclusão de Mesquita (2008) é que a categoria K, representada nesse contexto pelo morfema direcional, também parece interferir na aquisição das preposições do português. No entanto, são necessários mais dados e uma análise mais aprofundada dessa questão – o que será realizado nessa tese.

O trabalho de Santana (2015), assim como o de Mesquita (2008), também investiga a aquisição de preposições do português por surdos que têm a libras como L1. A autora descreve e analisa o emprego das preposições em textos escritos por estudantes surdos. A hipótese adotada na pesquisa é a de que os traços salientes para aquisição de preposições (L2) são os traços funcionais, sendo o genitivo o mais relevante. Nesse sentido, espera-se

encontrar um maior número de preposições funcionais do que lexicais na interlíngua do surdo.

Nos dados de Santana (2015), os surdos empregaram poucas preposições em seu texto. Entretanto, das preposições utilizadas, as funcionais aparecem em maior número do que as lexicais – o que, segundo a autora, confirma a hipótese de que o traço funcional é um traço saliente na aquisição de L2. Em especial, a preposição ‘de’ foi a mais empregada pelos informantes, ocorrendo, principalmente em complementos nominais – o que reforça a hipótese da relevância do traço genitivo.

Esse resultado mostra-se diferente do estudo de Mesquita (2008), em que as preposições lexicais ocorrem com mais frequência do que as funcionais. Entretanto, cabe observar que a comparação da frequência de categorias lexicais e funcionais nas diferentes pesquisas não é viável, uma vez que a metodologia de trabalho foi distinta. Enquanto em Santana (2015), os dados foram coletados em narrativas espontâneas produzidas pelos participantes surdos, em Mesquita (2008), os dados foram coletados em sentenças eliciadas – em testes semi-estruturados. Outro aspecto relevante é que, conforme aponta Heloisa Salles (c.p.), em textos, as categorias funcionais são mais frequentes do que as lexicais.

Com relação à preposição ‘para’, os dados de Santana (2015) demonstram que essa preposição foi pouco utilizada. No entanto, a sua ocorrência foi observada em verbos de movimento, assim como no estudo de Mesquita (2008).

Para finalizar essa seção, apresentamos o trabalho de Lourenço et al. (não publicado), que não tem como foco a aquisição de preposições, mas está relacionado a esse tema, uma vez que investiga o processamento de estruturas bitransitivas (preposicionadas) por surdos, especificamente, o tempo gasto pelo surdo na leitura de cada uma dessas estruturas. Essa investigação se deu a partir de um método conhecido como ‘leitura auto-cadenciada’, método de leitura *on line*, que permite observar o processamento da linguagem no momento em que os falantes estão compreendendo as sentenças. Os sujeitos do teste liam as sentenças na tela do computador, utilizando o programa DMDX, específico para esse fim.

Os informantes surdos foram submetidos a dois tipos de sentenças bitransitivas: (i) sentenças com verbos de transferência (como em “Eu dei o livro para você”); e (ii) sentenças com verbos de criação (“A aluna escreveu uma carta para o diretor”). O primeiro grupo apresenta verbos de concordância em libras, enquanto o segundo é realizado com verbos simples. A realização dessas sentenças em libras está representada em (29) e (30):

(29) LIVRO_{1S}DAR_{2S}

“Eu dei o livro para você”.

(30) MULHER ALUN@_i ESCREVER CARTA PRO_i iDAR_j DIRETOR_j.

‘A aluna escreveu uma carta para o diretor’.

Os autores afirmam que, nas sentenças com verbo de concordância (como em 29), há uma equivalência da estrutura argumental nas duas línguas: tanto no PB, quanto em libras, o verbo ‘dar’ seleciona dois argumentos internos. Já em (30), o verbo de criação ‘escrever’ seleciona apenas um objeto, sendo o argumento alvo / beneficiário, introduzido por outro verbo (o verbo ‘dar’, conforme ilustrado em 30). A hipótese dos autores é que a equivalência da estrutura argumental seria uma interferência positiva, ou seja, o informante surdo gastaria menos tempo na leitura dessas sentenças do que com as orações que apresentam verbos de criação.

O resultado do experimento indicou que, de fato, os surdos apresentam mais facilidade em processar as estruturas do tipo (i), com verbos de transferência, que correspondem a verbos de concordância em libras, ou seja, o tempo de leitura dessas sentenças foi menor do que o tempo de leitura das construções bitransitivas com verbos de criação.

O teste realizado por Lourenço et al., bem como a pesquisa de Mesquita (2008) nos mostram a interferência dos verbos de concordância na aquisição do português L2, sob pontos de vista distintos. Esses verbos podem tanto contribuir para a compreensão de sentenças em português – conforme demonstrado por Lourenço et al – quanto interferir na aquisição das preposições do PB – como observado na pesquisa de Mesquita (2008).

O presente trabalho pretende investigar, mais detalhadamente, a interferência dos verbos de concordância na aquisição do português L2. Especificamente, pretendemos aprofundar a pesquisa de Mesquita (2008) e investigar a interferência desses verbos na aquisição das preposições presentes no complemento dativo do português.

Na seção seguinte, apresentaremos a descrição do nosso problema de pesquisa que é, resumidamente, a relação que existe entre os verbos de concordância em libras e as construções dativas no português. Essa relação nos remete a duas questões, que serão abordadas ao longo da seção 1.2 e discutidas, mais profundamente, nos capítulos seguintes: (i) quais as propriedades formais na estrutura dos verbos de concordância em libras?; (ii)

que propriedades são transferidas na aquisição da preposição introdutora do argumento dativo dos verbos correspondentes do português.

Esclarecemos que os dados da libras, apresentados na seção seguinte e em toda a pesquisa, são, em sua maioria, adaptações de sentenças da literatura especializada. Os demais exemplos foram colhidos das seguintes fontes (que serão indicadas, conforme a ocorrência desses dados no trabalho): registros lexicográficos, citações transcritas da literatura especializada, em que os autores são especialistas e/ou falantes de libras, consultas a falantes nativos de libras (surdos) e a intérpretes de libras⁷.

1.2 Descrição do Problema

Conforme já mencionado, o tema de nossa pesquisa é a aquisição de construções dativas do português por surdos usuários de libras – especificamente, a aquisição das preposições presentes nessas estruturas. Consideramos a libras como sendo a primeira L1 dos surdos e o português, a L2.

Pretendemos, com este trabalho, investigar a interferência da libras na aquisição das preposições que integram as construções dativas no português brasileiro (PB). O objetivo é verificar a hipótese de interferência da estrutura de verbos de concordância em libras na aquisição das preposições presentes nas sentenças dativas do português.

O complemento dativo do português, também denominado objeto indireto na tradição gramatical, é aquele iniciado pela preposição ‘a’ e que pode ser substituído pelo clítico ‘lhe’ (cf. 31) (MATEUS ET AL, 2003)

(31) a. João entregou um presente à Maria.

b. João lhe entregou um presente.

As sentenças em (31) são construções típicas do Português Europeu (PE). No caso do Português Brasileiro, o complemento dativo é introduzido, preferencialmente, pela

⁷ Agradeço à professora Adriana Lessa de Oliveira e demais membros da banca pelo alerta em relação à necessidade de esclarecer a origem dos dados de libras citados na tese.

preposição ‘para’⁸, e substituído pelo pronome nominativo acompanhado da mesma preposição (cf. 31c e 31d):

(31) c. João entregou um presente para Maria.

d. João entregou um presente para ela.

O argumento dativo em (31) caracteriza-se por ser [+animado] e apresentar papel semântico de alvo/recipiente. Entretanto, esse complemento também pode ser [-animado] e apresentar papéis semânticos distintos como beneficiário (32), experienciador (33), fonte (34) e possuidor (35) (MATEUS ET AL, 2003; TORRES-MORAIS, BERLINCK, 2007). No caso dos argumentos fonte e possuidor, ressalta-se que, na configuração dativa, essa é uma construção exclusiva do português europeu (PE).

(32) a. Preparei um jantar a/ para os meus pais.

b. Preparei-lhes um jantar.

c. Preparei um jantar para eles.

(33) a. Esse livro interessa ao João.

b. Esse livro lhe interessa.

c. Esse livro interessa a ele.

(34) a. O João comprou este carro a um famoso colecionador.

b. O João comprou-lhe este carro.

(35) a. Ele cortou as folhas às árvores.

b. Ele cortou-lhes as folhas.

⁸ No capítulo 2, apresentaremos diferentes pesquisas sobre o complemento dativo nas línguas orais em geral e, especificamente, no português brasileiro. Alguns estudos fazem uma distinção entre complemento dativo e complemento oblíquo. A análise de Torres-Morais; Salles (2010), por exemplo, considera que construções como as ilustradas em (31c e 31d) são complementos oblíquos, e não complementos realizados pela categoria morfossintática dos dativos, no PB. A princípio, nesta seção de descrição do problema, não nos deteremos nessas questões, que serão tratadas no capítulo seguinte. Para simplificar e deixar mais clara a explanação do problema de pesquisa, utilizamos a classificação adotada por Rocha-Lima (2002), Bechara (2004), gramáticos tradicionais, e por Mateus et al. (2003), de orientação gerativista, que consideram que o objeto indireto, precedido pelas preposições ‘a’ ou ‘para’ e substituído pelo clítico ‘lhe’, representa o complemento marcado com caso dativo.

Neste trabalho, entretanto, focaremos apenas no complemento dativo [+animado], que apresenta papel semântico de alvo.

Outra propriedade do argumento dativo é que esse complemento pode ocorrer tanto em configuração bitransitiva (cf. 31, 32, 34 e 35) quanto monotransitiva (cf. 33). Conforme afirmado anteriormente, existe uma relação entre o complemento dativo em PB e os verbos de concordância em libras. Percebe-se que grande parte das construções dativas do PB são realizadas, em libras, por verbos que apresentam concordância (cf. 36 e 37):

(36) PRESENTE_{1S}ENTREGAR_{2S}.

‘Eu entreguei um presente para você’.

(37) _{1S}TELEFONAR_{2S}

‘Eu telefonei para você’.

Os verbos de concordância⁹ em libras são assim designados por apresentarem um movimento direcional, marcando uma trajetória, no espaço de sinalização, associada aos argumentos externo (agente) e interno (alvo): a trajetória do sinal é iniciada no ponto referente ao sujeito, finalizando no ponto que corresponde ao complemento dativo.¹⁰ Por hipótese, essa configuração codifica traços flexionais de concordância na estrutura do verbo. Diferem, assim, dos verbos simples, que não apresentam movimento direcional associado aos argumentos do predicado, e dos verbos espaciais, que apresentam orientação para os argumentos locativos, admitindo uma análise em termos de concordância locativa, não havendo codificação sintática associada ao ponto de partida da trajetória (PADDEN, 1983; QUADROS; QUER, 2008).

Para ilustrar a explicação acima, tomamos como exemplo a sentença em (36) com o verbo ENTREGAR. A realização dessa sentença ocorre da seguinte forma: o sinalizador, inicialmente, faz o sinal do argumento interno (tema) PRESENTE; em seguida, o sinal ENTREGAR é realizado com um movimento direcional, que parte do ponto que corresponde à primeira pessoa (que é o sujeito da oração) em direção a um ponto estabelecido no espaço para representar o argumento interno alvo, que corresponde à segunda pessoa. Nesse sentido,

⁹ Trataremos dos verbos de concordância, mais profundamente, no capítulo referente aos dativos (Capítulo 2).

¹⁰ Dentro da classe dos verbos de concordância, há os verbos reversos, que apresentam movimento oposto: do objeto ao sujeito. Esses verbos também serão abordados no capítulo 2, mas não constituem o foco de nossa pesquisa, que se deterá em verbos com concordância regular (ou seja, que apresentam movimento do sujeito ao objeto).

não é preciso usar a apontação para indicar o argumento que realiza a função sintática de sujeito e de objeto, uma vez que o movimento do verbo já marca esses argumentos. Por hipótese, a orientação do movimento do sujeito para o objeto é um tipo de flexão. Portanto, nessa sentença, o sujeito e o objeto são nulos (cf. figura 1):

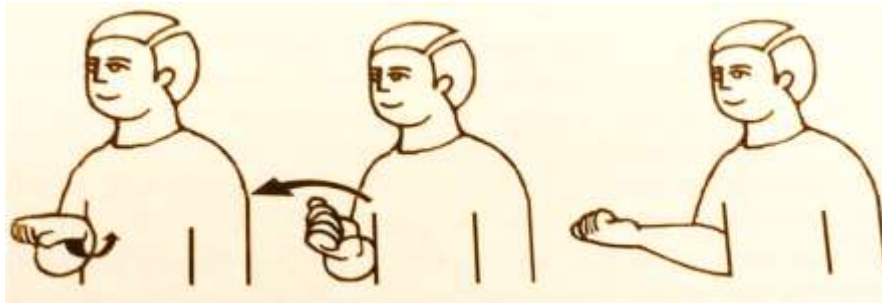


Figura 1: O sinal ENTREGAR em libras (CAPOVILLA ET AL, 2012: 1086)

O mesmo processo ocorre com o verbo TELEFONAR em (37) (cf. figura 2):



Figura 2: O verbo TELEFONAR em libras (CAPOVILLA ET AL, 2012: PÁG 2342)

Em muitas construções, como já afirmado, podemos observar que há uma correspondência entre sentenças com complemento dativo em PB e com verbo de concordância em libras. No entanto, nem sempre essa correspondência ocorre. Para ilustrar as relações existentes entre os tipos de verbos em libras e os tipos de complemento no PB, estabelecemos a seguinte divisão:

- (I) Complementos **dativos do PB** que correspondem a **verbos de concordância em libras**.
- (II) Complementos **dativos do PB** que correspondem a **verbos simples em libras**.

- (III) Complementos **não dativos do PB** que correspondem a **verbos de concordância em libras**.
- (IV) Complementos **não dativos do PB** que correspondem a **verbos simples em libras**.

O grupo I está ilustrado nas sentenças (36) e (37), repetidas a seguir:

(36) a. PRESENTE _{1S}ENTREGAR_{2S}

‘Eu entreguei um presente para você’.

(37) _{1S}TELEFONAR_{2S}

‘Eu telefonei para você’.

Como exemplo do grupo II, apresentamos a construção em (38):

(38) IX₁ ESCREVER CARTA IX₃. ¹¹

‘Eu escrevi uma carta para ele’.

No exemplo (38) com o verbo ‘escrever’, observamos que a construção dativa do português não tem como correspondente um verbo de concordância em libras, mas um verbo simples. Conforme mencionado, os verbos simples não apresentam movimento direcional – são realizados no espaço neutro, ou ancorados no corpo. Diferentemente dos verbos de concordância, seus argumentos devem ser realizados lexicalmente na sentença.

Em (38), os pronomes IX₁ (eu) e IX₃ (ele) são realizados por meio da apontação, com o dedo indicador orientado para o peito do emissor – configuração de mão [G1]¹² (cf. Anexo I, retirado de Ferreira-Brito, 1995) e para um ponto no espaço de sinalização, que corresponde, respectivamente, à primeira e à terceira pessoa.

O outro exemplo de não correspondência entre dativo no PB e concordância em libras está explicitado no grupo III. Esse grupo pode ser subdividido em:

¹¹ Conforme explanado na subseção 1.1.1, de acordo com a análise de Lourenço et al (não publicado), as sentenças com verbos simples bitransitivos em libras são realizadas com o auxílio do verbo ‘DAR’, responsável por selecionar o argumento alvo (cf. exemplo 30). Entretanto, Felipe; Monteiro (2007) apresentam sentenças, em libras, com o verbo ‘escrever’ em que não ocorre a presença de outro verbo para introduzir o argumento alvo: “VOCÊ ESCREVER CARTA AMIG@ O-U FAMILIA?” Neste trabalho, adotamos o modelo de Felipe; Monteiro (2007) para transcrição das frases bitransitivas realizadas com verbos simples.

¹² A configuração de mão corresponde a um dos parâmetros da libras. Mais explicações sobre os parâmetros da libras podem ser encontradas no capítulo 2, nota de rodapé 40.

(III) A. Complementos **não dativos preposicionados do PB** que correspondem a **verbos de concordância em libras** (cf. 39).

(III) B. Complementos **não dativos não preposicionados do PB** que correspondem a **verbos de concordância em libras** (cf. 40).

(39) 1_S CUIDAR 2_S .

‘Eu cuido de você’.

(40) 1_S AJUDAR 2_S .

‘Eu ajudo você’.

Nos exemplos acima, temos sentenças que apresentam verbos de concordância em libras (CUIDAR e AJUDAR), mas não correspondem a construções dativas em português. Os complementos dos verbos ‘cuidar’ e ‘ajudar’ em PB apresentam papel semântico de tema e são classificados como complemento oblíquo e objeto direto, respectivamente (MATEUS ET AL, 2003).

Por fim, o grupo IV apresenta a mesma subdivisão do grupo III:

(IV) A. Complementos **não dativos preposicionados do PB** que correspondem a **verbos simples em libras** (cf. 41).

(IV) B. Complementos **não dativos não preposicionados do PB** que correspondem a **verbos simples em libras** (cf. 42).

(41) IX_1 PENSAR IX_2

‘Eu penso em você’.

(42) IX_1 AMAR IX_2

‘Eu amo você’.

Uma característica importante a ser considerada é a quantidade de argumentos internos que os verbos desses grupos selecionam. Constatamos, por exemplo, que os verbos do grupo I são, majoritariamente, bitransitivos, enquanto todos os verbos do grupo III são monotransitivos. Ilustramos essas relações nas tabelas abaixo:

Verbos bitransitivos:

GRUPO	PORTUGUÊS	libras	VERBOS
I	Dativo	Concordância	avisar, contar, dar, entregar, ensinar, enviar, informar, mandar, mostrar, perguntar, responder, vender, pagar, servir
II	Dativo	Simples	falar, dizer, escrever, explicar, prometer

Quadro 1: A relação entre complementos do PB e verbos da libras em construções bitransitivas.

Verbos monotransitivos:

GRUPO	PORTUGUÊS	libras	VERBOS
I	Dativo	Concordância	Telefonar, ligar, obedecer.
III	Não dativo	Concordância	A) PREPOSICIONADOS (no PB) ¹³ atirar (em), bater (em), cuidar (de), jogar (em), mandar (em), zombar (de)
			B) NÃO PREPOSICIONADOS (no PB) abandonar, abençoar, acusar, ajudar, demitir, desprezar, derrotar, influenciar, proteger, provocar, vencer, ver.
IV	Não dativo	Simples	A) PREPOSICIONADOS (no PB) pensar (em), gostar (de), concordar (com), confiar (em), precisar (de).
			B) NÃO-PREPOSICIONADOS (no PB) comer, beber, saber, ter, conhecer, amar.

Quadro 2: A relação entre complementos do PB e verbos da libras em construções monotransitivas.

¹³ Conforme aponta a professora Adriana Lessa (c.p.), alguns verbos do grupo IIIA podem ser bitransitivos e admitir um complemento dativo (por exemplo, em 'Atirei-lhe uma pedra' ou 'Mandei-lhe uma carta'). Entretanto, nos testes aplicados, os verbos são usados essencialmente como monotransitivos.

Os quadros acima nos mostram que apenas o grupo I (dativo-concordância) contém verbos bitransitivos e monotransitivos (sendo que os monotransitivos aparecem em baixa quantidade). O grupo II (dativo-simples) é formado apenas por verbos bitransitivos, enquanto os grupos III (não dativo – concordância) e IV (não dativo – simples) contêm somente verbos monotransitivos¹⁴.

Conforme afirmado anteriormente, consideramos que existe uma interferência da libras na construção da interlíngua. Podemos observar essa interferência em textos escritos, em português, por alunos surdos. Percebe-se que há o uso da preposição ‘para’ nas sentenças que correspondem a verbos de concordância, ainda que a estrutura formada não seja convergente com o português (cf. 43, 44 e 45) (cf. MESQUITA, 2008; SALLES ET AL, 2015):

(43) A TV informar para a população.

(SALLES ET AL., 2015: 119)

(44) chove muito ajuda para árvores.

(MESQUITA, 2008: 92)

(45) A menina provocar para a amiga.

(SALLES ET AL., 2015: 121)

Nos exemplos acima, observamos que, nas três sentenças, os verbos do português correspondem a verbos de concordância em libras: INFORMAR, AJUDAR E PROVOCAR. No português, entretanto, apenas o exemplo em (43), com o verbo ‘informar’, apresenta um complemento dativo. A preposição ‘para’ empregada em (44) e (45) não é convergente com a estrutura do português.

Essas sentenças despertam em nós alguns questionamentos:

¹⁴ É importante apontar algumas considerações referentes à transitividade dos verbos dos grupos II e III. Inicialmente, com relação ao grupo II (dativo PB – simples libras), não estamos trabalhando com verbos monotransitivos desse grupo, especialmente pelo fato de que grande parte dos dativos monotransitivos do PB não apresentam papel semântico de alvo, que é o foco da nossa pesquisa. Os verbos que selecionam dativo com semântica de alvo encaixam-se no grupo I, pois correspondem a verbos de concordância em libras. Com relação ao grupo III (não dativo PB – concordância libras), as estruturas não dativas bitransitivas do PB seriam aquelas em que ocorre um argumento locativo, como na sentença “Eu coloquei o livro na estante”. Não trabalharemos com essas construções por dois motivos: (i) o argumento alvo não é [+animado], (ii) essas construções envolvem verbos espaciais da libras, que não constituem o foco da nossa pesquisa.

- (i) O complemento [+animado] dos verbos de concordância em libras, presente na estrutura de concordância (o argumento “alvo”), pode ser analisado como complemento dativo nessa língua? Essa análise é idêntica tanto para verbos bitransitivos como para verbos monotransitivos?
- (ii) A sintaxe de concordância de uma classe de verbos em libras – os verbos de concordância – interfere na aquisição das construções dativas do português? Em caso afirmativo, quais as propriedades que são transferidas da libras para a interlíngua?

Nesta seção, abordaremos, inicialmente a pergunta (i) (na seção 1.2.1) para, em seguida, focarmos a questão (ii) (seção 1.2.2). Ressalta-se que essas questões serão retomadas e aprofundadas nos capítulos seguintes (capítulos 2, 3 e 4).

1.2.1 O complemento dos verbos de concordância em libras pode ser um complemento dativo?

Focaremos, nessa subseção, o questionamento descrito em (i): como podem ser analisados os complementos de verbos de concordância em libras? Apresentamos, abaixo, exemplos de verbo de concordância bitransitivo (cf. 46) e monotransitivo (cf. 47) em libras, e sua respectiva tradução em português.

(46) a. CADERNO_{1S}MOSTRAR_{2S}

b. Eu mostrei o caderno para você.

(47) a. _{1S}ABANDONAR_{2S}

b. Eu abandonei você.

Analisando, primeiramente, as sentenças em português, observamos que os complementos desses verbos são distintos. Em (46b), os argumentos internos ‘o caderno’ (argumento tema) e ‘para você’ (argumento alvo) são analisados, respectivamente, como acusativo e dativo. As propriedades que marcam o complemento dativo são tanto a presença da preposição ‘para’, quanto a semântica de ‘alvo’ do argumento, típica do caso dativo no português brasileiro.

Já em (47b), o complemento do verbo ‘abandonar’, no PB, é acusativo, uma vez que não há a preposição ‘para’ introduzindo esse argumento. O papel temático desse complemento é classificado como ‘tema’, visto que ele sofre a ação do verbo – o que pode ser comprovado pela possibilidade desse argumento ser o sujeito da voz passiva (“Você foi abandonado”).

Em libras, os verbos em (46) e (47) apresentam concordância, conforme afirmado. Os argumentos internos do verbo em (46) também apresentam papel semântico de tema (CADERNO) e alvo (o argumento ‘você’, representado pela segunda pessoa – 2S). Tomando como base a tradução do português, sintaticamente, esses argumentos poderiam ser analisados como acusativo e dativo respectivamente. Já a sentença em (47), apresenta somente um argumento interno. Baseando-nos, novamente, na tradução do português, esse complemento também poderia receber a mesma análise: semanticamente, um argumento tema, e sintaticamente, um objeto direto.

Entretanto, é necessário levar em conta que os verbos de concordância monotransitivos e bitransitivos apresentam a mesma realização. Considerando esse fato, alguns autores, como Padden (1983) e Meir (2002), entendem que o complemento dos verbos de concordância deve receber a mesma análise em sua configuração bitransitiva e monotransitiva. Nesta subseção apresentaremos, brevemente, a proposta de Meir (que será retomada no capítulo 2, seção 2.2.2, juntamente com o trabalho de Padden)¹⁵.

Meir (2002), em sua análise dos verbos de concordância na Língua de Sinais Israelense (ISL), afirma que os complementos desses verbos devem receber a mesma análise, independentemente da quantidade de argumentos internos que selecionam.

Meir (2002) afirma que os verbos de concordância são formados por três parâmetros¹⁶: a configuração de mão (CM), o movimento direcional (também chamado pela autora de morfema direcional ou DIR) e a orientação da palma da mão. A CM corresponde à raiz verbal, enquanto o morfema direcional e a orientação da palma marcam, respectivamente, os papéis semânticos e sintáticos dos argumentos. Meir (2002) afirma que o morfema direcional denota relações espaciais, semelhante às preposições. DIR é responsável por marcar o papel temático dos argumentos: o ponto inicial é marcado como ‘fonte’, enquanto o ponto final do movimento tem o papel semântico de ‘alvo’. Já a

¹⁵ Rathmann; Mathur (2002) também abordam a possibilidade de os argumentos internos dos verbos de concordância ocuparem a mesma posição estrutural. Essa questão também será tratada na subseção 2.2.2.

¹⁶ Mais explicações sobre os parâmetros da libras estão disponíveis no Capítulo 2 (nota de rodapé 40, na subseção 2.2.1).

orientação da mão é responsável pela marcação de Caso dativo ao argumento interno. De acordo com a autora, na realização do sinal, a palma da mão está sempre voltada para o ponto correspondente ao argumento interno – em alguns casos, é a ponta dos dedos que marca o argumento (MEIR; SANDLER, 2008). A proposta de Meir (2002) pode ser melhor observada quando analisamos um verbo com concordância regular (cf. 48 e figura 3), comparando-o a um verbo de concordância reversa (cf. 49 e figura 4):

(48) 1_S PERGUNTAR 2_S

Eu perguntei para você.

(49) 2_S PEGAR 1_S

Eu peguei de você.

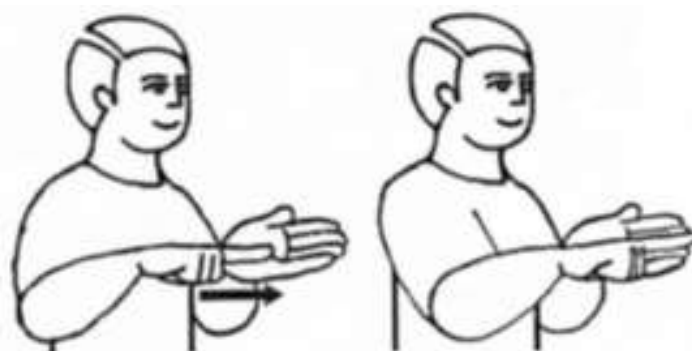


Figura 3: O sinal PERGUNTAR em libras (CAPOVILLA ET AL, 2012: 1944).

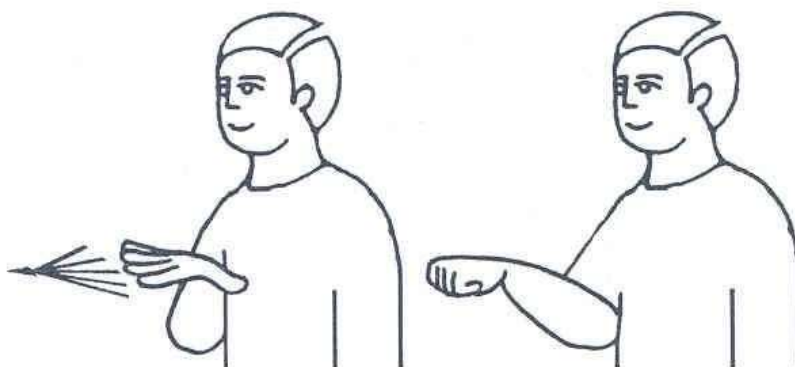


Figura 4: O sinal PEGAR em libras (CAPOVILLA ET AL, 2012: 1925).

Em (48), o verbo ‘PERGUNTAR’ tem como sujeito nulo o argumento ‘eu’ (1S) e como objeto indireto (também nulo) o pronome de segunda pessoa ‘você’ (2S). A realização da sentença é feita por meio do movimento do sinal ‘PERGUNTAR’ do sujeito ao objeto, cujos papéis temáticos são, respectivamente, fonte e alvo. A orientação da mão neste sinal está voltada para o argumento interno, marcando o Caso dativo.

Já em (49), temos um verbo reverso que, segundo Meir (2002), não deve ser tratado como um verbo atípico, visto que apresenta as mesmas propriedades dos verbos de concordância regular: o morfema direcional também parte do argumento fonte (o objeto ‘você’) para o argumento alvo (o sujeito ‘eu’), e a orientação da mão também está voltada para o argumento interno, marcando o caso dativo.

Assim, de acordo com a análise de Meir (2002), em ambos os exemplos, os argumentos internos recebem classificação sintática de dativo, mas apresentam papéis semânticos diferentes: alvo em (48) e fonte em (49).

Em suma, Meir (2002) afirma que a concordância em língua de sinais é temática e realiza sempre a mesma trajetória: fonte-alvo. Há, porém, críticas com relação a essa proposta de uniformidade estrutural baseada na uniformidade do papel temático. Quadros; Quer (2008) afirmam que o movimento da trajetória não é obrigatoriamente fonte-alvo. Um exemplo é o próprio verbo reverso ‘PEGAR’ (cf. 49), cujo movimento, segundo a interpretação dos autores, parte do argumento ‘tema’ em direção ao argumento ‘alvo’ – a transcrição da figura (4) seria “_{3S}PEGAR_{1S}”, que pode ser traduzida por “Eu peguei isso”. Essa proposta pode ser estendida aos verbos monotransitivos com concordância regular, que, deste modo, apresentariam movimento da trajetória ‘fonte’-‘tema’ (e não ‘alvo’) e seriam, portanto, analisados como acusativos e não como dativos (QUADROS; QUER, 2008).

Independentemente do papel temático do argumento interno dos verbos monotransitivos, acatamos a proposta de Meir de que a realização dos verbos de concordância bitransitivos e monotransitivos é idêntica e, portanto, esses verbos selecionam os mesmos complementos.

Essa questão da análise dos complementos em libras será retomada no Capítulo 2, em que também serão abordadas propriedades dos complementos dativos nas línguas orais.

O outro questionamento desse trabalho, refere-se às propriedades que são transferidas da libras para a interlíngua. Abordaremos essa questão na subseção seguinte (1.2.2), em que mostraremos o resultado parcial de um teste piloto, que reforça a nossa

hipótese da interferência da primeira língua na aquisição da L2. Esse ponto será retomado nos capítulos 3 e 4.

1.2.2 Os verbos de concordância em libras interferem na aquisição do complemento dativo do PB?

Neste trabalho, assumimos a hipótese do Acesso Parcial à Gramática Universal: o aprendiz de L2 transfere propriedades da sua primeira língua para a interlíngua, visto que a L1 constitui o estado mental inicial desse processo (WHITE, 2003). O surdo, portanto, recorre aos parâmetros da sua L1 para construir a gramática da L2. Com relação aos parâmetros que diferem da L1, assumimos a hipótese de Tsimpli (2003) e Tsimpli; Mastropavlou (2007) de que o acesso aos parâmetros da Gramática Universal é possível, mas se restringe aos traços interpretáveis. Esse ponto será aprofundado no capítulo 3.

Assim, considerando que a libras é o estado inicial do processo de aquisição do português pelo surdo, assumimos que a estrutura dos verbos de concordância em libras interfere na aquisição das preposições do PB. Os dados obtidos por meio de um teste piloto¹⁷ parecem confirmar nossa hipótese. Observa-se que o número de sentenças preposicionadas foi superior quando o verbo do português correspondia a um verbo de concordância da libras (cf. 50, 51 e 52):

(50) A Mônica **entregar** uma boneca **pra** Mafalda.

(51) Os Cebolinha e Cascão **zombam para** a Mônica.

(52) O Chico Bento **ajudo para** o meu pai.

Em (50), o verbo ‘entregar’ corresponde a um verbo de concordância em libras (grupo I). Na interlíngua, podemos observar o uso da preposição ‘para’, convergente com o português. Da mesma forma, a sentença (51) com o verbo ‘zombar’, um verbo de concordância em libras (grupo IIIA), também é preposicionada. O que torna a construção divergente do PB é a escolha equivocada da preposição. Por fim, no exemplo (52), o verbo ‘ajudar’, também de concordância (grupo IIIB), parece interferir na aquisição das preposições, uma vez que foi utilizada a preposição ‘para’, divergente da língua alvo.

¹⁷ O teste foi realizado com 5 estudantes do Ensino Médio, surdos congênitos, com grau de surdez profundo. A idade desses participantes varia entre 15 e 18 anos.

Em oposição aos dados acima, temos exemplos de sentenças com verbos simples (grupos IVA e IVB): nesse caso, o número de estruturas preposicionadas foi menor – mesmo no caso dos verbos preposicionados no PB (grupos IVA) (cf. 53 e 54):

(53) Mônica gostou o cachorro.

(54) A Mônica beber o suco.

O único grupo que apresentou resultado diferente do esperado foi o grupo II (verbos simples libras – dativo PB). Neste caso, o número de sentenças preposicionadas convergentes foi superior às não preposicionadas (cf. 55):

(55) A Professora Monica **explica para** cebolinha.

Neste caso, consideramos que a semântica de transferência desses verbos facilita o uso da preposição correta.

Esses resultados serão retomados no capítulo 4, juntamente com novos dados, para uma análise mais aprofundada, considerando as questões a serem abordadas nos capítulos seguintes.

1.3 Delimitação do trabalho

Considerando o exposto nas seções anteriores, passamos à delimitação do nosso trabalho. Conforme afirmado, essa tese visa investigar a aquisição das preposições, presentes nas sentenças dativas do PB, por surdos falantes de libras como L1. Consideramos, de acordo com a Hipótese do Acesso Parcial de aquisição de L2 (WHITE, 2003), que existe a interferência da primeira língua na aquisição de segunda língua. Entendemos, portanto, que a libras influenciará nesse processo. Investigaremos, especificamente, como os verbos de concordância da libras podem interferir na aquisição das preposições do português.

Ressalta-se que, para realizarmos essa investigação, é necessário estudarmos as propriedades sintáticas e semânticas dos complementos dos verbos de concordância em libras para que possamos observar quais propriedades dessa língua são transferidas para a interlíngua.

O presente trabalho tem, portanto, dois objetivos: (i) analisar os complementos dos verbos com concordância em libras; (ii) verificar quais as propriedades desses verbos são transferidas para o português. Por meio de um estudo transversal, realizado com estudantes surdos de três níveis diferentes, verificaremos como se dá esse processo de aquisição. A nossa hipótese é que nos estágios iniciais, observaremos uma maior interferência da L1 (ou seja, mais estruturas preposicionadas quando o verbo do PB corresponder a um verbo de concordância da libras), enquanto nas séries finais, teríamos mais estruturas convergentes com o português.

O trabalho está dividido em 5 capítulos – incluindo essa introdução que corresponde ao capítulo 1. O capítulo 2 está voltado para a análise do complemento dativo nas línguas orais, especialmente do Português Brasileiro. A partir desse estudo, apresentaremos a nossa proposta de análise dos complementos dos verbos de concordância em libras. No capítulo 3, abordaremos a hipótese inatista de aquisição de primeira língua (CHOMSKY, 1986), bem como as teorias referentes à aquisição de segunda língua, com ênfase na Teoria do Acesso Parcial (WHITE, 2003; SCHWARTZ, 1998; TSIMPLI, 2003; TSIMPLI; MASTROPAVLOU, 2007), que será adotada nesse trabalho. No capítulo 4, apresentaremos os experimentos utilizados nesse trabalho e analisaremos os resultados obtidos. Por fim, no capítulo 5 estão presentes as considerações finais dessa tese.

Capítulo 2

O complemento dativo

Neste capítulo, analisaremos o chamado complemento dativo nas línguas orais (LOs) e nas línguas de sinais (LS). Inicialmente, na seção 2.1, abordaremos estudos sobre o complemento dativo nas línguas orais, explicitando as propriedades desse argumento nas LOs em geral. Na tradição gerativista, o complemento dativo tem sido analisado no contexto da chamada alternância dativa, em que a variante com o complemento preposicionado alterna com variante sem preposição, também referida como Construção de Objeto Duplo (*Double Object Construction* – DOC). Conforme amplamente atestado na literatura, esse fenômeno é encontrado em línguas como o inglês e o tailandês, assim como em línguas da família bantu e no português brasileiro, e tem sido investigado em diferentes modelos teóricos, tendo como foco principal o fato de sua manifestação ser restrita entre as línguas (cf. OHERLE, 1976; LARSON, 1988; KAYNE, 1984; BAKER, 1988; EMONDS, 1993; HALE AND KEYSER, 1993; SALLES, 1997; HARLEY, 2002; LEVIN, 2006, entre muitos outros). No entanto, desenvolvimentos teóricos posteriores postulam que a manifestação de DOC é mais ampla, sendo encontrada também em estruturas de redobro do clítico do espanhol, do grego e do português europeu (DEMONTE, 1995; ANAGNOSTOPOULOU, 1998; CUERVO, 2003; TORRES MORAIS, 2006), mediante a hipótese de que as estruturas são projetadas por um núcleo funcional específico – o chamado núcleo aplicativo, originalmente proposto por Pykkänen (2002) na análise da DOC do inglês.

As discussões em relação aos fatores que determinam alternância dativa vão além dos objetivos deste trabalho, embora sejam relevantes para a presente análise os resultados dos estudos que adotam a hipótese do núcleo aplicativo, e os questionamentos subsequentes. Diante disso, no presente capítulo, serão apresentadas diferentes abordagens referentes ao complemento dativo em predicados bitransitivos e monotransitivos: a análise do núcleo aplicativo (PYLKÄNNEN, 2002; CUERVO, 2003; DIACONESCU; RIVERO, 2005; TORRES-MORAIS; SALLES, 2010), o estudo de Levin (2006, 2008) e a proposta do núcleo relacional (MANZINI; FRANCO, 2016; MANZINI ET AL, 2017).

Considerando os estudos citados, bem como estudos prévios voltados para os complementos dos verbos de concordância das línguas de sinais (seção 2.2), especificamente de libras, apresentaremos nossa proposta de análise, tendo como pressuposto a hipótese de que o argumento alvo desses verbos pode ser analisado como um complemento dativo.

Conforme abordado no capítulo 1, partimos da hipótese de que existe uma correspondência (parcial) entre verbos de concordância em libras e verbos com complementos dativos em línguas orais como o PB, sendo um dos objetivos desta tese verificar se existe, ou não, correspondência formal entre essas categorias nas duas línguas (cf. quadros 1 e 2, no capítulo 1).

A questão que se coloca é: o argumento alvo dos verbos de concordância em libras, sejam eles bitransitivos ou monotransitivos, pode ser considerado um complemento dativo dessa língua?

Assim, a partir das análises abordadas para as LOs (seção 2.1) neste capítulo, apresentaremos nossa proposta de análise do complemento dos verbos de concordância em libras (seção 2.2).

2.1 O complemento dativo nas línguas orais

O complemento dativo é uma categoria amplamente estudada, desde os primórdios dos estudos linguísticos. São diversas as abordagens referentes a esse tema, tratados a partir de diferentes linhas de pesquisa. Neste trabalho, adotamos uma visão gerativista do fenômeno, mas faremos referência a outros estudos nas diferentes abordagens, à medida que se mostrarem relevantes para nossa discussão.

O complemento dativo apresenta propriedades que diferem entre as línguas. Esse argumento pode ocorrer com diversos tipos de verbos e apresentar diferentes papéis temáticos. Torres-Morais; Berlinck (2007) apresentam alguns exemplos dos possíveis complementos dativos no português e seus respectivos papéis temáticos:

Tipo de Verbo	Papel Temático	Exemplo
Transferência	Alvo / Recipiente	Ele enviou uma carta <u>à Maria</u> .
	Fonte	Ele roubou o relógio <u>ao Pedro</u> .
Criação	Benefactivo	Maria fez um jantar <u>aos convidados</u> .
Atividade não-direcional	Possuidor	A professora lavou as mãos <u>aos alunos</u> .
Estáticos	Possuidor	José admirou a paciência <u>à Maria</u> .
Inacusativos Psicológicos	Experienciador	O vinho agradou <u>aos convidados</u> .
Inacusativos Existenciais	Possuidor	Falta <u>ao Pedro</u> uma boa esposa.
Causativos	Afetado	O José abriu a porta <u>aos convidados</u> .
Incoativos	Ético	A porta abriu-se <u>aos convidados</u> .

Quadro 3: Verbos que selecionam complementos dativos em Português.

Ressalta-se que alguns desses exemplos não ocorrem no Português Brasileiro (PB), mas apenas no Português Europeu (PE). Os dativos do tipo ‘fonte’ e ‘possuidor’ são exclusivos do PE, sendo realizados, no PB, pela preposição ‘de’. Igualmente, cabe destacar que o uso sistemático da preposição ‘a’ é característico do PE, já que, no PB, ocorre o uso preferencial de ‘para’.

Cabe destacar, também, que, no Quadro 3 acima, verificamos a presença de complementos dativos tanto em verbos bitransitivos (*Ele enviou uma carta à Maria*) quanto em verbos monotransitivos (*O vinho agradou aos convidados*). Nesta seção, analisaremos a configuração sintática dessas construções, focando somente o complemento dativo que apresenta papel semântico de alvo.

Considerando que a análise se desenvolve no quadro teórico gerativista, torna-se necessário, antes de apresentar essa discussão, contextualizar, no âmbito dessa abordagem, o conceito de marcação de Caso, considerado um fenômeno das línguas em geral. Com base nesse conceito, trataremos especificamente do Caso dativo nas línguas orais, ressaltando as particularidades desses complementos quando ocorrem com verbos bitransitivos e monotransitivos.

2.1.1 A noção de Caso na abordagem gerativa

A chamada Teoria do Caso, originalmente formulada no quadro teórico da Regência e Ligação, parte do pressuposto de que todo sintagma nominal deve apresentar um Caso¹⁸ abstrato (CHOMSKY, 1986). Entende-se que o Caso abstrato é responsável por estabelecer as funções gramaticais dos sintagmas nominais, designados sintagmas determinantes (DPs)¹⁹ e, conseqüentemente, identificar os seus papéis temáticos. Nesse sentido, cabe distinguir o Caso abstrato do caso morfológico, este último observado em línguas como o latim, que apresenta um tipo de flexão nominal para distinguir funções sintáticas, como ilustram Mioto et al. (2005:172), em (1), na exposição em que apresentam a teoria do Caso no quadro gerativista:

- (1) a. Puer puellam amat.
 meninoNOM meninaACC ama
 ‘O menino ama a menina’.
- b. Puella puerum amat.
 meninaNOM meninoACC ama
 ‘A menina ama o menino’.

Observemos as funções do DP realizado pelo nome ‘puella/ puellam’ (‘menina’) em (1a) e (1b): a terminação morfológica é distinta nos dois exemplos a depender da função sintática. Em (1a), temos o sintagma ‘puellam’, com o sufixo –m, que corresponde à marca de acusativo, enquanto em (1b), não ocorre o morfema –m, e a forma ‘puella’ é associada ao caso nominativo. Esse contraste morfológico nos permite, portanto, identificar o sujeito e o objeto e, também, os seus papéis temáticos nessa construção: o sujeito é entendido como o agente da ação e ao objeto é atribuído o papel de tema.

Partindo dessa observação, Chomsky (1986) propõe a teoria do Caso, tomando por base a distribuição sintática das orações infinitivas com sujeito em inglês, que podem ocorrer

¹⁸ Conforme se depreende de Chomsky (1981; 1986), usa-se a letra maiúscula para diferenciar o Caso abstrato de outros usos do mesmo termo (como caso morfológico e caso semântico).

¹⁹ Assumimos que sintagmas nominais ocorrem como complemento do núcleo funcional determinante (D), sendo, portanto, realizados como sintagma determinante (DP): [_{DP} D [NP]].

como complemento de preposição ou de verbos do tipo *to believe*²⁰, mas não como complemento de nomes e adjetivos, conforme ilustrado a seguir (cf. 2):

- (2) a. For [John to be the winner] is unlikely
 b. I believe [John to be the winner]
 c. *the belief [John to be the winner]
 d. *proud [John to be the winner]

(CHOMSKY, 1986: 186)

A conclusão é que, embora, diferentemente do latim, os nomes em inglês não apresentem flexão de caso (morfológico), a distribuição do sintagma nominal ‘John’ é determinada por uma condição, originalmente referida como ‘filtro do Caso’ (pelo linguista R. Vergnaud), cujo efeito consiste na exigência de que o sintagma nominal seja realizado no contexto sintático de uma categoria atribuidora de Caso – sendo essa categoria a preposição e o verbo, em (2a) e (2b) respectivamente. Diante da agramaticalidade de (2c) e (2d), conclui-se que o nome e o adjetivo (*belief* e *proud*) não preenchem esse requisito, e o sintagma nominal viola o filtro do Caso.

Em relação à construção nominal, Chomsky (1986) observa que uma forma de ‘escapar’ ao filtro do Caso é a regra de inserção de *of* (*of-insertion*), que, aplicada aos dados em (2c) e (2d), torna a estrutura gramatical – *the belief of John to be the winner/ proud of John*. Essa regra é tomada como referência para formular o conceito de preposição *dummy*, aplicada somente quando não existe preposição disponível para tal, como a preposição ‘to’ em *our promise to John* (‘nossa promessa ao João’). Dessa forma, as propriedades de Caso associadas à regra *of-insertion* são discutidas em termos da marcação de caso genitivo, considerando-se o contraste a seguir:

- (3) a. the [destruction [the city]]
 b. [the city]’s destruction *e*
 c. the [destruction [of the city]]

(CHOMSKY 1986: 194)

²⁰ Verbos do tipo *to believe* do inglês admitem orações infinitivas com sujeito na posição de complemento porque, por hipótese, manifestam excepcionalmente a capacidade de atribuir o Caso acusativo – o que se confirma pela realização morfológica desse sujeito com o caso oblíquo, conforme ilustrado a seguir:

(i) I believe [**him** to be the winner.]

Em (3), *destruction* marca tematicamente seu complemento *the city*, atribuindo a esse sintagma Caso genitivo. Duas opções se apresentam: ou *destruction* realiza o Caso mediante a inserção de *of* (3c), ou é aplicada uma operação de movimento a *the city*, com inserção de POSS ('s) (3b).

Percebe-se, dessa discussão preliminar, que o Caso é indispensável para que os DPs, se tornem visíveis para receber o seu papel temático. Essa afirmação é válida não apenas para o latim (e outras línguas em que os DPs são marcados morfológicamente com caso), mas para qualquer DP nas línguas humanas, ainda que não apresente marca morfológica explícita e específica. Por esse motivo, a abordagem gerativa utiliza o termo Caso abstrato. Entende-se, portanto, conforme afirmado acima, que todo DP pronunciado deve ser marcado com Caso, conforme estabelece o 'Filtro do Caso', considerado um princípio da gramática. A diferença entre as línguas está no fato de que, em algumas, o Caso pode se apresentar explicitamente (latim, russo), em outras, a sua realização é restrita, sendo associada ao sistema pronominal ou ao processo de concordância verbal (inglês, português) e, em outras, não há nenhuma marca visível de Caso (chinês) (CHOMSKY, 1995).

Essa abordagem é reformulada no âmbito do Programa Minimalista, em que as noções de atribuição e realização de Caso deixam de ter um significado teórico, diante do pressuposto de que os itens lexicais são submetidos a transformações generalizadas, mediante as operações *Merge* (Confluir) e *Move* (Mover) do sistema computacional da linguagem humana (C_{HL}) (cf. seção 3.1), o que exclui a distinção entre estrutura profunda e estrutura de superfície, presentes no modelo teórico anterior.

Na proposta minimalista (CHOMSKY, 1995, 2004), o Caso do DP é determinado no contexto da operação *Agree*, que consiste no processo de checagem/ valoração dos traços formais *phi* (pessoa, gênero, número) do núcleo nominal do DP por uma categoria funcional. A operação *Agree* é necessária para que os traços não-interpretáveis, presentes no núcleo funcional, sejam eliminados e, assim, a derivação possa convergir. Essa operação é determinada pela condição de Interpretação Plena (CHOMSKY, 1995), que afirma que as expressões linguísticas devem ser interpretadas na interface articulatorio-perceptual (Forma Fonética – PF) e na interface conceitual-intencional (Forma Lógica – LF). Portanto, todos os traços devem ter uma interpretação quando submetidos às interfaces, isto é, à forma fonológica, em PF, e à forma lógica, em LF.²¹

²¹ A questão de traços interpretáveis e não interpretáveis será retomada no capítulo 3, que se refere à aquisição de linguagem.

Na operação *Agree*, a categoria funcional atua como uma ‘sonda’ (*probe*), pois apresenta traços *phi* não-interpretáveis, que, conforme afirmado, devem ser eliminados para que a derivação possa convergir. A categoria funcional, então, procura um ‘alvo’ (*goal*): o DP mais próximo que apresente traços *phi* interpretáveis para que seja feita a valoração dos traços não-interpretáveis e, conseqüentemente, sua eliminação. Esse DP também apresenta um traço de Caso não interpretável, o que o torna visível para a operação *Agree*, pela qual o traço de Caso é eliminado, sendo valorado em função da categoria funcional a que está associado. Essa operação é ilustrada a seguir, com a sentença em (4):

(4) [CP [TP [DP A professora]_j [T^v corrigiu_i [vP [t_j] t_i [DP o trabalho dos alunos]]]]].

O DP ‘a professora’, na posição de sujeito, é inserido na derivação com um traço de Caso não-interpretável/não-valorado, e com traços-*phi* interpretáveis (gênero, número e pessoa). Dessa forma, esse DP está visível para a operação *Agree*, atuando como ‘alvo’, que vai valorar os traços da ‘sonda’, a categoria funcional T (Tempo), que contém traços *phi* não-interpretáveis. Após a operação *Agree*, os traços não-interpretáveis serão eliminados e o DP ‘a professora’ terá o seu traço de Caso valorado, ou seja, passará a apresentar o Caso nominativo. Essa mesma operação é também realizada para o DP ‘o trabalho dos alunos’. Neste caso, porém, ele será marcado como acusativo, pois o núcleo funcional que atuará como sonda é o verbo leve (*v*).

Dessa forma, os dois Casos acima descritos (nominativo e acusativo) são determinados por valoração dos traços *phi* (pessoa/gênero/número) não interpretáveis dos núcleos funcionais T e *v*, respectivamente, pelos traços *phi* interpretáveis do DP. Importante ressaltar que a operação *Agree* descrita acima se refere à atribuição de *Caso estrutural*, que difere do *Caso inerente*, assim designado pela relação temática entre o DP e o núcleo sintático que o licencia. Chomsky (1986, 1995) distingue os Casos nominativo e acusativo (considerados estruturais) e os Casos genitivo e dativo (considerados inerentes).

Com relação ao dativo, objeto deste trabalho, cabe ressaltar que as propostas de análise não se detêm muito nesse Caso. Em Chomsky (1986), há uma breve referência ao Caso das preposições/posposições, definido como Caso oblíquo, que é atribuído em estrutura profunda e associado à marcação de papel temático. Trabalhando com um exemplo da língua inglesa, o autor afirma que a preposição do inglês ‘to’ “é um marcador de Caso inerente, que θ -marca e atribui Caso oblíquo ao seu objeto (...)” (CHOMSKY, 1986: 202).

Existem diferentes propostas referentes ao modo como se dá a marcação do complemento dativo e às propriedades que caracterizam um DP como sendo ou não associado ao Caso dativo. Algumas dessas propostas, inclusive, fazem uma distinção entre complementos dativos e complementos oblíquos. Na seção seguinte, apresentaremos três abordagens distintas. A primeira se refere à proposta do núcleo aplicativo (Appl) (MARANTZ, 1993; PYLKKÄNEN, 2002; CUERVO, 2003) considerado a categoria funcional responsável por atribuir Caso e papel temático ao DP dativo – que pode ser marcado por um afixo ou por uma preposição *dummy*. Em seguida, apresentaremos a análise de Levin (2006, 2008), que apresenta as propriedades desse complemento, mas não foca em sua representação estrutural. Por fim, passaremos à proposta de Manzini; Franco (2016) e Manzini et al. (2017), que postula uma categoria que denota inclusão – $P(\underline{\quad})$ ou $Q(\underline{\quad})$ – para representar o Caso dativo, em uma relação que não envolveria checagem de traços. Nesse entendimento, a marcação do Caso dativo se assemelharia a uma relação como a marcação do papel temático de alvo ou o licenciamento do traço semântico de animacidade.

Focaremos, inicialmente, os dativos bitransitivos (seção 2.1.2) para depois estudarmos como essas abordagens se relacionam aos dativos monotransitivos (seção 2.1.3).

2.1.2 O complemento dativo em verbos bitransitivos

Nesta seção, analisaremos o complemento dativo de verbos bitransitivos, abordando as três propostas mencionadas anteriormente. Em 2.1.2.1, apresentaremos as propriedades do núcleo funcional aplicativo, conforme postulado originalmente por Marantz (1993); em 2.1.2.2, apresentaremos a proposta de Levin (2006, 2008) sobre o que caracteriza determinado complemento como dativo, e em 2.1.2.3, apresentaremos a análise de Manzini; Franco (2016) e Manzini et al. (2017).

2.1.2.1 Predicados bitransitivos: a proposta do núcleo funcional aplicativo

Algumas análises entendem que os argumentos dativos são inseridos na estrutura por um núcleo funcional designado ‘aplicativo’ (Appl). Esse é um conceito utilizado na tradição gramatical das línguas Bantu, em que há construções, denominadas construções aplicativos, em que os objetos indiretos são entendidos como argumentos adicionais, que são aplicados

na estrutura, mediante a inserção de uma marca flexional no verbo. Bresnan; Moshi (1990) apresentam um exemplo de construção applicativa na língua Kichaga (cf. 5a e 5b):

- (5) a. N-ã-ĩ -ly-à k-élyà'.
 FOC-1s-PRES-eat-FV 7-food
 ‘He/She is eating food.’ / ‘Ele/ela está comendo comida’
- b. N-ã-ĩ-lyì-í-à m-kà k-élyà'
 FOC-1s-PRES-eat-AP-FV 1-wife 7-food
 ‘He is eating food for his wife.’ / ‘Ele está comendo comida por/para sua mulher’.
- (Bresnan; Moshi, 1990: 148)

A sentença (5a) apresenta um verbo transitivo e um DP tema/paciente ‘k-élyà’ (*food*), que é argumento/ complemento do verbo. Em (5b), temos um “verbo aplicado” (*applied verb*), ou seja, o verbo com um morfema applicativo (í), cuja manifestação é associada à presença de outro complemento na oração: o DP benefactivo ‘for his wife’.

Marantz (1993), em sua análise das construções de objeto duplo (DOC, do inglês *Double Object Construction*), propõe que o argumento alvo/benefactivo dessas sentenças é introduzido por um núcleo applicativo (nulo), uma vez que esse argumento não é considerado um verdadeiro argumento do verbo, mas um complemento adicional, não-nuclear – assim como o argumento aplicado das línguas Bantu. Nessa abordagem, entende-se que os argumentos não nucleares são aqueles que, embora obrigatórios em alguns contextos, não são selecionados pelo verbo. Marantz (1984) afirma que o argumento externo também é considerado um argumento não-nuclear. Apesar de ser obrigatório, ele não é um verdadeiro argumento verbal, ao contrário do argumento interno, que é complemento de V²². Entende-se, assim, que tanto o argumento externo quanto o argumento alvo de DOC são não nucleares, projetados no especificador de núcleos funcionais específicos: o primeiro, licenciado por *v*, o segundo, inserido pelo núcleo applicativo.

²² É possível observar uma assimetria entre o argumento externo (AE) e o argumento interno (AI) que justifica a abordagem acima. Seguindo Marantz (1984, citado pela autora), Cuervo (2003) observa que, enquanto o argumento interno apresenta um grande número de papéis temáticos, esse número, no argumento externo, é mais limitado e depende do significado do sintagma verbal (VP), ou seja, da estrutura formada pelo verbo e pelo seu complemento. Entende-se, portanto, que apenas o argumento interno é verdadeiro argumento do verbo, licenciado dentro do domínio do VP, e o argumento externo seria não nuclear e teria um núcleo funcional específico para o seu licenciamento. Esse núcleo é entendido como o verbo leve (*v*) (Chomsky, 1995), ou, conforme propõe Kratzer (1996 *apud* Cuervo, 2003), o núcleo funcional *Voice*. O argumento externo é projetado no especificador desse núcleo, que toma o sintagma verbal como seu complemento.

Com base na abordagem da categoria funcional ‘Aplicativo’ (Appl) apresentada por Marantz (1993), Pylkkänen (2002) propõe que as línguas podem selecionar núcleos aplicativos distintos: aplicativo alto (Appl_{HIGH}) e aplicativo baixo (Appl_{LOW}). A autora compara a construção applicativa da língua Kichaga (cf. 5), com a construção de objeto duplo do inglês (cf. 6):

(6) a. I baked a cake.

‘Eu assei um bolo’

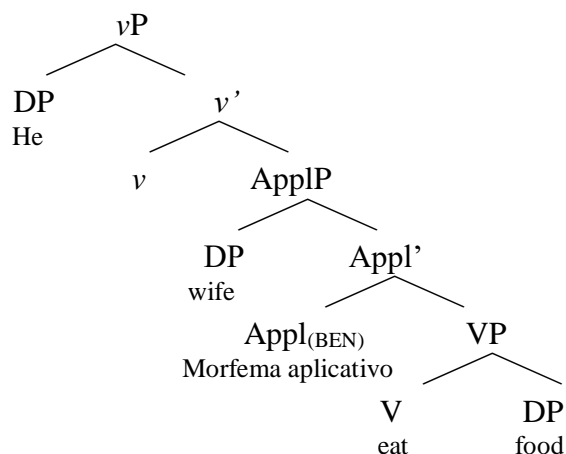
b. I baked **him** a cake.

‘Eu assei um bolo **para ele**’.

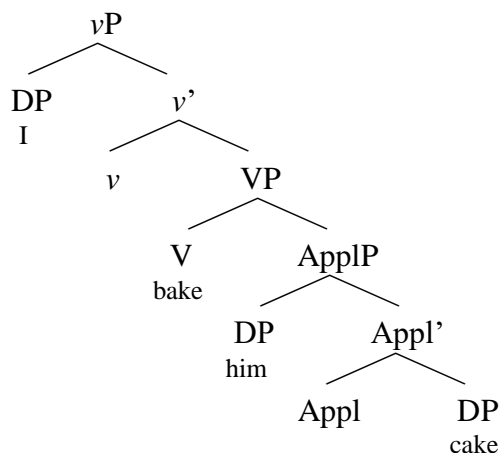
(PYLKKÄNEN, 2002: 17)

Em (6a), observamos uma construção transitiva simples e, em (6b), uma construção de objeto duplo, em que o DP ‘him’ ocorre na oração com o mesmo papel temático de benefactivo apresentado no exemplo da língua Kichaga (5b). Conforme exposto, Pylkkänen (2002) afirma que se trata de uma construção applicativa nos dois casos, mas com propriedades diferentes: enquanto (5b) denota uma relação entre um evento e um indivíduo (eat – his wife), a sentença (6b) do inglês diz respeito a uma relação entre dois indivíduos (cake – him). Pylkkänen afirma que essas diferenças podem ser explicadas por meio do núcleo aplicativo que introduz cada um dos argumentos benefactivos: em (5b), ele é introduzido por um aplicativo alto, que se encontra acima do verbo; em (6b) ele é introduzido por um aplicativo baixo, núcleo abaixo de V. Essas sentenças estão representadas, respectivamente, em (7) e (8):

(7) Aplicativo Alto (Kichaga):



(8) Aplicativo Baixo (Inglês)



O aplicativo alto (cf. 7) seria semelhante a um núcleo introdutor de argumento externo, cuja função é introduzir um participante do evento descrito pelo verbo.²³ Já em (8), o aplicativo baixo não apresentaria essa relação com o verbo, mas sim com o outro argumento interno, em que ocorre uma transferência de posse ao objeto direto (PYLKKÄNEN, 2002).²⁴

Com relação às propriedades morfosintáticas do argumento aplicado, sabe-se que esse argumento apresenta propriedades de objeto direto, como concordância, passivização, adjacência ao verbo e Caso estrutural (CUERVO, 2015). Em algumas línguas, tanto o argumento aplicado, quanto o argumento tema apresentam essas propriedades – são os aplicativos simétricos, encontrados em línguas como o kichaga e o japonês (MARANTZ, 1993). Já outras línguas, como o inglês e o swahili, apresentam aplicativos assimétricos – nesse caso, apenas o argumento aplicado apresenta propriedades de objeto direto. No exemplo abaixo, retirado de Levin (2006: 6), é possível observar que o argumento alvo está adjacente ao verbo (9a) e que apenas esse argumento pode ser sujeito de voz passiva (9b), mas não o tema (9c):

- (9) a. Sandy sent Terry the package.
 b. Terry was sent the package.
 c. ??The package was sent Terry.

²³ Pyllkänen observa que o aplicativo alto não é encontrado em inglês.

²⁴ Cuervo (2003) propõe também um terceiro tipo de aplicativo: o Appl afetado. Neste caso, o argumento aplicado não se relaciona diretamente ao objeto tema, mas sim, é afetado pela mudança de estado do tema. Esse aplicativo é comum em sentenças causativas e incoativas.

Cuervo (2003, 2015), no entanto, aponta que há línguas com aplicativos assimétricos em que apenas o argumento tema apresenta propriedades de objeto. Por hipótese, essas línguas também apresentam construção de objeto duplo e, conseqüentemente, um núcleo aplicativo, o que se confirma pela presença da configuração com o chamado redobro do clítico. O argumento aplicado, entretanto, não se assemelha a um objeto direto, sendo classificado como dativo, que é introduzido pelo núcleo aplicativo.

Seguindo proposta de Demonte (1995), Cuervo (2003) afirma que a construção bitransitiva com clítico no espanhol é considerada uma construção de objeto duplo, semelhante à construção do inglês, conforme ilustrado em (10). Já a sentença sem o redobro do clítico é uma sentença bitransitiva preposicionada (11):

(10) Pablo **le** mandó un diccionario a Gabi.

(11) Pablo mandó un diccionario a Gabi.

Cuervo (2003) considera que a construção de objeto duplo no espanhol (10) compartilha a propriedade fundamental de DOC no inglês: o argumento alvo é estruturalmente mais alto que o tema (a ordem superficial é obtida por meio do movimento do DP tema para uma posição acima do DP alvo), e é realizado como um DP, marcado no nível morfofonológico pela preposição funcional ‘a’. Cuervo (2003) demonstra que a presença do clítico ‘le’ é responsável pela ordem alvo-tema – o que pode ser comprovado por meio de testes sintáticos, como escopo e efeitos de *weak crossover*²⁵. Diferentemente,

²⁵ Seguem os testes apresentados por Cuervo (2003):

(a) Escopo: Seguindo os mesmos testes realizados por Aoun; Li, 1989 (*apud* Cuervo, 2003) para o inglês, Cuervo (2003) demonstra que, em espanhol, na construção bitransitiva preposicionada, o escopo entre tema e alvo é livre (1), mas não na construção de objeto duplo (2):

(1) a. Andrés mandou **cada** quadro a **un** museo (distinto) ----- cada > un

b. Carolina llevó **un** artículo (distinto) a **cada** revista. ----- cada > un

(2) a. Andrés le mandou **cada** quadro a **un** museo (#distinto) ----- *cada > un

b. Carolina llevó **un** artículo (distinto) a **cada** revista. ----- cada > un

(b) Efeitos de *weak crossover* (WCO): Na construção bitransitiva preposicionada, o efeito WCO ocorre quando DP *-wh* alvo se move acima do DP tema que contém um pronome possessivo indexado ao DP alvo (cf. 3a e 4a). Não ocorre WCO quando o *-wh* tema sobe e o possessivo está no PP alvo (cf. 3b e 4b). Observem-se os exemplos (3) e (4) em inglês e espanhol:

(3) a. *Who_i did Mary give his_i check to t_i?

b. What_i did Mary give t_i to its_i owner?

(4) a. *A quién_i entregamos su_i cheque t_i?

b. Que (libro)_i entregamos t_i a su_i dueño_i?

Em DOC, o efeito é reverso: WCO ocorre quando há um pronome possessivo no dativo, ligado por um objeto tema (cf. 5a e 6a). Não ocorre esse efeito quando o possessivo está no objeto direto e o dativo é *-wh* (5b e 6b):

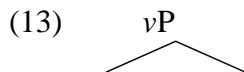
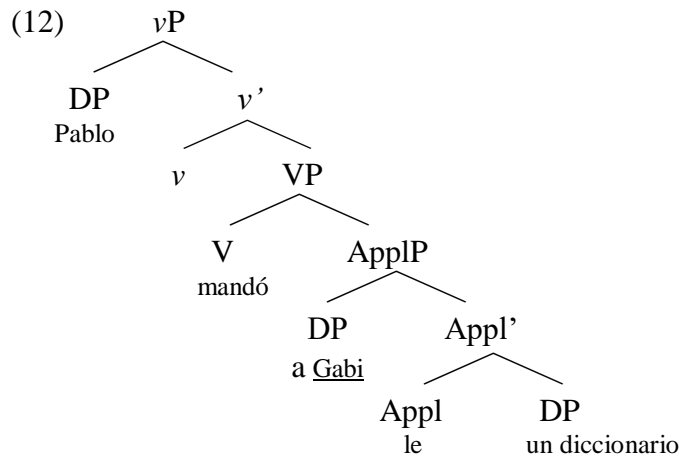
(5) a. *What_i did Mary give its_i owner t_i?

(cont.)

na sentença (11), em que não ocorre a presença do clítico, o argumento tema é mais alto que o alvo, e o argumento ‘alvo’ é introduzido como um sintagma oblíquo.

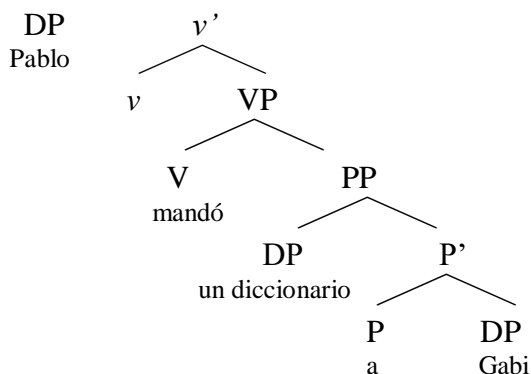
Assim, na construção (10), uma construção de objeto duplo, Cuervo propõe a presença de um núcleo aplicativo para licenciar sintaticamente e semanticamente o argumento ‘a Gabi’. Esse argumento apresenta Caso dativo: a preposição ‘a’ que o precede não é considerada uma verdadeira preposição, mas um marcador de Caso. A estrutura é, portanto, um sintagma determinante marcado no nível morfofonológico (*a*-DP), ao invés de um sintagma preposicional (PP). O núcleo aplicativo é responsável pela atribuição de Caso dativo inerente ao argumento alvo, e o clítico ‘le’ é o *spell out* do núcleo aplicativo – do mesmo modo que o morfema aplicativo realizado na estrutura do verbo em Kichaga (cf. 5 e 7) é o núcleo do aplicativo nessa língua. Já a sentença (11) é considerada uma construção preposicionada, em que o argumento alvo é introduzido por ‘a’, tida como uma preposição direcional.

As representações das sentenças (10) e (11) estão realizadas, respectivamente, nos exemplos (12)²⁶ e (13):



-
- b. Who_i did Mary give t_i his_i check?
 (6) a. *Que_i (libro) le entregamos t_i a su_i dueño?
 b. A quién_i le entregamos su_i cheque?

²⁶ Conforme pontuado pela professora Rozana Naves (c.p.), é preciso explicar como se dá a linearização da estrutura em (12). Inicialmente, cabe explicar que a árvore ilustrada em (12) é uma simplificação da estrutura proposta por Cuervo, que apresenta, além de *v*, a categoria *Voice* (que contém o DP sujeito em seu especificador). Assim, de acordo com a autora, o DP tema (‘un diccionario’) se move para o especificador de *v*, ficando acima do DP alvo. Quanto ao clítico ‘le’, Cuervo (2003) não determina sua posição, mas podemos adotar a hipótese de Kayne (1984) de que a posição do clítico seria no domínio funcional. Os detalhes dessa hipótese não são relevantes para a presente discussão.



Entende-se, portanto, que, em espanhol, o complemento dativo está presente somente nas construções em que há o redobro do clítico. Essa mesma análise é feita para línguas como o romeno e o português europeu.

No romeno, Diaconescu; Rivero (2005) também identificam os dois tipos de construção apresentados no espanhol: construções de objeto duplo e construções bitransitivas preposicionadas. Enquanto as primeiras apresentam complementos dativos introduzidos por um núcleo aplicativo, as construções bitransitivas são complementos oblíquos licenciados por uma preposição.

As construções licenciadas pelo aplicativo no romeno são aquelas que, assim como no espanhol, ocorrem com a presença do redobro do clítico. O argumento alvo dessas sentenças é considerado um dativo na língua e pode ocorrer tanto por uma marca morfológica no DP (cf. 14) quanto por uma preposição (cf. 15):

(14) Mihaela îi trimite Mariei o scrisoare.

Mihaela DAT.CL sends Mary.DAT a letter.

Mihaela sends Mary a letter.

‘Mihaela envia uma carta à Maria’

(DIACONESCU; RIVERO, 2005: 2)

(15) Mihaela îi trimite la Maria o scrisoare.

Mihaela DAT.CL sends to Mary a letter.

‘Mihaela sends a letter to Mary’/ ‘Mihaela envia uma carta à Maria’

(DIACONESCU; RIVERO, 2005: 3)

Os mesmos testes realizados por Cuervo (2003) são feitos por Diaconescu; Rivero (2005) para demonstrar que, nas construções com redobro do clítico em romeno, o argumento alvo *c*-comanda o argumento tema assimetricamente²⁷. Já nas construções bitransitivas preposicionadas, os testes sintáticos demonstram que o tema é mais alto que o alvo. Essas sentenças também podem ser realizadas de duas formas: por meio de marca morfológica no DP (cf. 16) e por meio de uma preposição (cf. 17). Assemelham-se pelo fato de que nenhuma delas apresenta o redobro do clítico.

(16) Mihaela trimite Mariei o scrisoare.

Mihaela sends Mary.DAT a letter

‘Mihaela sends a letter to Mary.’/ ‘Mihaela envia uma carta à Maria’

(DIACONESCU; RIVERO, 2005: 1)

(17) Mihaela trimite o scrisoare la Maria.

Mihaela sends a letter to Mary

‘Mihaela sends a letter to Mary.’/ ‘Mihaela envia uma carta à Maria’

(DIACONESCU; RIVERO, 2005: 2)

As sentenças (16) e (17) não apresentam aplicativos, mas sintagmas preposicionais que introduzem o complemento. De acordo com a análise proposta, o núcleo desse PP pode ser uma preposição como em (17) ou pode ocorrer nulo quando há uma marca morfológica no argumento alvo (16).

No Português Europeu (PE), de acordo com Torres-Morais (2006), também há sentenças DOC e sentenças bitransitivas preposicionadas. A autora analisa a oração em (18), em que há o redobro do clítico, como uma construção de objeto duplo, introduzida pelo núcleo aplicativo.

(18) A Maria deu-lhe um livro a ele.

Na sentença (18), assim como na construção em (10) do espanhol, o argumento dativo é analisado como um *a*-DP, e não como uma construção preposicionada.

²⁷ Os testes feitos por Diaconescu; Rivero (2005) são semelhantes aos de Cuervo (2003), que estão ilustrados na nota de rodapé 25.

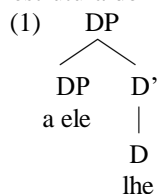
É necessário ressaltar que, no PE, diferentemente do espanhol, o redobro do clítico apresenta algumas restrições, pois ocorre apenas com pronomes fortes, referindo-se a argumentos [+animados], além de apresentar uma interpretação contrastiva. Não é possível que o clítico ocorra quando o argumento alvo é um DP pleno (*A Maria deu-lhe um livro ao Pedro). Torres-Morais (2006) afirma que a restrição do clítico no PE tem uma razão estrutural. Segundo a autora, o clítico ‘lhe’ da sentença em (18) não é o *spell out* do núcleo do aplicativo, conforme proposto por Cuervo (2003) para o espanhol, mas um argumento introduzido como um DP complexo na posição de especificador do aplicativo. Seguindo propostas de Raposo (1999) e Uriagereka (1995), citados pela autora, o pronome forte ‘a ele’ também estaria nesse DP, formando com o clítico um constituinte único. O clítico é considerado o núcleo do DP, que se junta com o pronome, que está no especificador. O núcleo aplicativo no PE, portanto, seria nulo²⁸.

Outra diferença entre o PE e o espanhol é que o argumento dativo no PE não se restringe a construções em que ocorre o redobro do clítico (cf. 19):

(19) João enviou uma carta à Maria.

Na sentença em (19), o argumento ‘à Maria’ pode ser substituído pelo pronome ‘lhe’, indicando que essa é uma construção dativa, assim como a sentença (18) em que há o redobro do clítico. Ambas as sentenças são licenciadas pelo núcleo aplicativo baixo, responsável pelo Caso dativo inerente do DP. A preposição ‘a’, assim como no espanhol, não é uma verdadeira preposição, mas um marcador de Caso. Em ambas as sentenças, também, o argumento alvo está acima do tema, conforme demonstrado, em estudo posterior, por Torres-Morais (2007 *apud* TORRES-MORAIS; SALLES, 2010), que utiliza os mesmos testes empregados por Cuervo (escopo e efeitos de *weak crossover*, ilustrados na nota de rodapé 25) para comprovar que tais estruturas se caracterizam por serem construções de objeto duplo – não nos deteremos nesse ponto nesta pesquisa.

²⁸ A estrutura do DP, assumida por Torres Morais (2006), seria a ilustrada abaixo (cf. 1):



Torres Morais (2006) observa que as sentenças dativas do PE (18 e 19) se distinguem da oração em (20), também do PE, considerada uma construção bitransitiva preposicionada. Nessa sentença, não há interpretação de posse: o argumento alvo é associado a uma semântica locativa e a preposição manifesta a semântica direcional. Além disso, nessa configuração, não é possível a substituição do complemento preposicionado pelo clítico ‘lhe’. Essa restrição se confirma indiretamente pela impossibilidade de realizar o redobro com a preposição ‘para’ no PE:

- (20) a. O João enviou uma carta para Lisboa.
 b. * O João enviou-lhe uma carta.
 c. *O João deu-lhe a carta para ele.

Assim como em espanhol, a oração em (20) é entendida como uma construção preposicionada (oblíquo), projetada por uma verdadeira preposição (para).

Com relação ao português brasileiro (PB), Torres Morais (2006) destaca que o contraste em relação ao português europeu está na possibilidade de realizar a estrutura com o pronome forte sem o redobro pelo clítico (cf. 21b). Torres-Morais; Salles (2010) acrescentam que também há uma construção de objeto duplo em dialetos da região central do Brasil, em que o argumento alvo não é marcado pelo caso dativo. Por hipótese, essa estrutura é realizada por um núcleo aplicativo, como proposto por Pylkkänen (2002) para o inglês (cf. 22):

- (21) a. João deu um livro para a Maria.
 b. João deu um livro para ela.

- (22) João deu Maria um carro.

Em (21), o argumento alvo é analisado como um oblíquo, licenciado pela preposição direcional ‘para’, o que explica a ausência do clítico *lhe* de 3ª pessoa, sendo usado o pronome forte *ele/a(s)* na estrutura do PP, conforme amplamente reconhecido nos estudos sociolinguísticos e históricos citados pelas autoras. Outro ponto de divergência entre PB e PE é a diminuição progressiva da preposição ‘a’ no PB. Nas construções em que o dativo apresenta papel temático de beneficiário ou fonte, por exemplo, não é mais usada a

preposição ‘a’, ao contrário do PE, em que essa preposição ocorre sistematicamente no licenciamento do complemento dativo. A preposição ‘a’ ainda coocorre com ‘para’ nos contextos de transferência (cf. 21).

As mudanças observadas no PB têm como consequência a perda da morfologia do dativo na língua, o que corresponde à perda da projeção aplicativa, conforme propõem Torres Morais; Salles (2010), com exceção do dialeto da região central, em que é encontrado o objeto duplo (cf. 22). Nessa construção, entretanto, o argumento alvo apresenta propriedades de objeto direto, o que permite compará-lo à projeção aplicativa proposta para o inglês. De acordo com essa análise, na sentença em (22), o argumento ‘Maria’ é inserido pelo núcleo aplicativo baixo, mas não apresenta Caso dativo, e sim, acusativo.

Em síntese, nas análises que adotam o núcleo aplicativo, identificam-se duas estruturas: (i) uma construção de objeto duplo, cujo argumento alvo é um dativo licenciado pelo aplicativo (espanhol, romeno e PE) ou um acusativo (inglês e PB dialetal); (ii) uma construção preposicionada, cujo argumento alvo é um oblíquo, licenciado por um PP.

Essas estruturas nos remetem à abordagem de Levin (2006), que também afirma que, no inglês, a construção DOC e a construção preposicionada apresentam propriedades distintas. Entretanto, a autora considera que o argumento alvo de uma construção DOC é um complemento dativo e não acusativo. Esse ponto será melhor explanado na subseção seguinte.

2.1.2.2 Predicados bitransitivos: a proposta de Levin (2006; 2008)

Segundo Levin (2006), há três maneiras de uma língua expressar o argumento alvo de um verbo bitransitivo: (i) por meio de uma marca morfológica no DP; (ii) por meio de uma preposição; e (iii) por meio de uma construção de objeto duplo (DOC). A autora, no entanto, defende que o Caso dativo está representado apenas de duas maneiras: ou o DP apresenta uma marca morfológica de Caso, ou ele corresponde ao primeiro objeto de uma construção de objeto duplo. Portanto, no inglês, o complemento dativo estaria presente na construção DOC, enquanto a sentença com a preposição ‘to’ (‘para’) seria um complemento oblíquo, com o Caso alativo²⁹.

²⁹ O termo alativo é um dos tipos de casos locativos, e denota o movimento para fora, que caracteriza a semântica da transferência; nesse sistema, constam ainda: o adessivo, que denota a posição ‘fora’, em oposição a inessivo, que denota posição ‘dentro’; e o ablativo, que denota a posição ‘de fora de’.

Nas construções de objeto duplo do inglês, o argumento alvo não apresenta marca de Caso, além de apresentar propriedades de objeto direto. Esses fatores levam alguns pesquisadores a analisar o primeiro objeto de DOC do inglês como um complemento acusativo.

Uma das propriedades de objeto direto que o argumento alvo de DOC apresenta é a passivização, conforme citado por Levin (2006). Nas construções DOC do inglês, é o argumento alvo que pode ser sujeito da voz passiva, e não o tema (cf. 9, repetido abaixo como 23) (LEVIN, 2006; CUERVO, 2015).

- (23) a. Sandy sent Terry the package.
 b. Terry was sent the package.
 c. ??The package was sent Terry.

Entretanto, na análise de Levin (2006), conforme mencionado, o argumento ‘alvo’ de DOC é considerado um dativo e não um acusativo. A autora apresenta alguns argumentos para comprovar que, apesar das semelhanças com o objeto direto, o primeiro argumento de DOC equivale a um DP dativo.

Um ponto relevante é a observação de que o DP alvo na DOC e o DP com marca morfológica de dativo estão em distribuição complementar: ou a língua apresenta marca de dativo no DP, ou apresenta uma construção de objeto duplo. Essa foi a conclusão de Siewierska (1998 *apud* LEVIN, 2006) após estudo realizado com aproximadamente 260 línguas, que deu origem à “Generalização de Siewierska”: nenhuma língua que possui marca de Caso dativo “verdadeira” (que seja diferente da marca de locativo, por exemplo) apresenta DOC ou algum tipo de construção em que os argumentos tema e alvo têm a mesma codificação.³⁰

Além disso, Levin (2006) demonstra que diversas restrições encontradas em sentenças com DP dativo também estão presentes nas construções de objeto duplo. Por exemplo, as propriedades das sentenças com o verbo russo *poslat* (‘enviar’) seriam semelhantes às construções com o verbo *send* em DOC. A construção dativa com *poslat*

³⁰ Merece referência a análise de Kayne (1984), que postula um contraste paramétrico baseado nessa distinção, abrangendo línguas como o italiano e o francês, que manifestam o caso dativo e não possuem DOC, por um lado, e línguas como o inglês, o sueco, o dinamarquês, que possuem DOC e não manifestam o caso dativo, por outro (cf. também SALLES 1997).

nunca toma um tema inanimado e um alvo espacial, assim como em DOC no inglês (cf. 24 e 25):

(24) *Ja poslal knigu Moskve.

I.NOM send book.ACC Moscow.DAT

‘I sent the book to Moscow.’

‘Eu enviei o livro à Moscou’.

(25) *We sent the border the package.

‘Nós mandamos o pacote à fronteira’

(LEVIN, 2006: 10)

Também não há construção dativa em russo, nem construção DOC em inglês, em que o verbo ‘enviar’ apresenta tema animado (26 e 27):

(26) *Ja poslal učenikov direktoru.

I.NOM send students.ACC director.DAT

‘I sent the children to the director.’

‘Eu enviei as crianças ao diretor’.

(27) *The teacher sent the principal the children.

‘O professor enviou as crianças ao diretor’.

(LEVIN, 2006: 10)

Nas sentenças acima, é necessária a presença da preposição alativa *k* do russo, e *to* do inglês, que conferem uma leitura de movimento à oração. Essa interpretação não é possível com a construção DOC do inglês, ou com a sentença dativa do russo, que apresentam apenas leitura de transferência de posse (LEVIN, 2008).

Outro ponto citado pela autora para defender a proposta de que o primeiro argumento de DOC corresponde ao Caso dativo é o fato de que nem todas as propriedades de objeto direto podem ser encontradas no argumento alvo. Algumas características do objeto direto são exclusivas do argumento tema. Por exemplo, apenas esse argumento pode ser nominalizado, assim como um OD de um verbo transitivo (cf. 28):

- (28) a. The giving of gifts to the homeless.
 A doação de presentes aos sem-teto.
 b. *The giving of the homeless (of) gifts.
 *A doação dos sem-teto de presentes.

Outra propriedade diz respeito à formação de compostos (29) e predicção secundária (30). Nesses casos, o argumento alvo nunca atua como objeto direto, somente o tema:

- (29) a. book-reading (to children)
 livro-leitura (às crianças).
 b. *child-reading (of books)
 criança-leitura (do livro)
- (30) a. I gave Mary_j the meat_i raw_i.
 Eu dei à Maria a carne crua.
 b. *I gave Mary_j the meat_i hungry_j.
 Eu dei à Maria a carne com fome.

(LEVIN, 2006:4)

Por fim, a incorporação é uma propriedade exclusiva do argumento tema. O argumento aplicado (alvo) nunca pode ser incorporado no verbo (LEVIN, 2006; CUERVO, 2015). Levin (2006) mostra um exemplo da língua Mohawk, que apresenta uma construção equivalente à sentença DOC em inglês (31a), mas não apresenta uma construção preposicionada (31b):

- (31) a. O'ner'ohkwa' y-a-hiy-atAny'eht-Λ-' ne Shaw'atis.
 Box TRANS-FACT-1sS/MsO-send-BEN-PUNC NE John
 'I sent John a box.' / 'Eu mandei uma caixa para John'
- b. *O'ner'ohkwa' y-a-k-atAyeht-e' Shawat'is-hne.
 Box TRANS-FACT-1sS/NsO-send-PUNC Shawatis-LOC
 'I sent a box to John.' / 'Eu mandei uma caixa para John'

(LEVIN, 2006: 4)

Nessa língua, não é possível a incorporação com o alvo (32b), apenas com o tema (32a):

(32) a. Se'wáhr-a-nut ne 'erhar.
 2sS/MsO-meat-0-feed NE dog
 'Feed the (male) dog some meat!'
 'Alimente o cachorro com carne / Dê carne ao cachorro'

b. *O-'w'ahr-u se-n'ahskw-a-nut.
 NsO-meat-nsf 2sS-pet-0-feed
 'Feed the pet some meat!'
 'Alimente o filhote com carne' / Dê carne ao filhote'

(LEVIN, 2006:5)

Em (32a), o argumento tema glosado como 'meat' ('carne') está incorporado no verbo glosado como 'feed' ('alimentar') – Se'wáhr-a-nut –, o que é possível na língua. Já em (32b), a sentença é agramatical, pois o argumento incorporado ao verbo 'feed' ('alimentar') é 'pet' ('filhote'), que tem papel semântico de alvo.

Com relação às propriedades que o argumento alvo compartilha com a função de objeto direto, Levin (2006) afirma que essas semelhanças são devidas à animacidade desse complemento. A autora cita o exemplo das construções de objeto duplo da língua Sesotho. Nessa construção, quando os argumentos internos são marcados como [+animado], ambos podem ser sujeitos de uma sentença passiva. Quando há um tema animado e um benefactivo inanimado, é o tema quem será o sujeito, devido ao traço de animacidade.

Levin conclui, portanto, que o primeiro objeto de DOC em inglês, ainda que não apresente marcas morfológicas, equivale a um argumento dativo nessa língua, em oposição ao argumento tema na função de objeto direto.

2.1.2.3 Predicados bitransitivos: a proposta do núcleo relacional de inclusão

A proposta do núcleo relacional – P(\subseteq) ou Q(\subseteq), adotada por Manzini; Franco (2016) e Manzini et al. (2017), entende que o Caso dativo apresenta um conteúdo relacional. Segundo os autores, o Caso não deveria ser entendido como um traço (assim como gênero e

número), mas sim como uma relação, como o papel temático, que não corresponde a um traço, mas a uma configuração sintática. Os autores frisam que o fato de o Caso ser o único traço “radicalmente não-interpretável”, ou seja, que não tem uma contraparte interpretável, é o reflexo da dificuldade em conciliar o seu conteúdo relacional, com o seu *status* de traço. A solução apresentada por Chomsky (2001) é que Caso é o reflexo de uma relação de concordância, que aparece nos constituintes nominais.

Conforme já explanado, na abordagem minimalista, a marcação de Caso se dá por uma relação de concordância, em que há valoração de traços entre um núcleo funcional e um DP – este último com traços *phi* interpretáveis e com um traço de Caso não interpretável, que será valorado no contexto da operação *Agree*, e aquele com traços *phi* não interpretáveis, que serão valorados pelos traços *phi* do DP. Essa é a proposta de Chomsky para os Casos nominativo e acusativo. Seguindo essa abordagem, Manzini; Franco (2016) e Manzini et al. (2017) afirmam que o Caso dativo deveria ser considerado tão-somente o reflexo da concordância de traços *phi* entre o DP e o núcleo aplicativo – neste sentido, os autores parecem não fazer distinção entre Caso inerente e Caso estrutural.³¹

Apesar de a operação *Agree* ser a abordagem padrão no minimalismo, Manzini; Franco (2016) e Manzini et al. (2017) não consideram que a marcação do Caso dativo é realizada por uma relação de concordância entre o DP e o núcleo aplicativo. Em primeiro lugar porque, conforme afirmam Baker; Vinokurova (2010), o Caso não pode ser reduzido à concordância de traços *phi* em todas as línguas³². Sugerem, nesse sentido, que pode haver um macro-parâmetro: em algumas línguas, como o inglês, o Caso seria reflexo da operação de concordância; em outras, não. Em segundo lugar, porque, nas línguas estudadas por Manzini et al. (2017), não há evidências de afixos verbais aplicativos, mas sim preposições/marcas de Caso.

Assim, Manzini; Franco (2016) e Manzini et al. (2017) apresentam uma proposta distinta para a marcação do Caso oblíquo – que englobaria os Casos dativo e genitivo – tendo

³¹ Com relação a esse ponto, é interessante mencionar a abordagem de Woolford (2006). A autora destaca o fato de que todo licenciamento de Caso é, de certo modo, estrutural, uma vez que entende que esse processo é realizado por núcleos específicos em uma configuração estrutural local. O que diferencia Caso estrutural e Caso inerente é a não vinculação necessária do Caso estrutural ao papel temático.

³² Baker e Vinokurova (2010) apontam que há, na literatura gerativista, duas propostas referentes à marcação de Caso de um DP: a proposta de valoração de traços de Chomsky, e uma abordagem alternativa, defendida por Marantz (1991) *apud* Baker; Vinokurova, (2010), em que o Caso é atribuído em uma base configuracional. Os autores propõem que as duas formas de atribuição de Caso podem coocorrer na mesma língua. Em seu estudo sobre a língua Sakha, defendem que os Casos acusativo e dativo são atribuídos conforme abordagem de Marantz (1991), enquanto os Casos nominativo e genitivo são atribuídos por meio de valoração de traços pelas categorias funcionais.

por base a hipótese de que tal categoria se expressa por seu conteúdo relacional. Os autores seguem a proposta de Fillmore (1968 *apud* Manzini et al., 2017), que afirma que o Caso oblíquo é o equivalente das preposições ‘to’ (para dativo) e ‘of’ (para o genitivo). Portanto, assim como as preposições, o Caso oblíquo também introduz uma relação entre o argumento que ele seleciona e outro argumento. Nesse sentido, os autores propõem que o Caso oblíquo é interpretável.

A estrutura proposta por Manzini et al. (2017) se baseia na abordagem de Kayne (1984), que assume que verbos bitransitivos como ‘dar’ selecionam uma predicação como seu complemento: a relação de posse entre o objeto direto (o possuído) e o objeto indireto (o possuidor) (cf. 33):

(33) Give a letter to Mary.

O núcleo dessa predicação apresenta certa variação entre os autores. Manzini et al. (2017) apresentam as propostas de Pesetsky (1995), Harley (2002) e Beck; Johnson (2004). Para Pesetsky o núcleo da predicação pode ser a própria preposição ‘to’ (cf. 34a); já Harley afirma que ‘to’ é um P_{LOC} (cf. 34b). Beck; Johnson, por sua vez, seguem proposta de Larson (1988) e apresentam uma estrutura em que DP e to-DP ocupam a posição de especificador e complemento de V respectivamente (cf. 34c)

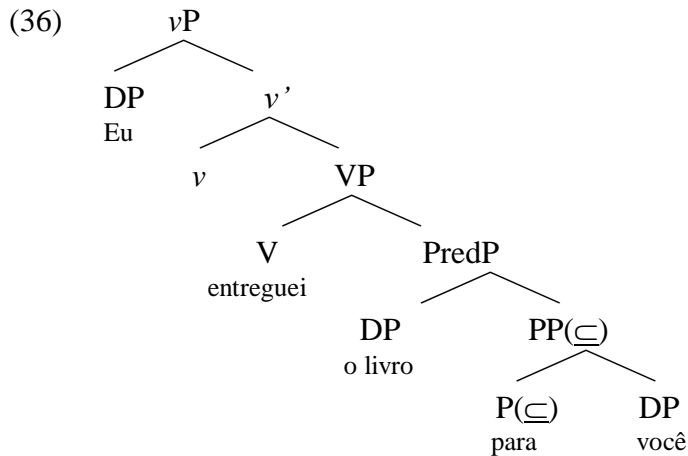
- (34) a. ... give a letter [PP to Sue]
 b. ... CAUSE [PP a letter [[P-LOC to] Mary]]
 c. ...[VP the guide [V' send to Satoshi]]

(MANZINI ET AL., 2017: 11)

Assim, se o Caso dativo é uma predicação de posse, pode-se afirmar que há um conteúdo de inclusão (parte-todo), que os autores representam por (\subseteq). Portanto, as preposições que introduzem o dativo (‘to’ em inglês; ‘a’, ‘para’, em português) e, conseqüentemente, apresentam esse conteúdo de inclusão, são representadas por P(\subseteq). Da mesma forma, os DPs dativos não introduzidos por preposição, mas por uma marca morfológica de Caso, são representados por Q(\subseteq).

Em (36) é representada a estrutura da sentença bitransitiva descrita em (35):

(35) Eu entreguei o livro para você.



Percebe-se, portanto, que Manzini; Franco (2016), Manzini et al. (2017) não fazem a distinção entre complemento dativo e complemento oblíquo, presente nas análises que têm por base o núcleo aplicativo. Para os autores, tanto as preposições, quanto as marcas morfológicas do Caso dativo apresentam conteúdo relacional de inclusão. O Caso dativo, portanto, é interpretável por denotar uma relação.

Na seção seguinte (2.1.3), trataremos do complemento dativo em verbos que selecionam um único argumento interno e apresentaremos como as propostas abordadas nessa seção podem se aplicar a essas construções monotransitivas. Na seção 2.1.4, sintetizaremos essas análises, a fim de apresentarmos a proposta que adotaremos para esse trabalho.

2.1.3 O complemento dativo em verbos monotransitivos

Um aspecto interessante em relação à sintaxe do complemento dativo é que sua manifestação não se restringe a predicados que denotam transferência (de posse) – os chamados predicados bitransitivos, ocorrendo também com predicados monotransitivos. A seleção de complementos dativos por verbos monotransitivos, entretanto, é mais restrita (diferentemente dos dativos de verbos bitransitivos que ocorrem de forma produtiva e sistemática), uma vez que, geralmente, as línguas selecionam como único argumento interno um DP tema/ acusativo (Helmantel, em comunicação pessoal).

Apesar de pouco recorrentes, podemos observar argumentos dativos em verbos monotransitivos nas diferentes línguas. McFadden (2006) apresenta exemplos de complementos dativos em estruturas com verbos monotransitivos do alemão (cf. 37):

(37) Er glaubt seinem Bruder.

He believes [his brother]DAT

‘He believes his brother.’

(MCFADDEN, 2006: 8)

No PB, os complementos dativos também ocorrem em verbos monotransitivos. Essa propriedade está associada essencialmente à possibilidade de serem substituídos pelo clítico ‘lhe’ – restrito à modalidade escrita da língua (cf. 38, 39, 40 e 41):

(38) a. Camila telefonou ao amigo.

b. Camila lhe telefonou

(39) a. Ariel obedece ao pai.

b. Ariel lhe obedece.

(40) a. O vinho agradou aos convidados.

b. O vinho lhes agradou

(41) a. Esse livro pertence ao professor.

b. Esse livro lhe pertence.

Observa-se que os dativos monotransitivos apresentam particularidades que não estão presentes nas sentenças bitransitivas que selecionam esse complemento. Por exemplo, a substituição da preposição ‘a’ é restrita em verbos monotransitivos, o que confirma que a variação entre a preposição ‘a’ e ‘para’, nas estruturas bitransitivas, não se restringe a uma substituição lexical (cf. SALLES 2007)).

Nas sentenças abaixo, apenas o verbo- ‘telefonar’ (38c) admite a substituição da preposição ‘a’ pela preposição ‘para’; nos demais verbos (‘obedecer’, ‘agradar’ e ‘pertencer’), essa substituição não é possível (39c, 40c e 41c) – esse contraste indica que a semântica de transferência está presente no verbo ‘telefonar’, mas não nos demais verbos, em que não existe transferência, pois o predicado é estático:

(38) c. Camila telefonou para o amigo.

(39) c. *Ariel obedece para o pai.

(40) c. *O vinho agradou para os convidados.

(41) c. *Esse livro pertence para o professora.

Por outro lado, os verbos ‘obedecer’ e ‘agradar’ admitem o apagamento da preposição³³, sendo o seu complemento realizado como um objeto direto (39d e 40d). Os verbos ‘pertencer’ e ‘telefonar’ não admitem a ausência da preposição (38d e 41d):

(38) d. *Camila telefonou o amigo.

(39) d. Ariel obedece o pai.

(40) d. O vinho agradou os convidados.

(41) d. *Esse livro pertence o professor.

Os verbos apresentados acima (exemplos 38 a 41) selecionam complementos dativos com papéis temáticos distintos. Neste trabalho, como já afirmado anteriormente, focaremos apenas nos argumentos dativos com papel semântico de alvo. Em suma, nossa análise está voltada para os verbos como ‘telefonar’ e ‘obedecer’ (38 e 39). Além das questões sintáticas descritas acima (substituição/ausência de preposição), que diferenciam esses dois verbos, observamos, ainda, que a semântica de transferência, típica de verbos que selecionam complemento dativo alvo, não é observável no verbo ‘obedecer’, mas apenas em ‘telefonar’.

Considerando os pontos abordados acima, o questionamento que surge na análise dos dativos monotransitivos é em relação à estrutura sintática. Como esses complementos, que ocorrem tipicamente com verbos bitransitivos, são projetados em uma estrutura cujo verbo seleciona apenas um argumento interno? Apresentaremos, nas subseções seguintes, as propostas do núcleo aplicativo (2.1.3.1) e do núcleo relacional (2.1.3.2), já abordadas na seção dos verbos bitransitivos, para a representação dos dativos monotransitivos.

2.1.3.1 Predicados monotransitivos: a proposta do núcleo funcional aplicativo

A proposta de que os dativos monotransitivos também são gerados pelo núcleo aplicativo é defendida por McFadden (2006). O autor considera que esses complementos apresentam propriedades idênticas às dos dativos de verbos bitransitivos e, portanto, ambas as construções devem ter a mesma estrutura.

³³ Em análises prévias (cf. Salles 2007), a ocorrência da estrutura sem preposição é um corolário da perda do dativo no PB. Neste ponto da análise, a questão da variação não é relevante.

A análise de McFadden parte da distinção entre o comportamento dos complementos acusativos e dativos na voz passiva, na língua alemã. Enquanto os primeiros, na estrutura passiva, são sujeitos nominativos e estabelecem concordância com o verbo (cf. 42), os argumentos dativos mantêm o mesmo Caso quando ocupam posição de sujeito da passiva e, conseqüentemente, não realizam a concordância com o verbo. Essa propriedade ocorre tanto com dativos de verbos bitransitivos (cf. 43) como de verbos monotransitivos (cf.44):

(42) a. Boris hat die Wissenschaftler unterstützt.

Boris has [the scientists]ACC supported
Boris supported the scientists.'

b. Die Wissenschaftler sind unterstützt worden.

[the scientists]NOM are supported become
'The scientists were supported.'

(43) a. Boris hat den Wissenschaftlern einen großen Auftrag gegeben.

Boris has [the scientists]DAT [a big assignment]ACC given
'Boris gave the scientists a big assignment.'

b. *Die Wissenschaftler sind ein/einen großer/großen Auftrag gegeben worden.

[the scientists]NOM are [a big assignment]NOM/ACC given become
intended: 'The scientists were given a big assignment.'

c. Den Wissenschaftlern ist ein großer Auftrag gegeben worden.

[the scientists]DAT is [a big assignment]NOM given become.
'The scientists were given a big assignment.'

(44) a. Boris hat den Wissenschaftlern geholfen.

Boris has [the scientists]DAT helped
'Boris helped the scientists.'

b. *Die Wissenschaftler sind geholfen worden.

[the scientists]NOM are helped become
'The scientists were helped.'

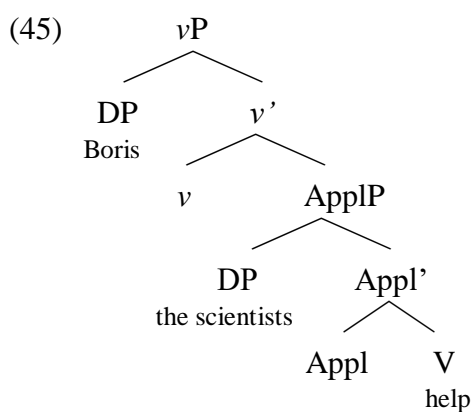
c. Den Wissenschaftlern ist geholfen worden.

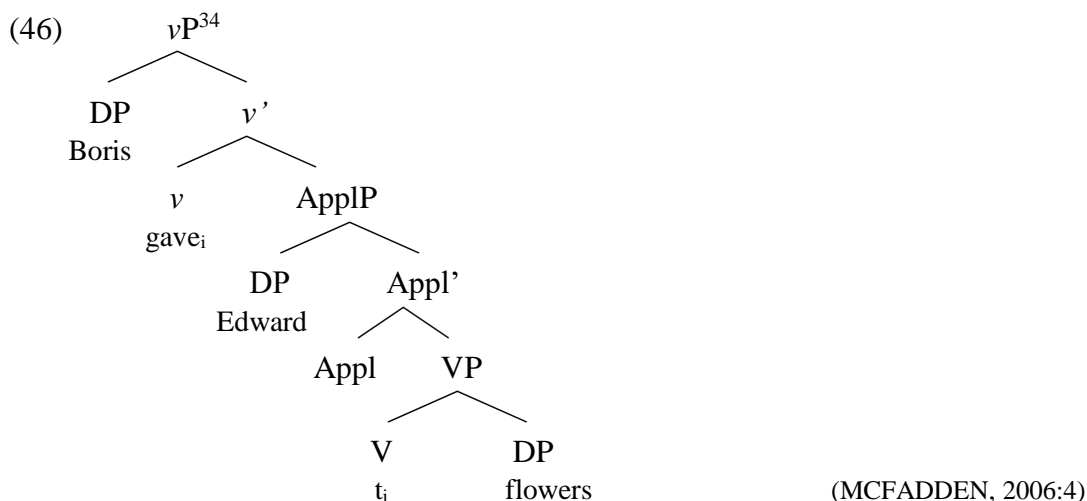
[the scientists]DAT is helped become
'The scientists were helped.'

(MCFADDEN, 2006: 1)

O autor afirma que há duas análises possíveis para esse fenômeno. Na primeira, a sintaxe depende da marcação de Caso, ou seja, é o Caso dativo que impede que esses argumentos se tornem sujeitos. Essa é uma proposta baseada na abordagem da teoria da Regência e Ligação: a explicação é que, em (42), o verbo na voz passiva não pode atribuir Caso acusativo ao seu argumento interno. Portanto, o DP complemento deve subir para a posição de sujeito para receber Caso do núcleo funcional T. Já em (43) e (44), os verbos ‘dar’ e ‘ajudar’ são especificados lexicalmente para atribuir Caso dativo inerente ao seu objeto. Assim, esse argumento, por apresentar um Caso inerente, não precisa receber Caso nominativo de T, por meio de concordância. Portanto, é o Caso dativo que bloqueia a relação de concordância. Entende-se, assim, que a sintaxe é dependente do Caso, conforme já afirmado.

Na segunda análise – defendida por McFadden – a proposta é que o Caso depende da sintaxe: o fato de o DP dativo não poder ser sujeito (não realizar a concordância com o verbo) é reflexo da estrutura argumental do verbo, que difere da estrutura de DPs acusativos. Essa estrutura, segundo o autor, é a mesma tanto para o dativo de verbos monotransitivos, quanto para o de verbos bitransitivos. Assim, McFadden propõe que o dativo de verbos monotransitivos (44) deve ter a mesma estrutura dos bitransitivos (43): ambos são licenciados por um núcleo aplicativo (cf. 45 e 46):





Portanto, a diferença entre o argumento dativo e o argumento acusativo não é apenas morfológica, mas sintática: enquanto o último é gerado como o complemento do verbo, o DP dativo se posiciona no especificador do sintagma aplicativo. O autor ressalta que a estrutura do argumento dativo não depende da presença do objeto direto: uma vez que esse argumento ocorre no especificador do sintagma aplicativo, o complemento do verbo não interfere em sua presença. Assim, é possível que o núcleo aplicativo introduza um argumento, ainda que o verbo não selecione nenhum complemento, conforme proposto em (45).

O autor afirma que dativos de verbos bitransitivos e monotransitivos apresentam comportamento semelhante – o que justifica a sua estrutura argumental idêntica. Segundo McFadden (2006), há restrições sintáticas que se aplicam aos dativos (de verbos de dois e três lugares), mas que não atingem os objetos diretos. Um exemplo é que os argumentos dativos não controlam predicados secundários resultativos (cf. (47), com verbo monotransitivo, e (48), com verbo bitransitivo), ao contrário do argumento acusativo (49):

- (47) *Etwas mißfällt mir zu Tode
 something displeases meDAT to. death
 ‘Something displeases me to death.’/ ‘Algo me desagrada até a morte’

³⁴ Percebe-se que essa representação difere da estrutura proposta por Pylkkänen (2002), que considera que o sintagma aplicativo se encontra na posição de complemento do VP (o aplicativo baixo), codificando a relação de posse entre dois argumentos. Não nos deteremos nessa questão no presente trabalho.

(48) *Du machst mir Sorgen zu Tode.

you make meDAT worries to death

‘You worry me to death.’/ ‘Você me deixa preocupado até a morte’

(49) Etwas verdrießt mich zu Tode.

Something vexes meACC to death

‘Something vexes me to death.’/ ‘Algo me irrita até a morte’

(MCFADDEN, 2006:9)

A outra restrição refere-se a predicados secundários depictivos: apenas a sentença com o objeto direto é gramatical (50), mas não a com os dativos bitransitivos (51) e monotransitivos³⁵ (52):

(50) Er sah sie nackt.

he saw herACC naked

‘He_i saw her_j naked_{i/j}.’/ ‘Ele_i a_j viu pelado(a)_{i/j}

(51) Er gab ihr den Apfel nackt.

he gave herDAT the appleACC naked

‘He_i gave her_j the apple naked_{i/*j}.’/ ‘Ele_i deu a maçã para ela_j pelado(a)_{i/*j}

(52) Er half ihr nackt.

He helped herDAT naked.

‘He_i helped her_j naked_{i/*j}.’/ ‘Ele_i a_j ajudou pelado(a)_{i/*j}³⁶

(MCFADDEN, 2006:10)

A proposta de que os dativos monotransitivos são gerados pelo núcleo aplicativo também explicaria diferenças entre verbos que são quase sinônimos em alemão, como *gratulieren* e *beglückwünschen*, que significam parabenizar (*to congratulate*). Enquanto o primeiro apresenta um complemento dativo, o segundo seleciona um DP acusativo. Essa

³⁵ Os testes de predicação secundária depictiva (mas não resultativa) também podem ser aplicados no PB para demonstrar a distinção entre argumentos acusativos e dativos. Apenas em (1), observamos a gramaticalidade da sentença, o que demonstra que o verbo ‘ajudar’ seleciona acusativo em português, diferentemente de (2) e (3), cujo complemento é dativo.

(1) Ele_i a_j ajudou pelado (a)_{i/j}

(2) Ele_i deu a maçã para ela_j pelado(a)_{i/*j}

(3) Ele_i lhe_j obedeceu furioso (a)_{i/*j}

³⁶ Importante observar que a sentença em português se refere apenas à tradução do exemplo, uma vez que, no PB a construção é gramatical, o que comprova que o verbo ‘ajudar’ seleciona complemento acusativo nessa língua (cf. nota de rodapé 35).

distinção não pode ser baseada em papel temático, uma vez que é difícil postular que esses verbos apresentam complementos com semântica distinta. O que ocorre é que tais verbos apresentam estruturas argumentais diferentes, apesar de sua similaridade semântica.

Assim, conclui-se que o argumento dativo não é uma propriedade lexical do verbo, mas do núcleo funcional a que se vincula na estrutura do predicado. Na análise de McFadden, trata-se do núcleo aplicativo, independentemente da ocorrência do objeto direto na estrutura.

Com relação à análise de McFadden (2006), cabe mencionar que o autor não aprofunda a distinção entre, por exemplo, as estruturas aplicativos do alemão e do inglês. Enquanto, no alemão, o DP gerado no especificador do núcleo aplicativo recebe Caso dativo inerente desse mesmo núcleo, no inglês, o DP aplicativo recebe Caso acusativo do núcleo funcional v , com implicações para as propriedades formais do DP (cf. Torres-Morais; Salles, 2010). Apesar de apresentarem propriedades semelhantes (como o fato de ambos não controlarem predicados secundários depictivos), as duas estruturas distinguem-se pelo fato de que, em alemão, o DP aplicativo mantém o Caso dativo na estrutura passiva, enquanto em inglês, por ser acusativo, o DP, na passiva, recebe Caso nominativo e faz a concordância com o verbo. Portanto, diferentemente da argumentação de McFadden (tomando por referência somente o alemão), concluímos que a estrutura aplicativo não é o fator que bloquearia a concordância do DP com o verbo na estrutura passiva.

2.1.3.2 Predicados monotransitivos: a proposta do núcleo relacional de inclusão

Outro estudo referente aos dativos monotransitivos é o de Manzini; Franco (2016) e Manzini et al (2017). A análise dos autores é semelhante à de McFadden (2006), no sentido de que eles também consideram que dativos monotransitivos apresentam estrutura similar à dos dativos de verbos bitransitivos. No entanto, Manzini; Franco (2016) e Manzini et al (2017), diferentemente de McFadden (2006), não se baseiam na proposta dos núcleos aplicativos, mas sim, no núcleo relacional $P(\subseteq)$ para representar essas sentenças.

Essa distinção entre os dois modelos teóricos de análise não é meramente uma mudança de rótulo, pois comporta uma divergência conceitual e teórica, em relação ao estatuto dessas categorias. Enquanto o núcleo aplicativo é uma categoria funcional, o núcleo relacional é uma categoria predicativa. Nesse sentido, a presença do núcleo relacional está de acordo com a hipótese de unificação da morfologia e da sintaxe, postulada originalmente em Manzini; Savoia (2007). Para esses autores, “todos os itens lexicais são dotados de

conteúdo LF e PF (Forma Lógica e Forma Fonológica respectivamente), o que implica que não existe nenhum nóculo na estrutura com um traço abstrato apenas – ou seja, os únicos nóculos terminais presentes em uma dada estrutura são os que apresentam expressão lexical” (p. 3).³⁷

Nesse sentido, o modelo de M; S (2007) está de acordo com os postulados da Morfologia Distribuída – MD (formulados em Halle; Marantz (1993, 1994), citados pelos autores) segundo os quais as estruturas morfológicas são idênticas às estruturas sintáticas, embora divirja por postular que a inserção lexical é ‘precoce’ (e não tardia, como no modelo MD), o que dispensa mecanismos de empobrecimento para acomodar as restrições impostas pelos itens que integram vocabulário em cada língua.³⁸

Na análise de Manzini; Franco (2016) e Manzini et al (2017), os autores apresentam uma proposta de estrutura que representa, não apenas os dativos bitransitivos, como os dativos monotransitivos e os chamados ‘dativos animados’ – argumentos com marcação morfológica de dativo, que fazem parte do fenômeno DOM (Marcação Diferencial de Objeto – do inglês, *Differential Object Marking*). De acordo com Aissen (2002), DOM é um fenômeno no qual as línguas marcam alguns objetos diretos, mas não outros, dependendo de seus traços semânticos e pragmáticos, como animacidade e definitude. Essa marcação, na maioria das línguas, é idêntica à marcação do dativo, mas também pode apresentar marcas de locativo ou ablativo.

A proposta de Manzini; Franco (2016) e Manzini et al (2017) para os dativos DOM distingue-se dos estudos prévios, que afirmam que objetos DOM e dativos-alvo são categorias sintáticas diferentes, que coincidem apenas em seu *spell-out* – o fato de DOM e dativo apresentarem a mesma marca é entendido como uma coincidência morfológica (JAEGGLI, 1981; BÉJAR; REZAC, 2009 *apud* MANZINI;FRANCO, 2016).

Manzini; Franco (2016) e Manzini et al. (2017) discordam dessa abordagem, pois consideram que objetos DOM e complementos dativos-alvo formam uma classe morfossintática única. Portanto, os dativos DOM apresentariam a mesma estrutura dos dativos monotransitivos.

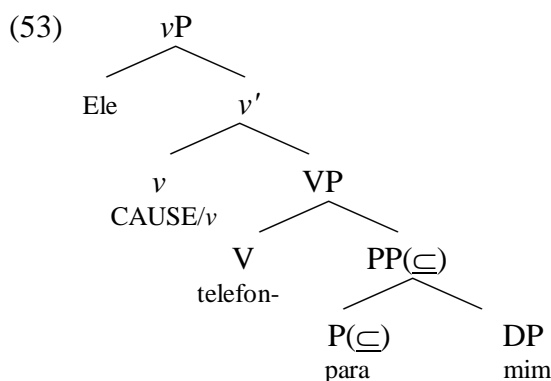
³⁷ No original: “(...) there cannot be any node in the structure endowed with abstract feature content only; in other words the only terminal nodes present in a given structure are the overtly lexicalized ones present in a given structure are the overtly realized ones.”

³⁸ Adaptado do original: “We also differ sharply from Distributed Morphology in holding that insertion of lexical items is ‘early’; because of this we deny ourselves the considerable power accruing to distributed morphology from impoverishment and similar mechanisms that require Late Insertion.” (p. 6)

Para explicar a generalização proposta (DOM = dativo-alvo), os autores apresentam sua visão sobre a teoria do Caso baseada no núcleo aplicativo, já explanada na seção 2.1.2.3. Conforme explicado, segundo os autores, a marcação do Caso dativo (bem como do Caso genitivo) não se dá pela relação *Agree* (com o núcleo aplicativo), mas por uma relação semelhante à relação de papel temático.

O Caso dativo – representado por $P(\underline{\quad})$ ou $Q(\underline{\quad})$ – apresentaria um conteúdo relacional, uma vez que, assim como as preposições, introduziria uma relação entre o argumento que seleciona e outro argumento. A relação estabelecida por $P(\underline{\quad})/Q(\underline{\quad})$ nos verbos bitransitivos se dá entre o argumento de $P(\underline{\quad})$ (o argumento alvo) e o outro argumento presente no VP (o tema acusativo) (cf. exemplo 36 na subseção 2.1.2.3).

Qual seria a relação estabelecida por $P(\underline{\quad})$ nos verbos monotransitivos? Os autores propõem que seja entre o argumento dativo e uma categoria nominal realizada como constituinte na estrutura do evento. De fato, os predicados transitivos podem ser parafraseados por um predicado associado a um nome marcado para um traço eventivo. Essa intuição foi formalizada por Hale; Keyser (1993) e também por Chomsky (1995), em que é postulada a categoria funcional v como o núcleo para representar o predicado transitivo, por seu papel como introdutor do argumento externo e como licenciador do argumento interno. Assim, a sentença “Ele telefonou para mim” seria semelhante à “Ele causou /deu um telefonema para mim”. A estrutura dessa sentença está representada a seguir (cf. 53):



A questão pendente é: por que alguns verbos monotransitivos selecionam um complemento dativo ($P(\underline{\quad})$) e outros selecionam argumentos acusativos (DPs)? No PB, exemplos desses verbos são ‘telefonar’ e ‘ajudar’ respectivamente. Segundo os autores, alguns verbos se comportam como predicados simples, seu complemento não é sensível à presença de subeventos/ estados em sua estrutura eventiva.

A propriedade de selecionar o complemento dativo não seria fixada pela Gramática Universal, uma vez que há variação entre as línguas – ‘ajudar’ seleciona acusativo em italiano e em português, mas dativo em latim; ‘telefonar’ é dativo em italiano e português, mas acusativo em inglês.

Neste sentido, os autores concordam com a proposta de Svenonius (2002 *apud* MANZINI ET AL., 2017), que afirma que não existiria Caso lexical idiossincrático: para estipular que um verbo seleciona dativo é preciso considerar a forma como as propriedades estruturais de evento são codificadas em relação ao argumento interno.

Nesse sentido, a estrutura utilizada para representar os dativos monotransitivos (cf. 53) também pode ser utilizada para representar dativos DOM, conforme afirmado. Segundo Manzini; Franco (2016) e Manzini et al (2017), dativos e dativos DOM são considerados a mesma categoria sintática apesar do comportamento distinto.

Um aspecto que os autores citam é a voz passiva: argumentos dativos não fazem a concordância com o verbo, quando em posição de sujeito, na voz passiva. Já argumentos DOM apresentam essa propriedade – e, por esse motivo, são considerados argumentos acusativos, de acordo com algumas análises.

A explicação de Manzini et al (2017) para essa questão é que os argumentos dativos (bitransitivos e monotransitivos) são requeridos pelo verbo. Já os dativos DOM são requeridos por propriedades do argumento interno. Essas propriedades, como animacidade e definitude, fazem com que esse argumento interno nunca seja inserido diretamente no VP – é necessária a presença do núcleo P($\underline{\quad}$).

Na seção seguinte, apresentaremos uma síntese da análise dos dativos bitransitivos e monotransitivos nas línguas orais, e apresentaremos a proposta adotada nesta tese.

2.1.4 Síntese da análise: dativo nas LOs

Tendo em vista as diferentes análises referentes ao complemento dativo de verbos bitransitivos e monotransitivos nas línguas orais, apresentamos, nesta subseção, um resumo das abordagens explanadas, bem como a proposta que adotamos neste trabalho.

Nas análises apresentadas, observamos algumas propriedades que caracterizam determinado complemento como dativo. Iniciemos com as propostas referentes às construções bitransitivas. Na abordagem do núcleo aplicativo (CUERVO, 2003; DIACONESCU; RIVERO, 2005; TORRES-MORAIS; SALLES, 2010), o complemento

dativo é gerado no especificador do aplicativo e se caracteriza por apresentar um morfema/preposição *dummy*, responsável por marcar o Caso do DP, na estrutura morfofonológica.

Além disso, o DP dativo ocorre apenas em construção de objeto duplo. A análise de Diaconescu; Rivero (2005) para o romeno ilustra bem essa questão: ainda que o DP apresente marca morfológica de dativo, se a sentença em que ele ocorre não for uma construção de objeto duplo (caracterizada, nesse caso, pelo redobro do clítico), o DP não é considerado um dativo, mas um oblíquo, cuja preposição é nula nesse caso (cf. exemplo 16).

A abordagem de Levin (2006, 2008) também apresenta distinção entre as construções oblíquas (realizadas por preposição) e as construções dativas. No entanto, na análise da autora, um DP é considerado dativo se apresentar marca morfológica desse Caso ou se apresentar propriedades que o caracterizem como tal. Nesse sentido, para a autora, o DP alvo de uma construção DOC em inglês não é um acusativo, mas sim um dativo – ainda que não carregue nenhuma marca morfológica.

Levin (2006) demonstra que o DP alvo de DOC apresenta diversas propriedades em comum com o DP dativo de outras línguas, além de estarem em distribuição complementar: uma língua que apresenta DPs dativos com marca morfológica não possui construção de objeto duplo (e vice-versa). Com relação às características divergentes (como a possibilidade de ser sujeito nominativo na voz passiva), Levin (2006) considera essa uma propriedade da animacidade do DP e não do Caso que manifesta.

Por fim, a análise de Manzini; Franco (2016), Manzini et al (2017) não faz distinção entre complemento dativo e complemento oblíquo – para os autores, o complemento oblíquo engloba os Casos dativo e genitivo. Em sua proposta, tanto a marca morfológica do dativo, quanto a preposição dativa realizam um núcleo relacional que introduz uma relação entre os argumentos internos da sentença (possuído e possuidor). Para representar o DP dativo, os autores propõem que o núcleo P (ou Q, no caso dos dativos pronominais/ flexionais) venha acompanhado da notação ‘ $\underline{\quad}$ ’, que representa um conteúdo de inclusão, que corresponde ao Caso dativo. Assim, os dativos são introduzidos na sentença pelo núcleo P($\underline{\quad}$)/Q($\underline{\quad}$).

Com relação às estruturas monotransitivas, a proposta do núcleo aplicativo, adotada por McFadden (2006), considera que os DPs dativos de verbos monotransitivos também são gerados no especificador do núcleo aplicativo, assim como os dativos de verbos bitransitivos. Segundo o autor, é a estrutura argumental idêntica que explicaria o comportamento sintático semelhante das estruturas dativas bitransitivas e monotransitivas,

associado ao Caso inerente. No entanto, McFadden não explica o porquê de o DP alvo de DOC em inglês ser um acusativo, visto que esse sintagma também é gerado no spec do aplicativo.

A abordagem de Manzini; Franco (2016), Manzini et al (2017) também assume a mesma estrutura para representar os dativos bitransitivos e monotransitivos, licenciados pelo núcleo $P(\underline{\quad})$. No caso das sentenças monotransitivas, a relação estabelecida por $P(\underline{\quad})$ se dá entre o argumento interno e um constituinte de evento. Na análise, considera-se, ainda, que os dativos DOM também sejam gerados nessa estrutura. Segundo os autores, apesar das propriedades distintas dativos DOM e dativos alvo devem ser considerados uma classe morfossintática única.

Neste trabalho, adotamos a proposta de Manzini; Franco (2016), Manzini et al (2017) para representar as construções dativas bitransitivas e monotransitivas do Português Brasileiro. Assumimos, com os autores, que as construções dativas são sintagmas oblíquos e introduzem uma relação de posse entre os argumentos internos. No PB, essa construção é introduzida pelas preposições ‘para’, e, em alguns dialetos, pela preposição ‘a’, caracterizando-se pela pronominalização com o pronome forte na estrutura preposicional (‘para mim/ você(s)/ ele(s)/ ela(s)’), e não com o clítico ‘lhe’, que fica restrito à modalidade escrita da língua.

Finalizada essa questão, passaremos à análise do complemento dativo nas línguas de sinais.

2.2 O complemento dativo nas línguas de sinais

Tendo em vista a análise referente ao complemento dativo nas línguas orais, passamos à investigação acerca desse complemento nas línguas de sinais, considerando particularmente a Língua de Sinais Brasileira (libras). Conforme abordado anteriormente, verificamos que as construções que apresentam os chamados verbos de concordância em libras podem corresponder a construções com complementos dativos do PB (cf. quadros 1 e 2, no capítulo 1).

Assim, abordaremos, inicialmente, estudos que tratam das propriedades dos verbos de concordância nas línguas de sinais, para, em seguida, estudarmos a natureza do complemento dos verbos de concordância em libras (bitransitivos e monotransitivos) e a sua relação com o complemento dativo.

2.2.1 A concordância nas línguas de sinais

A concordância é analisada como um fenômeno em que a forma de um elemento é determinada por outro elemento a ele ligado gramaticalmente. No caso da concordância verbal, o verbo (entendido como o alvo desse processo) tem a sua forma modificada de acordo com traços formais do argumento controlador da concordância. Essa afirmação é válida tanto para línguas orais quanto para línguas de sinais (QUADROS; KARNOPP, 2004; LILLO-MARTIN; MEIER, 2011). Entretanto, a concordância nas modalidades oral-auditiva e visual-espacial diferencia-se em alguns aspectos, que serão apresentados a seguir.

Entende-se que, nas línguas orais, ocorre a concordância quando o verbo se modifica de acordo com propriedades de seu argumento, tipicamente o sujeito da sentença. Assim, em português, o verbo ‘ajudar’ tem a sua forma alterada, por meio do acréscimo de morfemas, de acordo com os traços de pessoa e número do sujeito correspondente (cf. 54 e 55):

(54) O menino ajuda a mãe.

(55) Os meninos ajudam a mãe.

Nos exemplos (54) e (55), a concordância verbal se dá com o sujeito da sentença. Entretanto, algumas línguas orais podem apresentar também a concordância com o objeto. Meir; Sandler (2008) apresentam um exemplo do Árabe Literário Padrão, cujo verbo contém morfemas associados ao sujeito e ao objeto (cf. 56):

(56) Zur-tu-hu

Visitar – sujeito 1s – objeto 3s

‘Eu o visitei’.

Em relação às línguas de sinais, há estudos que defendem a hipótese de que, nessas línguas, assim como nas línguas orais, também ocorre o fenômeno da concordância verbal. No entanto, nas LS, a concordância apresenta propriedades distintas das LOs, conforme ressaltado anteriormente (QUADROS; KARNOPP, 2004; LILLO-MARTIN; MEIER, 2011; SANDLER; LILLO-MARTIN, 2006). Essas diferenças levam alguns autores a se questionarem quanto a se, de fato, esse fenômeno nas línguas de sinais pode ser tratado como concordância. A proposta que adotamos nesse trabalho é a de que, apesar das

particularidades decorrentes da modalidade linguística, o fenômeno referido na literatura como concordância verbal constitui um mecanismo de marcação gramatical do argumento alvo na estrutura oracional. De acordo com Lillo-Martin; Meier (2011), três características podem ser apontadas como típicas da concordância verbal em LS: (i) o uso de mecanismos paralinguísticos (gestuais), (ii) a concordância obrigatória com o objeto e (iii) a restrição da concordância a determinados verbos.³⁹

Antes de explicitarmos os três pontos acima, é necessário explanar como se dá a concordância em língua de sinais. A concordância verbal em LS depende do estabelecimento de referentes no espaço. Por serem línguas de modalidade vísuo-espacial, é no espaço de sinalização que serão constituídas as relações gramaticais. O sinalizador marca os referentes do discurso em um ponto do espaço de sinalização – que vai da sua cabeça aos seus quadris. Cada ponto no espaço, que contém informações únicas sobre o referente, é denominado *Referential Locus* (*R-Locus*) (MEIR, 2002; QUADROS; KARNOPP, 2004; ARONOFF ET AL, 2005; LILLO-MARTIN; MEIER, 2011). O referente pode ser introduzido por meio da realização de um sinal, de um classificador, ou apontando-se o dedo indicador para um ponto específico (esse processo é denominado ‘apontação’ e glosado como ‘IX’) que, segundo Quadros; Karnopp (2004), é a forma mais comum de inclusão de referentes no espaço. Estabelece-se um ponto arbitrário para o referente não presente no discurso. Quando este está presente, o ponto estabelecido é a sua posição real. Uma vez introduzidos, esses referentes podem ser mencionados posteriormente, fazendo-se referência ao ponto em que foram estabelecidos previamente.

Diz-se que, em LS, o verbo apresenta concordância quando a direção do movimento e/ ou da palma da mão, na estrutura do sinal⁴⁰, é determinada pela localização dos

³⁹ As análises apresentadas nesta seção referem-se a pesquisas em diferentes línguas de sinais: Libras, Língua de Sinais Americana (ASL) e Língua de Sinais Israelense (ISL). As propriedades da concordância que estamos abordando são comuns a essas três línguas, bem como às línguas de sinais em geral (com raras exceções, que não consideramos aqui). No caso de haver alguma particularidade de uma LS específica, esse fato será ressaltado no texto.

⁴⁰ Nas línguas de sinais, o sinal é formado por parâmetros, que constituem as unidades mínimas que formam os itens lexicais. Esses parâmetros, que podem corresponder a fonemas ou morfemas das LS são: a configuração de mão (CM), o ponto de articulação ou locação (L) e o movimento (M). Há, ainda, a orientação da mão (Or) e as expressões não-manuais (ENM), consideradas parâmetros secundários (STOKOE, 1960, *apud* QUADROS; KARNOPP, 2004). A configuração de mão refere-se à forma que a mão assume na realização do sinal. Algumas destas CMs correspondem às letras do alfabeto manual, mas não se restringem a elas (cf. Anexo D). A locação consiste no espaço onde o sinal será realizado, podendo ser no próprio corpo ou no espaço neutro. O movimento pode se referir ao movimento interno da mão / do pulso ou pode ser um movimento direcional no espaço. A orientação de mão é a direção que a palma da mão assume na realização do sinal, podendo estar voltada para cima, para baixo, para dentro (corpo do sinalizador), para fora, para a esquerda e para a direita. Por fim, as expressões não-manuais referem-se às expressões faciais e aos movimentos do corpo (FERREIRA-BRITO, 1995; FERNANDES, 2003; QUADROS; KARNOPP, 2004).

argumentos desse verbo, os quais, por sua vez, realizam a posição de sujeito e de objeto – e que correspondem aos referentes estabelecidos no espaço (LILLO-MARTIN & MEIER, 2011; SANDLER & LILLO-MARTIN, 2006). Observe os exemplos (57) (figura 5) e (58) (figura 6), com o verbo AJUDAR, em libras, em que se postula o fenômeno da concordância:

(57) 1_S AJUDAR 2_S .
 ‘Eu ajudo você.’



Figura 5: A sentença “Eu ajudo você” em libras (CAPOVILLA ET AL., 2012: 313)

(58) 2_S AJUDAR 1_S
 ‘Você me ajuda.’



Figura 6: A sentença “Você me ajuda” em libras (CAPOVILLA ET AL., 2012: 313)

Conforme se depreende dos dados, o verbo AJUDAR, em libras, modifica a realização do movimento do sinal (no que se refere à direção), de acordo com os argumentos. Em (57), o movimento da trajetória do verbo é realizado a partir de um ponto no espaço associado ao argumento que realiza a posição de sujeito, que corresponde à primeira pessoa do discurso (ou seja, o emissor), e é finalizado no ponto associado ao argumento que realiza a posição de objeto (o receptor), identificado com a segunda pessoa do discurso. Já em (58), o movimento realizado pelo verbo é oposto: inicia-se no ponto associado à segunda pessoa

do discurso (o receptor), que realiza a posição de sujeito, e é finalizado no ponto associado à primeira pessoa do discurso (o emissor), que corresponde ao objeto. A orientação da palma da mão também é diferente nas duas sentenças: enquanto em (57), ela é voltada para a segunda pessoa (o receptor), em (58), ela se volta para a primeira pessoa (o emissor), o que caracteriza, em ambos os casos, a posição de objeto.

Uma consequência dessa forma de realizar os argumentos é que, na estrutura de verbos de concordância, o sujeito e o objeto podem ser nulos. Por hipótese, essa forma de indicar os argumentos (na estrutura do sinal) torna desnecessário realizá-los lexicalmente, uma vez que o movimento do verbo de um ponto a outro ‘copia’ os traços dos referentes, o que sugere uma correspondência ao afixo verbal: o ponto inicial corresponde ao sujeito, e o ponto final indica o objeto. Nos verbos reversos, uma classe dentro dos verbos de concordância, o movimento da trajetória do sinal é oposto, pois parte do argumento realizado como objeto e pode se deslocar em direção ao argumento realizado como sujeito. Quando não há concordância, os argumentos são realizados lexicalmente por meio da apontação (IX), processo que corresponderia aos pronomes em LS.

A concordância em LS, portanto, é representada pela trajetória do verbo, também chamada de direcionalidade⁴¹, que é entendida como um processo de compartilhamento de traços de pessoa e número⁴² – assim como ocorre na concordância verbal das línguas orais (LILLO-MARTIN, MEIER, 2011). Na concordância de pessoa, conforme descrito, o parâmetro do movimento na estrutura do verbo se direciona para o ponto correspondente à pessoa do discurso: a primeira pessoa, representada pelo próprio sinalizador; a segunda pessoa, referente ao receptor da mensagem; e a terceira pessoa, que corresponde a um ponto (ou mais) estabelecido no espaço.

Com relação à concordância com argumentos no plural, há diferença entre a concordância com os argumentos externo e interno, realizados como sujeito e objeto, respectivamente. No caso de o objeto estar no plural, o movimento direciona-se para os pontos correspondentes estabelecidos no espaço. Esse movimento direcional pode ser para dois ou três pontos específicos. Quando o plural do objeto se refere a um número maior que três, a concordância (denominada concordância múltipla) é realizada por meio de um

⁴¹ Os verbos com concordância são chamados também de verbos direcionais (FERREIRA-BRITO, 1995).

⁴² Lillo-Martin; Meier (2011) ressaltam que, em algumas línguas de sinais da Ásia, também há concordância de gênero. Não exploraremos essa questão neste trabalho.

movimento em forma de arco (QUADROS; KARNOPP, 2004; SANDLER; LILLO-MARTIN, 2006).

Quando o sujeito apresenta forma plural, Padden (1983) e Sandler; Lillo-Martin (2006) observam que, em ASL, não é possível a concordância múltipla – nesse caso, é realizado o sinal do pronome plural. Além disso, quando ambos os argumentos estão no plural, o verbo realizará a concordância apenas com o objeto, uma vez que, em LS, a concordância é obrigatória com o argumento interno, conforme será explicado adiante.

O entendimento de que a direcionalidade representa compartilhamento de traços *phi* não é consenso entre os pesquisadores das línguas de sinais. Liddell (2000) afirma que a direcionalidade não pode ser entendida como concordância – não pode ser entendida, sequer, como um processo linguístico, uma vez que se refere a fenômenos fora desse sistema. A crítica do autor refere-se, especialmente, à questão do compartilhamento de traços de pessoa.

Lillo-Martin; Meier (2011) concordam com Liddell (2000) ao afirmarem que a direcionalidade envolve aspectos não-linguísticos, mas discordam do autor, por atribuírem a esse mecanismo a função de concordância verbal – um processo linguístico, portanto. Essa afirmação nos remete à primeira particularidade das LS, mencionada anteriormente, que é a presença de mecanismos paralinguísticos (gestuais) presentes na marcação de concordância. Ao considerar que a direcionalidade de determinados verbos não funciona como marcador de pessoa, Liddell (2000) entende que o estabelecimento de referentes no espaço, realizado por meio da apontação, não é um processo linguístico, mas apenas gestual.

Dessa forma, Liddell (2000) diverge de várias análises em que a apontação tem sido tradicionalmente entendida como a realização do sistema pronominal nas línguas de sinais, conforme mencionado. Esse sistema está descrito em vários estudos, destacando-se para o presente trabalho a análise seminal de Ferreira Brito (1995) da Língua de Sinais Brasileira (libras). Em termos gerais, para se referir à primeira pessoa, o sinalizador aponta para si próprio. No caso da não-primeira pessoa, é usado o espaço à frente do sinalizador. Diferentemente das LOs, os pronomes de terceira pessoa em LS não podem fazer referência a uma classe de indivíduos, mas somente a uma pessoa específica. Não há, portanto, ambiguidade, visto que cada ponto representa um referente distinto, que pode ser realizado em um número ilimitado de localizações.

Considerando esse fato, Liddell (2000) afirma que a apontação em LS não seria um pronome pessoal da língua, mas apenas um elemento gestual. Não haveria valor linguístico no ato de se apontar para um ponto; esse processo seria apenas um modo não verbal de se

referir a uma localização específica – realizado também nas línguas orais. Liddell (2000), portanto, considera que o *R-locus* é somente uma localização e não uma realização gramatical. O referente não é o *locus*, ele está apenas representado nele. Segundo o autor, se *locus* fosse linguístico, seria necessário postular um número ilimitado de localizações no espaço ou postular um morfema com forma indeterminada, o que, de acordo com Liddell (2000), não é adequado. Uma vez que a apontação é somente um processo gestual, o movimento direcional dos verbos em LS também não deve ser analisado como um processo de concordância, uma vez que não existe compartilhamento de traço de pessoa.

Lillo-Martin; Meier (2011) discordam da visão de Liddell (2000) e se baseiam na proposta de distinção entre primeira pessoa e não-primeira pessoa nas LS, para comprovar que a apontação pode ser analisada como pronome pessoal nas línguas de sinais. Os autores demonstram que, primeiramente, existe variação entre as línguas com relação ao pronome de primeira pessoa. O pronome pessoal, na maioria das línguas de sinais, é realizado apontando-se para o peito do emissor. Na Língua de Sinais Japonesa, entretanto, o ponto de articulação desse sinal é o nariz do sinalizador. Em libras, também se percebe uma diferença no pronome de primeira pessoa – nesse caso, no pronome possessivo. Pizzio, Rezende e Quadros (2009) observam que, apenas na primeira pessoa, o pronome possessivo pode apresentar duas configurações de mão (CM): [B] ou [K] (cf. anexo I). Os demais pronomes possessivos são realizados apenas com a CM [K].

Outra propriedade distintiva é o fato de que apenas a primeira pessoa do plural apresenta um sinal específico. Lillo-Martin; Meier (2011) afirmam que há sinais específicos para os pronomes WE (1pl) e OUR (1pl possessivo), em ASL, enquanto os pronomes plurais de segunda e terceira pessoas são realizados de forma composicional (aponta-se para o referente e realiza-se um movimento de arco). Por fim, de acordo com os autores, há uma diferença na realização do pronome de primeira pessoa no discurso direto e indireto. No discurso direto, quando o sinalizador aponta para o peito, ele não se refere a si próprio necessariamente, mas ao sujeito do discurso. No discurso indireto, a apontação para o peito do sinalizador é, de fato, referência ao próprio sinalizador. Assim, Lillo-Martin; Meier (2011) entendem que a apontação não é simplesmente um processo gestual de localização, mas um fenômeno linguístico, analisado como um pronome pessoal.

O fato de a apontação em LS ser entendida como um pronome pessoal – que apresenta traço de pessoa, portanto – não implica, necessariamente, o entendimento de que a direcionalidade compartilha esse traço. Esse mecanismo poderia ser interpretado apenas

como um movimento entre os *loci* associados aos referentes. No entanto, Lillo-Martin; Meier (2011) identificam na direcionalidade as mesmas distinções entre primeira e não-primeira pessoa, encontradas nos pronomes. Os autores afirmam que apenas os objetos de 1ª pessoa têm forma específica em determinados verbos. Por exemplo, em ASL, os verbos CONVINCER ('convencer') e REMIND ('lembrar') direcionam-se, respectivamente, para o pescoço e para o ombro do sinalizador. Quando o objeto não é de 1ª pessoa, o sinal é realizado no espaço neutro.

Outra característica encontrada pelos autores na concordância de primeira pessoa é que, com alguns verbos, o objeto de primeira pessoa apresenta altura especificada lexicalmente. Por exemplo, o verbo GIVE ('dar'), ao concordar com o objeto de primeira pessoa, direciona-se para o peito do emissor. Já o verbo SAY-NO-TO ('dizer-não-a') finaliza sua trajetória próximo ao nariz. No entanto, quando o objeto é de segunda ou terceira pessoas, não há essa distinção de altura.

Nesse sentido, entende-se que a direcionalidade é um processo de concordância verbal e funciona como marcador de pessoa. Entretanto, é necessário considerar as críticas de Liddell, descritas acima, com relação ao estatuto linguístico do *locus*: a) não é possível postular um número ilimitado de localizações do referente no espaço (quando esse não diz respeito à primeira pessoa); b) não é adequado postular um morfema com forma indeterminada. Lillo-Martin; Meier (2011) concordam apenas com o primeiro ponto exposto por Liddell, mas discordam quanto à inadequação de se postular um morfema abstrato. A explicação de Lillo-Martin; Meier (2011) com relação aos múltiplos *loci* é que, apesar de o *R-locus* poder ser associado a qualquer ponto no espaço (potencialmente infinitos), discursivamente haveria apenas três pontos: em frente ao emissor, do seu lado direito e do seu lado esquerdo. O problema consiste em especificar a forma morfofonológica dos *R-loci*, uma vez que não é possível listar todos os pontos do espaço no léxico mental do falante.

Os autores citam estudo de Lillo-Martin e Klima (1990 *apud* LILLO-MARTIN, MEIER, 2011), que propõem que as LS não apresentam formas pronominais infinitas, mas apenas primeira e não primeira pessoa. No entanto, os índices abstratos assinalados nos nominais seriam realizados abertamente por meio do *locus*. Nominais com o mesmo índice são realizados na mesma localização, enquanto aqueles com índices distintos são realizados em *loci* diferentes.

Essa posição também é adotada por Aronoff et al. (2005), que afirmam que, apesar de os *R-loci* serem, de fato, infinitos, os nominais não estão associados diretamente a eles,

mas a um índice referencial abstrato, que é interpretado como uma variável dentro do sistema linguístico. No discurso, essa variável é realizada em algum ponto do espaço. No entanto, o sistema linguístico não precisa lidar com todos esses *R-loci*, mas apenas com o índice referencial abstrato.⁴³

No caso da concordância, segundo Aronoff et al (2005), o verbo copia o índice referencial de seu argumento (que inclui os valores de pessoa e número) e, assim, ambos – verbo e argumento – passam a ser realizados no mesmo *locus*. Segundo os autores, esse processo seria semelhante ao fenômeno da concordância aliterativa, presente, na língua Bainouk. Nesse tipo de concordância, um elemento copia a informação fonológica de outro elemento. Por exemplo, em certos casos, o determinante copia a consoante e a vogal iniciais da raiz do nome. Observa-se, assim, que, apesar de raros, morfemas abstratos podem ocorrer nas línguas (orais) – ao contrário do que afirma Liddell (2000).

Deste modo, concluem Lillo-Martin; Meier (2011), a concordância em LS envolve processos linguísticos de referenciação – em que atua um índice referencial abstrato – e não linguísticos – os *loci*, que são determinados fora da gramática. A conexão entre referente e *locus* requer, portanto, uma interface entre língua e gesto. Nas línguas orais também ocorre essa combinação, quando o interlocutor fala o pronome e aponta para determinado ponto. A diferença entre LO e LS é que, nesta, o pronome e o gesto não podem ser desagregados, pois ocupam o mesmo canal espacial.⁴⁴

A segunda diferença importante entre LS e LO está no fato de que, nas línguas orais, a concordância, quando realizada na estrutura morfológica do verbo, é estabelecida primordialmente com o sujeito, embora possa ocorrer também com o objeto da sentença, conforme demonstrado em (56). Nas línguas de sinais, ocorre o oposto: a concordância é obrigatória com o objeto, podendo ou não ser realizada com o sujeito (primazia do objeto em relação ao sujeito) (cf. Meir et al. 2008). Não há concordância exclusivamente com o sujeito – verbos intransitivos nunca são direcionais. Em (59 e 60), apresentamos sentenças em libras, cuja concordância é realizada exclusivamente com o objeto:

⁴³ O estatuto gramatical de *R-loci* é investigado em Prado; Lessa-de-Oliveira (2012); Prado (2014), como categorias pronominais e na relação com o Nome. Em particular, argumenta-se que sua distribuição anteposta ou posposta ao NP na estrutura do DP permite distinguir o estatuto dêictico e de uma realização não-dêictica. O aprofundamento dessa questão vai além do escopo deste trabalho.

⁴⁴ A questão da (des)agregação entre a categoria linguística e o canal da modalidade é observada não só em línguas de sinais, mas também em línguas orais. No caso das LOs, a impossibilidade de desagregação se verifica nos casos de reduplicação, em que, por exemplo, a codificação da categoria de número é feita pela realização repetida de um segmento da cadeia sonora. Nesse caso, não é possível desagregar a realização da categoria de número do processo de repetição aplicado à cadeia sonora.

(59) MARIA_a ABANDONAR_b FILHO_b.

Maria abandonou o filho.

(60) IX₂ ACARICIAR_b CACHORRO_b.

Você acariciou o cachorro.

(LOURENÇO, 2014: 48)

Conforme ressaltado anteriormente, no caso de argumentos no plural, a concordância é sempre obrigatória com o objeto e restrita com o sujeito. Quando ambos os argumentos (externo e interno) estão no plural, a concordância se dará apenas com o argumento interno.

Diferentes autores propõem explicações diversas para esse fenômeno. Meir *et al.* (2008) propõem que o corpo do sinalizador marca o sujeito, enquanto a direção do verbo marca o objeto⁴⁵. Já Neidle *et al.* (2000 *apud* LILLO-MARTIN; MEIER, 2011) afirmam que não haveria ausência de concordância, mas uma forma neutra (como em um afixo zero). Há também a proposta de Meir (2002), segundo a qual, na verdade, o verbo não estabelece concordância com o objeto, mas apenas marca o seu Caso, realizado pela orientação da mão (aprofundaremos esse ponto na seção 2.2.1.1). Por fim, a visão de Lillo-Martin; Meier (2011) é considerar essa questão como uma característica própria da concordância em LS. Os autores ressaltam, no entanto, que essas idiosincrasias não são exclusivas das línguas de sinais. Pesquisas translinguísticas demonstram que há uma variedade de sistemas de concordância entre as línguas orais, podendo ocorrer, mesmo que rara, a concordância apenas com o objeto (cf. Siewierska, 2004 *apud* Lillo-Martin; Meier, 2011).

Passamos, agora, à terceira propriedade que diferencia a concordância nas línguas orais e de sinais: nas LS esse fenômeno é restrito a determinados verbos. Há verbos em LS, denominados verbos simples, cujos *loci* dos argumentos não são determinados por traços *phi* dos verbos. Como se sabe, essa situação não encontra paralelo nas línguas orais, pois não é atestada a situação em que somente um grupo de verbos admite a marcação da concordância em sua estrutura morfológica, e outros não.

A característica observada nas LS de realizar a chamada concordância pela marcação do referente parece ser dependente dos parâmetros envolvidos na realização do sinal, crucialmente a presença do parâmetro do movimento associado à direcionalidade, o que

⁴⁵ Meir *et al.* (2008) argumentam no sentido de mostrar que a obrigatoriedade da concordância do objeto (em detrimento do sujeito) distingue crucialmente as LSs das LOs. A argumentação dos autores é no sentido de mostrar que se trata de um fenômeno determinado pela modalidade, que interage com outra propriedade das LS em que o corpo determina a posição de sujeito. Nesse sentido, os verbos se distribuem entre os que tomam o corpo como codificador do sujeito (sem concordância) e os que marcam o objeto por um mecanismo divergente (com concordância).

remete à questão da modalidade, por um lado, e à arbitrariedade do signo linguístico, por outro (já que não há nenhuma relação entre o tipo de parâmetro e a categoria lexical).⁴⁶

Dada a importância desse ponto para a nossa pesquisa, abordaremos a questão das classes verbais em línguas de sinais em uma subseção específica (2.2.1.1).

2.2.1.1 Classes verbais nas línguas de sinais

De acordo com uma vertente da descrição gramatical das línguas de sinais, os verbos nas LS podem ser divididos em verbos que apresentam um tipo de concordância e verbos que não apresentam. O primeiro grupo pode ser subdividido, de acordo com os argumentos que estão envolvidos nesse processo: sintáticos ou locativos. Considerando essas propriedades, Padden (1983) apresenta uma classificação dos verbos na Língua de Sinais Americana (ASL), dividindo-os em três grupos: verbos simples, verbos de concordância e verbos espaciais.

Os verbos simples são os que não apresentam movimento direcional de um ponto a outro associado à codificação da referência dos argumentos envolvidos, ou seja, não se flexionam em pessoa e número. São realizados no espaço neutro ou ancorados no corpo. Exemplos deste tipo de verbo em libras são GOSTAR, APRENDER, BEBER.

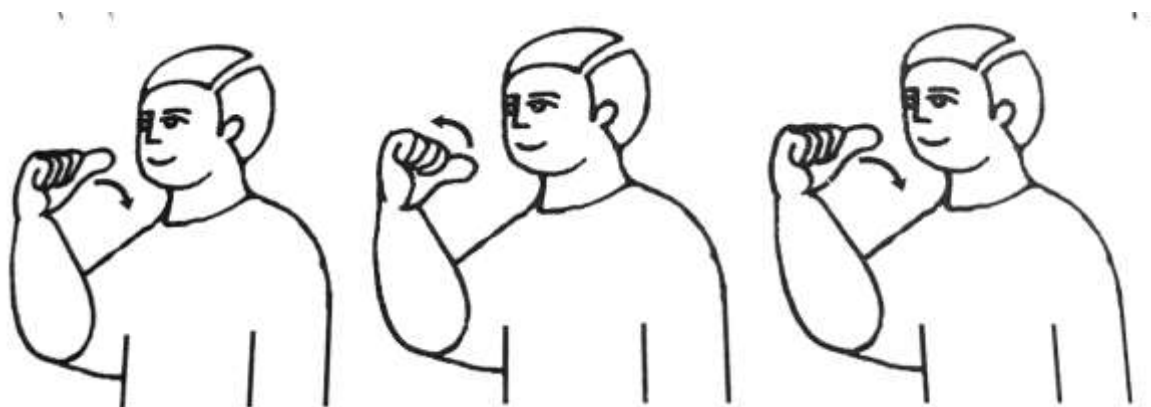


Figura 7: O sinal BEBER em libras (CAPOVILLA ET AL, 2012: 516)

⁴⁶ Conforme observa Heloisa Salles (c. p.), esse tipo de ponderação poderia ser estendido aos verbos das línguas orais, se consideradas as restrições que a estrutura morfofonológica pode impor à realização dos afixos – por exemplo, no caso das conjugações anômalas em português (como a ausência das formas das pessoas do singular com verbos como ‘adequar’: *eu adequo/ *tu adequas/ *ele adequa; ou nas restrições à ênclise pronominal às formas do particípio (em oposição às do gerúndio): tinha comprado o carro/ *tinha comprado-o/ tinha-o comprado; estou comprando o carro/ estou comprando-o. No entanto, essa observação exigiria uma análise aprofundada e sistemática, que vai além dos objetivos desta tese.

Já os verbos com concordância, conforme explanado, apresentam, por hipótese, flexão de número e pessoa, pois realizam os traços formais dos argumentos que selecionam por meio do movimento direcional, os quais ocupam a posição de sujeito e objeto. Essa classe é representada por verbos como: DAR, AJUDAR e MOSTRAR, em libras.



Figura 8: O sinal MOSTRAR em libras (CAPOVILLA ET AL, 2012: 1542)

Por fim, os verbos espaciais, segundo Padden (1983), são aqueles que não se flexionam em pessoa e número, mas aceitam afixos locativos. O sinal também apresenta movimento direcional, mas, nesse caso, ele não se baseia na indicação de referentes associados a argumentos que denotam entidades, realizados na posição de sujeito e de objeto na sentença, mas sim, na localização de argumentos locativos. Os verbos COLOCAR e CARREGAR são considerados verbos espaciais da libras.

B



Figura 9: O sinal CARREGAR em libras (CAPOVILLA ET AL, 2012: 763)

Dentro da classe dos verbos de concordância, estão presentes os verbos reversos. Esses verbos são assim denominados por apresentarem a chamada ‘concordância reversa’: o ponto inicial do movimento é o argumento realizado na posição de objeto e o ponto final é o argumento realizado na posição de sujeito. Em libras, os verbos PEGAR, CONVIDAR e PERCEBER são exemplos de verbos reversos.

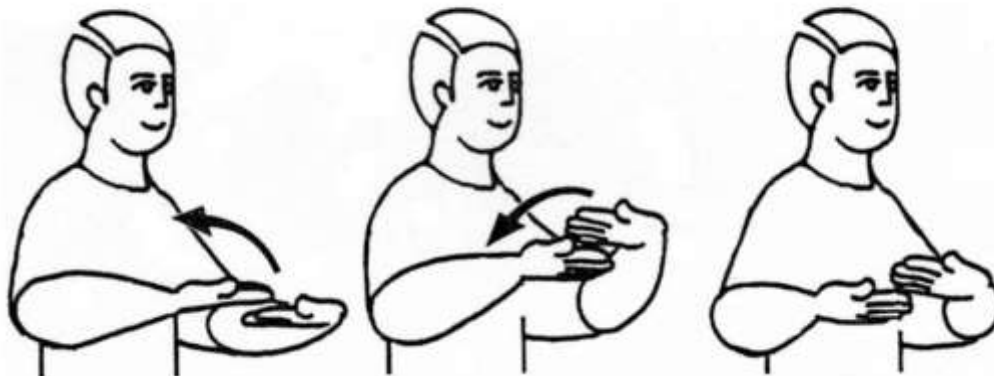


Figura 10: O sinal CONVIDAR em libras (CAPOVILLA ET AL, 2012: 826).

Conforme mencionado, os estudos das línguas de sinais apresentam diferentes análises com relação à classificação dos verbos em LS. Apresentamos, a seguir, algumas das abordagens realizadas por diferentes autores.

Padden (1983) explica a diferença entre os tipos de verbos em ASL a partir de uma visão lexicalista. Segundo a autora, o comportamento sintático do verbo já vem especificado do léxico: os verbos que apresentam concordância sintática já carregam essa propriedade em sua estrutura lexical, do mesmo modo, os verbos sem concordância ou com concordância locativa também são especificados assim. Como exemplo, a autora cita os verbos GIVE (‘dar’) e CARRY-BY-HAND (‘carregar pela mão’). Embora ambos tenham configuração de mão idêntica e movimento linear no espaço, o verbo CARRY-BY-HAND não apresenta as mesmas propriedades morfológicas de GIVE, pois apresenta concordância com pontos que não correspondem, necessariamente, aos argumentos do verbo. Entende-se, portanto, que há dois verbos listados no léxico: o verbo GIVE, considerado um verbo com concordância, e CARRY-BY-HAND, analisado como um verbo espacial.

Janis (1995) apresenta uma proposta distinta da abordagem de Padden (1983). Segundo a autora, a divisão dos verbos em classes definidas é problemática, uma vez que há contextos em que o verbo tradicionalmente classificado como tendo concordância pode se

comportar como um verbo simples. A autora apresenta o exemplo do verbo TEACH ('ensinar') em ASL (cf. 61):

(61) a. TOM_a TEACH_b STUDENTS_b

Tom ensina os estudantes.

b. TOM TEACH MATH

Tom ensina matemática.

Em (61a), o verbo TEACH apresenta concordância, realizada por meio do movimento direcional, que parte do sujeito TOM em direção ao argumento interno STUDENTS. Quando esse argumento interno é um nominal [-animado], observamos que não ocorre a concordância, como demonstrado em (61b).

Considerando essas questões, Janis (1995) faz uma análise que está voltada não para os verbos em si, mas para o tipo de complemento que esse verbo pode selecionar. Propõe então que é o Caso do argumento que definirá o tipo de concordância que será estabelecida pelo verbo: concordância espacial quando o argumento apresenta Caso locativo, e concordância sintática (denominada pela autora 'concordância direta') quando o argumento apresenta o Caso direto (não-locativo).

Janis (1995) apresenta uma hierarquia, que associa o Caso dos nominais a traços gramaticais e semânticos, para identificar o tipo de concordância apresentada pelo verbo (locativa ou direta) e, ainda, se o verbo apresenta ou não concordância (cf. 62):

(62) Caso direto < Caso locativo



sujeito < objeto direto < objeto indireto

agente < experienciador* < paciente** < recipiente

* Apenas se o verbo não for preso ao corpo.

** Apenas se [+animado]

De acordo com a proposta, o atributo mais alto na hierarquia (mais baixo < mais alto) teria preferência como o controlador da concordância, segundo proposta de Janis. Assim, conforme explicitado pela autora, se há dois nominais com Casos distintos na sentença –

locativo e direto – é o argumento locativo que realizará a concordância, visto que ele é o mais alto na hierarquia.

No caso da concordância direta, é necessário considerar também as relações gramaticais e semânticas. Resumidamente, se o argumento apresenta algumas dessas propriedades (cf. 62), ele é considerado um controlador de concordância – o verbo, portanto, apresentará concordância nesses contextos. Caso o argumento não apresente algum desses traços – por exemplo, se ele for um instrumental – o verbo não estabelecerá a concordância. Importante ressaltar que Janis afirma que, no caso da hierarquia das relações gramaticais, o traço mais baixo (no caso, o sujeito) não pode ser o único controlador de concordância na sentença. Isso explica porque, nas LS, pode haver concordância apenas com o objeto, mas não somente com o sujeito.

Com base na hierarquia proposta, é possível explicar por que ocorre concordância em (61a), mas não em (61b): enquanto os argumentos de (61a) apresentam todas as propriedades apresentadas em (62) – podendo, dessa forma, controlar a concordância –, os argumentos de (61b) não possuem tais traços: o argumento interno apresenta papel semântico de tema e é um objeto [-animado]; o argumento externo, apesar de ser agente, não pode estabelecer a concordância sozinho, conforme afirmado por Janis (1995).

Outra abordagem referente à concordância é o estudo de Meir (2002), cujo objetivo é explicar a diferença entre verbos de concordância regular (ou seja, cuja direcionalidade é sujeito-objeto) e reversa⁴⁷ (objeto-sujeito), com base em parâmetros semânticos e sintáticos. De acordo com a pesquisadora, a concordância verbal em LS, que deveria ser classificada como concordância de predicado, é determinada pelos papéis temáticos dos argumentos, mas também apresenta marcas sintáticas. Em sua análise da Língua de Sinais Israelense (ISL), Meir (2002) propõe que, na concordância, o movimento da trajetória tem a orientação ‘fonte – alvo’. Essa informação é válida tanto para os verbos com concordância regular, quanto para aqueles com concordância reversa. Segundo a autora, nos dois tipos de verbos, o movimento da trajetória se inicia no argumento fonte e finaliza no argumento alvo.

Transpondo-se as observações de Meir (2002) para a libras, considerem-se os exemplos (63) e (64):

⁴⁷ Importante frisar que a análise de Meir (2002) está voltada exclusivamente para a distinção entre os verbos com concordância regular e reversa. A autora cita os verbos espaciais, mas não os analisa em seu texto.

(63) _{1S}RESPONDER_{2S}

Eu respondi para você.

(64) _{2S}PEGAR_{1S}

Eu peguei de você.

Em (63), o sinal parte do sinalizador, cujo papel temático é fonte, em direção ao argumento alvo da sentença, o *locus* correspondente à segunda pessoa (2S - “para você”). O mesmo movimento ocorre em (64), mas, nessa construção, o argumento fonte corresponde à segunda pessoa (realizado, no caso, pelo receptor – “2S/de você”), e o argumento alvo corresponde à primeira pessoa (realizado pelo emissor – “1S/eu”).

Para marcar a função sintática da sentença, Meir (2002) propõe que a orientação da palma da mão⁴⁸ seja responsável pela marcação do Caso dativo na frase. Tanto em (63) quanto em (64), a palma da mão do sinalizador se volta para o argumento interno da sentença. Assim, percebe-se que a abordagem da autora não trata os verbos reversos como uma exceção, visto que eles apresentam o mesmo comportamento encontrado nos demais verbos: movimento direcional, estabelecendo a concordância com base nos papéis semânticos, e orientação da mão marcando o Caso dativo. A diferença entre verbos reversos e regulares seria apenas a associação entre as estruturas temáticas e sintáticas: no verbo regular, a fonte é associada ao sujeito, e o alvo, ao objeto; no verbo reverso, ocorre o contrário: o argumento fonte é o objeto, e o argumento alvo, o sujeito. Essa associação, segundo Meir (2002), se dá no nível do léxico, por meio de regras de ligação (*linking*).

Antes de explorar essa questão, é necessário entender a divisão morfológica dos verbos de concordância, proposta por Meir (2002). De acordo com a autora, o verbo de concordância é um verbo complexo, formado por três componentes: a raiz verbal, o movimento direcional e a orientação da mão. Na raiz verbal, formada pela configuração de mão e locação, está especificado o significado de transferência, típico dos verbos de concordância. Essa noção de transferência (que pode ser abstrata ou concreta) envolve três participantes – os dois possuidores e a entidade transferida. Os argumentos possuidores apresentam papel temático de fonte/ alvo e causador/ afetado. Não há uma relação fixa dos papéis temáticos nos dois subeventos: o causador pode ser tanto a fonte quanto o alvo; do

⁴⁸ Em alguns verbos, não é a palma da mão que determina o objeto, mas sim, a orientação da ponta dos dedos (cf. MEIR; SANDLER, 2008).

mesmo modo, o afetado também pode apresentar esses dois papéis temáticos, dependendo do tipo de verbo.

O outro componente dos verbos de concordância é o movimento direcional, que, conforme observado, realiza a trajetória do argumento fonte para o argumento alvo. Segundo Meir (2002), esse movimento deve ser entendido como um morfema direcional (DIR), que também ocorre em línguas orais e, em alguns casos, pode pertencer à classe das preposições. O morfema direcional, tanto nas LOs quanto nas LS, pode ser realizado independentemente ou como um morfema preso. O que diferencia as duas modalidades é que, enquanto nas línguas orais se observa a linearidade entre o morfema e a raiz, nas línguas de sinais, DIR ocorre simultaneamente ao verbo.

Ao se afixar a um verbo, o morfema direcional (DIR) define a direção da sua trajetória: o movimento pode ser realizado a partir do emissor/ sujeito ou em direção ao emissor. Essa relação é mais visível nas LS, mas ocorre também nas LOs. Meir (2002) apresenta um exemplo do alemão, em que os prefixos *aus* e *ein* se combinam com verbos para indicar o seu movimento, definindo, assim, a direção da trajetória. O verbo *gehen* significa ‘ir’, ‘andar’. Quando combinado com *aus*, forma o verbo *ausgehen*, que significa ‘sair’. Do mesmo modo, quando esse verbo se combina com o prefixo *ein* (*eingehen*), passa a ter o significado de ‘vir’, ‘voltar’. Ressalta-se que a partícula *aus* também pode ocorrer como preposição independente em alemão. Assim, nas línguas de sinais, DIR também se anexa ao verbo para indicar a trajetória do movimento, uma vez que a raiz verbal não apresenta esse tipo de informação.

O terceiro e último componente dos verbos de concordância é a orientação da mão. Meir (2002) propõe que esse parâmetro atua como marcador do argumento interno com o Caso dativo, uma vez que a palma da mão está sempre voltada para o *locus* em que se situa o argumento interpretado como alvo. As línguas de sinais, portanto, introduzem o argumento interno com marca de Caso dativo na estrutura do sinal, enquanto o sujeito nominativo não teria nenhuma marca morfológica.

Importante ressaltar que a marca do dativo está presente no verbo e não no nominal que recebe o Caso. Segundo Meir (2002), algumas línguas orais também apresentam a marca de Caso no verbo e não no nome. A autora compara essas sentenças da ISL com as construções aplicativas, encontradas nas línguas Bantu. Conforme explanado em 2.1.2.1, observamos que, nas línguas Bantu, o argumento benefactivo, por exemplo, vem marcado no verbo, por meio de um afixo aplicativo, que introduz o novo complemento à sentença.

Do mesmo modo, em LS, o verbo apresentaria a orientação da palma como marcador de Caso dativo do argumento interno.

De acordo com a análise de Meir (2002), a estrutura dos verbos de concordância nas LS compreende, portanto, os seguintes componentes: raiz verbal, que denota transferência; DIR, que realiza o movimento da trajetória do verbo, com base nos argumentos fonte e alvo; e orientação da mão, que marca o argumento alvo com o Caso dativo. A autora chama a atenção para o fato de que são os papéis temáticos que determinam a concordância em LS – o que não é comum entre as línguas, em que a concordância é entendida como um processo sintático. Assim, a autora analisa a concordância em LS como uma concordância de predicado, em que o elemento responsável por esse processo não é a raiz verbal, mas um componente que se junta à raiz: o morfema direcional (DIR), que denota relações espaciais.

Na análise proposta, o morfema DIR seleciona um par ordenado de argumentos: o *locus* fonte e o *locus* alvo. Uma vez que a trajetória do movimento de DIR é determinada pelos *loci* dos argumentos relevantes, entende-se que DIR estabelece com eles a concordância. Meir (2002) apresenta a construção em que DIR ocorre como morfema livre. Observe o exemplo (65) da Língua de Sinais Israelense:

(65) HOME INDEX_a⁴⁹ WORK INDEX_b aDIR_b

CASA IX_a TRABALHO IX_b aDIR_b

(MEIR, 2002: 436)



Figura 11: O morfema DIR (MEIR, 2002: 436)

⁴⁹ INDEX é outra forma para se glosar a apontação. Neste trabalho, como já afirmado, optamos por IX, como se depreende da glosa em português.

Em (65), DIR concorda com os argumentos fonte e alvo. A trajetória do movimento é determinada pela localização dos referentes HOME (fonte) e WORK (alvo).

O mesmo processo ocorre quando DIR está afixado a um verbo (cf. 66, da ISL):

(66) BOOK INDEX_a 1 GIVE₂

‘I gave you this book.’/ ‘Eu dei esse livro para você.’

(MEIR, 2002: 435)

Portanto, é o morfema DIR que estabelece a concordância com os argumentos. Esse morfema se funde a verbos que denotam transferência para especificar a direção da trajetória desse verbo. A fusão de DIR e da raiz verbal é entendida como a unificação das Estruturas Léxico Conceituais (LCS, do inglês *Lexical Conceptual Structure*). A LCS é entendida como um dos componentes do léxico, juntamente com a Estrutura de Argumentos de Predicado (PAS, do inglês *Predicate Argument Structure*). Enquanto a primeira especifica a estrutura semântica de uma entrada lexical – que apresenta uma camada espacial/CAUSE (fonte e meta) e uma de camada de ação/AFF (causador e afetado) –, PAS determina as propriedades de seleção de argumentos sintáticos (JACKENDOFF, 1987, 1990 *apud* Meir). Os argumentos do componente LCS são mapeados no nível do componente PAS (sintático), por meio de regras de ligação.

Assim, quando DIR se unifica à raiz, ele relaciona os componentes da camada espacial/ CAUSE (fonte e alvo) e da camada de ação/ AFF (causador e afetado), definindo qual argumento do componente de causação será interpretado como fonte e qual será interpretado como alvo. Em cada tipo de verbo, haverá uma LCS específica: uma para verbos regulares e outra para os reversos (cf. 67):

(67) a. Verbos regulares:

CAUSE ([α],[GO_{poss} ([BOOK] γ ,[Path FROM[α]TO[β]])])⁵⁰

AFF ([] α , [] β)

b. Verbos reversos:

CAUSE ([α],[GO_{poss} ([BOOK] γ ,[Path FROM[β] TO[α]])])⁵¹

AFF ([] α , [] β)

⁵⁰ CAUSAR ([α],[IR_{poss} ([LIVRO] γ ,[Trajetória DE[α] PARA[β]])])

⁵¹ CAUSAR ([α],[IR_{poss} ([LIVRO] γ ,[Trajetória DE[β] PARA[α]])])

As LCSs derivadas da fusão de DIR com a raiz (cf. 67) serão mapeadas no nível da Estrutura de Argumento de Predicado (PAS) por meio de regras de ligação: posições mais proeminentes em LCS são mapeadas nas posições mais proeminentes de PAS. Os argumentos mais proeminentes são aqueles menos encaixados e aqueles que estão na camada de ação (JACKENDOFF, 1990 *apud* MEIR, 2002). Como os verbos regulares e reversos apresentam a mesma estrutura para a camada de ação (AFF), eles apresentarão a mesma estrutura de PAS, em que o primeiro argumento de AFF (causador – α) se liga à posição de argumento externo, o segundo (afetado – β), à posição de argumento interno, e o argumento tema, complemento de GO na camada temática espacial (γ), é o segundo argumento interno da sentença (cf. 68). Observa-se que as posições dos complementos espaciais (fonte e alvo) não se ligam a posições sintáticas, mas estão relacionadas à camada de ação e contribuem para a interpretação semântica dos argumentos sintáticos como fonte ou alvo.

(68)	$\alpha,$	$\beta,$	γ
	nom	dativo	acc.

O verbo complexo atribui Caso dativo inerente ao argumento interno possuidor e Caso acusativo ao argumento tema. O Caso dativo é realizado morfológicamente pela palma da mão, enquanto o acusativo não apresenta marca. O argumento externo sobe para TP (Sintagma Temporal), para checar o Caso nominativo e seus traços referenciais. O fato de esses argumentos serem fonte ou alvo é irrelevante para sintaxe.

Em suma, a proposta de Meir (2002) postula que a concordância é uma propriedade do morfema direcional (DIR), que se funde à raiz de verbos que denotam transferência, sendo essa fusão realizada no nível da estrutura do item lexical, que, conforme mencionado, compreende a camada léxico conceptual e a estrutura argumental (além da estrutura fonológica). Essa proposta, além de unificar as classes de verbos regulares e reversos, explica por que alguns verbos não apresentam concordância – esse fenômeno seria uma propriedade do morfema DIR – e por que a concordância ocorre primordialmente com o objeto – a concordância se daria com os argumentos de DIR e não com argumentos selecionados pela raiz do verbo; com isso, apenas um dos argumentos selecionados por DIR (realizado como objeto) apresentaria marca morfológica de Caso (dativo), enquanto o sujeito não teria essa propriedade.

A análise de Meir (2002) aponta questões importantes para o entendimento dos verbos de concordância. No entanto, de acordo com Quadros; Quer (2008, 2010), a autora desconsidera algumas propriedades desses verbos em sua análise. Os autores discutem alguns pontos da abordagem de Meir (2002) que precisam ser revistos, utilizando exemplos da libras e da Língua de Sinais Catalã (LSC). Inicialmente, argumentam que nem todos os verbos de concordância denotam transferência – o que pode ser observado em verbos que selecionam apenas um argumento interno. O verbo PRESSIONAR, em libras, apresenta concordância, mas é monotransitivo e, nesse sentido, não denota transferência. O mesmo é válido para os verbos reversos: CONVIDAR, por exemplo, apresenta apenas dois argumentos.

Ainda com relação aos verbos monotransitivos, Quadros; Quer (2008) afirmam que o complemento desses verbos apresenta papel semântico de tema. Portanto, a afirmação de que o movimento da trajetória é fonte-alvo seria falsa, uma vez que, em verbos monotransitivos regulares, o verbo partiria do argumento fonte em direção ao argumento tema, enquanto nos reversos, ele se iniciaria no argumento ‘tema’ e finalizaria no argumento alvo. Essa questão será explorada mais profundamente na seção seguinte (2.2.2), em que analisaremos esse argumento.

Outro ponto abordado por Quadros; Quer (2008) é a diferença entre verbos de concordância regulares e reversos entre as línguas. Os autores citam o exemplo do verbo PERGUNTAR, que é regular em libras, mas reverso em LSC. Para se manter a proposta de Meir (2002), seria necessário atribuir papéis temáticos distintos aos argumentos nas duas línguas: em libras, sujeito e objeto seriam fonte e alvo, respectivamente; em LSC, sujeito e objeto seriam alvo e fonte, respectivamente.

Por fim, Quadros; Quer (2008) afirmam que a abordagem temática de Meir (2002) não considera o papel dos verbos auxiliares que podem ocorrer nas línguas de sinais. Em libras, esse auxiliar (AUX) tem a função de realizar morfologicamente a concordância na sentença, quando unido a um verbo. Sua realização consiste em um movimento, que realiza uma trajetória do sujeito para o objeto (cf. figura 12).



Figura 12: O verbo auxiliar (AUX) em libras (QUADROS; KARNOPP, 2004: 165)

Diferentemente da análise de Meir (2002), em que o morfema direcional (DIR) ocorre na estrutura dos verbos de concordância, AUX não é articulado simultaneamente ao verbo, mas linearmente, independentemente da leitura de transferência. Além disso, a direção do movimento do verbo auxiliar AUX é sempre do sujeito para o objeto – ou seja, não existe orientação reversa. Observe-se o exemplo em (69), em que AUX realiza a concordância dos argumentos do verbo simples GOSTAR:

(69) JOÃO^a MARIA^b aAUX^b GOSTAR

João gosta de Maria.

(QUADROS;KARNOPP, 2004: 164)

Em (69), AUX é realizado por um movimento direcional que parte do *locus* que define o referente do argumento JOÃO, o sujeito da oração, e se desloca em direção ao *locus* que representa o referente do argumento MARIA – o objeto, o que pode ser caracterizado como um caso de concordância na realização desses argumentos.

Nesse sentido, AUX assemelha-se ao morfema DIR, proposto por Meir (2002): um morfema espacial, responsável por estabelecer a concordância dos argumentos (fonte e alvo) da sentença. No entanto, há uma diferença fundamental entre as propostas de Meir (2002) e de Quadros; Quer (2008), no que se refere à análise dos verbos reversos. Conforme observam Quadros; Quer (2008), o auxiliar também pode ocorrer com verbos reversos, no entanto o movimento realizado por AUX não se altera: a trajetória continua sendo do sujeito para o objeto – e não da fonte para o alvo.

Em (70), temos o verbo reverso PICK-UP ('pegar'), realizado com um verbo auxiliar, que concorda com os argumentos sujeito (ponto inicial) e objeto (ponto final):

(70) $IX_x IX_y xAUX_y (y)PICK-UP$

X pegou Y

(QUADROS; QUER, 2008: 81)

Os autores ressaltam ainda que AUX ocorre apenas com argumentos animados. Não ocorreria o verbo auxiliar em sentenças como em (71):

(71) $*BOOK_x TAKE_2 AUX_x$

Você pegou o livro.

(QUADROS; QUER, 2008: 82)

Desse modo, os autores entendem que a concordância não pode ser analisada como um processo determinado pela estrutura temática/ argumental do predicado. A presença do verbo auxiliar demonstra que a trajetória dos argumentos não é obrigatoriamente determinada pelos papéis temáticos fonte-alvo. Em (70), notamos que a direção de AUX é do sujeito, que é o argumento alvo, ao objeto, que é fonte (ou tema, segundo os autores).

Quadros; Quer (2008) rejeitam, portanto, a abordagem temática de Meir e propõem que a tradicional classificação dos verbos em Línguas de Sinais (simples, concordância e espaciais) não deve ser rigorosa, visto que há verbos que apresentam características de mais de uma classe verbal – os chamados verbos opacos (*fuzzy verbs*). Por exemplo, é possível que um mesmo verbo concorde com um argumento pessoal e um locativo. Quadros; Quer (2008) apresentam a sentença com o verbo CARRY ('carregar'), tradicionalmente classificado como verbo espacial (cf. 72):

(72) $\langle_{a+1}\rangle CARRY \langle_b\rangle$

Eu o levo (daqui) (para lá).

(QUADROS; QUER, 2008: 76)

No exemplo acima, o verbo realiza a concordância espacial e sintática: o *locus* espacial (representado por 'a') e o *locus* do sujeito (representado por 1) são expressos no mesmo ponto. Se 'a' fosse sinalizado em um espaço que não está associado a uma pessoa, a sentença seria agramatical – nesse caso, o sujeito deve ser pronunciado por meio da apontação.

Assim, os autores propõem que os verbos devem ser classificados como verbos com concordância e verbos sem concordância, conforme proposto por Quadros (1999). A concordância é realizada como a trajetória (o movimento direcional) do verbo e pode se dar com localizações (traços espaciais) e *R-loci* (traços *phi* – pessoa e número). A natureza da concordância locativa permite que os argumentos espaciais sejam realizados juntamente com argumentos sintáticos – o que explicaria por que um mesmo verbo pode realizar concordância locativa e sintática (cf. exemplo 72 acima). Quadros; Quer (2008) frisam que, na maioria das vezes, essa diferenciação (traços espaciais ou traços *phi*) não é evidente na realização da concordância. No entanto, essa distinção existe e pode ser comprovada por meio do verbo auxiliar AUX, que realiza apenas concordância sintática.

Com relação aos verbos reversos, Quadros; Quer (2008) propõem que sejam classificados como verbos manuais, que apresentam uma trajetória. Essa trajetória é definida pela localização dos referentes e não por argumentos sintáticos. A concordância nos verbos reversos, portanto, seria locativa, e não sintática – esta última se daria, apenas, com a presença do auxiliar AUX.

Lourenço (2014), no entanto, critica a proposta de classificação dos verbos reversos de Quadros; Quer (2008). Segundo o autor, os verbos reversos não podem ser classificados como verbos manuais, uma vez que não apresentam a principal característica desse tipo de verbo: a incorporação de um objeto (instrumental) no verbo. Essa afirmação pode ser comprovada pelo comportamento distinto dos dois verbos diante da presença de um sintagma instrumental. O verbo reverso PEGAR admite a presença de um DP com semântica de instrumento na sentença (73). Já no verbo CORTAR-COM-TESOURA, não é possível a presença desse sintagma (74):

(73) IX₁ ₁PEGAR₂ IX₂ CARRO

Eu pego (busco) você de carro.

(74) *MARIA PAPEL CORTAR-COM-TESOURA FACA

Maria cortou-com-tesoura o papel com uma faca. (LOURENÇO, 2014: 76)

Além disso, Lourenço (2014) aponta que a análise de Quadros; Quer (2008) não explica as diferenças translinguísticas. O verbo PEGAR é reverso em libras e regular em LSC. Por que, em libras, esse verbo realizaria uma concordância locativa, enquanto na LSC a concordância seria sintática? Uma questão semelhante é colocada por Quadros; Quer

(2008) em relação à análise de Meir (2002) baseada no papel temático dos verbos de concordância e reversos, já que o mesmo verbo, PERGUNTAR, é de concordância em libras e reverso na LSC.

Observamos, assim que a concordância em LS vem sendo bastante estudada e que ainda há muitos pontos divergentes, bem como muitas questões em aberto. Não aprofundaremos todas essas questões, visto que o objetivo desse trabalho não é investigar o fenômeno da concordância em si, mas definir uma proposta de codificação morfosintática dos argumentos internos nas línguas de sinais, a fim de investigar a interlíngua do surdo aprendiz de português (L2), tendo em vista a hipótese da interferência da L1 na L2.

Neste trabalho, assumimos a análise de Quadros (1999) e Quadros; Quer (2008, 2010), que dividem os verbos em simples e com concordância – esses últimos subdivididos em verbos que apresentam concordância locativa e verbos que apresentam concordância número-pessoal. Como o intuito de nossa pesquisa é investigar apenas a concordância sintática, faremos referência a esses verbos como ‘verbo de concordância’ em oposição a ‘verbo espacial’, conforme proposto por Padden (1983), a fim de tornar mais clara essa diferenciação. No entanto, concordamos, seguindo Quadros; Quer (2008), que essas classes não são mutuamente excludentes, podendo ocorrer, no mesmo verbo, a concordância sintática e a locativa.

Consideramos, ainda, de acordo com as análises de Quadros; Quer (2008, 2010) e Padden (1983), que a concordância é um fenômeno de natureza sintática, e não temática: o movimento da trajetória é determinado pelos argumentos sujeito e objeto. Com relação aos reversos, adotamos a proposta de Padden (1983), que afirma que, nesses verbos, o movimento da trajetória é oposto: objeto-sujeito. Entretanto, não nos deteremos nessa questão, por não constituir o foco de nossa pesquisa.

As propriedades não-canônicas da concordância em LS – como a restrição a determinados verbos e a primazia do objeto em relação ao sujeito – serão entendidas, conforme propõem Lillo-Martin; Meier (2011), como variações que ocorrem entre as diversas línguas. Assim como os autores, também, concordamos que são necessários mais estudos para melhor compreensão dessas questões. Apesar de não adotarmos a proposta temática de Meir (2002) para explicar a concordância, consideramos alguns pontos de vista da autora, com relação às propriedades dos verbos de concordância e, conseqüentemente, à classificação do seu argumento interno. Em especial, adotamos a hipótese do morfema DIR, que pode ocorrer como morfema independente (verbo auxiliar) ou como parte integrante do

verbo (parâmetro do movimento). Nesse sentido, não se trata de uma categoria determinada pela estrutura léxico conceptual do predicado, mas uma categoria do léxico, que ocorre como predicado autônomo ou como auxiliar causativo.

Na seção seguinte passamos a investigar o complemento dos verbos de concordância nas línguas de sinais, especificamente em libras.

2.2.2 O argumento interno dos verbos de concordância

Conforme explanado na seção 2.2.1, o argumento interno do verbo de concordância nas Línguas de Sinais apresenta um papel fundamental no processo de concordância, uma vez que é com o objeto que a concordância é obrigatoriamente estabelecida. Apesar das diferentes análises a respeito desse fenômeno, todos os pesquisadores admitem que, nas LS, a concordância se dá com o argumento interno prioritariamente – podendo ocorrer ou não com o sujeito. A questão que colocamos neste capítulo é: como seria a realização sintática desse argumento?

Conforme observamos, os verbos de concordância nas línguas de sinais podem selecionar dois argumentos internos ou apenas um argumento. Considerem-se os exemplos com os verbos ENTREGAR e AJUDAR, repetidos a seguir (75 e 76):

(75) PRESENTE_{1S}ENTREGAR_{2S}

Eu entreguei o presente para você.

(76) _{1S}AJUDAR_{2S}

Eu ajudei você.

A questão que se coloca é: o argumento interno, com o qual esses verbos concordam, tem realização sintática distinta por estar em configuração bitransitiva ou monotransitiva? Não temos conhecimento de estudos que abordem especificamente esse assunto, mas podemos observar, em algumas análises, os diferentes tratamentos que os autores dão a esses predicados e seus complementos.

Antes de explorarmos a questão sob o ponto de vista desses estudos, cabe esclarecer que, ao usarmos o termo ‘argumento interno’, estamos nos referindo apenas ao objeto entendido como o controlador da concordância verbal. O segundo argumento interno dos

verbos bitransitivos (classificado como argumento ‘tema’) não está sendo considerado, pois não constitui o foco de nossa análise.

Nas pesquisas explanadas anteriormente, observamos que os autores dão tratamentos distintos aos AIs de verbos bitransitivos e monotransitivos. Há autores que consideram que os argumentos internos de verbos de concordância bitransitivos e monotransitivos são sintaticamente e semanticamente idênticos (Padden, 1983; Meir, 2002 e Rathmann; Mathur, 2002), outros consideram que esses argumentos são sintática e semanticamente distintos (Janis, 1995; Quadros; Quer, 2008, 2010). Iniciemos com as abordagens que dão tratamento idêntico a esses complementos.

Na análise de Padden (1983), os verbos, nas LS, estabelecem a concordância com o sujeito e com o objeto direto final – tanto nos verbos bitransitivos, como nos monotransitivos. Em seu trabalho, a autora adota o conceito de gramática relacional, discutido por Perlmutter (1978, 1979 *apud* Padden, 1983), para explicar a concordância em ASL. Segundo essa abordagem, uma sentença consiste em uma série de elementos linguísticos, na relação gramatical que eles geram e no nível em que ocorrem essas relações. As relações gramaticais incluem: relações de predicado (P), sujeito (1), objeto direto (2), objeto indireto (3), além das relações oblíquas como locativo, benefactivo, *chômeur* (uma relação espacial), entre outras.

Assim, Padden (1983) apresenta duas possíveis análises para a concordância verbal em LS, considerando os níveis em que ocorrem as relações gramaticais. Na primeira análise, denominada *uni-level analysis*, é estabelecida a seguinte regra: o verbo concorda com 1 (sujeito) e 2 (objeto direto), caso não haja 3 (objeto indireto); se houver, o verbo concorda com 1 e 3. A concordância com 1 e 2 seria referente aos verbos monotransitivos (cf. 78), enquanto a concordância com 1 e 3 seria referente aos verbos bitransitivos (cf. 77):

(77) P_{1S}(ENTREGAR)_{2S} – 1(1S) – 2 (LIVRO) – 3 (2S)

(78) P_{1S}(AJUDAR)_{2S} – 1 (1S) – 2 (2S)

Já a outra análise, *advancement analysis*, postula uma estrutura com dois níveis (estrato inicial e estrato final) para representar as sentenças bitransitivas. No estrato inicial, seria mantida a relação P (predicado) – 1 (sujeito) – 2 (OD) – 3 (OI). Já no estrato final, a relação seria P – (predicado) – 1 (sujeito) – *chômeur* – 2 (OD). A regra para a concordância seria, portanto, simplificada: o verbo concorda com 1 e com 2 final. Essa regra unificaria

verbos bitransitivos e monotransitivos, pois, em ambos, a concordância se daria sempre com 2 final (cf. 79 e 80):

(79) Estrato inicial: P_{1S}(ENTREGAR)_{2S} – 1(1S) – 2 (LIVRO) – 3 (2S)

Estrato final: P_{1S}(ENTREGAR)_{2S} – 1(1S) – chômeur (LIVRO) – 2 (2S)

(80) P_{1S}(AJUDAR)_{2S} – 1 (1S) – 2 (2S)

Padden (1983) ressalta que o nominal que porta a relação de OD no estrato final, não a mantém no estrato inicial. A autora, entretanto, não define a relação desse argumento – apesar de alegar que, possivelmente, trata-se de um objeto indireto. Independentemente dessa classificação, a relação estabelecida por esse argumento, no estrato final, é a mesma em predicados bitransitivos e monotransitivos.

Assim como Padden (1983), Meir (2002) também entende que os argumentos internos dos verbos de concordância bitransitivos e monotransitivos devem receber a mesma classificação. Conforme explanado, Meir (2002) propõe que o argumento interno do verbo de concordância apresenta papel temático de ‘alvo’, marcado pelo morfema direcional, e Caso dativo, marcado morfologicamente pela orientação da palma da mão, tanto em verbos bitransitivos, como em verbos monotransitivos.

A autora não aprofunda essa questão em seu texto, mas ressalta que, uma vez que esses verbos apresentam a mesmas propriedades (DIR e orientação da mão), eles não devem selecionar complementos distintos.

Meir (2002) compara os objetos dos verbos de concordância da Língua de Sinais Israelense à noção de objeto primário e secundário, proposto por Dryer (1986), para explicar o alinhamento do objeto direto de um verbo monotransitivo com o objeto indireto de um bitransitivo. Dryer afirma que, assim como as línguas apresentam formas diferentes de relacionar o sujeito e o objeto, o mesmo pode ocorrer na relação entre os complementos dos verbos (objeto direto e objeto indireto).

No primeiro caso, referimo-nos à distinção nominativo-acusativo *vs.* ergativo-absolutivo. Línguas cujo sujeito do verbo transitivo (A) é realizado diferentemente de seu complemento (P), mas da mesma forma que o sujeito do verbo intransitivo (S), apresentam o padrão nominativo-acusativo (cf. 81). Diferentemente, línguas em que S é semelhante a P, mas diferente de A, são consideradas ergativas-absolutivas (cf. 82):

(81) Nominativo-acusativo	SUJEITO	OBJETO
TRANSITIVO	<u>A</u>	P
INTRANSITIVO	<u>S</u>	
(82) Ergativo-absolutivo	SUJEITO	OBJETO
TRANSITIVO	A	<u>P</u>
INTRANSITIVO	<u>S</u>	

Seguindo esse conceito, Dryer (1986) defende que há línguas em que o objeto direto (OD) das sentenças bitransitivas alinha-se com o complemento das monotransitivas (83). Em outras línguas, é o objeto indireto (OI) da bitransitiva que se comporta de maneira semelhante ao objeto direto da monotransitiva (84). Neste último caso, o autor utiliza a nomenclatura objeto primário (PO, do inglês *primary object*) e objeto secundário (SO, do inglês *secondary object*).

(83)	OBJETO DIRETO	OBJETO INDIRETO
BITRANSITIVA	<u>OD</u>	OI
MONOTRANSITIVA	<u>OD</u>	
(84)	OBJETO DIRETO	OBJETO INDIRETO
BITRANSITIVA	SO	<u>PO</u>
MONOTRANSITIVA	<u>PO</u>	

Um exemplo de objeto primário e secundário pode ser encontrado na língua Huichol, em que o verbo apresenta o mesmo morfema de concordância ‘wa’, referindo-se ao objeto direto do verbo monotransitivo ‘zeiya’ (‘ver’) (85a), e ao objeto indireto do verbo bitransitivo ‘puuzeiyastia’ (‘mostrar’) (cf. 85b):

- (85) a. Uukaraawiciizî tîri me-WA-zeiya.
 women children 3pl.-3pl.-see
 'The women see the children.'
 As mulheres viram as crianças.

b. Nee uuki uukari ne-**WA**-puuzeiyastia.

I man girls lsg.-3pl.-show

'I showed the man to the girls.'

Eu mostrei o homem para as meninas.

(DRYER, 1986: 815)

Assim, segundo Dryer (1986), ambos os argumentos que estabelecem a concordância são considerados objetos primários da sentença. Meir (2002) adota essa proposta de alinhamento dos argumentos do verbo, sugerida por Dryer (1986), mas não aprofunda a questão e mantém a classificação de dativo para ambos os complementos.

Por fim, há ainda a abordagem de Rathmann; Mathur (2002). Nessa análise, que tem como foco investigar o estatuto linguístico da concordância em LS, os autores afirmam que é possível que os argumentos internos que participam da concordância (em verbos bitransitivos e monotransitivos) compartilhem a mesma posição estrutural. Do mesmo modo, os argumentos internos que não realizam concordância com o verbo, também devem compartilhar a mesma posição. Abaixo, apresentamos o esquema apresentado por Rathmann; Mathur (2002) (cf. 86), ilustrado por dados da libras (cf. 87):

- | | | | |
|----------------------|---|-----------------|-------------------|
| (86) a. NP (sujeito) | V | | NP (OD inanimado) |
| b. NP (sujeito) | V | NP (OD animado) | |
| c. NP (sujeito) | V | NP (OI animado) | NP (OD inanimado) |

(87) a. IX₁ ESTUDAR MATEMÁTICA

b. _{1S}AJUDAR_{2S}

c. _{1S}DAR_{2S} LIVRO

De acordo com a análise dos autores, os objetos diretos inanimados de (86a) e (86c) (MATEMÁTICA e LIVRO) devem compartilhar a mesma posição. Da mesma forma, o OD animado em (86b) deve ser realizado na mesma posição estrutural do OI em (86c) (os pronomes de segunda pessoa, glosados como 2S). Segundo Rathmann; Mathur (2002), se essa análise estiver é correta, a concordância nas LS seria caracterizada em termos de posição estrutural.

Com relação às abordagens que dão tratamentos distintos aos complementos das LS, iniciamos com a proposta de Janis (1995). Em sua análise dos verbos de concordância

baseada na hierarquia dos casos, das funções sintáticas e dos papéis temáticos (cf. 62), a autora torna clara a distinção entre objeto direto e objeto indireto. Na hierarquia proposta, o objeto indireto tem preferência como controlador de concordância, seguido do objeto direto e, por último, do sujeito. Janis (1995), portanto, distingue as funções de objeto direto e objeto indireto – este, presente no verbo bitransitivo (assim como o objeto direto); aquele, presente no verbo monotransitivo. A autora ressalta que o seu entendimento sobre o argumento interno do verbo de concordância difere de Padden (1983), que considera que objetos diretos e indiretos de verbos de concordância em ASL devem ser analisados como pertencendo à mesma categoria.

Quadros; Quer (2008, 2010), assim como Janis (1995), atribuem funções sintáticas diferenciadas aos complementos dos verbos monotransitivos e bitransitivos: objeto direto e objeto indireto, respectivamente. Quadros; Quer (2008) associam o papel temático à função sintática do argumento interno. Segundo os autores, uma das fragilidades da análise de Meir (2002), como já explicado, é a generalização de que o movimento da trajetória (DIR) é sempre fonte-alvo. Para Quadros; Quer (2008), essa correlação não se sustenta, uma vez que, nos verbos monotransitivos, o argumento interno tem o papel de ‘tema’. Os autores adotam essa mesma visão com relação aos verbos reversos:

“Surpreendentemente, esses predicados têm, apenas, um argumento interno obrigatório, que é atribuído a um papel temático de TEMA, e não de FONTE. Essa diferença é importante para as explicações que baseiam a trajetória reversa dos verbos reversos em propriedades temáticas. Contra o argumento de Meir (2002), o único argumento interno deveria receber marcação acusativa e não dativa”. (QUADROS; QUER, 2008: 80)

Observa-se que, de acordo com Quadros; Quer (2008), a padronização fonte-alvo não se mantém: no verbo monotransitivo regular, o movimento seria fonte-tema, no verbo reverso, seria tema-alvo. O objeto, portanto, receberia marcação acusativa, e não dativa.

É interessante observar, com relação aos verbos reversos, que a análise de Quadros; Quer (2008) é realizada a partir de um ponto de vista diferente da abordagem de Meir (2002). Conforme exposto, Quadros; Quer (2008) consideram que os verbos reversos são monotransitivos e, portanto, apresentam marcação acusativa. Meir (2002), entretanto, dá a

esses mesmos verbos uma leitura bitransitiva. Nos dois estudos, uma sentença com o verbo reverso PEGAR, por exemplo, apresenta glosas e traduções distintas (cf. 88 e 89):

(88) ${}_2\text{TAKE}_1$

I take from you

‘Eu peguei (isso) de você’

(MEIR, 2002: 426)

(89) $\text{BOOK}_x \text{xTAKE}_1$

‘Eu peguei o livro’

(QUADROS; QUER, 2008: 81)

É necessário aprofundar essas questões, visto que, conforme demonstrado, esse verbo parece apresentar concordância em relação ao argumento interno, ao qual pode ser associado o papel temático tanto de alvo, quanto de tema. Nos verbos regulares de concordância, entretanto, os monotransitivos não apresentam essa dupla interpretação dos verbos reversos: o seu único argumento é, de fato, interpretado como ‘tema’ da sentença.

Apesar dos papéis temáticos distintos, acatamos as propostas de Padden (1983), Meir (2002) e Rathmann; Mathur (2002) no sentido de atribuirmos aos verbos de concordância bitransitivos e monotransitivos a mesma realização estrutural, uma vez que são formados pelos mesmos elementos (morfema direcional (DIR) e orientação de mão (Caso)), como detalhado por Meir (2002). Nesse sentido, consideramos a marcação temática como um sistema de base semântica, independente da marcação sintática, embora existam pontos de contato. Como será demonstrado a seguir, nossa hipótese sobre a ligação entre estrutura argumental e estrutura sintática é baseada no tipo predicado, nos termos de Hale; Keyser (1993), também adotada em Chomsky (1995), e em análise subsequentes desse autor. Nesse sentido, dispensamos noções como hierarquia temática ou a projeção de camadas intermediárias como a estrutura léxico-conceitual.

Na última seção deste capítulo (2.2.3), apresentaremos a nossa análise para os argumentos internos de verbos de concordância bitransitivos e monotransitivos na Língua de Sinais Brasileira.

2.2.3 Verbos de concordância em libras: predicados bitransitivos e monotransitivos

Considerando as propriedades da concordância em língua de sinais, apresentadas previamente, bem como a análise do complemento dativo nas línguas orais, apresentamos a nossa proposta de estrutura sintática de verbos de concordância bitransitivos e monotransitivos em libras.

Seguimos as abordagens de Padden (1983), Meir, 2002 e Rathmann; Mathur, 2002), que analisam os argumentos internos dos verbos de concordância bitransitivos e monotransitivos como sintaticamente (e semanticamente) idênticos. Conforme ressaltado anteriormente, apesar de não seguirmos a análise temática de concordância, proposta por Meir (2002), concordamos com o entendimento da autora de que o argumento interno marcado pela concordância tem realização estrutural idêntica tanto em predicados bitransitivos quanto em predicados monotransitivos, visto que apresenta as mesmas propriedades sintáticas. Essas propriedades, segundo Meir (2002), são a orientação da mão e o morfema direcional.

O questionamento que surge é se essa análise justifica que esse objeto seja considerado um dativo, conforme propõe Meir (2002), em relação à marcação de Caso. Segundo a autora, é a orientação da palma da mão que marca o Caso dativo – essa marca, entretanto, ocorre no verbo e não no sintagma nominal, conforme já explicado (2.2.1.1). Como será demonstrado, em nossa análise, a orientação da (palma da) mão não terá significado gramatical.

Para aprofundar essa questão, recorreremos às propostas de caracterização do Caso dativo nas línguas orais, apresentadas na seção 2.1.4. Conforme explanado, as características que definem um argumento como dativo diferem entre os autores. Nas análises que postulam o núcleo aplicativo, o argumento alvo dativo é gerado como um DP no especificador desse núcleo – tanto em verbos bitransitivos quanto em monotransitivos. Nessa configuração, o DP apresenta marca de Caso (morfema flexional ou preposição *dummy*). Já Levin (2006) não considera apenas a marca morfológica do argumento, mas também as propriedades que o caracterizam como um DP dativo, demonstrando que, na construção de objeto duplo do inglês, não existe marca morfológica de dativo, mas o DP alvo não se alinha sintaticamente com o DP tema. Por fim, Manzini; Franco (2016), Manzini et al (2017) assumem que o

complemento dativo ocorre na projeção sintática de um morfema ou preposição que introduz uma relação de inclusão entre os argumentos internos.

No caso dos dativos monotransitivos ou dos dativos DOM, a proposta é que eles apresentam configuração semelhante à dos bitransitivos, ou seja, essas construções também apresentam uma relação de inclusão, nesse caso, entre o argumento interno e um constituinte nominal na estrutura do evento.

Neste trabalho, adotamos a abordagem do núcleo relacional de Manzini; Franco (2016, Manzini et al (2017) para representar as estruturas da libras, uma vez que:

- (i) Nos verbos de concordância bitransitivos da libras também é possível verificar uma relação de inclusão entre os argumentos internos.
- (ii) Podemos considerar que a libras apresenta uma marca morfológica de dativo, realizada pelo morfema DIR, conforme Meir (2002).
- (iii) No caso dos verbos monotransitivos, também podemos observar a relação entre o argumento interno e o constituinte nominal na estrutura do evento.
- (iv) Os verbos monotransitivos têm as mesmas propriedades dos verbos bitransitivos (DIR), portanto, também manifestam o núcleo relacional.

Adotando abordagem de Manzini et al (2017), o argumento ‘alvo’ da concordância é considerado um argumento dativo nos verbos de concordância bitransitivos e monotransitivos. Caberia então demonstrar que os argumentos relevantes em cada tipo de predicado apresentam comportamento sintático semelhante⁵². A análise de McFadden (2006) apresenta algumas propriedades compartilhadas por DPs dativos bitransitivos e monotransitivos, como o fato de ambos não controlarem predicados secundários depictivos, além do fato de não serem sujeito nominativo de sentença passiva. Passamos então a verificar essas propriedades em relação à libras.

Iniciemos com as estruturas passivas. De acordo com a pesquisa de Miranda (2014), a libras não apresenta uma forma morfossintática específica de estrutura passiva – o que existe são topicalizações do argumento paciente, sem que esse esteja assumindo a posição de sujeito. Deste modo, não é possível testar *soe*, em libras, o argumento ‘alvo’ assume função de sujeito na estrutura passiva.

⁵² Agradeço a Guilherme Lourencço (c.p) por essa sugestão.

Com relação aos predicados secundários depictivos, também observamos que não é possível realizar esse teste em libras, uma vez que, como os referentes são marcados no espaço, o adjunto modificador do sujeito ou do objeto é sinalizado no início da sentença. Observe os exemplos abaixo (90 a 95), que fazem uma comparação das sentenças em libras e em português (dados testados com surdo falante de libras e com intérprete de libras):

(90) a. IX_a HOMEM_a PELADO IX_b MULHER_b _aAJUDAR_b

b. Ele_i a_j ajudou pelado_i

(91) a. IX_a HOMEM_a IX_b MULHER_b PELADA _aAJUDAR_b

b. Ele_i a_j ajudou pelada_j

(92) a. IX_a HOMEM_a PELADO IX_b MULHER_b _aDAR_b MAÇÃ

b. Ele_i deu a maçã para ela_j pelado_i

(93) a. IX_a HOMEM_a IX_b MULHER_b PELADA _aDAR_b MAÇÃ

b. *Ele_i deu a maçã para ela_j pelada_j

(94) a. IX_a HOMEM_a FURIOSO IX_b MULHER_b OBEDECER_b

b. Ele_i lhe_j obedeceu furioso_i

(95) a. IX_a HOMEM_a IX_b MULHER_b FURIOSA OBEDECER_b

b. *Ele_i lhe_j obedeceu furioso_j

Assim, ao contrário do PB, todas as sentenças em libras são gramaticais.

Verificamos que essas características não são possíveis de serem testadas em libras, por conta da modalidade visual-espacial da língua. Entendemos, portanto, que são necessários mais testes, que possam ser aplicados em uma língua visual espacial, para verificar se os DPs que participam do processo de concordância apresentam comportamento distinto ou semelhante nas construções bitransitivas ou monotransitivas. Deixamos esse ponto para investigação futura. Para esse trabalho, assumimos os argumentos de verbos de concordância bitransitivos e monotransitivos da libras como complementos marcados com o Caso dativo, ainda que tenham comportamento distinto. Ressaltamos, no entanto,

conforme propõem Manzini et al (2017), que mesmo os argumentos com comportamento distinto, os dativos DOM, apresentam a mesma estrutura dos dativos alvo, visto que são considerados uma categoria sintática única.

Assim, a proposta é que verbos de concordância e simples se diferenciem pela presença ou ausência do núcleo relacional $P(\subseteq)/ Q(\subseteq)$. Quadros (1999), em seu trabalho sobre a estrutura sintática da Língua de Sinais Brasileira também propõe uma distinção entre verbos simples e verbos de concordância (verbos sem concordância e com concordância, como abordado pela autora).

Quadros (1999) parte da abordagem de Lasnik (1995 *apud* Quadros, 1999) para a distinção entre verbos do francês e do inglês – o primeiro com movimento visível para I, o segundo sem esse movimento (ou com movimento coberto, como propõe Chomsky (1995)). Segundo Lasnik, o núcleo I pode ser lexicalizado como um afixo ou como uma série de traços abstratos. Verbos de línguas como o francês vêm flexionados do léxico e fazem movimento para I, para checagem de traços – neste caso, I é entendido como uma série de traços abstratos. Já os verbos do inglês apresentam uma divisão: verbos auxiliares se comportam como verbos do francês (ou seja, realizam movimento para I), enquanto verbos principais não vêm flexionados do léxico e, portanto, se juntam a I (considerado um afixo nesse caso) por um mecanismo de *affix hopping* – um processo realizado em PF.

Com base nessa abordagem, Quadros propõe sua análise dos verbos em libras. A autora identifica diferenças entre verbos de concordância e verbos simples, comparando-os com os verbos do francês e do inglês. Segundo Quadros, verbos simples seriam verbos afixais (como os verbos principais do inglês), enquanto verbos de concordância teriam seus traços checados (semelhante aos verbos do francês e aos verbos auxiliares do inglês).

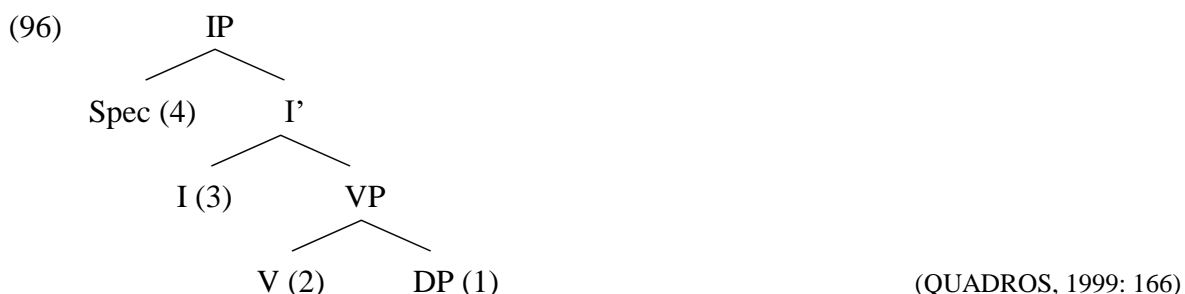
Quadros observa que os verbos simples compartilham propriedades com verbos afixais: ambos não precedem a negação, nem a sucedem sem a presença do ‘do-support’; também não precedem advérbios à esquerda do VP; além de poderem ser elididos. Portanto, os verbos simples da libras são como os verbos principais do inglês e devem se juntar à flexão⁵³ pela operação de *affix hopping*, que ocorre em PF, como mencionado.

Já os verbos de concordância são verbos que fazem movimento para I, a fim de realizar a checagem dos traços – como os verbos do francês e os verbos auxiliares do inglês. Quadros (1999) apresenta as características desses verbos, tais como o fato de precederem a

⁵³ Quadros (1999) ressalta que, diferentemente do inglês, verbos simples em Libras são pronunciados sem afixos. Deste modo, a autora propõe a presença de um afixo virtual.

negação ou a seguirem, a depender dos traços (forte ou fraco respectivamente); não precisarem do auxílio do ‘do-support’; precederem os advérbios, e não serem elididos. Entretanto, diferentemente do inglês e do francês, em libras, a checagem de traços é realizada por meio de um movimento coberto de V para T⁵⁴, assim como acontece com os verbos auxiliares do sueco.

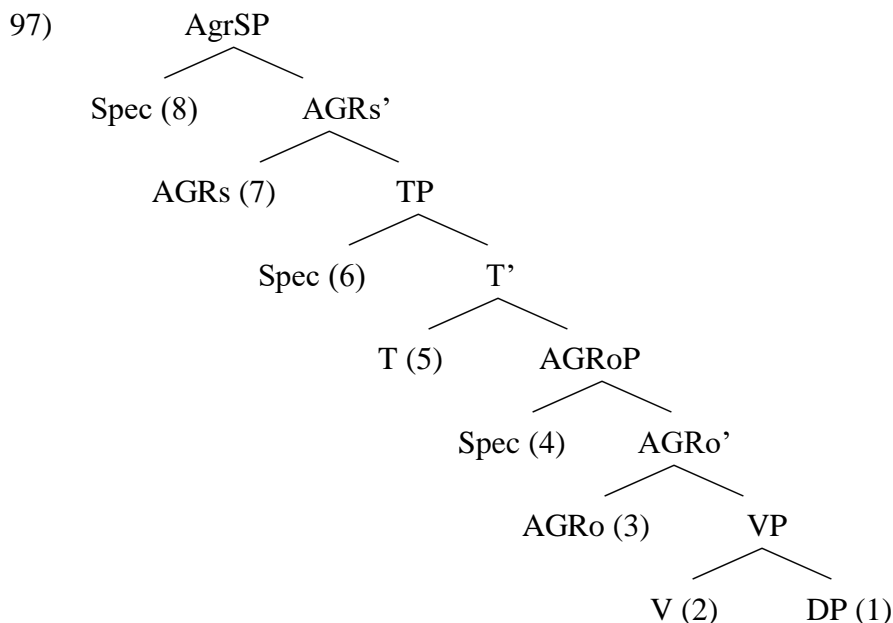
Além da proposta de Lasnik, Quadros (1999) também adota o parâmetro proposto por Bobaljik (1995 *apud* Quadros, 1999), que afirma que as línguas podem ser divididas em línguas que apresentam o núcleo funcional Agr (línguas *Free-Agr*) e línguas que não apresentam esse núcleo (línguas *Non-Free Agr*). Línguas *Free-Agr* apresentam propriedades semelhantes às línguas que realizam a checagem de traços, enquanto as línguas *Non-Free Agr* seriam línguas com verbos afixais. Assim, a libras, de acordo com a autora, apresentaria as duas estruturas, uma para verbos simples (cf. 96), outra para de concordância (cf. 97):



Legenda: DP (1) Posição ocupada pelo objeto.
 V(2) Posição ocupada pelo verbo.
 I (3) Posição ocupada por afixos, auxiliares e marcadores de tempo.
 Spec (4) Posição em que o sujeito é gerado.

⁵⁴ Quadros (1999) apresenta exemplos de sentenças negativas em Libras para comprovar o movimento coberto do verbo. Enquanto o exemplo (1) com o verbo precedendo a negação é agramatical, o exemplo (2) é gramatical, pois o verbo segue a negação. Uma vez que verbos de concordância devem checar os traços, a autora propõe, como afirmado, o movimento coberto:

(1) *JOHNa <a>GIVE NO BOOK
 (2) JOHNa NO <a>GIVE BOOK



(QUADROS, 1999: 167)

- Legenda:*
- DP (1) Posição inicial do objeto.*
 - V(2) Posição ocupada pelo verbo.*
 - AGRo (3) Posição em que a concordância com o objeto será checada.*
 - Spec (4) Posição ocupada pelo objeto quando este é elevado.*
 - T (5) Posição que pode ser ocupada por modais, auxiliares e tempo.*
 - Spec (6) Posição em que o sujeito é gerado.*
 - AGRs (7) Posição em que a concordância com o sujeito será checada.*
 - Spec (8) 2ª posição para o sujeito*

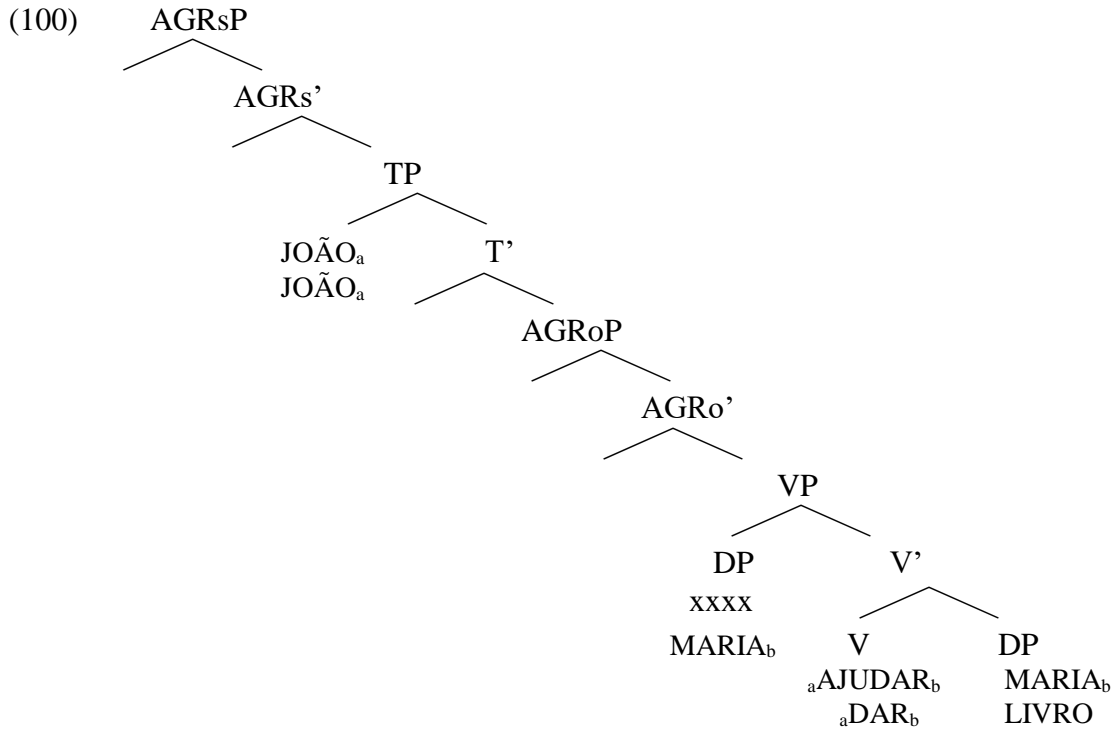
A estrutura em (97) representa tanto verbos de concordância monotransitivos, quanto bitransitivos. Nas sentenças monotransitivas, o complemento do verbo é ocupado pelo argumento interno. Nas bitransitivas, o argumento acusativo também ocupa o complemento de V e o argumento dativo está em seu especificador. Observe a estrutura em (100), que representa as sentenças (98) – monotransitiva – e (99) – bitransitiva:

(98) JOÃO_a AJUDAR_b MARIA_b

‘Maria ajudou o João’.

(99) JOÃO_a MARIA_b DAR_b LIVRO

‘João deu o livro para a Maria.’



(Adaptado de QUADROS, 1999: 153)

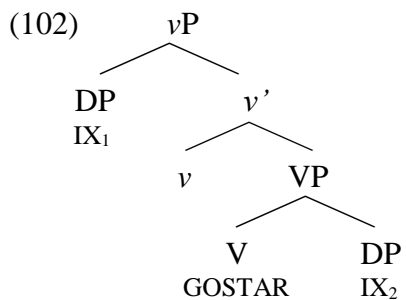
Quadros (1999) ressalta, ainda, que pode haver núcleos funcionais AgrO (AgrOI e AgrOD) para o alçamento dos dois argumentos internos do verbo.

Observa-se, assim, que os argumentos internos que participam do processo de concordância (MARIA, nos dois exemplos) ocupam posições sintáticas distintas – conforme argumentado por Quadros; Quer (2008, 2010).

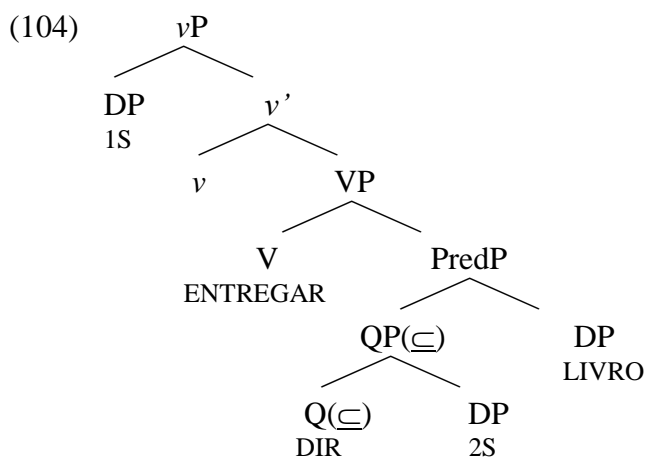
A estrutura que propomos para as construções da libras se assemelha a Quadros (1999), no sentido que também faz a diferenciação entre verbos simples e de concordância. No entanto, não assumimos a cisão do núcleo I em T e Agr, como adotado pela autora. Além disso, como já afirmado, consideramos que os argumentos internos que participam da concordância ocupam a mesma posição estrutural, conforme propostas de Padden (1983), Rathmann; Mathur (2002) e Meir (2002).

Propomos, portanto, a presença do núcleo relacional Q/P(\subseteq) para introduzir o argumento interno que participa do processo de concordância. Já o argumento interno dos verbos simples, seria realizado como complemento do verbo. As estruturas (102), (104) e (106), representam, respectivamente, as sentenças (101) – verbo simples, (103) – verbo de concordância bitransitivo, e (105) – verbo de concordância monotransitivo:

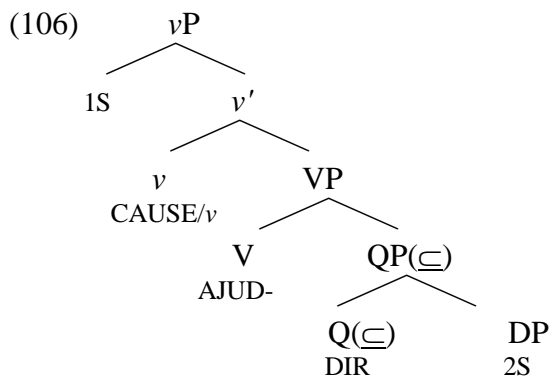
(101) IX₁ GOSTAR IX₂
 ‘Eu gosto de você’



(103) 1_SENTREGAR_{2S} LIVRO
 ‘Eu entreguei o livro para você’.



(105) 1_SAJUDAR_{2S}
 ‘Eu ajudei você’.

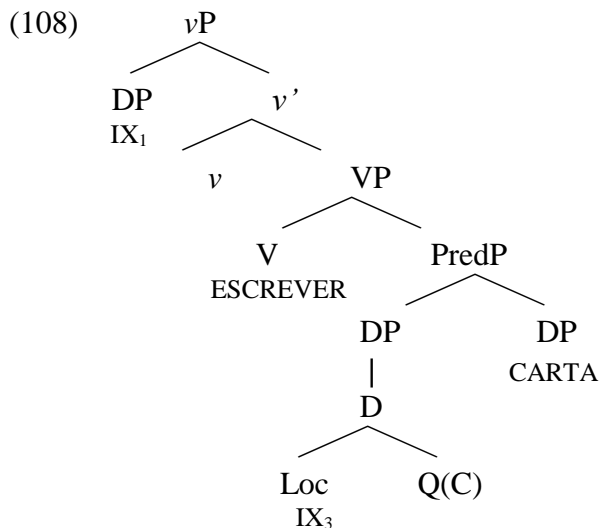


Assim, os argumentos internos que participam da concordância (de verbos bitransitivos e monotransitivos) são gerados pelo núcleo Q(\subseteq). Assumimos que o movimento direcional DIR é entendido como um predicado espacial para marcar o Caso dativo, assim como a preposição ‘para’ do PB.

Resta, ainda, explicar a estrutura das sentenças bitransitivas simples, como a descrita em (107):

- (107) IX₁ ESCREVER CARTA IX₃
 ‘Eu escrevi uma carta para ele.’

Por se tratar de um predicado bitransitivo, propomos que a relação entre os dois argumentos internos é mediada por uma categoria relacional, exatamente como no caso do verbo de concordância, embora, nesse caso, a presença do núcleo relacional esteja associada ao argumento alvo/ possuidor na estrutura léxico-conceitual do verbo, o que implica a ocorrência de uma construção de objeto duplo (cf. 108):



A hipótese de que o núcleo de inclusividade está presente na estrutura do sintagma nominal (DP) encontra respaldo no fato de que o movimento direcional, na realização do sinal de apontação, tem uma realização mais marcada, conforme observa Ronice Quadros (c.p.).⁵⁵

⁵⁵ Agradeço à professora Ronice Quadros, falante nativa de libras, por apontar essa propriedade associada à realização sintática dos verbos simples bitransitivos nessa língua.

A pesquisadora acrescenta que esse tipo de marcação pode estar presente na estrutura do próprio verbo, como ESCREVER, em que a mão não dominante se desloca no espaço, orientada para o argumento alvo.

Finalizadas essas questões, passamos para a discussão referente às teorias de aquisição de segunda língua (capítulo 3).

Capítulo 3

Faculdade de linguagem e aquisição de primeira língua (L1) e de segunda língua (L2)

Neste capítulo, abordaremos a aquisição da linguagem na perspectiva da teoria gerativa. Inicialmente, na seção 3.1, apresentaremos a visão de aquisição de língua materna (LM) ou primeira língua (L1), desenvolvida originalmente por Noam Chomsky, segundo a qual todo ser humano é dotado da Faculdade de Linguagem, um conhecimento inato responsável pela aquisição de língua. Com base nessa hipótese, trataremos o processo de aquisição da Língua de Sinais (LS) por surdos na subseção 3.1.1. Verifica-se que o surdo que recebe o *input* adequado na infância, no processo de aquisição da LS, passa pelos mesmos estágios de um ouvinte ao adquirir a Língua Oral (LO).

Em seguida, na seção 3.2, trataremos de estudos referentes à aquisição de segunda língua (L2) (BLEY-VROMAN, 1990; HAWKINS, 2001, WHITE, 2003, TSIMPLI, 2003; TSIMPLI; MASTROPAVLOU, 2007) para verificar as semelhanças e as diferenças desse processo, comparado à aquisição de primeira língua. A abordagem adotada neste trabalho é a Hipótese do Acesso Parcial, que defende que a primeira língua atua na aquisição de L2, uma vez que constitui o estado inicial desse processo. Essa questão será abordada, mais profundamente, na subseção 3.2.1.

Na seção 3.3, abordaremos estudos referentes à aquisição de escrita, uma vez que o foco de nossa análise é a aquisição de português por surdos na modalidade escrita. Apresentaremos os estudos de Kato (1990) e Lillo-Martin (2008), que demonstram que a aquisição de escrita é regida pelas mesmas regras que atuam na aquisição de língua na modalidade oral.

Na seção 3.4, apresentaremos duas pesquisas sobre de aquisição de português como segunda língua, que têm como foco a categoria das preposições e/ou o complemento dativo. Em ambos os estudos, é considerada a interferência da primeira língua do aprendiz na aquisição do português.

Por fim, na seção 3.5, apresentaremos nossa hipótese de análise para a aquisição do complemento dativo do Português Brasileiro (PB) por surdos que têm a libras como L1.

3.1 Faculdade de Linguagem e Aquisição de Primeira Língua

O presente trabalho toma como referência a hipótese inatista para explicar a aquisição de primeira língua (L1). Essa hipótese foi desenvolvida inicialmente por Noam Chomsky como um questionamento à corrente *behaviorista*, que entende a aquisição de linguagem como um processo de estímulo e resposta: a interação com o ambiente seria o estímulo necessário para a aquisição de L1 (CHOMSKY, 1959). Em particular, variáveis presentes no ambiente físico do falante controlam o comportamento verbal, mediante mecanismos funcionais como estímulo, resposta, reforço, privação. Nesse sentido, a contribuição do indivíduo é trivial, bastando, para prever um comportamento verbal, especificar os fatores externos.

Entretanto, de acordo com Chomsky (1959), é inútil investigar as causas do comportamento verbal enquanto o caráter específico desse comportamento não for conhecido. Nesse sentido, o estudo da gramática deve ser visto como um componente no comportamento do falante, ouvinte, e a formulação adequada de uma teoria geral da gramática “pode prover um método uniforme para determinar, a partir do processo de geração de uma dada sentença, uma descrição estrutural, a qual poderá dar um bom insight sobre como essa sentença é usada e entendida”.⁵⁶ Se a construção dessa gramática não oferece uma explicação para um dado comportamento, oferece, porém, uma caracterização de uma habilidade notável, que consiste em distinguir uma sentença de uma não sentença, entender novas sentenças, notar ambiguidades, formular enunciados.

Essa hipótese sustenta-se na observação de que a criança dispõe de dados limitados na aquisição de língua, em relação à complexidade do resultado que atinge – o *input*, muitas vezes, é incompleto, truncado e fragmentado. Chomsky afirma que esse estímulo é insuficiente para que a criança desenvolva a língua como resposta ao estímulo do ambiente. Além disso, as crianças adquirem gramáticas comparáveis em nível de complexidade, e de maneira muito rápida e uniforme. A conclusão é que esse fenômeno não depende

⁵⁶ No original: “(...) with a precise enough formulation, this general theory can provide a uniform method for determining, from the process of generation of a given sentence, a structural description which can give a good deal of insight into how this sentence is used and understood.”

exclusivamente do ambiente – a mente humana tem papel fundamental nesse processo, mediante uma habilidade específica de lidar com dados e formular hipóteses e de distinguir sentenças de não sentenças, de entender novas sentenças, de notar ambiguidades.

O raciocínio, denominado ‘argumento da pobreza de estímulo’ (CHOMSKY, 1986), é qualificado por outras características presentes no processo de aquisição de L1. Conforme observa Guasti (2002), as crianças adquirem sua língua apenas com base em evidência positiva – embora possa haver, raramente, a correção da fala da criança, tal procedimento não parece surtir efeito, uma vez que, em geral, as crianças resistem a essa correção. Outra característica é o fato de que um eventual ‘reforço positivo’ pode ser ambíguo, em relação ao conteúdo proposicional ou aos aspectos formais do enunciado.

Considerando esses fatores, a hipótese desenvolvida por Chomsky prevê a existência de um dispositivo específico para aquisição de língua, exclusivo da espécie humana, denominado Faculdade de Linguagem. O autor apresenta a Faculdade de Linguagem como um componente do cérebro / mente humana, dedicado à língua – um órgão da linguagem, assim como os sistemas circulatório e visual, por exemplo, são órgãos do corpo (CHOMSKY, 2000). Nesse sentido, entende-se que a Faculdade de Linguagem, assim como os demais órgãos, é uma expressão dos genes. É esse dispositivo que permite que qualquer ser humano seja capaz de desenvolver uma língua. Assim, uma criança adquire a sua língua graças à Faculdade de Linguagem, entendida como um órgão específico para esse fim. A aquisição de língua se dá, portanto, pela combinação entre o *input* disponível à criança e o estado inicial da Faculdade de Linguagem: a Gramática Universal (GU).

Pesquisadores adeptos da hipótese inatista vêm pesquisando as propriedades da GU, no intuito de entender o estado inicial do processo de aquisição de língua. De acordo com o modelo de Princípios e Parâmetros, desenvolvido por Chomsky (1981), a GU é dotada de princípios – propriedades comuns a todas as línguas – e parâmetros – propriedades determinadas pelos dados linguísticos disponíveis à criança, que correspondem às diferenças entre as línguas. Os princípios, que são universais e invariáveis, têm como função definir o que é parte da gramática de todas as línguas, restringindo o número de línguas humanas possíveis. Já os parâmetros são opções e correspondem às características específicas das línguas. À medida que esses parâmetros são marcados, a gramática particular da criança, ou

seja, a sua língua interna desenvolve-se. O estado final do processo de aquisição é a língua-I⁵⁷ da criança, que corresponde à língua materna/ primeira língua.

A língua-I – que será referida apenas como ‘língua’ L – é entendida como um sistema cognitivo que armazena informações sobre som, significado e organização estrutural. No Programa Minimalista (1995), Chomsky define que a língua é formada por dois componentes: o léxico e o sistema computacional (C_{HL}). Este é responsável por gerar as expressões da língua (também chamadas “descrições estruturais”), a partir dos itens especificados no léxico. Realiza-se, inicialmente, uma ‘numeração’, ou seja, C_{HL} retira do léxico os itens que compõem determinada expressão. Em seguida, é efetuada a operação ‘selecionar’, responsável por introduzir os itens da numeração na derivação. O sistema computacional, então, por meio da operação concatenar (*merge*), forma objetos sintáticos a partir dos itens da numeração e de outros objetos sintáticos já formados. O resultado é um objeto sintático único: uma expressão da língua (CHOMSKY, 1995).

Formada a expressão, a derivação se divide em dois níveis específicos para som e significado. Esses níveis são denominados, respectivamente, Forma Fonética (PF, do inglês, *Phonological Form*) e Forma Lógica (LF, do inglês, *Logical Form*). A operação *spell out* é responsável por estabelecer essa divisão, retirando da expressão já formada apenas os itens relevantes para a Forma Fonética. O subsistema que projeta a expressão em PF é denominado ‘componente fonológico’, enquanto o subsistema que continua a derivação em LF é o ‘componente não-visível’. As operações antes de *spell out* são consideradas operações visíveis.

As expressões formadas no processo de derivação devem ser legíveis aos sistemas de performance. Esses sistemas, externos à língua, são responsáveis por colocar em uso as expressões geradas pelo sistema cognitivo (CHOMSKY, 2000). Podem ser agrupados em dois tipos: articulatório-perceptual (A-P), que compreende o sistema sensorio-motor, e conceitual-intencional (C-I), que se refere ao sistema de pensamento. Cada um dos sistemas de performance estabelece uma relação com um nível de representação distinto da Faculdade de Linguagem: PF provê informações para a interface A-P, e LF provê informações para a interface C-I.

⁵⁷ Ressalta-se que há uma diferença entre a língua-I e a língua-E. De acordo com Chomsky (1986), a língua-I se refere à *competência*, ou seja, ao conhecimento que o falante tem da gramática de sua língua; enquanto a língua-E (língua externa) diz respeito ao *desempenho*, que é a manifestação dessa competência – o uso que o indivíduo faz de sua língua. É a língua-I o objeto de estudo da corrente inatista de aquisição de linguagem.

Para que as expressões geradas pela língua sejam legíveis para os sistemas de performance, é necessário que os itens lexicais dessas expressões apresentem apenas traços que possam ser interpretados nos dois níveis de interface – PF e LF. A derivação que atende a essa condição converge – atende ao Princípio da Interpretação Plena (já abordado em 2.1.1). Caso a expressão contenha traços não-interpretáveis em PF ou LF, diz-se que a derivação fracassa. Portanto, os traços que não são interpretáveis devem ser eliminados por meio da operação *agree* (cf. 2.1.1).

Para melhor compreensão desse ponto, é necessário esclarecermos as propriedades do léxico, bem como dos traços que estão presentes nos itens lexicais. O léxico, segundo Chomsky (1995), é responsável por agrupar todas as propriedades idiossincráticas dos itens lexicais particulares. Esses itens podem ser divididos em duas categorias: lexicais e funcionais. O primeiro grupo refere-se às categorias com conteúdo significativo e que selecionam semanticamente o seu argumento – ou seja, atribuem o papel temático. São exemplos de categorias lexicais os nomes (N), os verbos (V), os adjetivos (A) e as preposições (P). Já as categorias funcionais não marcam tematicamente seu complemento – selecionam apenas a categoria à qual esse complemento pertence. Apresentam propriedades gramaticais e podem ou não ter conteúdo fonético. Chomsky (1995) propõe quatro núcleos funcionais, sendo um nominal – o determinante (D) – e três proposicionais – tempo (T), complementador (C) e verbo leve (*v*). O autor afirma que pode haver outras categorias funcionais. A postulação de uma nova categoria funcional (como o núcleo P/Q(□) ou o Aplicativo (Appl), abordados na seção 2.1.1.1), no entanto, deve ser justificada por questões internas à teoria, ou por condições de interpretação fonética e semântica.

A entrada de um item lexical deve apresentar todas as informações necessárias sobre o item. Cada item do léxico – seja lexical ou funcional – é um conjunto de traços, que contém essas informações. De acordo com Chomsky (1995), os traços podem ser fonológicos, semânticos e formais. Os traços fonológicos são retirados pelo *spell out* e recebem interpretação apenas na interface A-P. Os traços semânticos, por sua vez, correspondem à informação semântica do item lexical e são interpretados na interface C-I. Já os traços formais dividem-se em interpretáveis e não-interpretáveis. Enquanto aqueles são interpretados na interface C-I, estes (não-interpretáveis) devem ser eliminados, nessa interface. Apresentaremos mais detalhadamente as propriedades dos traços formais.

Os traços formais são aqueles que fornecem a informação para o sistema computacional: os traços categoriais, que determinam a qual categoria o item lexical

pertence; os traços *phi*, que fornecem a informação sobre gênero, número e pessoa do item; e o traço de Caso, que ocorre associado às categorias nominais. Esses traços também podem ser subdivididos em traços intrínsecos e opcionais: o primeiro corresponde aos traços determinados na entrada do item lexical (por exemplo, o traço categorial), enquanto o traço opcional refere-se ao traço que é acrescentado ao item no momento em que entra na numeração. Por exemplo, o item lexical ‘avião’ da sentença “Ele construiu um avião” apresenta os seguintes traços formais: a) intrínsecos: traço categorial [Nominal], traço de pessoa [3ª pessoa], traço de gênero [masculino]; b) opcionais: traço [-plural], traço de Caso [acusativo] (cf. CHOMSKY, 1995).

Conforme exposto, os traços formais podem ser interpretáveis ou não-interpretáveis. Os traços interpretáveis contribuem para o significado da expressão: são os traços categoriais e os traços *phi* dos elementos nominais⁵⁸. Já os traços formais não-interpretáveis seriam, por exemplo, o traço de Caso do DP e os traços *phi* do verbo (leve) (CHOMSKY, 1995). Esses são relevantes apenas para a derivação sintática, não contribuem para a significação da sentença e, portanto, devem ser eliminados na derivação por meio da operação *agree*: o traço interpretável de um item valoriza o traço não-interpretável do outro item lexical, que é eliminado conseqüentemente. Abaixo, exemplificamos essa operação com a sentença em (1), já apresentada na seção 2.1.1:

(1) [CP [TP [DP A professora]_j [T_i entregou_i [VP t_j t_i [DP o trabalho] dos alunos]].

Os itens lexicais que entram na numeração apresentam traços formais interpretáveis e não-interpretáveis. A categoria funcional T, por exemplo, apresenta traços *phi*, considerados não-interpretáveis, que devem ser valorados (e eliminados) por um traço compatível – nesse caso, os traços *phi* do DP ‘a professora’. É nessa operação que o DP terá o seu traço de Caso valorado pela categoria funcional T.

Atualmente, entende-se que os parâmetros estão associados aos traços dos itens funcionais do léxico – o que significa dizer que o sistema computacional é invariável. Segundo Kato (2002), esse entendimento de parâmetro se deu a partir da inclusão das categorias funcionais como núcleos de projeções X-barra. Até então, os parâmetros eram vistos como propriedades associadas aos princípios, visão que se tornou problemática, pois

⁵⁸ Embora não tenham sido citados, são também interpretáveis a definitude e o traço Q das interrogativas.

constatou-se que algumas línguas violavam certos princípios ou não se encaixavam nas opções paramétricas disponíveis. Assim, buscou-se dissociar os parâmetros dos princípios⁵⁹, vinculando-os ao léxico da língua. Essa abordagem foi então refinada no sentido de limitar a variação paramétrica às propriedades formais das categorias funcionais.

Uma vez que as diferenças entre as línguas estão localizadas nos parâmetros, a aquisição de uma segunda língua envolve, assim como na aquisição de L1, a marcação de parâmetros. Entretanto, veremos no item 3.2 que a aquisição de L2 não é um processo idêntico à aquisição de L1, apesar de compartilharem algumas propriedades.

Antes de abordarmos esse assunto, apresentaremos, na subseção seguinte, a visão inatista da aquisição de língua de sinais por surdos.

3.1.1 Aquisição de língua de sinais por surdos

Por muito tempo, as línguas de sinais (LS) foram consideradas sistemas de comunicação limitados, semelhantes à mímica. A partir das pesquisas linguísticas de Stokoe, na década de 60, percebeu-se que as LS apresentavam propriedades gramaticais, como as demais línguas. Em sua análise, Stokoe (*apud* Quadros; Karnopp, 2004) observou que a Língua de Sinais Americana (ASL) não era composta apenas de símbolos representativos, mas apresentava uma estrutura interna e exibia todos os componentes linguísticos (fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático), constituindo, assim, uma língua natural.

Estudos voltados para a aquisição de LS por surdos demonstram que esse processo se dá de forma semelhante à aquisição de uma língua oral por ouvintes. Conforme explanado na seção anterior, todas as crianças que têm contato com um *input* linguístico adquirem a sua primeira língua sem dificuldades e sem necessidade de instrução. Essa afirmação é válida para todas as crianças, ouvintes e surdas – todas elas apresentam a Faculdade de Linguagem e podem adquirir uma língua, desde que tenham contato com o *input* linguístico adequado. No caso dos surdos, esse *input* se dá na modalidade visual. Assim, crianças surdas que são filhas de pais surdos adquirem a língua de sinais naturalmente, sem esforço e sem necessidade de instrução, assim como a criança ouvinte que adquire a língua oral. Ambas passam pelos mesmo estágios no processo de aquisição de primeira língua: período pré-

⁵⁹ Segundo Kato (2002), os primeiros trabalhos desenvolvidos nessa linha foram o de Wexler e Manzini (1987) e o de Sportiche (1986).

linguístico, estágio de uma palavra, estágio das primeiras combinações e estágio de múltiplas combinações (cf. Quadros, 1997).

O período pré-linguístico corresponde ao estágio do balbucio. Surdos e ouvintes balbuciam tanto oral, quanto manualmente. Após certo tempo, as crianças desenvolvem o balbucio de acordo com o *input* linguístico recebido: o surdo passa a balbuciar apenas manualmente, e o ouvinte, apenas oralmente. Ainda no período pré-linguístico, crianças surdas e ouvintes apontam para indicar referentes. Na etapa seguinte, o estágio de uma palavra, o ato de apontar torna-se cada vez mais escasso nas crianças ouvintes, uma vez que se iniciam as primeiras palavras. As crianças surdas também começam a produzir os primeiros sinais, mas a apontação permanece, deixando de ser um ato gestual para adquirir caráter linguístico, tornando-se parte do sistema pronominal da LS (cf. 2.2.1). Quadros (1997) ressalta que apesar da aparente iconicidade dos pronomes das LS, crianças surdas cometem “erros” ao realizarem a apontação – o que ocorre no estágio das primeiras combinações, período em que as crianças começam a produzir as primeiras frases. Nessa etapa, o surdo aponta para o interlocutor quando quer se referir a ele mesmo – sabe-se que o mesmo ocorre com crianças ouvintes que, nessa fase, utilizam o pronome ‘você’ ao invés de ‘eu’. O domínio do sistema pronominal se dá somente a partir do estágio das múltiplas combinações, fase em que o surdo começa a usar os pronomes com mais propriedade (apesar de ainda cometer alguns erros, como o “empilhamento” de referentes em um mesmo ponto). É também nesse período que a criança amplia o seu vocabulário e começa a produzir sentenças com verbos flexionados, fazendo algumas generalizações. Crianças surdas, por exemplo, flexionam verbos que não apresentam concordância na língua (cf. 2.2.1), já crianças ouvintes produzem estruturas como “eu fazi” ou “eu sabo”.

Apesar das semelhanças apontadas acima, existem diferenças no processo de aquisição de L1 por surdos e ouvintes. Um exemplo citado por Lillo-Martin (2008) é o surgimento das primeiras palavras / sinais. Enquanto as crianças ouvintes produzem as primeiras palavras por volta dos 10 meses de vida, os surdos iniciam os primeiros sinais, aproximadamente, dois meses antes. Essa diferença pode ser explicada em termos de mecanismos ‘periféricos’, como afirmam Meier e Newport (1990 *apud* Lillo-Martin, 2008): as crianças ouvintes demoram mais para dizer as primeiras palavras, pois levam mais tempo para ter o controle articulatório necessário para produzir enunciados.

Nesse sentido, as diferenças existentes na aquisição de L1 por surdos e ouvintes podem ser explicadas como efeitos de modalidade da língua. Essa distinção, no entanto, não

faz com que a aquisição de LS e LO sejam considerados processos opostos. Trata-se do mesmo processo, com algumas pequenas diferenças decorrentes da modalidade. Crain & Lillo-Martin (1999) afirmam que, se os princípios da GU se aplicam translinguisticamente, então também podem se aplicar entre modalidades. A GU, portanto, faz parte do aparato biológico inato de toda criança, tornando possível a aquisição de língua, seja oral ou de sinais.

3.2 Aquisição de Segunda Língua.

Os trabalhos referentes à aquisição de segunda língua apresentam diferentes abordagens, que serão tratadas nesta seção. No entanto, antes de discutirmos essas questões específicas, torna-se necessário apresentar alguns dos termos comumente encontrados, em trabalhos de aquisição de L2, e que serão utilizados nesta pesquisa: aquisição, aprendizagem e interlíngua.

Iniciamos com os conceitos de ‘aquisição’ e ‘aprendizagem’. Segundo Krashen (1981), a aquisição de L2 é um processo informal, semelhante à aquisição de L1, que ocorre com base em uma comunicação natural. Os aprendizes que estão adquirindo uma segunda língua têm conhecimento interno das regras, e se autocorrigem, baseados em intuições de gramaticalidade. Já a aprendizagem de uma L2 envolve ensino formal: o aprendiz é auxiliado por alguém, que o ajuda a ter um conhecimento consciente das regras da língua alvo. Ressalta-se, no entanto, que muitos autores não fazem essa diferenciação, utilizando os termos ‘aquisição’ e ‘aprendizagem’ de modo aleatório (Ellis, 1994). Neste trabalho, adotamos a visão de Ellis (1994) e usaremos ambos os termos, sem as implicações teóricas do contraste.

Já o termo ‘interlíngua’ (abordado em 1.1) foi definido por Selinker (1972) como o sistema linguístico construído pelo aprendiz de L2, na tentativa de atingir a língua alvo, tendo como base a sua L1. Esse sistema se caracteriza por apresentar propriedades das duas línguas: L1 e língua alvo.

Esclarecidos esses pontos, abordaremos pesquisas referentes ao processo de aquisição de segunda língua. Conforme explanado em Hawkins (2001), há dois problemas que norteiam as investigações sobre aquisição de L2: o *problema lógico* da aquisição de linguagem e o *problema de desenvolvimento*. O problema lógico de aquisição de linguagem

– também abordado nos estudos sobre aquisição de L1 – diz respeito ao argumento da pobreza de estímulo. Assim como a do falante nativo, a gramática do aprendiz de segunda língua vai além do *input* recebido. Já no problema de desenvolvimento, investiga-se como o conhecimento sintático se desenvolve e porque algumas estruturas são adquiridas mais facilmente que outras.

As teorias de aquisição de L2 apresentam diferentes abordagens para os problemas apontados acima. Com relação ao problema lógico da aquisição de L2, uma proposta é que os aprendizes de segunda língua também têm acesso à Gramática Universal, assim como na aquisição de primeira língua – abordagem que adotamos para este trabalho. Esse acesso justifica a produção de estruturas, pelo aprendiz, que vão além do *input*, assim como na aquisição de L1. No entanto, existe uma corrente que afirma que a aquisição de L2 não utiliza um dispositivo específico para a linguagem, mas apenas um sistema cognitivo geral de resolução de problemas (BLEY-VROMAN, 1990). Essa hipótese, conhecida como ‘Hipótese da Diferença Fundamental’, reforça as diferenças entre aquisição de L1 e L2: a aquisição de L1 é sempre bem-sucedida, mas nem sempre ocorre o domínio completo da L2; a instrução é importante para a aquisição de L2, mas irrelevante para L1; pode haver fossilização⁶⁰ na aprendizagem de L2; fatores externos como socialização, personalidade e afetividade podem prejudicar ou melhorar o processo de aquisição de L2; entre outras características.

Além dessas distinções, há ainda um argumento que parece reforçar o não acesso à GU na aquisição de L2: a hipótese do período crítico (cf. 1.1). De acordo com essa proposta, o desenvolvimento de habilidades cognitivas depende da interação entre as células do cérebro e o estímulo externo – essa interação ocorre em um período determinado, o chamado período crítico (HAWKINS, 2001). Por hipótese, a aquisição de língua também seria afetada por esse período.

Todos esses fatores demonstram, segundo os defensores da corrente do não acesso à GU, que aquisição de L1 e L2 não são processos idênticos. Assim, enquanto a aquisição de primeira língua seria restringida pela Gramática Universal, a aquisição de segunda língua se assemelharia ao aprendizado de outras habilidades que não requerem um domínio mental específico.

⁶⁰ O termo ‘fossilização’ é usado para caracterizar o estágio em que o aprendiz não consegue progredir no aprendizado da L2. Em alguns casos, é possível que ele se expresse na língua de alguma forma, mas não há o conhecimento das regras gramaticais (SELINKER, 1972). A fossilização tem sido relacionada com o chamado ‘período crítico’ – assunto que será abordado ainda nesta seção.

Há, no entanto, estudos que comprovam que a gramática do aprendiz de L2 não viola os princípios da GU e que, portanto, estaria sendo restringida também pela Gramática Universal (WHITE, 1990). Além disso, conforme afirmado acima, os aprendizes de L2 também produzem estruturas não disponíveis no *input* – mais um indício de que a GU também atua nesse processo. Por fim, estudos recentes afirmam que parece não haver um período crítico, mas sim, um período sensível, em que a habilidade para aquisição de língua seria maior, diminuindo gradualmente. O período sensível para a fonologia, por exemplo, seria menor que o da morfologia e o da sintaxe (FROMKIN ET AL, 2003).

Com relação ao problema do desenvolvimento, existem diferentes propostas, mesmo entre os autores que defendem o acesso à GU na aquisição de segunda língua. Essas distinções referem-se ao estado mental inicial do processo de aquisição de L2, bem como ao acesso à Gramática Universal na marcação de novos parâmetros.

Dentro das abordagens que consideram o acesso à GU na aquisição de L2, há duas hipóteses para caracterizar o estado inicial desse processo: a ‘Hipótese do Acesso Total’ e a ‘Hipótese do Acesso Parcial’. A ‘Hipótese do Acesso Total’, defendida por Epstein et al. (1996) afirma que a aquisição de L2 é semelhante à de L1, no sentido de que esses processos apresentam o mesmo estado mental inicial: a Gramática Universal. O aprendiz de L2 tem total acesso aos princípios e parâmetros da GU, assim como na aquisição de L1. Apesar de a primeira língua poder interferir na aquisição de L2, ela não é determinante: não há uma imposição das propriedades da L1 na gramática de L2. Epstein et al. (1996) afirmam que se houvesse essa imposição, os aprendizes adquiririam, primeiramente, as propriedades gramaticais semelhantes às da sua L1 – o que não ocorre necessariamente.

Com relação ao estado final da aquisição de L2, Epstein et al (1996) fazem uma distinção entre competência e desempenho. É possível que o aprendiz atinja o estado estável da gramática de L2, sem que isso seja refletido no uso. Assim, o estado final da aquisição de L2, no que se refere à competência do falante, seria semelhante ao dos falantes nativos.

Já a ‘Hipótese do Acesso Parcial’ considera que a primeira língua interfere no processo de aquisição de L2, já que constitui o seu estado inicial. Neste estudo, adotaremos a Hipótese do Acesso Parcial e, na subseção seguinte, apresentaremos mais detalhadamente essa abordagem, uma vez que há diferentes visões, dentro dessa corrente, quanto à participação da GU e da L1 no processo de aquisição de segunda língua.

3.2.1 Hipótese do Acesso Parcial à GU

A Hipótese do Acesso Parcial à GU considera que a aquisição de L2 será restringida pela Gramática Universal e intermediada pela L1 do aprendiz, que constitui o estado mental inicial desse processo. Nesta subseção, discutiremos dois pontos de divergência entre os pesquisadores adeptos da hipótese do acesso parcial: (i) as propriedades que são transferidas da L1, e (ii) o papel da GU na remarcação de parâmetros.

Com relação às propriedades que são transferidas da L1, existem duas hipóteses dentro da corrente do acesso parcial: *weak continuity* e *strong continuity*. A hipótese *weak continuity* defende que apenas as categorias lexicais da L1 estão presentes no estado inicial da aquisição de L2. As categorias funcionais permanecem disponíveis na GU e vão sendo acessadas conforme o *input* da segunda língua. É o que afirmam Vainikka; Young-Scholten (1994, 1996 *apud* HAWKINS, 2001) com a proposta denominada *Minimal Trees*. Outra abordagem semelhante é a de Eubank (1993, 1994, 1996 *apud* HAWKINS, 2001) denominada *Valueless Features*, que considera que categorias lexicais e funcionais estão presentes no estado inicial; entretanto, as categorias funcionais apresentariam traços sem valor. A *strong continuity*, por outro lado, afirma que os aprendizes geram sintagmas com as mesmas categorias e projeções de um falante com a gramática pronta; ou seja, todas as categorias da L1 – lexicais e funcionais – estão disponíveis para o aprendiz de segunda língua. As propriedades sintáticas da L1 são transferidas durante o processo de aquisição de L2 (Schwartz, 1998; White, 2003) ou, conforme afirmam Craats *et al.* (2000), simplesmente, conservadas para o aprendiz de segunda língua. Quando a L1 do falante não consegue analisar as propriedades da nova gramática (da L2), o aprendiz recorre à Gramática Universal.

Conforme afirma Hawkins (2001), é difícil comprovar essas hipóteses, pois os pesquisadores não têm a mesma visão do que é uma propriedade significativa ou insignificante. Por exemplo, em um estudo que verifica a aquisição do sintagma flexional (IP) por aprendizes de L2, os dados que apresentam baixo número de verbos flexionados são interpretados, pelos estudiosos adeptos da *weak continuity*, como a ausência de IP no estágio inicial. Já os pesquisadores da *strong continuity* afirmam que a flexão na interlíngua, ainda que pouca, é o indício de que as categorias funcionais estão presentes desde o início da aquisição, mesmo que não sejam manifestadas com frequência na performance.

White (2003) também ressalta a dificuldade em testar as hipóteses acima, por ser complexo definir, com precisão, o estado inicial. Como afirmar que determinada categoria funcional encontrada na interlíngua provém da L1 ou está sendo acessada pela GU?

O acesso à Gramática Universal (na remarcação de parâmetros), constitui o segundo ponto de divergência nos estudos de aquisição de L2 como afirmado anteriormente. Entendendo que a aquisição de segunda língua consiste na remarcação dos parâmetros referentes a essa nova gramática, a questão que surge é: como se dá essa remarcação? Conforme observado, o aprendiz tem acesso à L1 e, conseqüentemente, aos parâmetros marcados para adquirir a primeira língua. Como seria a marcação dos parâmetros que divergem da L1? Alguns autores defendem que há acesso direto à GU (Schwartz, 1998; White, 2003), enquanto outros afirmam que não existe essa possibilidade (Liceras, 1996; Tsimpli; Roussou, 1991).

A corrente que defende o acesso direto à GU para a remarcação de parâmetros afirma que categorias funcionais, traços e valores de traços ausentes em L1 podem ser instanciados em L2, por meio da Gramática Universal (White, 2003). De acordo com a hipótese *full transfer, full access* de Schwartz (1998), o aprendiz transfere todo o conhecimento da L1, ou seja, tem acesso a categorias lexicais e funcionais (*full transfer*) e marca, inicialmente, os parâmetros que são idênticos aos de sua língua materna. Posteriormente, o aprendiz tem acesso completo à GU para marcar os parâmetros que divergem da L1 (*full access*). Apesar dessa hipótese prever o acesso completo à Gramática Universal, Schwartz afirma que a proficiência na segunda língua não é garantida, uma vez que o estado inicial da aquisição de L2 é diferente do estado inicial da aquisição de L1: enquanto esta se inicia com a Gramática Universal, a L2 tem como estado inicial a L1 do aprendiz. Por esse motivo, o estado final de L1 e de L2 serão diferentes.

Já a hipótese que defende que não há acesso direto à GU na remarcação de parâmetros considera que apenas os parâmetros da L1 estão disponíveis. Portanto, não há remarcação de parâmetros via GU, em resposta ao *input* da L2. Essa hipótese tem sido associada à discussão referente ao estado final da Gramática Universal na aquisição de L1. Conforme afirma Liceras (1996), ao final da aquisição da L1, a GU se torna a gramática particular do falante, ou seja, a sua primeira língua. Por esse motivo, não é possível acessar novos parâmetros – apenas os princípios estão disponíveis, uma vez que, são universais e estão, conseqüentemente, especificados na L1. Entretanto, há pesquisadores, como Epstein et al (1996), que consideram que a GU, ao final da aquisição de L1, permanece distinta da

gramática particular. Os autores argumentam que se a GU modificasse a sua forma (tornando-se a gramática particular), não seria possível a aquisição de duas línguas por crianças bilíngues, pois, a medida que o parâmetro de uma língua fosse marcado, a GU se modificaria e não seria possível marcar o parâmetro referente a outra língua.

Tsimpli; Roussou (1991) também defendem que novos parâmetros estão indisponíveis aos aprendizes de segunda língua. Na hipótese conhecida como “No Parameter-Resetting”, as autoras afirmam que a maturação da GU se dá no período crítico e atinge, especificamente, o módulo referente às categorias funcionais – que está associado aos parâmetros, conforme explicado anteriormente. Deste modo, se o parâmetro da L2 e da L1 são diferentes, haverá transferência de erro, ao menos no início da aquisição, pois o aprendiz tem acesso unicamente ao parâmetro da L1. Em estágios mais avançados, as autoras reconhecem que o aprendiz pode adotar a opção paramétrica corretamente – neste caso, afirmam, não se trata de acesso posterior à GU, mas sim, do resultado de mecanismos gerais de aprendizagem.

Em estudos posteriores, Tsimpli (2003) e Tsimpli; Mastropavlou (2007) apresentam uma versão fraca dessa hipótese. A nova proposta envolve o papel da interpretabilidade dos traços na aquisição de segunda língua: enquanto os traços não-interpretáveis estão indisponíveis aos aprendizes devido ao período crítico, os traços interpretáveis permanecem acessíveis.

Seguindo o programa minimalista (cf. CHOMSKY, 1995), Tsimpli; Mastropavlou (2007) explicam que traços não-interpretáveis estão envolvidos apenas na derivação sintática, sem papel na interface LF – o que os torna responsáveis pelas diferenças paramétricas entre as línguas. No entanto, as autoras destacam que alguns traços interpretáveis também podem ser responsáveis pelas diferenças translinguísticas – por exemplo, traços como tópico e foco, que são sintaticamente ativos em húngaro e grego, mas não em inglês. Entende-se, assim, que a gramaticalização de um traço interpretável pode ser parametrizável: em algumas línguas, mas não em outras, esse traço pode interferir na sintaxe.

Considerando essa proposta, as autoras enfatizam que a diferença entre traços interpretáveis e não-interpretáveis se refere ao papel na interface LF, restrito apenas ao traço interpretável. As operações sintáticas, como proposto no âmbito do minimalismo, admitem a participação de ambos os traços. Deste modo, concluem que a parametrização pode ser associada a traços interpretáveis e não-interpretáveis e, assim sendo, o aprendiz de L2 analisa ambos os traços no *input*. Entretanto, como já mencionado, apenas os traços não-

interpretáveis estariam inacessíveis ao aprendiz; os traços interpretáveis, devido a sua representação em LF, permaneceriam disponíveis na aquisição de L2.

Assim, na aquisição de segunda língua, o parâmetro que difere da L1 e está associado apenas a traços não-interpretáveis será mais problemático para o aprendiz e apresentará um desenvolvimento diferenciado, em comparação ao parâmetro que apresenta um traço interpretável. Tsimpli; Mastropavlou (2007) demonstram essa afirmação por meio de um teste com turcos e russos, aprendizes de grego como segunda língua. Um dos fenômenos estudado pelas autoras⁶¹ foi a aquisição de artigos definidos e indefinidos em grego – o primeiro contendo apenas os traços não-interpretáveis de Caso e concordância, o segundo apresentando, também, o traço interpretável [-definido]. Visto que em russo e turco não há artigos⁶², espera-se que haja a omissão desses elementos na interlíngua – consequência da transferência da L1. Espera-se, ainda, que a omissão do artigo definido seja maior do que a do artigo indefinido, uma vez que, conforme explicado, há apenas traços não-interpretáveis envolvidos no artigo definido. O resultado do teste confirmou o esperado: o uso do artigo indefinido foi maior (95%), em comparação ao artigo definido (49%).

No entanto, é necessário explicar por que os sujeitos produziram o artigo definido, indicando desenvolvimento linguístico (ainda que com maior opcionalidade em relação à ausência do artigo) – uma vez que esse elemento apresenta apenas traços não interpretáveis, inacessíveis aos aprendizes. A explicação das autoras é que para compensar a falta de acesso aos traços não-interpretáveis, os aprendizes fazem uso dos traços interpretáveis; ou seja, a gramática de L2 atribui ao artigo definido um traço interpretável para adquiri-lo. Por exemplo, é possível atribuir um traço de [parentesco] ou de [animacidade] ao artigo definido, dependendo do núcleo nominal com o qual ele se relaciona.

Em suma, Tsimpli; Mastropavlou (2007) consideram que o acesso à GU é possível, mas se restringe aos traços interpretáveis, que permanecem disponíveis aos aprendizes de L2.

Considerando todos os estudos apresentados nessa seção, para orientar o nosso trabalho, adotamos a abordagem em que os aprendizes de segunda língua iniciam o processo de aquisição de L2 a partir de sua primeira língua, conforme prevê a Hipótese do Acesso Parcial. Toda a L1 – categorias lexicais e funcionais – está presente nesse processo

⁶¹ O outro ponto avaliado no teste de Tsimpli; Mastropavlou (2007) foi a aquisição de pronomes clíticos no grego.

⁶² De acordo com Tsimpli; Mastropavlou (2007), para referência definida, essas línguas usam pronomes demonstrativos; já para referência indefinida, usam o numeral ‘um’.

(Schwartz, 1998), e o acesso à GU na remarcação de parâmetros é possível, mas está restrito aos traços interpretáveis, conforme afirmam Tsimpli; Mastropavlou (2007).

Cabe ressaltar, no entanto, que esse trabalho não tem o objetivo de testar essas hipóteses, uma vez que seria necessária uma pesquisa mais extensa, devido às dificuldades decorrentes desse processo (explanadas anteriormente). Adotamos tais hipóteses como propostas para explicar os dados encontrados na interlíngua dos surdos. Assim, assumimos que os surdos aprendizes de português como L2 têm acesso a toda sua L1 (libras), bem como aos traços interpretáveis da GU.

Considerando que a análise realizada está voltada para a modalidade escrita da língua, abordaremos, em 3.3, estudos referentes à aquisição de língua escrita.

3.3 Aquisição da Escrita

As teorias apresentadas nas seções anteriores trataram da aquisição de língua (L1 ou L2) em sua modalidade oral. O foco deste trabalho, entretanto, é a aquisição do português escrito, como segunda língua, por surdos. Diante disso, surge uma questão: é possível que as hipóteses estudadas anteriormente também se apliquem à aquisição da escrita? Pode-se considerar que a linguagem escrita também seria geneticamente determinada e regida por princípios universais?

Um dos trabalhos que tratam desse tema é o de Kato (1990). Partindo de uma perspectiva psicolinguística, a autora apresenta propriedades da linguagem escrita, ressaltando as diferenças entre essa modalidade e a fala. Kato (1990) aponta que, na fala, há maior dependência contextual e uma mesma palavra é repetida mais vezes; já a escrita utiliza, mais frequentemente, recursos sintáticos, como subordinação, visto que essa modalidade permite maior planejamento verbal. A coesão também é realizada por processos distintos nas duas modalidades: na fala, ela é estabelecida por recursos paralinguísticos e supra-segmentais, já na escrita, são utilizados conectivos explícitos que fazem parte de estruturas sintáticas complexas. Outra diferença entre as modalidades é que a escrita, mas não a fala, necessita de ensino e treino para ser adquirida.

Apesar das distinções apresentadas, a autora considera que fala e escrita são parcialmente isomórficas: não se pode dizer que sejam totalmente distintas, visto que são realizações da mesma gramática. Nesse sentido, Kato afirma que é possível que “um mesmo

equipamento inato que permite à criança interagir com os dados da língua oral, lhe dê as condições mínimas para desenvolver sua percepção inicial sobre a escrita” (Kato, 1990: 137, 138). Portanto, a autora considera que a linguagem escrita pode ser entendida como um conjunto de opções dentro da gramática particular, e, assim, limitada e prevista pela GU.⁶³

De acordo com Kato, apesar de a hipótese inatista, aparentemente, não se aplicar à escrita (uma vez que há línguas ágrafas no mundo), há propriedades da linguagem escrita, que permitem afirmar que essa modalidade é determinada pela Gramática Universal. Para explicar a sua proposta, Kato apresenta, inicialmente, as argumentações de Lennenberg (1964 *apud* Kato, 1990). A autora vai contra a proposta do pesquisador, que afirma que a linguagem escrita não é uma capacidade inata do ser humano. Lennenberg apresenta quatro propriedades da linguagem escrita que, segundo o autor, não estão presentes em processos inatos.

A primeira propriedade é a variação que a escrita apresenta: existem diversos sistemas diferentes de escrita no mundo, ao contrário do andar do ser humano – um processo inato – que não apresenta variação. A segunda propriedade refere-se à evolução da escrita. Vários estudos demonstram a evolução sofrida pela escrita para chegar à forma de hoje. Processos inatos, como andar e falar, entretanto, não apresentam evolução histórica. A necessidade de ensino é a terceira característica apresentada por Lennenberg. Processos inatos, segundo o autor, não requerem ensino e treino, mas a escrita sim. Por fim, o autor afirma que processos inatos ocorrem em uma idade específica, já o aprendizado da escrita pode se dar em qualquer idade.

Conforme afirmado, a visão de Kato é distinta da proposta de Lennenberg. Segundo a autora, os dois primeiros argumentos do autor podem ser questionados. Com relação à variação, sabe-se que as línguas também variam (dentro do esquema permitido pela GU) – portanto, é equivocado afirmar que processos inatos não apresentam variação. A questão da inexistência de evolução em processos inatos também é discutida por Kato (1990). A autora apresenta estudo de Bickerton (1981 *apud* Kato, 1990) que admite existir um desenvolvimento nas línguas orais. Esse autor postula um tipo de evolução de línguas *pidgin*

⁶³ Com relação a esse ponto, a professora Adriana Lessa (c. p.) chama a atenção para o texto de Kato (2005) “A gramática do Letrado”, em que a hipótese da presença da GU na escrita seria semelhante a um fenômeno de aquisição de segunda língua. Consideramos válida a referência ao texto citado, ressaltando que a análise de Kato está orientada para o desenvolvimento do português escrito padrão por falantes nativos, no contexto da escolarização. Embora as condições do desenvolvimento linguístico sejam diferentes em relação ao que ocorre na aquisição de português L2 por surdos, pelo fato de envolver falantes nativos do português, o efeito do *input* fornecido no contexto educacional é semelhante em ambos os casos.

(consideradas formas primitivas, que surgem de línguas em contato) para línguas crioulas, (que são formas mais complexas).

Kato (1990) apresenta, ainda, o estudo de Ferreiro; Teberosky (1979 *apud* Kato, 1990) que fazem uma comparação entre a evolução da escrita na história e o desenvolvimento da escrita pela criança. Ambos os processos passam por etapas semelhantes. A criança, inicialmente, realiza grafismos ou rabiscos primitivos; em seguida, utiliza pictogramas com valor de escrita. A próxima etapa consiste em usar símbolos (geralmente, letras) para representar conceitos. Esses símbolos, depois, passam a representar as sílabas. Após essa etapa, ocorre a alfabetização completa. Deste modo, Kato (1990) afirma que: “a comparação entre o que ocorre na história e o que ocorre com a criança leva-nos a especular se o caminho da descoberta cognitiva da escrita não estaria, de certa forma, programado no homem (...)” (Kato, 1990: 104).

Assim como Kato (1990), adotamos, nesse trabalho, a proposta de que a escrita é regida pela GU. Consideramos, ainda, que a capacidade humana para aquisição de escrita se estende aos contextos de aquisição de escrita como L2. A pesquisa de Lillo-Martin (1998) demonstrou que a produção escrita de surdos, aprendizes de inglês como L2, também está restringida pela GU. A autora realizou testes de compreensão e produção de inglês escrito, com crianças surdas que têm a ASL como L1 e constatou que a GU também interfere nesse processo. Nos experimentos realizados, observou-se que, apesar de os surdos realizarem estruturas não-convergentes com a gramática alvo, essas construções não violam nenhum princípio da GU – são decorrentes da marcação de algum parâmetro distinto do inglês. Portanto, a aquisição de escrita como L2 apresenta características similares à aquisição de uma língua oral como L2.

3.4 Estudos sobre aquisição de português L2

Nesta seção, apresentaremos duas pesquisas referentes à aquisição de preposições e/ou construções dativas por aprendizes de português como segunda língua: Oliveira (2005) e Miletic (2008). Esses estudos adotam a Hipótese do Acesso Parcial, ou seja, consideram a participação da primeira língua na aquisição da segunda língua. Ressalta-se que ambas as pesquisas estão voltadas para aquisição do Português Europeu (PE).

Iniciemos com a pesquisa de Oliveira (2005). Esse estudo teve como objetivo verificar a aquisição dos complementos verbais dativos do português europeu como L2 por falantes de línguas do grupo bantu (LBs), residentes de Moçambique. O estudo está voltado para a aquisição da língua em sua modalidade oral.

Conforme apontado pela autora (e também abordado no capítulo 2), o complemento dativo no PE caracteriza-se por ser introduzido pela preposição ‘a’ e retomado anaforicamente pelo clítico ‘lhe’. A autora reforça essa última característica, como sendo uma propriedade essencial dos complementos dativos no PE: complementos verbais que não podem ser substituídos por ‘lhe’ não são considerados dativos. Os exemplos (2) e (3) ilustram essa diferença:

- (2) a. O filme agradou ao Pedro.
b. O filme agradou-lhe.
- (3) a. O diretor recorreu ao advogado.
b. O diretor *recorreu-lhe.
c. O diretor recorreu a ele.

Em (2), temos um argumento dativo, iniciado por ‘a’, que funciona como um marcador de Caso. Já em (3), a preposição é subcategorizada pelo verbo, funcionando como uma verdadeira preposição. Nesse caso, não é possível a substituição desse sintagma por ‘lhe’ (cf. 3b), devendo ser usado o pronome nominativo ‘ele’, precedido da preposição ‘a’.

Para realizar sua análise, Oliveira (2005) adota a hipótese de que a gramática da L1 é o estágio inicial da aquisição de L2 e interfere no processamento do *input*. Assim, a autora apresenta algumas propriedades das LBs, que interferirão na aquisição do PE como L2. A primeira delas refere-se à existência de uma classe nominal com traço [+humano], que é marcada por um afixo específico.

A outra propriedade diz respeito à marcação do Caso dativo nas LBs. O afixo ‘el’, entendido como correspondente à preposição ‘a’, é incorporado no verbo que seleciona o Caso dativo. A análise de Oliveira (2005) é que não é a preposição que dá Caso ao NP, mas o complexo verbal (verbo + preposição), responsável por atribuir Caso aos dois argumentos do verbo (cf. 4):

(4) Mudjondzi a-yiv-el-ile Tino mabuku.

O aluno roubou-a Tino os livros.

(OLIVEIRA, 2005: 5)

Considerando essas características, Oliveira (2005) analisa a transcrição da fala⁶⁴ de quatro informantes moçambicanos, dividindo-os em três níveis de fluência, sendo o nível I correspondente ao mais baixo grau de fluência e o nível III, ao mais alto grau. No nível I, observou-se a ausência da preposição ‘a’ para introduzir o argumento dativo (cf. 5):

(5) Demonstrou ___ as outras mulheres o papel do destacamento feminino.

Oliveira (2005) segue a mesma análise de Gonçalves (2002, 2004 *apud* Oliveira, 2005), que afirma que, nessa construção, há a interferência da L1. Segundo as autoras, o apagamento da preposição para introduzir o objeto indireto é resultado da transferência do parâmetro da L1. Como já afirmado, nas LBs, o afixo que atribui Caso ao DP dativo está incorporado ao verbo. Por esse motivo, o aprendiz não utiliza a preposição do português.

No nível II de fluência, temos a ocorrência da preposição ‘a’, usada apenas para marcar objetos diretos com traço [+humano] (cf. 6):

(6) Eles elogiam a uma pessoa.

Oliveira (2005) afirma que essa construção se deve, também, à interferência das LBs, que apresentam um afixo para marcar a categoria nominal com o traço [+humano], conforme explanado anteriormente. Deste modo, os aprendizes entendem a preposição ‘a’, não como introdutora de Caso dativo, mas como responsável por marcar o traço [+humano].

Por fim, o nível III de fluência caracteriza-se por apresentar construções em que a preposição ‘a’ marca não apenas o objeto direto, mas também o argumento dativo (cf. 7):

(7) se falei a ele ou se fiz este tipo de pergunta...

Interessante notar, ainda, nos níveis II e III de fluência, a ocorrência da preposição ‘para’ como marcadora do Caso dativo (cf. 8):

⁶⁴ Os dados foram coletados por Stroud; Gonçalves (1997 *apud* Oliveira, 2005).

(8) quando puseram comida **para** ele então guardava um bocadinho.

Construções desse tipo não são provenientes do *input*, uma vez que apenas a preposição ‘a’ é utilizada para marcar o Caso dativo no PE. A explicação da autora para esse fato é que os aprendizes fazem uma reanálise do input: a semântica de ‘meta’ da preposição ‘para’, presente em verbos de movimento, é estendida também a verbos que selecionam complemento dativo. Essa preposição, portanto, passa a ser entendida como um marcador de ‘meta’ de um modo geral.

Em síntese, o estudo de Oliveira (2005) verificou que:

- (i) no nível I: os falantes não produzem preposições nas construções dativas, o que pode ser entendido como transferência do parâmetro da L1, já que nas LBs, não há uma preposição, mas um afixo incorporado ao verbo, responsável pelo Caso dativo.
- (ii) no nível II: a preposição ‘a’ é usada em objetos diretos para marcar argumento [+humano] – também considerado uma interferência da L1, já que as LBs apresentam um afixo específico para marcar essa classe.
- (iii) no nível III: os falantes utilizam a preposição ‘a’ para marcar o dativo e o objeto direto, aproximando-se, portanto, da língua alvo.
- (iv) nos níveis II e III: os falantes fazem uma reanálise do *input* e utilizam a preposição ‘para’, com valor de meta, nas construções dativas.

Das conclusões apresentadas no estudo de Oliveira (2005) interessa-nos, especialmente, a descrita em (i), referente à marcação de Caso. Essa conclusão também pode ser verificada (parcialmente) no trabalho de Miletic (2008). O autor investigou a aquisição de preposições do PE por aprendizes que têm a língua sérvia como L1. A pesquisa teve como foco as preposições ‘a’, ‘em’, ‘de’ e ‘para’, considerando as relações de espaço, tempo e noção estabelecidas por esses elementos. Apresentaremos, somente, a análise do autor referente às preposições ‘a’ e ‘para’.

Miletic (2008) apresenta as preposições em Sérvio, frisando que, assim como o português, a língua sérvia apresenta um número limitado de preposições simples. Entretanto, não existe uma correspondência exata entre as duas línguas: diversas preposições sérvias podem corresponder a uma única preposição do português. Por exemplo, tanto a preposição

‘za’ quanto a preposição ‘prema’ podem ser equivalentes à preposição ‘para’, estabelecendo uma relação espacial (cf. 9 e 10):

(9) Idem **za** Beograd.

Vou para Belgrado [ACC]

“Vou para Belgrado”

(10) Gledao je **prema** zidu.

Olhou é para parede [LOC]

Olhava para parede.

(MILETIC, 2008: 38)

É possível, também que, uma única preposição em sérvio corresponda a duas preposições distintas no PE. É o caso da preposição ‘u’, que, em um contexto temporal, pode substituir as preposições ‘a’ e ‘em’ (cf. 11 e 12):

(11) Imam let iz Beograda **u** 1 sat.

Tenho voo de Belgrado em 1 hora [ACC]

“Tenho voo de Belgrado à 1 hora”.

(12) Idem u Beograd **u** Januaru

Vou em Belgrado em Janeiro [LOC]

“Vou a Belgrado em Janeiro”.

(MILETIC, 2008: 43)

É no contexto das preposições estabelecendo relação de ‘noção’⁶⁵, que podemos observar as construções dativas. Miletic (2008) afirma que verbos que apresentam complemento dativo no PE (como ‘dar’, ‘agradar’ e ‘comprar’) não selecionam preposição em sérvio. Nessa língua há um morfema no nome, que marca o Caso dativo desse DP (cf. 13 e 14):

(13) Jovan je dao knjigu Mariji

João é deu livro Maria [DAT]

“O João deu o livro à Maria”.

⁶⁵ De acordo com Miletic (2008), entende-se por ‘noção’, qualquer tipo de relação que não seja espacial ou temporal. Essas relações são diversas e podem ser concretas ou abstratas: causa, meio, finalidade, beneficiário, modo, posse, entre outras.

(14) Kupio sam knjigu Jovanu

Comprar sou livro João [DAT]

“Comprei um livro ao João”.

(MILETIC, 2008: 45)

Observa-se, entretanto, que construções oblíquas, iniciadas por ‘para’, apresentam uma preposição equivalente em sérvio. No exemplo em (15), o verbo ‘comprar’, seleciona um complemento oblíquo com papel semântico de benefactivo, e, assim, é substituído pela preposição ‘za’ em sérvio – sendo esta a mesma preposição introdutora do complemento locativo (cf. (9)):

(15) Kupio sam knjigu **za** Jovana.

“Comprei o livro para o João”.

(MILETIC, 2008: 48)

Conforme afirmado anteriormente, Miletic (2008) considera, assim como Oliveira (2005), que o aprendiz de português L2 transferirá propriedades de sua L1 na interlíngua. Nesse sentido, a hipótese do autor é semelhante à de Oliveira: nas construções em que as preposições do PE correspondam a uma marca morfológica no DP, espera-se que ocorra a omissão da preposição na interlíngua⁶⁶.

Tendo em vista essas questões, Miletic (2008) analisou a aquisição das preposições do português, em sua modalidade escrita, por informantes que têm o sérvio como L1. Esses informantes foram divididos em dois grupos: (i) grupo PL2 (Português como segunda língua), formado por sérvios que residem em Portugal há, pelo menos, 5 anos; (ii) PLE (Português como língua estrangeira), formado por sérvios que têm acesso ao ensino formal de português há, pelo menos, 6 meses (todos esses residentes de Belgrado).

O teste foi realizado por meio de dois exercícios: preenchimento de lacuna e julgamento de gramaticalidade. Os dados foram julgados como ‘corretos’ quando houve o uso da preposição convergente, ou ‘desviantes’ quando houve a omissão ou a substituição da preposição.

⁶⁶ Miletic (2008) cita o estudo de Jarvis; Odlin (2000 *apud* Miletic, 2008) que apresentou resultado semelhante em relação aos resultados no âmbito de sua hipótese. Os autores analisaram a aquisição de preposições do inglês (L2), por aprendizes finlandeses e suecos (L1). Observou-se que, os finlandeses omitiram as preposições locativas, uma vez que, nessa língua, há marcas morfológicas para indicar referências espaciais. Já os suecos, que apresentam preposições locativas em sua língua, produziram mais sentenças preposicionadas. No entanto, ressalta-se que houve dados em que os finlandeses realizaram as preposições – ainda que não convergentes com a língua alvo.

A hipótese lançada pelo autor pôde ser confirmada parcialmente, como afirmado anteriormente. No teste de preenchimento de lacuna, observou-se um alto índice de omissão da preposição ‘a’ com os verbos ‘agradar’ e ‘perguntar’, especialmente no grupo PL2, o que indica que houve transferência de propriedades da L1. Essa transferência também pode ser observada nas sentenças em que a preposição ‘para’ seleciona complemento oblíquo (cf. 15). Nessas construções houve um grande número de sentenças convergentes com o PE. Nesses casos, conforme já explanado, as construções do sérvio apresentam a preposição ‘za’.

Entretanto, observou-se que, nas sentenças com o verbo dativo ‘dar’, o número de omissão das preposições foi baixo e apenas no grupo PLE. O autor menciona que esse resultado pode ser decorrente do acesso aos parâmetros da GU. Entretanto, essa questão não é aprofundada.

Os estudos abordados nessa seção apresentam alguns pontos em comum com essa tese. Primeiramente, assim como os autores, adotamos a hipótese de que a L1 é o estado inicial da aquisição de L2 e interfere nesse processo, podendo haver acesso posterior à GU. Nesta pesquisa, particularmente, adotamos a proposta de Tsimpli (2003) e Tsimpli; Mastropavlou (2007), que afirma que o acesso à GU se restringe aos traços interpretáveis da língua.

O segundo ponto em comum refere-se à realização do complemento dativo nas três línguas: (línguas bantu, sérvio e libras): não há um elemento lexicalizado, uma preposição, para introduzir o argumento dativo. Nas línguas bantu, há um afixo incorporado no verbo; em sérvio, o verbo seleciona o complemento que apresenta marca morfológica de dativo; em libras, consideramos o morfema DIR, acoplado ao verbo, como sendo o responsável por introduzir o argumento dativo dessa língua. Nesse sentido, a realização do Caso dativo em libras assemelha-se, especialmente, às línguas bantu.

Entretanto, a hipótese que apresentamos para as construções dativas na interlíngua do surdo é diferente da proposta abordada nesses estudos. Conforme já dito, os trabalhos de Oliveira (2005) e Miletic (2008) consideram que a preposição introdutora do dativo não será usada na interlíngua, uma vez que nas LBs e em sérvio não há um elemento dessa categoria para marcar o argumento dativo. Apesar de, na libras, também não haver um sinal específico que corresponda à preposição, marcadora do caso dativo, consideramos que o morfema direcional (DIR), presente nos verbos de concordância, e responsável pelo licenciamento do complemento dativo nessa língua, interfira positivamente na aquisição das preposições no português.

Portanto, espera-se que, nos dados da interlíngua, as preposições ocorram, especialmente, quando o verbo do PB corresponder a um verbo da libras que apresente o morfema DIR. Inversamente, na ausência desse morfema, haverá mais dificuldade de adquirir a preposição do português.

Na seção 3.5, a última deste capítulo, apresentaremos, mais detalhadamente, a nossa hipótese para a aquisição do argumento dativo no PB, considerando a interferência da libras.

3.5 Aquisição do Argumento Dativo como L2 por Surdos: Proposta de Análise

Nesta seção, apresentaremos a nossa proposta de análise para aquisição do argumento dativo por surdos aprendizes de português (escrito) como L2. Conforme já ressaltado, com relação à aquisição de L2, consideramos que:

- (i) O estado inicial da aquisição de segunda língua é a primeira língua do aprendiz (categorias lexicais e funcionais), conforme a Hipótese do Acesso Parcial. Assim, o surdo, inicialmente, transferirá os parâmetros de sua L1 (a libras) para aquisição das estruturas do português.
- (ii) O acesso aos parâmetros não instanciados pela L1 do aprendiz é possível, mas se restringe aos traços interpretáveis (TSIMPLI; MASTROPAVLOU, 2007).
- (iii) Os aprendizes de L2 atribuem um traço interpretável a determinado elemento para compensar a falta de acesso aos traços não-interpretáveis.
- (iv) A aquisição de escrita como segunda língua também é restringida pela GU.

Com relação às estruturas dativas do português consideramos que:

- (i) As construções dativas no português são aquelas iniciadas pela preposição ‘para’ (e, eventualmente, ‘a’), em predicados que denotam transferência de posse (material ou abstrata/ cognitiva).
- (ii) Esses predicados selecionam um núcleo relacional $P(\underline{\square})$ (MANZINI. FRANCO, 2016; MANZINI ET AL., 2017), associado ao argumento dativo, marcado pelo traço de animacidade (possuidor).

- (iii) O núcleo $P(\underline{\quad})$ ocorre tanto em construções bitransitivas quanto em monotransitivas e marca a relação do argumento alvo com um argumento interno (em predicados bitransitivos) ou com um subevento (em predicados monotransitivos).

Com relação às estruturas da libras, consideramos que:

- (i) As construções dativas são marcadas pelo morfema direcional DIR, presente nos verbos de concordância bitransitivos e monotransitivos, que lexicaliza o traço de inclusividade $P/Q(\underline{\quad})$.
- (ii) Verbos bitransitivos simples também selecionam argumento dativo – nesse caso, entretanto, o argumento alvo da transferência não manifesta uma marca morfológica do tipo DIR, mas, por hipótese, o argumento é marcado para o traço de inclusividade $P/Q(\underline{\quad})$, o que implica a ocorrência de uma construção de objeto duplo, nesse caso.
- (iii) As construções dativas bitransitivas são marcadas pelo núcleo relacional $P/Q(\underline{\quad})$, que estabelece a relação do argumento alvo com um argumento interno (em predicados bitransitivos). Quando ocorre com verbos de concordância (grupo I – cf. quadro 1), o núcleo relacional $P(\underline{\quad})$ é lexicalmente realizado pelo morfema direcional DIR. Quando realizada por verbos simples (grupo II – cf. quadro 1), o núcleo relacional $Q(\underline{\quad})$ é nulo.
- (iv) As construções dativas monotransitivas (com verbos de concordância – grupos I e III – cf. quadro 2) também são realizadas pelo núcleo relacional, lexicalizado por DIR. Neste caso, o traço $Q(\underline{\quad})$ no argumento alvo marca uma relação com um constituinte de evento.
- (v) As construções monotransitivas realizadas por verbos simples (grupo IV – cf. quadro 2) não apresentam o núcleo $Q(\underline{\quad})$. O argumento interno dessas estruturas é gerado como complemento (direto) do verbo.

Assim, consideramos que as construções dativas do português e as sentenças com verbos de concordância da libras apresentam a mesma estrutura sintática: ambas selecionam um núcleo $Q(\underline{\quad})$, responsável pelo licenciamento do argumento alvo/dativo.

Por hipótese, a presença desse núcleo em libras, interferirá na aquisição das preposições do português (L2).

A hipótese é que o surdo utilizará mais preposições quando o verbo do PB corresponder a um verbo que selecione $Q(\subseteq)$ em libras (ou seja, um verbo de concordância).

No caso das bitransitivas simples, que também apresentam o núcleo $Q(\subseteq)$, a hipótese é que as preposições ocorram com menos frequência, dado que esse núcleo é nulo em libras.

Por fim, no caso dos verbos simples da libras, que não apresentam $Q(\subseteq)$, a hipótese é que não ocorram preposições (ou ocorram em menor número).

No capítulo seguinte, apresentaremos o resultado de nosso experimento e verificaremos nossa hipótese em relação à hipótese nula (em que tais relações não se sustentam).

Capítulo 4

As construções dativas na interlíngua do surdo

Este capítulo tem como objetivo apresentar os testes realizados com os estudantes surdos e discutir o resultado desses experimentos. Inicialmente, abordaremos, brevemente, o estudo de White (2003), que trata de técnicas experimentais comumente utilizadas em pesquisas de aquisição de segunda língua (seção 4.1). Em seguida, detalharemos os testes empregados para a realização do presente estudo, bem como apresentaremos os participantes da pesquisa (seção 4.2). Na seção seguinte (4.3), mostraremos e discutiremos os resultados de cada um desses testes realizados, dividindo nossa análise em duas frentes: (i) apreciação dos dados gerais, fazendo-se um comparativo de cada grupo de verbos; (ii) investigação do resultado considerando-se o nível de proficiência dos participantes.

4.1 Experimentos realizados em pesquisas de aquisição de L2

As pesquisas da linha inatista voltadas para aquisição de segunda língua (L2) têm como objetivo, basicamente, verificar a participação da Gramática Universal (GU) e da primeira língua (L1) nesse processo. De acordo com White (2003), o foco desses estudos é investigar a competência do aprendiz com relação à segunda língua. Uma vez que a competência linguística é uma representação mental abstrata, a única forma de verificar essa competência, ainda que indiretamente, é por meio de testes de desempenho.

White (2003) apresenta diferentes técnicas experimentais para verificar a competência linguística dos aprendizes. Esses experimentos estão divididos em três categorias: dados de produção, dados de compreensão e dados de intuição. Os dados de produção podem ser subdivididos em dados espontâneos e dados eliciados – enquanto os primeiros são produzidos naturalmente, os dados eliciados são coletados no contexto de alguma tarefa específica, que induza o participante a produzir o dado de interesse do pesquisador. Já os dados de compreensão podem ser obtidos por testes de encenação ou de

identificação de figuras. Por fim, os dados de intuição são obtidos por testes de julgamento de gramaticalidade, julgamentos de valor-verdade (*truth-value*) e técnicas de testes *on line*.

Com relação aos dados de intuição, vale mencionar a observação de White (2003), referente aos testes de julgamento de gramaticalidade. Segundo a autora, há uma crença de que esses testes avaliam a competência, e não o desempenho, do participante. A autora, entretanto, discorda dessa afirmação e reforça que dados intuitivos (assim como dados produzidos e compreendidos) só podem ser obtidos por meio de testes de *performance*. Entretanto, a autora aponta uma vantagem que os dados intuitivos têm, em relação aos demais: apenas por meio de testes de intuição, é possível verificar se determinada estrutura está ou não disponível na gramática do aprendiz. O fato de o sujeito não produzir uma sentença específica não quer dizer que essa construção não esteja presente em sua gramática. Por meio de um teste de julgamento de gramaticalidade, por exemplo, conseguimos apurar se determinada estrutura está ou não disponível na gramática mental do aprendiz.

Neste trabalho, avaliamos dois tipos de dados: produzidos e intuitivos. Os dados produzidos foram coletados por um teste de formação de frases (teste 1) – produção eliciada – e um teste de preenchimento de lacunas (teste 3). Já os dados intuitivos foram coletados por meio de um teste de julgamento de gramaticalidade (teste 2). Na seção seguinte, apresentaremos, mais detalhadamente, os testes realizados.

4.2 Apresentação do experimento

Para testar a nossa hipótese de trabalho foram realizados três experimentos⁶⁷: um teste de produção eliciada, um de julgamento de gramaticalidade e um de preenchimento de lacunas. Em cada um dos testes realizados, foram testados 5 (cinco) verbos de cada grupo descrito no capítulo 1 (quadros 1 e 2). Abaixo, apresentamos os verbos utilizados nos testes, organizados no quadro 4, em que constam: na primeira coluna os verbos do português, distribuídos em função do tipo de complemento – dativo, preposicionado, sem preposição – na segunda coluna, verbos de libras, distribuídos em função do tipo de verbo – com concordância, simples. Conforme mencionado anteriormente, a relação entre os verbos nas

⁶⁷ Os testes foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa, do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH) da Universidade de Brasília (cf. Anexo VII).

duas línguas é determinada em função do significado lexical, e a distribuição nas células do quadro em função das propriedades citadas.

GRUPO	PB	libras	Verbos testados
I	Dativo	Concordância	dar, ensinar, responder, contar, telefonar.
II	Dativo	Simples	escrever, explicar, falar, dizer, prometer.
IIIA	Preposicionado	Concordância	zombar de, cuidar de, bater em, atirar em, mandar em.
IIIB	Não-preposicionado	Concordância	ajudar, acusar, abandonar, ver, vencer.
IVA	Preposicionado	Simples	pensar em, gostar de, precisar de, concordar com, confiar em.
IVB	Não-preposicionado	Simples	amar, comer, beber, ter, saber.

Quadro 4: Verbos utilizados nos experimentos.

Como pode ser observado no quadro 4, no Grupo I, reunimos verbos bitransitivos (dar, ensinar, responder, contar) e um verbo monotransitivo (telefonar), uma vez que adotamos a hipótese de que essas construções apresentam complemento dativo no PB (MANZINI ET AL, 2017), conforme explanado no capítulo 2 (seção 2.2.3), sendo seus correspondentes em libras realizados com verbos de concordância. O grupo II compreende somente verbos bitransitivos, com complemento dativo, no PB, sendo seus correspondentes em libras realizados com verbos simples. O grupo III compreende verbos com preposição, embora o complemento preposicionado não seja dativo, ou sem preposição no PB, distribuídos nos subgrupos IIIA e IIIB, respectivamente, sendo seus correspondentes em libras realizados como verbos de concordância. Os verbos do grupo IV também apresentam complementos com preposição, embora o complemento preposicionado não seja dativo, ou sem preposição no PB, distribuídos nos grupos IVA e IVB, respectivamente, sendo seus correspondentes em libras realizados como verbos simples.

Uma conclusão dessa abordagem translinguística é que, nos grupos examinados, a preposição no PB pode marcar transferência de posse (complemento dativo) ou não, enquanto o morfema direcional (DIR), em libras sempre marca um tipo de transferência (material ou cognitiva).⁶⁸ Além disso, a transferência (material ou cognitiva) pode ser expressa em libras sem o morfema direcional (DIR) (verbos do grupo II), o que leva à conclusão de que, na ausência do morfema DIR, o argumento alvo é marcado em termos das propriedades lexicais do predicado.

No início dos testes, foi entregue aos participantes uma lista com os verbos do experimento e o respectivo sinal em libras (cf. Anexo V). A pesquisadora leu cada um dos verbos com os participantes para se certificar de que todos conheciam a palavra em português e também o sinal em libras. Além disso, foi solicitado aos participantes que informassem à pesquisadora se algum daqueles verbos poderia ter um sinal diferente do ilustrado.

Com relação a essa etapa do teste, grande parte dos participantes conhecia os verbos em português. Alguns poucos alunos desconheciam o verbo ‘zombar’, mas conseguiram identificar o seu sentido pelo sinal correspondente em libras. No que se refere aos sinais em libras, todos os participantes conheciam os sinais ilustrados. Alguns apresentaram, também, outros sinais que poderiam ser utilizados para os seguintes verbos: CONTAR, EXPLICAR, FALAR, DIZER, CUIDAR e CONCORDAR. A nossa preocupação era identificar se algum verbo, analisado como sendo de concordância, também poderia ter como sinal variante um verbo simples (e vice-versa). Com relação aos verbos ‘CONTAR’, ‘CUIDAR’ e ‘CONCORDAR’, os participantes apresentaram os sinais ilustrados nas figuras (13), (15) e (17), abaixo. Esses sinais, no entanto, não mudam o *status* do verbo: CONTAR e CUIDAR também apresentam movimento direcional (portanto, continuam sendo entendidos como verbos de concordância) e CONCORDAR continua sendo analisado como um verbo simples, uma vez que não apresenta tal movimento. A seguir, ilustramos os sinais variantes (13, 15 e 17), em comparação com os sinais utilizados no experimento (cf. figuras 14, 16 e 18):

⁶⁸ Excluímos da discussão os chamados verbos reversos de libras, como PEGAR, COPIAR, em que a orientação do movimento referencia um lugar no espaço associado ao argumento interno, na estrutura do predicado (cf. Quadros; Karnopp (2004)).



Figura 13: O sinal CONTAR em libras, apresentado pelos participantes (CAPOVILLA ET AL., 2012: 663).



Figura 14: O sinal CONTAR em libras, utilizado no experimento (CAPOVILLA ET AL., 2012: 663).



Figura 15: O sinal CUIDAR em libras, apresentado pelos participantes (CAPOVILLA ET AL., 2012: 721).



Figura 16: O sinal CUIDAR em libras, utilizado no experimento (CAPOVILLA ET AL., 2012: 720).



Figura 17: O sinal CONCORDAR em libras, apresentado pelos participantes (cf. aplicativo PRO DEAF).

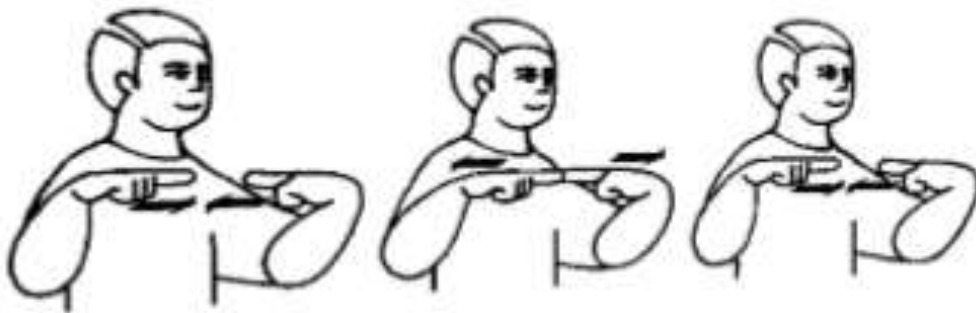


Figura 18: O sinal CONCORDAR em libras, utilizado no experimento (CAPOVILLA ET AL, 2012: 641).

Com relação aos verbos ‘EXPLICAR’, ‘FALAR’ e ‘DIZER’, os participantes apresentaram sinais que mudam o *status* do verbo. O sinal EXPLICAR foi sinalizado com a mesma configuração de mão, entretanto, alguns surdos acrescentaram um movimento direcional (cf. figura 19). Lourenço (2014) ressalta essa questão em seu trabalho, afirmando que há verbos simples, que podem apresentar concordância ao longo do tempo. Observe o sinal apresentado por alguns alunos (figura 19) e o sinal utilizado no experimento (figura 20).



Figura 19: O sinal EXPLICAR em libras, apresentado pelos participantes (cf. AMO libras – Youtube).

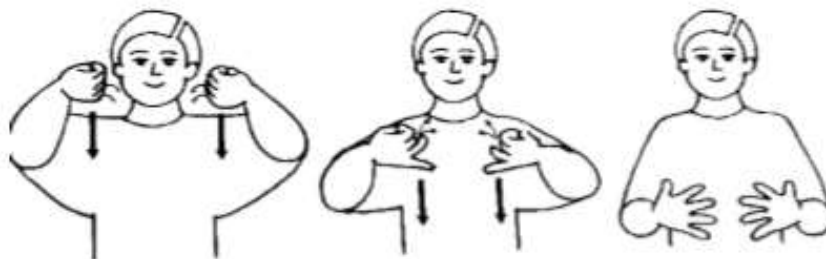


Figura 20: O sinal EXPLICAR em libras, utilizado no experimento (CAPOVILLA ET AL: 1197).

Já os verbos ‘FALAR’ e ‘DIZER’, segundo os participantes da pesquisa, também podem ser realizados com um movimento direcional, conforme figura abaixo (cf. 21). Outra possibilidade de sinalização desses verbos, de acordo com os estudantes surdos, foi com o sinal AVISAR, semelhante a CONTAR, que também apresenta concordância (cf. 22). Observe esses sinais (21 e 22), em comparação com o sinal utilizado nos testes (cf. 23):

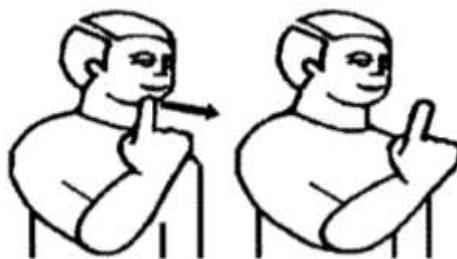


Figura 21: Sinais FALAR e DIZER, apresentados pelos participantes (CAPOVILLA ET AL, 2012: 1027)

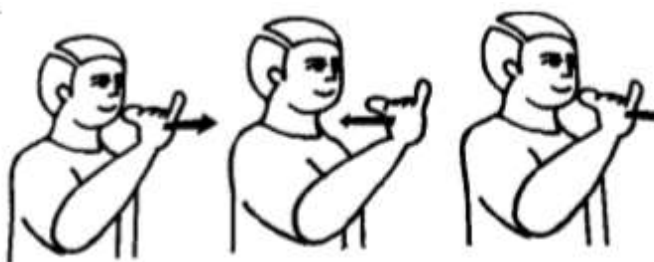


Figura 22: Sinais FALAR e DIZER, apresentados pelos participantes (CAPOVILLA ET AL, 2012: 1038).



Figura 23: Sinais FALAR e DIZER, utilizados no experimento (CAPOVILLA ET AL, 2012: 1037).

Concluída essa etapa, iniciamos os testes. O primeiro experimento (cf. Anexo II) consistiu em um teste de produção eliciada. Os informantes deveriam escrever uma frase de acordo com a imagem dada, utilizando, obrigatoriamente, as palavras escritas no balão. Essas palavras referiam-se aos argumentos do evento (externo e internos) e aos verbos contidos nos grupos ilustrados acima (quadro 4), em um total de 30 sentenças. Abaixo, apresentamos dois exemplos das imagens utilizadas, uma com verbo bitransitivo (figura 24) e outra com verbo monotransitivo (figura 25):

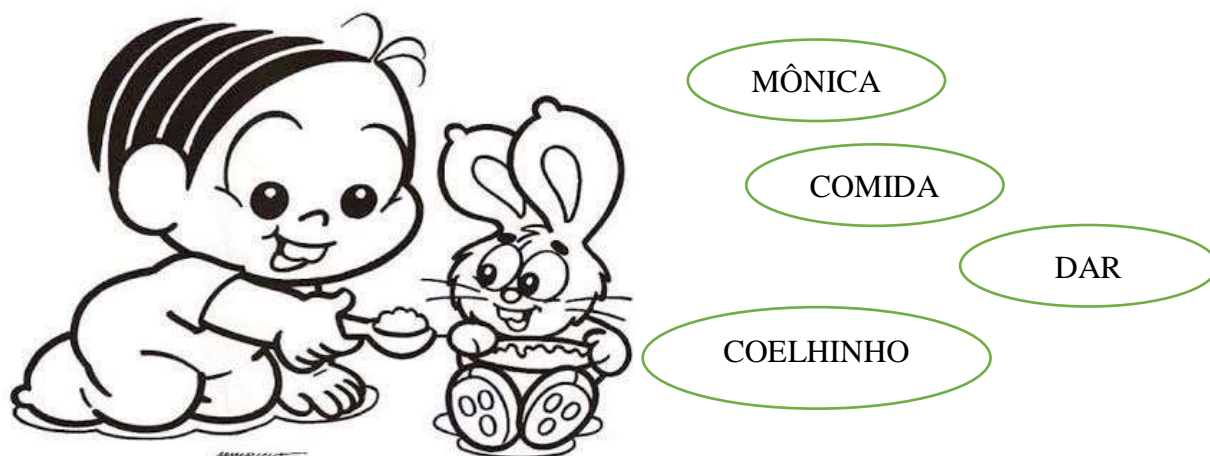


Figura 24: Imagem usada no experimento – verbo DAR.



Figura 25: Imagem usada no experimento – verbo VENCER.

O segundo experimento realizado (cf. Anexo III) foi um teste de julgamento de gramaticalidade. Foram apresentadas as sentenças, e os informantes deveriam marcar ‘C’ para as sentenças consideradas certas (ou seja, aquelas convergentes com o português brasileiro) e ‘E’ para as erradas. Para cada verbo utilizado, escrevemos três frases: uma certa e duas erradas. Assim, os participantes do experimento deveriam julgar um total de 90 frases. Para não tornar o teste cansativo, nós o dividimos em três partes.

Com relação ao segundo experimento, temos algumas questões a considerar. Inicialmente, o teste foi montado para que os participantes não soubessem o que estava sendo testado. As sentenças foram colocadas de forma aleatória, conforme o exemplo (1), em que temos algumas sentenças utilizadas no teste:

(1) Primeira versão do teste 2:

1. () Lucas respondeu de sua avó: “meus irmãos viajaram”.
2. () João batia em seus colegas.
3. () O professor explicou a lição para o aluno.

Em (1) acima, temos frases com os verbos ‘responder’, ‘bater’ e ‘explicar’: a primeira divergente do PB, as demais, convergentes com a língua alvo.

No entanto, percebemos que esse formato dificultava a nossa análise, pois alguns surdos passaram a julgar questões que não estavam sendo consideradas. Por exemplo, um informante julgou como errada a sentença convergente “As crianças deram flores para as mães” e sublinhou o verbo, como forma de demonstrar o que ele considerava incorreto na frase. Deste modo, refizemos o teste para que ficasse bem claro aos participantes de qual questão gramatical estávamos tratando. No comando da questão, foi enfatizado que as sentenças deveriam ser julgadas quanto ao uso ou ausência da preposição. Além disso, as frases eram divididas por blocos de verbos, cada bloco contendo as três sentenças (duas erradas e uma certa, conforme descrito anteriormente). Observe-se o exemplo (2) abaixo:

(2) Segunda versão do teste 2:

TELEFONAR

1. () Eu telefonei de minha mãe.
2. () Maria telefonou para seus avós.
3. () Ana telefonou o amigo.

RESPONDER

4. () O aluno respondeu a pergunta o professor.
5. () Lucas respondeu de sua avó: “meus irmãos viajaram”.
6. () O aluno respondeu a questão para a professora.

Apesar de termos ciência de que é recomendado que os informantes não tenham conhecimento de qual questão gramatical está sendo testada (e, por isso, recomenda-se o uso de sentenças distratoras nos testes), não foi possível seguir essa recomendação, uma vez que não tínhamos certeza se os surdos estavam julgando o ponto que nos interessava.

Por fim, o terceiro experimento (cf. Anexo IV) consistiu em uma tarefa de preenchimento de lacunas. Eram dadas as sentenças e os informantes deveriam completar com alguma das preposições fornecidas (a, ‘com’, ‘de/do/da’, ‘em/no/na’, ‘para’) ou deixar a lacuna em branco, caso não fosse necessária a preposição na frase. Observe-se o exemplo abaixo (cf. 3):

(3) Exemplo do teste 3:

- 1) João deu livros _____ os alunos carentes.
- 5) A vítima acusou _____ o ladrão.

Neste teste foram usadas, também, 10 sentenças distratoras, formadas por verbos intransitivos, que não se encaixam nos grupos que estão sendo investigados neste estudo (cf. 4):

(4) Exemplo de sentenças distratoras do teste 3:

- 3) Chove muito _____ São Paulo.
- 6) Gosto de passear _____ meus pais.

Os testes foram aplicados na ordem em que foram descritos acima: teste 1 – formação de frases, teste 2 – julgamento de gramaticalidade, teste 3 – preenchimento de lacunas. Na subseção seguinte, em que apresentamos os participantes do experimento, descreveremos como se deu a aplicação dos testes.

4.2.1 Participantes do experimento

Participaram do experimento 29 informantes com idade entre 21 e 37 anos. Todos eles são surdos bilaterais, com grau de surdez profundo e/ou severo, congênitos ou ensurdecidos antes dos 3 anos de idade. Desses 29, 10 usam prótese auditiva.

Com relação à proficiência em libras, todos os participantes tiveram seu primeiro contato com essa língua fora do ambiente familiar – na escola, na igreja ou em associações – uma vez que seus pais são ouvintes.⁶⁹ Entretanto, para grande parte desses estudantes, o contato se deu ainda na infância: 7 (sete) participantes afirmaram que aprenderam/adquiriram a libras antes dos 5 anos de idade, e 10 (dez) a adquiriram entre 6 e 12 anos de idade. Apenas 4 (quatro) participantes tiveram o primeiro contato com a libras na adolescência (entre 13 e 18 anos) e 3 (três), na vida adulta (mais de 18 anos). Os demais participantes não responderam essa questão. Embora esse perfil não seja homogêneo, optamos por manter todos os participantes⁷⁰.

O experimento foi realizado em duas escolas distintas, que denominaremos escola A e escola B. A escola A, mantida pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, fornece atendimento a alunos surdos, bem como a professores, intérpretes e comunidade interessada. O atendimento aos alunos surdos abrange diferentes atividades, incluindo o ensino de português escrito como segunda língua. Já a escola B é uma instituição privada, que oferece, entre outras atividades, ensino de língua portuguesa escrita como L2 para surdos.

Os alunos das duas instituições apresentavam níveis distintos de português: básico (1 e 2) e intermediário. Para nivelar os alunos, ambas as escolas realizam um teste prévio para verificar o conhecimento que o estudante tem da língua portuguesa. Entretanto, consideramos que os estudantes das escolas A e B não apresentam o mesmo domínio da língua alvo, uma vez que observamos diferenças significativas entre os alunos do mesmo nível nas duas escolas. Por exemplo, no teste de formação de frases (teste 1) todos os alunos da instituição A escreveram as frases com o verbo no infinitivo – fato que não ocorreu com os estudantes de B⁷¹. Além disso, muitos alunos de A realizaram sentenças com a ordem Sujeito-Objeto-Verbo (SOV), ao contrário dos alunos de B, que usaram preferencialmente a ordem SVO. Importante destacar também que os estudantes de B apresentavam maior conhecimento do vocabulário, além de terem gastado um tempo inferior aos alunos da instituição A para a realização dos testes. Enquanto os alunos de A levaram três dias para

⁶⁹ Alguns participantes declararam ter familiares surdos como irmão, primo e sobrinho. Ainda assim, o contato inicial com a libras se deu fora do ambiente familiar.

⁷⁰ Sabemos que o período de aquisição de L1 tem significado importante, tendo em vista a hipótese do período crítico (Lennenberg, 1967). No entanto, deixaremos a verificação dessa hipótese para pesquisa futura. Agradeço à professora Ronice Quadros por essa observação.

⁷¹ Houve alunos da instituição B que escreveram algumas poucas sentenças com verbos no infinitivo. Entretanto, na maioria das frases, o verbo estava conjugado.

realizar os testes (no primeiro dia, realizaram o teste 1, no segundo dia, realizaram as duas partes do teste 2 e no terceiro dia, realizaram a terceira parte do teste 2 e o teste 3), os alunos da escola B optaram por realizar todos os testes em um único dia.

Assim, consideramos que o nível de português dos alunos das escolas A e B não é o mesmo. Acreditamos que esse fato possa estar relacionado com o nível de escolaridade desses estudantes. Os alunos da instituição A têm somente o nível médio completo, sendo que dois participantes ainda estão cursando essa etapa (na educação de jovens e adultos). Já os estudantes da escola B têm ensino superior completo, ou em andamento – (apenas um informante não cursa ensino superior, mas já concluiu o nível médio). Destaca-se, que alguns participantes, inclusive, estão na pós-graduação.

Assim, optamos por realizar a seguinte divisão de níveis: nível iniciante (formado por 8 alunos da escola A), nível básico (formado por 10 alunos da instituição B) e nível intermediário (formado por 11 alunos da instituição B), em um total de 29 estudantes.

Os mesmos testes também foram aplicados a um grupo de controle, formado por 10 ouvintes, com idade entre 18 e 35 anos. Todos esses participantes são estudantes de graduação do curso Letras LSB-Português como segunda língua, da Universidade de Brasília.

4.3 Apresentação e discussão dos resultados.

Nesta seção, apresentaremos o resultado do experimento aplicado com os estudantes surdos. Inicialmente, entretanto, retomaremos a nossa hipótese de trabalho, apresentada no capítulo 3 (seção 3.5).

Conforme afirmado no capítulo 3, adotamos a hipótese do Acesso Parcial à GU: a L1 é o estado inicial do processo de aquisição de L2 e o aprendiz dispõe dos parâmetros da primeira língua (WHITE, 2003); posteriormente, ele pode recorrer à GU para acessar os parâmetros não instanciados pela L1 – esse acesso, entretanto, está restrito aos traços interpretáveis da língua (TSIMPLI; MASTROPAVLOU, 2007). Para compensar a falta de acesso aos traços não interpretáveis, os aprendizes desenvolvem o conhecimento linguístico da língua alvo por meio de um traço interpretável – embora apoiada no contraste entre traços interpretáveis e não-interpretáveis, essa hipótese mostra-se compatível com o modelo teórico

adotado no Capítulo 2 em relação às estruturas dativas, em que, por hipótese, somente traços interpretáveis estão disponíveis ao sistema computacional.

Com relação às construções dativas (bitransitivas e monotransitivas), consideramos que o PB e a libras apresentam a mesma estrutura sintática: o complemento dativo é realizado por um núcleo relacional P/Q(□), uma categoria que apresenta um traço interpretável, associado à semântica da transferência de posse (MANZINI. FRANCO, 2016; MANZINI ET AL., 2017). No PB, o núcleo P/Q(□) é lexicalizado pela preposição ‘para’ (ou ‘a’, mais restrita à escrita); em libras, o núcleo P/Q(□) é lexicalizado pelo morfema direcional (DIR), presente nos verbos de concordância. Em verbos simples bitransitivos (sem concordância), em cuja estrutura léxico-conceptual está presente um operador que denota a transferência: Y[CAUSAR X[TER Y]], o argumento alvo, por hipótese, é marcado como Q(□), o que se confirma por sua interpretação como possuidor e pela presença do traço [+animado] (cf. Capítulo 2). Essa questão será retomada.

Deste modo, seguindo White (2003), assumimos que o surdo parte da libras para construir a gramática do português. Portanto, a presença do núcleo P/Q(□) interferirá na aquisição das preposições do PB. Para uma hipótese nula de que não haverá interferência, a previsão é que o surdo utilizará mais preposições quando o verbo do PB corresponder a um verbo que selecione P/Q(□) em libras, ou seja, no caso do verbo de concordância ou do verbo simples que selecione o argumento alvo marcado pelo núcleo de inclusividade (Q(□)), tendo em vista seu estatuto como possuidor associado ao traço de animacidade. Inversamente, nas estruturas que correspondem a verbos monotransitivos sem concordância, haverá um menor número de preposições com verbos preposicionados no PB, uma vez que o aprendiz deverá desenvolver esse conhecimento exclusivamente com base nos dados do *input* linguístico, adotando, por hipótese, mecanismos de compensação, quando for o caso. Assumimos, ainda, que a interferência da libras será maior nos níveis iniciais do que nos níveis mais avançados. Em particular, assumimos que, no nível iniciante (nível 1), as estruturas preposicionadas estejam ausentes (ou em número reduzido) pelo acesso insuficiente aos dados do *input* da língua alvo em relação aos itens lexicais relevantes e às propriedades sintático-semânticas que apresentam. À medida que ocorre o acesso aos itens lexicais, no nível básico (nível 2), estruturas preposicionadas deverão ocorrer em maior número, sendo sua manifestação determinada, por hipótese, em função das propriedades formais e léxico-conceptuais dos verbos, mediante interferência (positiva e negativa) da L1. No nível intermediário (nível 3), a previsão é que a interferência (positiva) dos verbos de

concordância em libras deve conduzir a um uso convergente da preposição em relação aos verbos do grupo I e II, enquanto nos grupos IIIA e IVA, o desenvolvimento linguístico ocorrerá por estratégias de compensação apoiadas em traços interpretáveis, com implicações adicionais em relação no que se refere à opcionalidade (residual). Por hipótese, os grupos IIIB e IVB (sem preposição) realizam a propriedade *default* e, portanto, serão convergentes essas estruturas embora admitam a opcionalidade (presença da preposição).

Exibiremos, a seguir, os resultados de nosso experimento, dividindo a análise em duas partes. Inicialmente, realizaremos a apreciação dos dados gerais, fazendo um comparativo de cada grupo de verbos. Essa análise tem como objetivo verificar a interferência do tipo de verbo em libras na aquisição das preposições do PB. Em seguida, investigaremos o resultado levando em consideração o nível de proficiência dos participantes. Cada um desses pontos será analisado em uma subseção específica (4.3.1 e 4.3.2).

4.3.1 Comparação entre os grupos de verbos.

Na análise geral dos grupos, observaremos, nos testes 1 e 3, três pontos principais:

- (a) Ocorrência de preposições em geral.
- (b) Ocorrência da preposição ‘para’.
- (c) Ocorrência de estruturas convergentes.

No teste 2, não consideramos a presença da preposição ‘para’, por exemplo, mas sim a quantidade de sentenças julgadas como corretas pelos surdos. Assim, serão analisados os seguintes pontos:

- (a) Sentenças com preposições (em geral) julgadas como corretas pelos participantes.
- (b) Sentenças com a preposição ‘para’ julgadas como corretas pelos participantes.
- (c) Sentenças convergentes com o PB julgadas como corretas pelos participantes.

Realizaremos a análise de cada teste em uma subseção diferente e, em seguida, compararemos o resultado dos três testes.

4.3.1.1 Comparação entre os grupos de verbos – teste 1

Nesta subseção, apresentamos o resultado do primeiro experimento realizado, o teste de formação de frases – teste 1 (cf. 4.2) – considerando os grupos de verbos utilizados, com o objetivo de investigar os três pontos abordados em 4.3.1 – (a) ocorrência de preposições em geral, (b) ocorrência da preposição ‘para’ e (c) ocorrência de estruturas convergentes.

Inicialmente, apresentamos o quadro 5, em que exibimos a legenda utilizada no teste 1. Chamamos atenção para a linha designada Subtotal PREP, que corresponde ao somatório das ocorrências das preposições quantificadas separadamente.

A	Preposição ‘a’ (à/ao)
A*	Elemento de natureza gramatical duvidosa, que está sendo entendido como preposição
COM	Preposição ‘com’
DE	Preposição ‘de’ (do(s), da(s))
EM	Preposição ‘em’ (no(s), na(s))
PARA	Preposição ‘para’ (‘pra’)
POR	Preposição ‘por’
SOBRE	Preposição ‘sobre’
Subtotal PREP	Subtotal de sentenças preposicionadas.
SP	Total de sentenças sem preposição.
SC	Sentenças sem complemento.
NV	Participante não utilizou o verbo solicitado.
NI	Sentenças de difícil interpretação.
NR	Participante não respondeu a questão.
OUTRO	Participante utilizou outro elemento, que não a preposição.

Quadro 5: Legenda do teste 1

Um ponto que requer explicação, com relação ao quadro 5, refere-se ao uso da preposição ‘a’. No teste 1, os participantes escreveram sentenças com as seguintes preposições: ‘a’, ‘com’, ‘de’, ‘em’, ‘para’, ‘por’ e ‘sobre’. Com relação à preposição ‘a’, em alguns casos, não é possível identificar se apresenta valor de preposição ou de artigo. Nesse

caso, chamamos ‘a’ de elemento. A ocorrência do elemento ‘a’, nos dados, pode ser separada em dois casos: (i) casos em que a preposição ‘a’ ocorre no PB; (ii) casos em que a preposição ‘a’ não ocorre no PB. Iniciemos com (i), em que a preposição ocorre no PB – esse caso pode ser ilustrado com os exemplos (5, 6 e 7):

(5) A Mônica explica eles **a Cebolinha** matemática. (MC, 2)⁷²

(6) O Cascão telefonou sempre **à Mônica**. (DA, 3)

(7) O Cascão telefonou **a Mônica**. (CM, 3)

Em relação aos verbos dos exemplos (5) a (7), acima, as sentenças são convergentes com o português, se tomamos como referência o uso da preposição ‘a’ (‘explicar a/para’, ‘telefonar a/para’). Naturalmente, esse uso implica admitir que essa preposição está disponível no *input* da L2, uma hipótese plausível, uma vez que esse participante tem acesso primordialmente à língua escrita.⁷³ Em (5), observamos que o item ‘a’ antecede um nome masculino (Cebolinha), enquanto em (6), tem-se o item ‘à’, que indica, supostamente, a contração da preposição ‘a’ com o artigo feminino ‘a’, representado pelo sinal gráfico da crase. Em princípio, as sentenças (5) e (6) permitem supor que ‘a’ pertence à classe das preposições. Já em (7), notamos que há apenas o elemento ‘a’, antecedendo o nome feminino (Mônica) – o que não nos dá a certeza quanto ao seu estatuto categorial. Em nossa análise inicial, consideramos esse elemento um artigo. Entretanto, nos dados do grupo de controle, percebemos que respostas semelhantes a (7) também ocorriam (cf. 8):

(8) Cebolinha promete **a Mônica**: não vou embora. (HN, controle)

Consideramos que, na sentença (8), esse elemento não poderia ser um artigo, mas uma preposição, uma vez que a regência do verbo ‘prometer’ não traz dificuldades para o participante do grupo controle, um ouvinte, falante de português como L1.

⁷² Os participantes estão identificados pelas iniciais de seu nome, seguido do número que corresponde ao nível de português (1 – iniciante, 2 – básico, 3 – intermediário).

⁷³ Neste ponto, consideramos os resultados dos estudos que apontam para o aumento no uso da preposição ‘para’, em detrimento da preposição ‘a’ no PB. No entanto, essa tendência é verificada particularmente em dados da oralidade (cf. Salles; Scherre (2003), para um estudo quantitativo em relação à variação entre ‘a’ e ‘para’ no PB, e referências ali citadas).

Deste modo, consideramos que casos como os ilustrados em (7) podem representar uma preposição. Temos consciência de que essa é uma interpretação, que não nos dá garantia de que nossa análise esteja correta. Para minimizar este problema, o elemento ‘a’, nesse dado (que interpretamos como preposição), foi representado na tabela por ‘A*’, em oposição a ‘A’.

Passemos, agora, para o caso apontado em (ii), em que a preposição ‘a’ é encontrada da interlíngua, mas não ocorre no PB, conforme ilustrado em (9) e (10):

(9) A Mônica confia **a mãe**. (GC, 2)

(10) O homem atira **a animal**. (GC, 2)

No exemplo (9), consideramos que o elemento ‘a’ é um artigo, tendo em vista a possibilidade de concordância com o nome ‘mãe’. Já em (10), o mesmo informante empregou o elemento ‘a’ na sentença com o verbo ‘atirar’, em que o complemento é um nome masculino. Nesse caso, consideramos que se trata da preposição ‘a’, pois verificamos, nos dados em geral, que não houve divergência no uso do artigo para marcação de gênero: os artigos ‘a’ e ‘o’ foram utilizados, adequadamente, para marcar nomes (próprios) femininos e masculinos respectivamente. Tendo em vista o grau de incerteza em relação a essa análise, esse item também será identificado nas tabelas e gráficos como A*.

Esclarecidos esses pontos, apresentamos a tabela 1 (referente aos pontos (a) e (b) – presença de preposições em geral e presença da preposição ‘para’) e a tabela 2 (referente ao ponto (c) – presença de estruturas convergentes), que comparam o resultado entre os grupos de verbo.

TOTAL POR GRUPOS

		GRUPO I	GRUPO II	GRUPO IIIA	GRUPO IIIB	GRUPO IVA	GRUPO IVB
P R E P O S I Ç Ã O	A	7,6%	4,1%	1,4%	0,7%	0,7%	-
	A*	2,8%	7,6%	1,4%	-	-	-
	PARA	34,5%	31,7%	7,6%	2,8%	-	-
	COM	3,4%	1,4%	4,8%	3,4%	6,9%	0,7%
	DE	1,4%	0,7%	6,2%	0,7%	19,3%	6,2%
	EM	-	0,7%	4,8%	-	8,3%	0,7%
	POR	-	-	-	0,7%	-	-
	SOBRE	-	-	-	-	0,7%	-
Subtotal PREP		49,7%	46,2%	26,2%	8,3%	35,9%	7,6%
D E M A I S	SP	36,6%	31%	64,8%	87,6%	53,8%	77,9%
	OUTRO	0,7%	0,7%	-	-	-	0,7%
	SC	10,3%	19,3%	3,4%	2,1%	4,8%	9%
	NV	1,4%	0,7%	4,1%	0,7%	4,1%	4,8%
	NI	1,4%	2,1%	1,4%	-	0,7%	-
	NR	-	-	-	1,4%	0,7%	-
Subtotal		50,3%	53,8%	73,8%	91,7%	64,1%	92,4%
TOTAL		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela 1: Resultado geral do teste I

Observamos que a tabela 1 é dividida em dois quadros menores: PREPOSIÇÃO e DEMAIS. No quadro ‘PREPOSIÇÃO’, encontramos a porcentagem do uso de cada preposição empregada por grupo de verbos e, ao final (‘Subtotal PREP’), o total das sentenças preposicionadas. No quadro ‘DEMAIS’, encontram-se as sentenças sem preposição (SP) e os demais casos (detalhados no quadro 5). O total geral (TOTAL) é a soma das sentenças preposicionadas (PREP), das sentenças sem preposição (SP) e dos casos adicionais (OUTRO, SC, NV, NI, NR).

TOTAL POR GRUPOS – CONVERGÊNCIA

TESTE 1			
	Convergentes	Divergentes	Total
GRUPO I	60%	40%	100%
GRUPO II	56%	44%	100%
GRUPO IIIA	24%	76%	100%
GRUPO IIIB	92%	8%	100%
GRUPO IVA	35%	65,4%	100%
GRUPO IVB	98%	2%	100%

Tabela 2: Estruturas convergentes e divergentes do teste 1

Com relação à tabela 2, referente às estruturas convergentes e divergentes, estamos considerando apenas as estruturas preposicionadas ou não preposicionadas – isso significa que desconsideramos as construções sem complemento (SC) ou construções que ocorrem com outro elemento que não a preposição (OUTRO), ainda que sejam construções convergentes com o PB. Queremos analisar somente a convergência da sentença no que se refere ao uso ou ausência de preposição. Dentro do recorte que fizemos, é preciso, ainda, considerar outra questão: é possível que um verbo preposicionado ocorra sem preposição e vice-versa. Por exemplo, o verbo ‘responder’ pode ocorrer com ou sem a preposição antecedendo o objeto indireto (por exemplo, ‘O aluno respondeu ao/o professor’). O mesmo ocorre com o verbo ‘zombar’, que ocorre com ou sem preposição (‘Cebolinha zombou da Mônica’/ ‘Cebolinha zombou a Mônica’), a opção sem preposição tendo sido julgada gramatical por participantes do grupo de controle. O contrário também ocorre: há verbos transitivos diretos do PB que podem vir preposicionados, como ‘comer’, ‘beber’ e ‘saber’, que podem aceitar a preposição ‘de’. Todos esses casos são considerados como construções convergentes com o PB.

Assim, iniciamos a análise do resultado do teste 1, tendo como foco a investigação comparativa entre os grupos de verbos, para verificar a interferência da estrutura da libras. Como já explanado, consideramos que a presença do núcleo Q(\subseteq), representado por DIR em libras, nos verbos de concordância, interfira na aquisição das preposições do PB. Consideramos, ainda, que estruturas sintáticas similares nas duas línguas favoreçam a produção de estruturas convergentes.

Observamos, na tabela 1, que o maior número de sentenças preposicionadas ocorreu com o grupo I (49,7%), que apresenta a equivalência dativo (PB) – concordância (libras) – ou seja, são sentenças (bitransitivas e monotransitivas) que apresentam complemento dativo no PB e são realizadas por verbos de concordância em libras (verbos ‘dar’, ‘ensinar’, ‘telefonar’, ‘responder’, ‘contar’). Esse resultado parece confirmar nossa hipótese inicial de que os verbos de concordância interferem positivamente na aquisição das preposições do português. Observa-se, em especial, a presença da preposição ‘para’ com 34,5% de ocorrência, contra 15,2% de todas as outras preposições, o que pode ser uma indicação da interferência do núcleo P/Q(⊆), lexicalizado pelo morfema DIR em libras (cf. 11):

(11) Mônica **dá** comida para o coelho. (RC, 2)

Na tabela 2, ainda referente ao grupo I, observamos que as estruturas convergentes superaram as divergentes. Entre as convergentes, estão as sentenças com a preposição ‘para’ e ‘a’, além da estrutura não preposicionada com o verbo ‘responder’, que consideramos gramatical no PB, particularmente em construções em que o argumento tema (OD) não está presente na estrutura (cf. 12):

(12) A Mônica **respondeu** _ o Casão assim: “No Ano que vem”. (JS, 2)

Já as estruturas divergentes estão representadas pelas estruturas não preposicionadas (13), bem como por construções com a preposição inadequada (cf. 14):

(13) Mônica **dar** comida _ coelho. (FA, 1)

(14) A Mônica **ensinar** na lição dos amigos. (VP, 2)

Esse resultado era esperado de acordo com nossa hipótese. As estruturas sintáticas similares nas duas línguas facilitam a aquisição – tanto em português, quanto em libras, os verbos do grupo I apresentam o núcleo P/Q(⊆), responsável pela seleção do argumento dativo (MANZINI ET AL., 2017).

No grupo II, também observamos (tabela 1) um alto número de sentenças preposicionadas (46,2%). Esse grupo é representado por construções bitransitivas dativas do PB, realizadas por verbos simples de libras (verbos ‘explicar’, ‘falar’, ‘dizer’, ‘prometer’,

‘escrever’). Nesse caso, os surdos também utilizaram muitas preposições, com destaque para a preposição ‘para’ (31,7%) (cf. 15):

(15) O Cascão **disse** para a Mônica. “Oì”. (DA, 3)

Consideramos que, nessas sentenças, em PB e em libras, o núcleo P/Q(⊆) está presente, tendo como correlato um operador de transferência na estrutura léxico-conceitual do verbo. Enquanto, no PB e nos verbos de concordância em libras, o núcleo de inclusividade é lexicalizado pela preposição ‘para’ e por ‘DIR’, respectivamente, no caso dos verbos simples em libras, DIR não está lexicalizado na estrutura do predicado como correlato de P/Q(⊆). Diante disso, mediante a comparação com línguas em que essa propriedade está presente no sistema pronominal, como no caso dos pronomes dativos, ou ainda pela comparação com línguas em que ocorre a chamada construção de objeto duplo, assumimos, por hipótese, que o núcleo Q(⊆) ocorre na estrutura do DP pronominal, por seu estatuto de possuidor (e por ser marcado para o traço de animacidade) (ver proposta de estrutura na seção 2.2.3). Admitindo-se que, na presença do operador na estrutura léxico-conceitual do predicado, o núcleo Q(⊆) seja projetado em libras, na estrutura sintática do DP que realiza o argumento alvo, pode-se supor que esteja interferindo positivamente na aquisição da preposição do português.

Essa análise encontra respaldo também na hipótese de Tsimplici (2003) e Tsimplici; Mastropavlou (2007), segundo a qual os aprendizes recorrem aos traços interpretáveis da GU no caso de parâmetros divergentes entre a L1 e a língua alvo. Nesse caso, esses traços estariam representados na estrutura léxico-conceitual do predicado⁷⁴.

Com relação à convergência, representada na tabela 2, observamos que o grupo II também apresentou mais construções convergentes do que divergentes – resultado esperado, uma vez que consideramos que os verbos simples bitransitivos do grupo II, podem ser analisados em termos da presença do núcleo relacional/ inclusividade P/Q(⊆), uma vez que denotam a transferência de posse (material/ cognitiva) e selecionam um argumento alvo (possuidor), assim como no PB. Por hipótese, essa propriedade é representada na estrutura

⁷⁴ Uma outra explicação para o alto número de sentenças preposicionadas seria o surdo ter uma representação alternativa desses verbos como verbos de concordância. Conforme já explicitado anteriormente, alguns participantes apresentaram sinais direcionais para os verbos ‘explicar’, ‘falar’ e ‘dizer’. Entretanto, essa hipótese deve ser examinada com reserva, em função de outros grupos de verbos, como é o caso dos verbos ‘prometer’ e ‘escrever’, que são simples e também apresentaram alto número de construções preposicionadas – um número superior aos verbos ‘dizer’ e ‘falar’.

léxico-conceitual do predicado por um operador de transferência, embora não seja lexicalizada pelo morfema DIR (pois o verbo é simples). Nesse sentido, considerando a análise de Manzini e Savoia (2014) para estruturas de objeto duplo no italiano (com o pronome *loro*), assumimos tentativamente a hipótese de que a propriedade de inclusividade seja realizada na estrutura do DP que lexicaliza o argumento alvo/ possuidor (em termos do traço interpretável de animacidade). As sentenças convergentes são aquelas em que ocorre o emprego das preposições ‘para’, ‘a’ ou ‘com’ (esta última especificamente com o verbo ‘falar’); as divergentes estão representadas pelas construções sem preposição ou com preposição não utilizada no PB. Abaixo, apresentamos um exemplo de sentença convergente e divergente (cf. 16 e 17):

(16) O Chico Bento **falou** com a mãe “Não quero”. (DA, 3)

(17) A Mônica **explicar** matemática _ Cebolinha. (MS,1)

O grupo III é representado por sentenças monotransitivas não dativas do PB, realizadas por verbos de concordância em libras – em IIIA, temos sentenças preposicionadas no PB (verbos ‘zombar’, ‘cuidar’, ‘atirar’, ‘mandar’, ‘bater’) e, em IIIB, sentenças não preposicionadas no PB (verbos ‘ajudar’, ‘acusar’, ‘ver’, ‘vencer’, ‘abandonar’). De acordo com a presente análise, a estrutura sintática dessas construções difere nas duas línguas. Com relação aos verbos do Grupo IIIA, em português, por hipótese, existe uma relação de transferência, no entanto a preposição utilizada não marca orientação para um alvo, mas o ponto em que se situa esse alvo (o que explica o uso das preposições locativas ‘de’ e ‘em’). Nesse sentido, o núcleo P/Q(⊆) não é selecionado no PB, e o argumento interno é realizado como um complemento preposicionado oblíquo. Diferentemente, em libras, os verbos desse grupo são realizados, em uma estrutura em que, por hipótese, o núcleo relacional P/Q(⊆) está presente, uma vez que denota orientação para um alvo. Já o grupo IIIB no PB apresenta complemento direto, selecionado pelo verbo; enquanto em libras, essas construções também são analisadas como tendo um núcleo P/Q(⊆), lexicalizado por DIR, por hipótese, uma categoria consistentemente associada ao caso dativo nessa língua.⁷⁵

⁷⁵ A diferença na estrutura das duas línguas nos permite afirmar que, em português, esses predicados não envolvem uma relação de inclusividade, mas em libras, sim. Conforme afirmam Manzini et al (2017), as línguas podem optar por representar ou não o predicado em termos da relação de inclusividade – é o que ocorre com o verbo ‘ajudar’, por exemplo, que, em alemão seleciona um complemento dativo e, em inglês, um acusativo (e também no PB).

No grupo IIIA, observamos um alto número de estruturas não preposicionadas (64,8%), superando as construções com preposição (26,2%), apesar da presença do morfema DIR na libras. Esse alto índice de estruturas sem preposição pode ser explicado por uma divergência entre a estrutura da L1 e os dados do *input*: em libras, a marcação do argumento interno se dá pelo morfema DIR, que realiza um movimento em direção ao alvo; já no PB, conforme mencionado, as preposições denotam o ponto (estático) de localização do argumento interno, sendo, portanto, locativas. Nesse sentido, não há denotação de direcionalidade por meio da preposição, embora as propriedades léxico-conceituais do verbo nas duas línguas descrevam uma orientação para um alvo. Deste modo, diante da inconsistência sintático-semântica entre a estrutura da L1 e o uso da preposição nos dados do *input*, o aprendiz opta por não empregar a preposição.

Nas estruturas preposicionadas, entretanto, é interessante observar a presença da preposição ‘para’ – a mais empregada, com 7,6% de ocorrência – divergente do PB, e que pode ser analisada como uma interferência (positiva) determinada pela presença do morfema DIR nos verbos correspondentes da libras, em relação ao uso de preposição, embora a escolha do item lexical não seja convergente (cf. 18):

(18) O Cebolinha e Cascão se **zombaram** para a Mônica. (DA, 3)

Outra preposição presente é ‘com’, também divergente, cuja ocorrência nos dados pode estar relacionada ao fato de que essa preposição pode estar presente em uma estrutura que denota inclusividade/ posse, como em ‘estou com o livro’/ ‘o livro está comigo’. Nesse sentido, a presença da preposição ‘com’ pode ser analisada como evidência de interferência (positiva) em relação à presença da preposição, representada pelo núcleo de inclusividade P/Q(\subseteq) nos verbos desse grupo em libras (cf. 19), embora não convergente, em relação à escolha do item lexical:

(19) A Mônica **bate** com Cebolinha. (GC, 2)

Com relação às estruturas convergentes (cf. tabela 2), notamos que essas estruturas não superaram as construções divergentes (24% x 76%) – resultado esperado, uma vez que a estrutura sintática diferente entre as línguas não facilita a aquisição. As estruturas

convergentes são aquelas em que ocorre o uso da preposição adequada. Já as divergentes estão representadas pelas demais construções não preposicionadas ou por sentenças com o uso de preposição imprópria. Abaixo, um exemplo de sentença convergente e divergente (cf. 20 e 21):

(20) Franjinha **cuida** do cachorro (CB, 3)

(21) Franjinha **cuidar** _ cachorro. (ED, 1)

Passemos, agora, ao grupo IIIB, que também apresentou mais sentenças sem preposição (87,6%) do que preposicionadas (8,3%), mesmo com a presença do morfema DIR em libras. No PB, os verbos desse grupo são realizados sem preposição. A explicação natural para esse resultado é a ausência da preposição nos dados do *input*. No entanto, assim como em IIIA, observa-se, nas construções preposicionadas, a presença das preposições ‘para’ e ‘com’, que remete à estrutura dos verbos desse grupo em libras, e pode ser analisada como interferência (negativa) do núcleo relacional (DIR) da libras (cf. 22 e 23):

(22) A Magali **acusou** para o gato. (CB, 3)

(23) O Cebolinha **venceu** com o Cascão (DA, 3)

É interessante ressaltar que o verbo ‘ver’ não foi empregado com preposição por nenhum dos participantes. Esse resultado pode ser explicado em função da estrutura léxico-semântica do verbo, que o inclui na classe de verbos que denotam uma experiência cognitiva, admitindo várias acepções (‘ver’, ‘enxergar’, ‘observar’).⁷⁶ Além disso, deve-se considerar o traço de animacidade, uma vez que esse verbo seleciona um argumento interno marcado para o traço [+animado] ou [-animado] – diferentemente dos demais verbos, em que o argumento interno é sempre marcado para o traço [+animado].

⁷⁶ Agradecemos à professora Rozana Naves por essa contribuição.

O alto percentual de sentenças não preposicionadas faz com que os verbos do grupo IIIB apresentem um alto índice de estruturas convergentes, como pode ser observado na tabela 2 (92% de convergência \times 8% de divergência). Cabe notar que são consideradas convergentes as estruturas não preposicionadas e também a sentença com o verbo ‘ajudar’ seguido da preposição ‘a’ – esta última assim analisada como um caso de marcação diferencial do objeto (DOM) (cf. 24). Já as divergentes estão representadas pelas construções em que foram utilizadas outras preposições. Merece destaque o uso da preposição ‘para’ em (25), que demonstra interferência negativa, uma vez que o verbo correspondente em libras é de concordância:

(24) O Chico Bento **ajudou** ao pai. (IM, 3)

(25) O Chico Bento **ajudou** para o pai. (DA, 3)

Apesar da estrutura sintática distinta – já que libras apresenta o núcleo relacional Q(\subseteq) e o PB não – consideramos que as chances de o estudante produzir uma estrutura não preposicionada convergente com o PB são maiores nesse caso, visto que os dados do *input* não apresentam estruturas com preposição e, portanto, não existe um item lexical específico associado a esse contexto sintático na língua alvo (opção *default*).

O próximo grupo a ser analisado é o grupo IV, formado por construções não dativas do PB – preposicionadas em IVA (verbos ‘pensar’, ‘gostar’, ‘precisar’, ‘concordar’, ‘confiar’) e não preposicionadas em IVB (‘amar’, ‘comer’, ‘beber’, ‘ter’, ‘saber’) e verbos simples em libras. Iniciemos por IVA, que também apresentou um alto índice de sentenças sem preposição: 53,8% contra 35,9% de preposicionadas. Do ponto de vista global, esse resultado está de acordo com a nossa hipótese, uma vez que, segundo nossa análise, os verbos simples da libras não selecionam núcleo Q(\subseteq), lexicalizado por DIR, que, por hipótese, interfere (positivamente) na aquisição das preposições.

Merece destaque o percentual de 35,9% de complementos preposicionados, indicando desenvolvimento linguístico em relação ao uso da preposição, apesar de não haver interferência da L1 que o favoreça, uma vez que se trata de verbos simples. Supõe-se que esse resultado se deva ao acesso ao *input*, aliado a estratégias de compensação diante do contraste paramétrico entre as línguas. Além disso, observa-se, na tabela 1, que a preposição ‘para’ não ocorre nos dados de IVA – o que pode ser um indício de que a interferência de DIR está voltada para a aquisição dessa preposição especificamente.

Com relação à convergência, de acordo com a tabela 2, observa-se que as construções convergentes (35%) não superaram as divergentes (65,4%). Esse resultado pode ser explicado em função da estrutura sintática distinta entre as duas línguas: enquanto, em libras, o verbo é simples, no PB, o verbo seleciona um complemento oblíquo (com preposição), não dativo. As construções convergentes são as sentenças cujas preposições estão de acordo com o PB (26) e as divergentes são as estruturas com preposição imprópria ou sem preposição (27):

(26) A Mônica **concorda** com o Cebolinha. (CB, 3)

(27) A Magali comida **pensar** _ (SK, 1)

O último grupo a ser analisado, IVB, também apresentou uma porcentagem superior de estruturas não preposicionadas em relação às preposicionadas (77,9% x 7,6%). Uma vez que esse grupo é formado por verbos simples em libras (e não preposicionados no PB), era esperado, de fato, que os participantes produzissem mais estruturas sem preposição. A presença das preposições, entretanto, merece consideração: por um lado, não se verifica o uso da preposição ‘para’, o que confirma nossa hipótese em relação ao papel do morfema DIR (e sua realização sintática como núcleo de inclusividade Q(⊆)); por outro lado, o uso de preposições como ‘com’, ‘de’ e ‘em’, ainda que com baixa frequência, aponta para a situação de opcionalidade, típica do desenvolvimento linguístico de L2. Apesar da coincidência paramétrica entre as línguas, no sentido de realizar o complemento em uma estrutura sem preposição ou morfema DIR, é possível supor que o aprendiz generaliza para esse grupo a estratégia adotada para fazer uso da preposição.

Nesse sentido, é possível analisar o uso dessas preposições em termos da interpretabilidade dos traços envolvidos – trata-se de preposições cuja conteúdo semântico pode ser compatível com a estrutura léxico-conceitual dos verbos em questão. Por exemplo, com o verbo ‘amar’, em que ocorreu a preposição ‘com’⁷⁷, é possível supor que exista composicionalidade semântica entre a leitura estativo-comitativa da preposição ‘com’ e a denotação do verbo psicológico ‘amar’, que descreve um estado de identificação (cf. 28):

(28) O Chico Bento **ama** com a Rosinha. (DA, 3)

⁷⁷ A exceção se dá com a estrutura ‘saber em’, em que não parece haver a combinação semântica entre verbo e preposição.

Há, também, nos verbos do grupo IVB, casos de estruturas preposicionadas convergentes com o PB. Por exemplo, os verbos ‘comer’ e ‘beber’, podem vir acompanhados da preposição ‘de’, indicando um complemento partitivo. O mesmo ocorre com o verbo ‘saber’, que também produz uma estrutura gramatical quando acompanhado da preposição ‘de’, sendo a preposição, nesse caso, introdutora de um argumento interpretado como ‘assunto’ (lembrando que também em libras existe um sinal para introduzir um argumento relacionado à semântica do ‘assunto’)⁷⁸ (cf. 29 e 30):

(29) A Mônica **beber** do suco. (MC, 2)

(30) A Magali **sabe** de libras. (AM, 2)

Com relação à tabela 2, observamos que, nesse grupo, as construções convergentes superaram as divergentes. Isso se explica por que os verbos do grupo IVB apresentam estrutura sintática semelhante ao PB: em ambas as línguas o verbo seleciona um complemento (direto). Nesse sentido, como já afirmado, a ausência de um elemento de ligação na estrutura parece facilitar a aquisição.

As estruturas convergentes estão representadas pelas construções não preposicionadas ou por aquelas em que a preposição é permitida (como explanado acima); já as divergentes, se referem às demais construções preposicionadas (cf. 31 e 32):

(31) A Magali **ter** o gato. (MC, 2)

(32) A Magali **sabe** em libras. (NC, 3)

Concluída a análise dos resultados de cada grupo, torna-se necessário fazermos uma comparação entre os grupos III e IV – especificamente entre IIIA e IVA e IIIB e IVB. Iniciemos pelos grupos IIIA e IVA.

Conforme se observa na tabela 1, tanto o grupo IIIA quanto IVA apresentaram um número superior de sentenças não preposicionadas em relação às preposicionadas. Entretanto, chama a atenção o fato de que, mesmo não apresentando o movimento direcional, as sentenças preposicionadas em IVA superaram as sentenças preposicionadas em IIIA. Atribuímos esse resultado ao conhecimento prévio de alguns informantes com relação a

⁷⁸ Apesar de não terem produzidos sentenças assim, alguns participantes do grupo de controle julgaram como gramatical a construção formada por ‘saber de’.

esses verbos, que são mais recorrentes no português – o que se confirma na tabela 2, que demonstra que as construções convergentes de IVA superaram as de IIIA. Além disso, percebe-se que, em IVA, a semântica da preposição pode se combinar com a do verbo em alguns casos, o que facilita a aprendizagem (‘concordar com’, ‘pensar em’ e ‘confiar em’). No entanto, apesar do número superior de sentenças preposicionadas, não se observa a presença da preposição ‘para’ nos dados de IVA, como afirmado anteriormente.

Com relação aos grupos IIIB e IVB, também se observa um alto índice de estruturas não preposicionadas. Nesse caso, o número de sentenças com preposição de IIIB superou o de IVB – o que era esperado, uma vez que os verbos de IIIB, mas não IVB, apresentam concordância em libras. Assim, como em IVA, chama a atenção o fato de não haver estrutura com a preposição ‘para’ em IVB.

Concluída essa análise, passemos ao teste 2.

4.3.1.2 Comparação entre os grupos de verbos – teste 2

O teste 2 é um teste de julgamento de gramaticalidade. Os participantes deveriam julgar a sentença como certa (C) ou errada (E)⁷⁹. Como explicado anteriormente (seção 4.2), o participante deveria julgar 3 (três) sentenças para cada verbo: uma convergente com o PB e duas divergentes. Nos grupos I e II, as sentenças convergentes eram aquelas com a preposição ‘para’; já nos grupos IIIA e IVA, compostos por verbos que selecionam preposições distintas, são convergentes sentenças com as preposições ‘com’, ‘de’ e ‘em’; por fim, os grupos IIIB e IVB apresentam verbos que não selecionam preposição e, portanto, no teste, eram convergentes as sentenças não preposicionadas. Abaixo, segue o quadro que detalha todas as sentenças convergentes e divergentes empregadas neste experimento.

⁷⁹ Importante ressaltar que houve alguns casos em que o participante não respondeu a questão.

	1) Sentença convergente	2) Sentença divergente	3) Sentença divergente
GRUPO I	DAR para	DAR em	DAR _
	ENSINAR para	ENSINAR em	ENSINAR _
	TELEFONAR para	TELEFONAR de	TELEFONAR _
	RESPONDER para	RESPONDER de	RESPONDER _
	CONTAR para	CONTAR por	CONTAR _
GRUPO II	EXPLICAR para	EXPLICAR de	EXPLICAR _
	FALAR para	FALAR de	FALAR _
	DIZER para	DIZER em	DIZER _
	PROMETER para	PROMETER em	PROMETER _
	ESCREVER para	ESCREVER em	ESCREVER _
GRUPO IIIA	ZOMBAR de	ZOMBAR para	ZOMBAR _
	CUIDAR de	CUIDAR para	CUIDAR _
	BATER em	BATER para	BATER _
	ATIRAR em	ATIRAR para	ATIRAR _
	MANDAR em	MANDAR para	MANDAR _
GRUPO IIIB	AJUDAR _	AJUDAR para	AJUDAR com
	ACUSAR _	ACUSAR para	ACUSAR com
	VER _	VER para	VER de
	VENCER _	VENCER para	VENCER de
	ABANDONAR _	ABANDONAR para	ABANDONAR em
GRUPO IVA	PENSAR em	PENSAR para	PENSAR _
	GOSTAR de	GOSTAR para	GOSTAR _
	PRECISAR de	PRECISAR para	PRECISAR _
	CONCORDAR com	CONCORDAR para	CONCORDAR _
	CONFIAR em	CONFIAR para	CONFIAR _
GRUPO IVB	AMAR _	AMAR para	AMAR de
	COMER _	COMER para	COMER em
	BEBER _	BEBER para	BEBER por
	TER _	TER para	TER com
	SABER _	SABER para	SABER de

Quadro 6: Sentenças convergentes e divergentes do teste 2.

Conforme já explicado, o objetivo do teste de julgamento de gramaticalidade é verificar se determinada estrutura está presente na gramática mental do informante – muitas vezes, o aprendiz não produz uma construção, mas pode ser capaz de julgá-la pelo ponto de vista da gramaticalidade. Segundo White (2003), esse seria um indício de que essa estrutura faz parte de sua gramática.

Para nossa análise, apresentamos as tabelas 3, 4 e 5 para uma comparação entre os grupos de verbos estudados. As tabelas 3 e 4 referem-se às estruturas que foram julgadas como **corretas** pelo participante, ou seja, demonstramos nessas tabelas a porcentagem de

estruturas que o participante considerou como **gramatical**. Ressalta-se que o participante poderia marcar como correta (ou errada) mais de uma sentença. Houve casos, por exemplo, em que o participante marcou como certas as três sentenças referentes a um único verbo. Assim, o fato de haver 100% de aceitação da construção ‘dar para’, por exemplo, não significa que haverá 0% de aceitação das construções divergentes. O surdo tinha a opção de considerar corretas as três estruturas.⁸⁰

A diferença entre as tabelas 3 e 4 é que a primeira representa as três estruturas exibidas no teste (sentenças com a preposição ‘para’, sentenças com outras preposições e sentenças sem preposição), enquanto a segunda compara apenas as estruturas preposicionadas (ou seja, o total de sentenças com ‘para’ e com outras preposições) e não preposicionadas.

Já a tabela 5 ilustra as estruturas convergentes e divergentes em relação ao PB, ou seja, a porcentagem de “acertos” e “erros” dos participantes.

Abaixo, apresentamos as três tabelas:

TOTAL POR GRUPOS

<i>% de frases julgadas como corretas</i>			
	PARA	OUTRAS PREP	SP
GRUPO I	87,6%	42,1%	46,9%
GRUPO II	81,4%	42,1%	51,7%
GRUPO IIIA	60%	51,7%	70,3%
GRUPO IIIB	44,1%	45,5%	75,2%
GRUPO IVA	33,1%	77,2%	60,7%
GRUPO IVB	25,5%	51%	82,8%

Tabela 3: Resultado geral do teste 2.

⁸⁰ Decidimos por esse formato de teste por dois motivos. Primeiramente, para verificar todas as estruturas que podem estar presentes na gramática do aprendiz – como já explanado, por vezes a gramática do aprendiz apresenta mais de uma opção paramétrica, o que corresponde ao fenômeno da opcionalidade. O segundo motivo relaciona-se à própria gramática do português, que permite mais de uma regência em um único verbo. Por exemplo, o verbo ‘zombar’, que, segundo a gramática normativa é acompanhado da preposição ‘de’, também pode ocorrer sem a preposição (“Ele zombou a amiga”). Essa construção, como já dito, foi aceita por participantes do grupo de controle.

% de frases julgadas como corretas		
	TOTAL PREP	SP
GRUPO I	64,82%	46,9%
GRUPO II	61,70%	51,7%
GRUPO IIIA	55,80%	70,3%
GRUPO IIIB	44,82%	75,2%
GRUPO IVA	55,17%	60,7%
GRUPO IVB	38,27%	82,8%

Tabela 4: Resultado geral do teste 2, considerando o total de estruturas preposicionadas

TOTAL POR GRUPOS – CONVERGÊNCIA			
TESTE 2			
	Convergentes	Divergentes	Total
GRUPO I	66,5%	33,5%	100%
GRUPO II	62,4%	37,5%	100%
GRUPO IIIA	43,1%	56,9%	100%
GRUPO IIIB	61,4%	38,5%	100%
GRUPO IVA	61,0%	39%	100%
GRUPO IVB	73%	27%	100%

Tabela 5: Estruturas convergentes e divergentes do teste 2

Assim como no teste 1, consideramos que a presença do núcleo $Q(\subseteq)$, nos verbos de concordância, interfira na aquisição das preposições do PB. Nossa hipótese é que os participantes julgarão como gramaticais estruturas preposicionadas que correspondam a verbos de concordância em libras (grupos I e III), com destaque para a preposição ‘para’, que deve apresentar maior aceitação nesses grupos. Inversamente, espera-se que as sentenças preposicionadas sejam menos aceitáveis no grupo IV, que apresenta verbos simples em libras, embora os verbos do grupo IVA, especificamente, sejam preposicionados no PB. Já no grupo II, apesar de ser formado por verbos simples, espera-se que a presença do núcleo relacional associado ao argumento alvo/ possuidor e do operador de transferência na estrutura léxico-conceptual do verbo sejam facilitadores da aquisição e, portanto,

acreditamos que os surdos aceitarão as sentenças preposicionadas, em especial com a preposição ‘para’.

Observamos, no grupo I (verbos ‘dar’, ‘ensinar’, ‘telefonar’, ‘responder’, ‘contar’) maior aceitação da preposição ‘para’ (87,6%), como pode ser observado Na tabela 3. Já na tabela 4, observamos que a porcentagem de sentenças preposicionadas que foram aceitas pelos participantes foi superior às não preposicionadas aceitas pelos participantes. Com relação às sentenças convergentes, ilustradas na tabela 5, observamos que a porcentagem dessas estruturas superou a das construções divergentes: 66,5% dos estudantes julgaram corretas as sentenças com ‘para’ e incorretas as sentenças não preposicionadas⁸¹ ou com outra preposição. Esse resultado se assemelha ao teste 1: nesse teste, o grupo I foi o que mais apresentou preposições, em especial, a preposição ‘para’. Nesse sentido, o resultado confirma a interferência (positiva) da L1, pela presença do morfema DIR.

O resultado do Grupo II (verbos ‘explicar’, ‘falar’, ‘dizer’, ‘prometer’, ‘escrever’) é semelhante ao do Grupo I: maior aceitação da preposição ‘para’ (81,4%) (cf. tabela 3), maior aceitação de estruturas preposicionadas em geral (61,7%) (cf. tabela 4) e mais estruturas convergentes do que divergentes (62,4%) (cf. tabela 5). Observa-se, portanto, a interferência da L1, na aquisição de ‘para’ da língua alvo, na hipótese de que o argumento possuidor é marcado por Q(\subseteq) na L1, o que resulta em estruturas sintáticas semelhantes nas duas línguas, que contribuem para a aceitação das estruturas convergentes.

O Grupo III também apresentou resultado semelhante ao teste 1. Em IIIA, formado por sentenças preposicionadas do PB (verbos ‘zombar’, ‘cuidar’, ‘atirar’, ‘bater’, ‘mandar’), houve maior aceitação de estruturas sem preposição (70,3%) do que preposicionadas (55,8%) (cf. tabela 4), assim como no teste 1, em que as construções não preposicionadas ocorreram com mais frequência. Apesar da maior aceitação de construções sem preposição, observa-se que as sentenças com a preposição divergente ‘para’ apresentaram 60% de aceitação, superior às estruturas com a preposição convergente (51,7%) (cf. tabela 3). Esse resultado também ocorreu no teste 1, em que a preposição ‘para’ foi a mais empregada, embora, na produção espontânea, o uso da preposição tenha sido menor. A aceitação da preposição ‘para’ pelos estudantes, certamente, influencia o resultado ilustrado na tabela 5: como podemos notar, as sentenças divergentes superaram as convergentes. O grupo IIIA foi

⁸¹ Apesar de, no teste 1, termos aceitado como convergente a estrutura não preposicionada do verbo ‘responder’, no teste 2, essa construção é agramatical no português. Isso porque, a presença do argumento direto na sentença requer que o objeto indireto venha preposicionado: “*O aluno respondeu a pergunta o professor”.

o que apresentou a menor porcentagem de estruturas convergentes (43,1%) – o que atribuímos à interferência (negativa) da L1, em que a presença do morfema DIR na libras favorece a aceitação de estruturas com ‘para’. Conforme mencionado anteriormente, o uso da preposição no PB nesse grupo não corresponde ao uso de DIR na libras, uma vez que a preposição é locativa (e não dativa). Nesse sentido, embora os verbos sejam lexicalmente semelhantes, a expressão sintática da estrutura argumental envolve estruturas sintáticas distintas entre as línguas (complementação por concordância em libras – complementação por preposição locativa no PB).

O grupo IIIB (verbos ‘ajudar’, ‘acusar’, ‘ver’, ‘vencer’, ‘abandonar’) também apresentou maior aceitação de estruturas não preposicionadas (75,2%), como ilustrado na tabela 4. Com relação às estruturas preposicionadas, ao contrário do Grupo IIIA, as sentenças com a preposição ‘para’ tiveram uma aceitação menor do que as construções realizadas por outras preposições (cf. tabela 3). Ressalta-se, no entanto, que a diferença entre essas construções é pequena: 44,1% (sentenças com ‘para’) e 45,5% (sentenças com outras preposições). Nesse aspecto, o resultado do teste 2 é mais robusto do que o do teste 1 em relação à presença da preposição ‘para’. Considerando que o teste de julgamento de gramaticalidade aponta para a existência da estrutura como parte do conhecimento linguístico do falante, a aceitação de estruturas com a preposição ‘para’ confirma a hipótese de interferência (negativa) da L1, pela presença do morfema DIR. A porcentagem de estruturas convergentes foi maior do que o de sentenças divergentes, assim como ocorreu no teste 1, em que o percentual de sentenças não preposicionadas convergentes também foi superior. Esse resultado é explicado em termos da ausência da preposição na língua alvo nessas estruturas.

No grupo IVA, formado por sentenças preposicionadas do PB (verbos ‘pensar’, ‘gostar’, ‘precisar’, ‘concordar’, ‘confiar’), observamos que as sentenças não preposicionadas aceitas pelos surdos superaram as preposicionadas (60,7% x 55,2% respectivamente) (cf. tabela 4). Esse resultado está de acordo com a hipótese, uma vez que os verbos correspondentes em libras são verbos simples, o que indica divergência paramétrica entre as línguas. Por hipótese, o desenvolvimento linguístico deverá ocorrer em função do acesso ao *input* linguístico, mediante estratégias de compensação. Com relação às construções preposicionadas, nota-se que as sentenças com a preposição convergente apresentaram o maior índice de aceitação entre os participantes (77,2%) (cf. tabela 3), o que pode indicar, de fato, o conhecimento desses alunos com relação a esses itens lexicais pelo

acesso ao *input* linguístico e por meio de hipóteses que relacionam o conteúdo semântico da preposição e as propriedades lexicais dos verbos. Já as sentenças com ‘para’ obtiveram um índice de aceitação baixo (33,1%), menor do que o das estruturas sem preposição (60,7%). Esse resultado também está de acordo com o teste 1, uma vez que não foi usada a preposição ‘para’ nos dados do Grupo IVA, além de confirmar a hipótese que relaciona à presença de ‘para’ à presença do morfema DIR – ou seja, na ausência do morfema DIR (já que os verbos são simples em libras), a previsão é que a sentença com a preposição ‘para’ não seja selecionada como correta. Em relação à convergência, no teste 2, as construções convergentes superaram as divergentes (cf. tabela 5): 61% dos estudantes julgaram corretas as sentenças preposicionadas convergentes com o PB.

Por fim, no Grupo IVB, de sentenças não preposicionadas do PB e verbos simples correspondentes em libras (verbos ‘amar’, ‘comer’, ‘beber’, ‘ter’, ‘saber’), o índice de aceitação das estruturas não preposicionadas foi maior (82,8%) (cf. tabela 4) assim como no teste 1, em que as construções SP superaram as demais. Apesar do número elevado de estruturas sem preposição, as sentenças com preposição foram julgadas corretas: 51% de aceitação para sentenças com outras preposições e 25,5% de aceitação para construções com a preposição ‘para’ (cf. tabela 3). Esse resultado indica uma situação de opcionalidade. Atribui-se esse resultado ao fato de que existe no *input* usos de preposição que não são determinados por uma propriedade sintática independente (como no caso da preposição ‘para’ e do morfema DIR, que lexicalizam o núcleo relacional) – por essa razão, o uso e a escolha da preposição é determinado no nível do léxico, havendo grande variação translinguística em relação à presença dessa categoria.⁸² Além disso, o baixo percentual de aceitação da preposição ‘para’ parece confirmar a hipótese que relaciona à presença de ‘para’ à presença do morfema DIR – ou seja, na ausência do morfema DIR (já que os verbos são simples em libras), a previsão é que a sentença com a preposição ‘para’ não seja selecionada como correta. Com relação à tabela 5, referente à convergência, observamos que o grupo IVB é o que mais apresenta estruturas convergentes, com 73% de respostas convergentes,

⁸² A ocorrência de predicados com preposições selecionadas no léxico é discutida em Chomsky (1981) a partir do dado *We discussed on the boat* (Nós discutimos sobre o barco), em que o PP pode ser analisado como um adjunto (de lugar) ou como um complemento. Conforme observa Salles (comunicação pessoal), no caso do complemento preposicionado, constata-se que existe variação translinguística não só em relação à escolha da preposição, como também em relação à presença da preposição, já que é possível demonstrar que existem línguas em que o complemento ocorre sem preposição. Além disso, a variação pode ocorrer na mesma língua. Comparem-se: penso sobre isso/ nisso/ isso.

ou seja, 73% dos informantes aceitaram sentenças não preposicionadas e julgaram como falsas as sentenças com preposição⁸³.

Concluída a análise do teste 2, passaremos ao resultado do teste 3.

4.3.1.3 Comparação entre os grupos de verbos – teste 3

No terceiro experimento realizado, os participantes deveriam preencher a lacuna com uma das preposições fornecidas no comando da questão (a, ‘com’, ‘de/do/da’, ‘em/no/na’, ‘para’) ou deixar a lacuna em branco, caso a preposição não fosse necessária (SP). Entretanto, alguns participantes utilizaram itens de outra categoria gramatical, como artigos (o, a) e conjunções (que). Apresentamos, a seguir, a legenda utilizada no teste 3:

A	Preposição ‘a’ (à/ao)
A*	Elemento de natureza gramatical duvidosa, que está sendo entendido como preposição
COM	Preposição ‘com’
DE	Preposição ‘de’ (do(s), da(s))
EM	Preposição ‘em’ (no(s), (na(s))
Subtotal PREP	Total de sentenças preposicionadas
PARA	Preposição ‘para’ (‘pra’)
SP	Sentença sem preposição
OUTRO	Participante utilizou outro elemento que não a preposição
NR	Participante não respondeu a questão.

Quadro 7: Legenda do teste 3

Como observado no quadro 7, também houve casos de difícil interpretação do elemento ‘a’. O mesmo critério usado no teste 1 também foi empregado nesse caso. Assim, usamos ‘A’ para a preposição ‘a’ e ‘A*’, para o elemento que estamos interpretando como preposição. No caso do artigo ‘a’, utilizamos a legenda ‘OUTRO’.

⁸³ Chamamos a atenção para o verbo ‘saber’, que, como dito, foi aceito por parte do grupo de controle, quando acompanhado da preposição ‘de’. Por esse motivo, consideramos convergentes as respostas que marcaram como ‘certa’ a estrutura ‘saber de’. Isso, no entanto, não altera o resultado da tabela de convergência do teste 2 (tabela 5). Ainda que não aceitássemos a estrutura ‘saber de’, o grupo IVB continuaria liderando o tabela de convergência, com 68,5% de estruturas convergentes com o PB.

Nesse teste, observamos um maior número no uso de preposição. Abaixo, ilustramos, na tabela 6, o resultado de cada grupo, e, em 7, a tabela referente às sentenças convergentes e divergentes. Chamamos atenção para a linha designada Subtotal PREP, que corresponde ao somatório das ocorrências das preposições quantificadas separadamente.

TOTAL POR GRUPOS

		GRUPO I	GRUPO II	GRUPO IIIA	GRUPO IIIB	GRUPO IVA	GRUPO IVB
P R E P O S I Ç Ã O	A	3,4%	1,4%	2,1%	0,7%	-	-
	A*	-	0,7%	0,7%	0,7%	-	2,8%
	PARA	55,9%	51,7%	22,8%	17,9%	7,6%	9,7%
	COM	10,3%	13,8%	11,7%	22,8%	22,1%	10,3%
	DE	13,1%	6,9%	20%	11%	32,4%	18,6%
	EM	4,8%	6,2%	21,4%	5,5%	22,8%	11,7%
Subtotal PREP		87,6%	80,6%	78,6%	58,6%	84,8%	53,1%
D E M A I S	SP	11,0%	12,4%	12,4%	25,5%	9%	33,8%
	OUTRO	1,4%	4,1%	8,3%	15,2%	5,5%	11,7%
	NR	-	2,8%	0,7%	0,7%	0,7%	1,4%
Subtotal		12,4%	19,3%	21,4%	41,4%	15,2%	46,9%
TOTAL		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela 6: Resultado geral do teste 3

Teste 3			
Título			
	Convergentes	Divergentes	Total
GRUPO I	60,1%	39,9%	100%
GRUPO II	64%	36%	100%
GRUPO IIIA	31,1%	68,9%	100%
GRUPO IIIB	30,3%	69,7%	100%
GRUPO IVA	58,1%	41,9%	100%
GRUPO IVB	55,6%	44,4%	100%

Tabela 7: Estruturas convergentes e divergentes do teste 3

Observando as tabelas acima, notamos que o resultado do teste 3 foi semelhante – mas não idêntico – ao dos Testes 1 e 2. A diferença mais marcante é que, no teste 3, as sentenças preposicionadas superaram as não preposicionadas em todos os grupos de verbos. O fato de termos apresentado as preposições para o preenchimento da lacuna pode ter contribuído para o aumento das construções preposicionadas nesse teste.

Outro ponto que chama a atenção é a presença da preposição ‘para’, que ocorre em todos os grupos, diferentemente do teste 1, em que essa preposição não aparece nos grupos IVA e IVB, mas semelhante ao teste 2, em que ‘para’ também ocorre nesses grupos, embora em baixa porcentagem. Analisaremos cada grupo separadamente.

No teste 3, assim como no teste 1, o Grupo I (verbos ‘dar’, ‘ensinar’, ‘telefonar’, ‘responder’, ‘contar’) foi o que mais apresentou estruturas preposicionadas (87,3% contra 11% de sentenças sem preposição). A preposição mais utilizada também foi ‘para’, convergente com o PB, com 55,9% de ocorrência. Assim como nos Testes 1 e 2, o resultado do teste 3 reforça nossa hipótese da interferência dos verbos de concordância da libras na aquisição das preposições do PB – em especial, da preposição ‘para’ com verbos do grupo I, que ocorreu na maioria dos dados.

Os dados ilustrados na tabela 7 (estruturas convergentes e divergentes) também estão de acordo com o resultado dos testes anteriores, bem como com a nossa hipótese. O grupo I apresentou 60,1% de convergência, uma vez que os verbos desse grupo apresentam a mesma estrutura sintática no PB e em libras – pela presença do núcleo relacional lexicalizado pela preposição e pelo morfema DIR, respectivamente. Abaixo, exibimos um exemplo de estrutura convergente (que pode ocorrer com a preposição ‘para’ ou ‘a’) e divergente do grupo I (cf. 33 e 34):

(33) João **deu** livros para os alunos carentes. (MH, 1)

(34) Maria **contou** o ocorrido com seu amigo. (FA, 1)

O grupo II (verbos ‘explicar’, ‘falar’, ‘dizer’, ‘prometer’, ‘escrever’) também apresentou um alto número de construções preposicionadas (80,6%), especialmente a preposição convergente ‘para’ (51,7%) – resultado que atribuímos à presença do núcleo Q(☐) associado ao argumento alvo em libras, bem como à presença do operador de transferência na estrutura léxico-conceitual do verbo. As estruturas convergentes, conseqüentemente superaram as divergentes (64% x 36% respectivamente) (cf. tabela 7).

Assim como no teste 1, as preposições convergentes empregadas foram ‘para’, ‘a’ e ‘com’ (com o verbo ‘falar’). Observem-se os exemplos (35) (36), em que apresentamos uma estrutura convergente e uma divergente respectivamente:

(35) Camila **explicou** ao Pedro a matéria da aula. (IM, 3)

(36) As crianças **escreveram** uma dedicatória ____ o professor de português (AM, 2)

No grupo III, observa-se, também, um alto percentual de sentenças preposicionadas: 78,6% em IIIA (verbos ‘zombar’, ‘cuidar’, ‘atirar’, ‘mandar’, ‘bater’) e 58,6% em IIIB (verbos ‘ajudar’, ‘acusar’, ‘ver’, ‘vencer’, ‘abandonar’) (cf. tabela 6). A preposição ‘para’ também ocorre com frequência, sendo a mais utilizada no grupo IIIA e a segunda mais usada em IIIB (nesse caso, é a preposição ‘com’ a mais empregada). Com relação à tabela 7, de estruturas convergentes, observamos que os grupos IIIA e IIIB apresentaram mais estruturas divergentes. No caso do grupo IIIA, apesar de ter ocorrido muitas preposições nos dados, a maioria delas são não convergentes com o PB – com especial uso de ‘para’, como já ressaltado. Algumas construções, entretanto, apresentaram a preposição adequada. Esse resultado confirma a hipótese de interferência (negativa) da L1, uma vez que os verbos correspondentes em libras são verbos de concordância, em que, por hipótese, o núcleo relacional é lexicalizado pelo morfema DIR, enquanto no PB, o uso da preposição em IIIA não é determinado por esse núcleo.

Observem-se, abaixo, exemplo de construção convergente e divergente (cf. 37 e 38):

(37) Não devemos **bater** no nossos filhos (AP, 3)

(38) Rafael **cuida** para seu cachorro (JR, 2)

No grupo IIIB, como mencionado anteriormente, o emprego das preposições foi maior que a ausência, o que acarretou um grande número de estruturas divergentes. Considerando que os verbos correspondentes em libras são verbos de concordância, em que se supõe a presença do morfema DIR, conclui-se que o uso da preposição confirma a hipótese. Além disso, como já mencionado, a presença das preposições pode ser explicada, pelo formato do teste, que apresentava esses elementos no comando da questão. Observem-se exemplos de sentença convergente e divergente (cf. 39 e 40):

- (39) A vítima **acusou** ____ o ladrão.
 (40) Algumas pessoas **abandonam** para animais na rua.

É importante mencionar que, em alguns casos, o participante utilizou o item ‘a’, que optamos por representar na coluna OUTROS, uma vez que não parece corresponder a um uso de preposição, embora resulte numa construção convergente com a língua alvo (cf. 41).

- (41) O bebê **viu** a sua mãe e se alegrou. (RP, 3)

Para finalizar, analisamos o uso de preposições no Grupo IV, em que também se constata alta frequência. Conforme ilustrado na tabela 6 acima, IVA (verbos ‘pensar’, ‘gostar’, ‘precisar’, ‘concordar’, ‘confiar’) é o segundo grupo com mais estruturas preposicionadas (84,8%). Já IVB (verbos ‘amar’, ‘comer’, ‘beber’, ‘ter’, ‘saber’), assim como no teste 1, continua sendo o grupo que menos apresenta preposição. O resultado de IVB no teste 3, entretanto, distingue-se do teste 1, por apresentar mais de 50% de emprego de preposição. Apesar da presença massiva de preposições, observa-se, nos dois grupos, a baixa frequência da preposição ‘para’ (7,6% em IVA e 9,8% em IVB). Interessante notar que essa preposição apresenta maior ocorrência com os verbos de IIIB (verbos ‘ajudar’, ‘acusar’, ‘ver’, ‘vencer’, ‘abandonar’), que selecionam complemento sem preposição em português, do que com os verbos de IVA, que apresentam preposição. Atribuímos esse fato à presença do núcleo Q(□), representado pelo movimento direcional, que pode estar interferindo na aquisição dessa preposição especificamente.

Quanto às construções convergentes e divergentes (tabela 7), percebemos que o Grupo IVA apresentou mais estruturas convergentes – o que pode indicar, de fato, maior conhecimento desses itens lexicais por parte dos alunos. Seguem, abaixo, os exemplos (42) e (43), que representam uma sentença convergente e uma divergente respectivamente.

- (42) Os idosos **precisam** de carinho. (AM, 2)
 (43) Eu sempre **penso** de meus amigos (MH, 1)

Quanto ao grupo IVB, apesar de as estruturas preposicionadas terem superado as sem preposição, observamos, na tabela 7, que as construções convergentes superaram as divergentes. Isso se deve ao fato de que, como já informado, estamos considerando

convergentes tanto as construções sem preposição (cf. 44) quanto o uso da preposição ‘de’ após os verbos ‘comer’, ‘beber’ e ‘saber’ (cf. 45). As demais sentenças preposicionadas são consideradas estruturas divergentes (cf. 46):

(44) Eu **bebo** ____ café todos os dias (FM, 3)

(45) Maria **sabe de** inglês e francês. (JS, 2)

(46) A turma **ama de** os professores da escola. (HM, 1)

Para finalizar a análise dos grupos, realizaremos, na subseção seguinte (4.3.1.4) uma síntese dos três testes, comparando os seus resultados a fim de verificarmos a nossa hipótese.

4.3.1.4 Comparação entre os grupos de verbos: síntese da análise

Como explanado anteriormente, na análise dos grupos, observamos três pontos principais:

- (a) ocorrência de preposições em geral;
- (b) ocorrência da preposição ‘para’;
- (c) ocorrência de estruturas convergentes.

Apresentamos o resumo desses pontos no quadro 8 abaixo, que compara o resultado dos três testes, bem como o resultado que era esperado segundo a nossa hipótese:

		GRUPO I	GRUPO II	GRUPO IIIA	GRUPO IIIB	GRUPO IVA	GRUPO IVB
TESTE 1	mais preposição	sim	sim	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	mais para	sim	sim	sim	SIM	não	não
	maior convergência	sim	sim	não	SIM	NÃO	sim
TESTE 2	mais preposição	sim	sim	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	mais para	sim	sim	sim	NÃO	não	não
	maior convergência	sim	sim	não	SIM	SIM	sim
TESTE 3	mais preposição	sim	sim	SIM	SIM	SIM	SIM
	mais para	sim	sim	sim	SIM	não	não
	maior convergência	sim	sim	não	NÃO	SIM	sim
HIPÓTESE	mais preposição	sim	sim	sim	sim	não	não
	mais para	sim	sim	sim	sim	não	não
	maior convergência	sim	sim	não	não	não	sim

Quadro 8: Comparativo dos Testes

Na primeira linha, “mais preposição”, comparamos o total de sentenças preposicionadas *versus* o total de não preposicionadas em cada teste. ‘Sim’ indica que as estruturas com preposição superaram as não preposicionadas, ‘não’ indica o contrário. Na linha dois, a resposta ‘sim’ para ‘mais para’ indica que a preposição ‘para’ foi a mais empregada no grupo, a resposta ‘não’ indica que outra preposição foi a mais empregada. Por fim, na coluna três, “maior convergência”, a resposta ‘sim’ indica que as estruturas são mais convergentes no grupo, e a resposta ‘não’ indica que o grupo apresentou menos estruturas convergentes.

Resta explicar, ainda, a marcação diferente das células do quadro. As que estão em caixa alta (SIM, NÃO) são aquelas em que houve divergência entre os resultados dos testes. Já as células marcadas de rosa são aquelas cujo resultado difere da nossa hipótese inicial.

Iniciemos a nossa síntese com o grupo I (verbos ‘dar’, ‘ensinar’, ‘telefonar’, ‘responder’, ‘contar’). Observamos que, nesse grupo, não houve divergência no resultado dos três testes – em todos eles, as preposições superaram as sentenças não preposicionadas, a preposição ‘para’ foi a mais empregada, e as estruturas convergentes tiveram percentual maior do que as divergentes. Todos esses resultados estão de acordo com a nossa hipótese de trabalho. Uma vez que defendemos que o morfema DIR (presente em verbos de concordância) seja a lexicalização do núcleo $Q(\subseteq)$, responsável pela seleção do argumento dativo, acreditamos que a presença desse morfema é evidência da interferência (positiva) da L1 na aquisição das preposições do PB, em especial da preposição ‘para’, o que se confirma em relação à ocorrência de mais estruturas convergentes.

O mesmo resultado ocorre no grupo II (verbos ‘explicar’, ‘falar’, ‘dizer’, ‘prometer’, ‘escrever’): não há divergência entre os testes – verifica-se mais uso de preposição, mais uso da preposição ‘para’ e mais convergência nos três testes. Confirma-se, portanto, a hipótese de que, nesse caso, o núcleo $Q(\subseteq)$ associado ao argumento alvo (mediante o traço de possuidor) interfere (positivamente) na aquisição da preposição (em especial ‘para’) e, consequentemente, contribui para que haja mais estruturas convergentes com o português.

No grupo IIIA (‘zombar’, ‘cuidar’, ‘atirar’, ‘mandar’, ‘bater’), percebemos uma diferença entre os testes: com relação à ocorrência de preposições em geral (na primeira linha), apenas no teste 3, as construções preposicionadas superaram as não preposicionadas; nos testes 1 e 2, ocorreu o oposto. Esse resultado, a princípio contraria a nossa hipótese, uma vez que acreditávamos que a presença de $Q(\subseteq)$ contribuísse para a aquisição de preposições em geral. Entretanto, como já explicado, a divergência entre a estrutura da L1 e os dados do

input pode ter contribuído para esse resultado: o morfema DIR realiza um movimento em direção ao alvo, enquanto as preposições selecionadas por esses verbos no PB são locativas (não dativas) ('de' e 'em'). No entanto, no teste 3, houve mais sentenças com preposições do que sem preposição, o que, como já afirmado, pode ser explicado pelo tipo de teste, em que a presença das preposições no comando da questão pode ter influenciado o participante a empregá-la. Com relação aos demais pontos ('mais para'/ 'maior convergência'), observamos o mesmo resultado nos três testes, o que está de acordo com a nossa hipótese: a preposição 'para' foi a mais empregada e as estruturas convergentes não superaram as divergentes. A presença de Q(⊆) na estrutura da libras interfere (negativamente) na aquisição da preposição 'para', enquanto a ausência desse núcleo no PB faz com que as estruturas sintáticas entre as línguas se distingam e, conseqüentemente, a convergência seja menor.

O grupo IIIB ('ajudar', 'acusar', 'ver', 'vencer', 'abandonar') também apresenta distinção entre os testes (e com relação à hipótese) em todos os pontos analisados. Iniciemos com o primeiro item, referente à ocorrência de preposições. Uma vez que os verbos do grupo IIIB apresentam concordância, o esperado, segundo a hipótese, era uma maior ocorrência de preposições – o que aconteceu apenas no teste 3 (possivelmente, por influência das preposições fornecidas na questão). Nossa interpretação para essa discrepância está calcada nos dados do *input* linguístico, que não apresentam preposição nesse contexto. Entretanto, a interferência da L1 pela presença do núcleo de Q(⊆) se confirma ao verificarmos que a preposição 'para' ocorre nos três testes, embora não seja a mais usada, no teste 1 e no teste 3 e sim, a preposição 'com' ('para' é a segunda mais escolhida). Como vimos anteriormente, 'com' também é empregada para representar uma relação de inclusividade/ posse, o que estaria de acordo com a presença do núcleo Q(⊆). Por esse motivo, consideramos que a hipótese se sustenta, uma vez que a interferência no grupo IIIB pode ser vista pelo ponto de vista do uso das preposições 'para' ou 'com'. Com relação ao teste 2, conforme ilustrado no quadro 8, as sentenças com outras preposições superaram as sentenças com 'para', ainda que a diferença entre elas seja baixa (45,5% de sentenças com outras preposições e 44,1% de sentenças com 'para'). Portanto, acreditamos que a hipótese da interferência da L1, pela presença de DIR, nesse grupo de verbos, se sustenta.

O último ponto a ser analisado no grupo IIIB refere-se às estruturas convergentes. Uma vez que as sentenças sem preposição superaram as preposicionadas, conseqüentemente, as estruturas convergentes superaram as divergentes. Como explanado, apesar da estrutura

sintática distinta – libras apresenta o núcleo relacional Q($\underline{\subseteq}$) e o PB não –, consideramos que as chances de o participante produzir uma sentença convergente com o PB são maiores, pois não é necessário adquirir um item lexical específico para funcionar como elemento de ligação. Supomos, tentativamente, que, em predicados monotransitivos, a estrutura sem preposição é a opção *default* – ou inversamente, a presença da preposição é uma opção *marcada*, esta última requerendo desenvolvimento linguístico. Apenas no teste 3, as estruturas divergentes superaram, devido ao uso massivo da preposição, favorecido pela natureza do teste, conforme hipotetizamos.

No grupo IVA (verbos ‘pensar’, ‘gostar’, ‘precisar’, ‘concordar’, ‘confiar’), também observamos diferença entre os testes. Primeiramente, com relação à presença de preposições, nos testes 1 e 2, as estruturas preposicionadas não superaram as sem preposição, o que está de acordo com a hipótese, uma vez que os verbos são simples em libras, não havendo, portanto, favorecimento na estrutura desses verbos para o uso da preposição. Nesse sentido, a divergência se dá no teste 3, que apresentou um número superior de preposições, o que atribuímos, conforme mencionado à natureza do teste. No entanto, com relação à presença da preposição ‘para’, observa-se o mesmo resultado nos três testes: no teste 1, não ocorre ‘para’; em 2 e 3, essa preposição ocorre, mas em uma porcentagem baixa (e é a preposição menos empregada no teste 3). Por fim, na linha referente à convergência, observamos diferenças entre os testes e com relação à hipótese de trabalho. Esperava-se menor convergência devido às estruturas sintáticas distintas (apesar de não haver o núcleo Q($\underline{\subseteq}$) em nenhuma das línguas, o complemento é preposicionado no PB, enquanto na libras tem-se o verbo simples), o que ocorreu somente no teste 1 – nos testes 2 e 3, houve maior convergência. Acreditamos que esse resultado é efeito do acesso ao *input* da língua alvo, uma vez que os verbos do grupo IVA são muito usados, por sua denotação associada a sentimentos e necessidades básicas (‘gostar’/ ‘precisar’) e à atitude proposicional (‘pensar’)

Finalmente, no grupo IVB (‘amar’, ‘comer’, ‘beber’, ‘ter’, ‘saber’), observamos resultados distintos entre os testes apenas na linha referente à ocorrência de preposição: enquanto os testes 1 e 2 apresentaram um número menor de preposições (como previsto pela hipótese), o teste 3 apresentou mais estruturas preposicionadas do que sem preposição, o que pode ser explicado em função do formato do teste, como já mencionado. Nos demais itens, observamos o mesmo padrão nos três testes: baixo índice de preposição ‘para’, o que podemos explicar pela ausência do núcleo Q($\underline{\subseteq}$) na estrutura do predicado em libras, e maior convergência, devido às estruturas sintáticas similares nas duas línguas.

Concluída essa etapa, passamos agora a analisar os resultados considerando o nível de proficiência dos participantes do experimento. Essa investigação será realizada na subseção seguinte (4.3.2).

4.3.2 Comparação entre os níveis de proficiência.

A análise que compara os níveis de proficiência no PB tem como objetivo verificar em que nível ocorre maior interferência da L1 e em qual ocorre a maior convergência com a língua-alvo. Assumindo-se a hipótese do ‘acesso parcial à GU’, consideramos que a L1 é o estado mental inicial da aquisição – por esse motivo, os aprendizes iniciantes apresentam mais estruturas de sua língua materna. Em etapas posteriores, mediante o acesso consistente ao *input* da língua alvo, o aprendiz manifesta desenvolvimento linguístico, passando a produzir enunciados em que estão expressos parâmetros da língua alvo. Por hipótese, na presença de parâmetros divergentes em relação à L1, haverá desenvolvimento linguístico em relação aos traços interpretáveis, conforme defendem Tsimpli; Mastropavlou (2007). Na impossibilidade de adquirir traços não interpretáveis, o aprendiz recorre a estratégias de compensação, apoiando-se em traços interpretáveis para adquirir as propriedades paramétricas da língua alvo. Essa situação favorece a opcionalidade, que consiste na presença de duas propriedades mutuamente exclusivas na interlíngua, que permanecem como propriedades residuais.

Por hipótese, o acesso contínuo ao *input* da língua alvo ao longo do tempo faz com que os participantes de nível mais avançado apresentem mais estruturas convergentes com a L2, embora haja também *fossilização* (cf. seção 3.2). Deste modo, a hipótese é que os níveis iniciais de aquisição apresentarão mais interferência da libras do que os de nível final. Em particular, assumimos que no nível 1, as estruturas preposicionadas estejam ausentes (ou em número reduzido) pelo acesso insuficiente aos dados do *input* da língua alvo.

Na análise geral dos grupos (4.3.1), foram observados três pontos principais: (a) ocorrência de preposições em geral; (b) ocorrência da preposição ‘para’ e (c) ocorrência de estruturas convergentes. Na análise dos níveis de proficiência, entretanto, focaremos apenas nos dois últimos pontos: ocorrência de ‘para’ e ocorrência de estruturas convergentes. Optamos por retirar o primeiro item, uma vez que verificamos que a presença de Q(\subseteq) na estrutura do predicado parece estar relacionada com a preposição ‘para’ especificamente.

Portanto, analisaremos apenas a ocorrência dessa preposição e não focaremos na quantidade de preposições em geral que foram realizadas pelo aluno – esse ponto pode ser mencionado quando for relevante para a análise.

Cada teste será analisado em uma subseção específica e, ao final, faremos a comparação dos três experimentos.

4.3.2.1 Comparação entre os níveis de proficiência – teste 1

No teste 1, verificamos a interferência da libras e as estruturas convergentes com o PB em cada nível. Observem-se os dados ilustrados nas tabelas 8 e 9 a seguir:

GRUPO	NÍVEL	Preposição									Demais Casos						TOTAL	
		A	A*	PARA	COM	DE	EM	POR	SOBRE	Subtotal	SP	OUTRO	SC	NV	NI	NR		Subtotal
I	1									0%	82,5%	2,5%	7,5%	2,5%	5%		100%	100%
	2			36%	4%	4%				44%	38%		18%				56%	100%
	3	20%	7,3%	58,2%	5,5%					91%	1,8%		5,5%	1,8%			9%	100%
II	1									0%	82,5%		7,5%	2,5%	7,5%		100%	100%
	2	2%	12%	34%	2%	2%	2%			54%	22%		24%				46%	100%
	3	9,1%	9,1%	52,7%	1,8%					72,7%	1,8%	1,8%	23,7%				27%	100%
IIIA	1									0%	90%		5%		5%		100%	100%
	2		4%	4%	8%	10%	8%			34%	60%		4%	2%			66%	100%
	3	3,6%		16,4%	5,5%	7,3%	5,5%			38,2%	50,9%		1,8%	9,1%			62%	100%
IIIB	1									0%	93%		2,5%			5%	100%	100%
	2			4%	4%					8%	90%		2%				92%	100%
	3	1,8%		3,6%	5,5%	1,8%		1,8%		14,6%	81,8%		1,8%	1,8%			85%	100%
IVA	1					5%				5%	87,5%		5%		2,5%		95%	100%
	2	2%			8%	20%	8%			38%	54%		2%	4%		2%	62%	100%
	3				10,9%	29,1%	14,6%		1,8%	56,4%	29,1%		7,3%	7,3%			44%	100%
IVB	1									0%	90%		5%	5%			100%	100%
	2					14%				14%	74%	2%	10%				86%	100%
	3				1,8%	3,6%	1,8%			7,3%	72,7%		10,9%	9,1%			93%	100%

Tabela 8: Resultado do teste 1, por nível de proficiência

Teste 1				
		Convergentes	Divergentes	Total
GRUPO I	NÍVEL 1	20%	80%	100%
	NÍVEL 2	55%	45%	100%
	NÍVEL 3	94,5%	5,5%	100%
GRUPO II	NÍVEL 1	0%	0%	0%
	NÍVEL 2	66,2%	33,8%	100%
	NÍVEL 3	96,7%	3,3%	100%
GRUPO IIIA	NÍVEL 1	20%	80%	100%
	NÍVEL 2	30,5%	69,5%	100%
	NÍVEL 3	19,8%	80,2%	100%
GRUPO IIIB	NÍVEL 1	100%	0%	100%
	NÍVEL 2	91,8%	8,2%	100%
	NÍVEL 3	86,5%	13,5%	100%
GRUPO IVA	NÍVEL 1	5%	95%	100%
	NÍVEL 2	28,4%	71,6%	100%
	NÍVEL 3	60,9%	39,1%	100%
GRUPO IVB	NÍVEL 1	100%	0%	100%
	NÍVEL 2	100%	0%	100%
	NÍVEL 3	93,1%	6,9%	100%

Tabela 9: Estruturas convergentes e divergentes do teste 1, por nível de proficiência.

Iniciemos nossa análise com o grupo I (verbos ‘dar’, ‘ensinar’, ‘responder’, ‘telefonar’ e ‘contar’), que contém verbos de concordância em libras e dativos no PB. Como observado na tabela 8, os participantes do nível iniciante (nível 1) não empregaram a preposição ‘para’ – de fato, esses estudantes não utilizaram nenhuma preposição, com nenhum tipo de verbo, padrão que se repete nos demais grupos, com exceção do grupo IVA, como pode ser observado na tabela 8. Em (47) há um exemplo de sentença produzida por um estudante do nível 1:

(47) Casção **telefonar** _ Mônica (ED, 1)

Como consequência, os estudantes do nível 1 foram os que menos apresentaram estruturas convergentes. Os 20% de convergência referem-se às construções com o verbo ‘responder’ em que o argumento alvo é realizado sem preposição, uma possibilidade admitida nos dados do grupo controle (integrado por falantes nativos do PB) (cf. 48):

(48) Mônica **responder** _ Casção no ano que vem⁸⁴. (NR,1)

⁸⁴ Apesar de não ser uma estrutura 100% convergente com o PB – falta a flexão verbal, bem como artigos – consideramos a estrutura convergente, no que se refere ao uso / ausência de preposição.

Com relação aos participantes dos níveis 2 e 3, observa-se que a preposição ‘para’ foi a mais empregada, sendo usada por 36% dos participantes do nível 2, com maior ocorrência no nível 3 (58,2%). Nota-se, ainda, que os participantes do nível 3 também empregaram a preposição ‘a’, que pode ocorrer com os verbos dativos do PB. Conseqüentemente, os participantes do nível 3 apresentam mais estruturas convergentes (94,5%) do que os do nível 2 (55%) (cf. tabela 9). Os exemplos (49) e (50) mostram um exemplo de sentença convergente dos níveis 2 e 3 respectivamente:

(49) O cascão **telefona** para a mônica. (IM, 2)

(50) A Mônica **dá** uma comida ao coelhinho. (CN, 3)

No que se refere à convergência, o resultado do grupo I está de acordo com a hipótese: os participantes do nível 3 foram os que mais produziram sentenças convergentes com o PB. Inversamente, os participantes do nível 1 consistentemente não usaram preposição. Uma hipótese para explicar esse resultado é que os estudantes do nível 1 desconhecem os elementos de ligação do PB. Fica, portanto, evidente que a interferência (positiva) da L1, nesse caso, pressupõe a disponibilidade dos itens lexicais relevantes no *input* da aquisição.

Resultado similar ocorre no grupo II (verbos ‘explicar’, ‘falar’, ‘dizer’, ‘prometer’ e ‘escrever’): os participantes de nível 1 não produziram nenhuma sentença preposicionada (e, portanto, apresentaram 0% de convergência), enquanto os estudantes dos níveis 2 e 3 empregaram a preposição ‘para’ com frequência. Enquanto participantes do nível 2 usam a preposição ‘para’ em 34% dos casos, os participantes do nível 3 o fazem em 52,7%. Nesse sentido, os participantes do nível 3 produzem o maior número de estruturas convergentes (96,7%), seguindo-se os do nível 2 (66,2%). Os exemplos abaixo ilustram uma sentença de cada nível, sendo a do nível 1, a única divergente (cf. 51, 52 e 53):

(51) Mônica cebolinha matemática **explicar** (FA, 1)

(52) A Mônica **escreve** carta para o Papai Noel. (GC, 2)

(53) O Cascão **disse** para a Mônica. “Oi”. (DA, 3)

No grupo IIIA (verbos ‘zombar’, ‘cuidar’, ‘mandar’, ‘bater’ e ‘atirar’), assim como nos anteriores, os participantes do nível 1 não realizaram nenhuma construção preposicionada (cf. 54):

(54) Franjinha **cuidar** _ cachorro. (ED, 1)

Os 20% de convergência, indicados na tabela 9, se referem às construções não preposicionadas com o verbo ‘zombar’ (55), uma possibilidade admitida no grupo controle:

(55) Cebolinha e Cascão **zombar** _ Mônica. (FA, 1)

Já os participantes dos níveis 2 e 3 produziram sentenças preposicionadas com a preposição ‘para’, respectivamente em 4% e 16,4% dos dados, o que resulta em uma estrutura divergente em relação à gramática da língua alvo (PB) (cf. 56 e 57). Além disso, tanto os estudantes do nível 2, quanto os do nível 3, utilizaram as preposições ‘a’ (que também pode apresentar semântica direcional como ‘para’) e ‘com’, podendo esta última ocorrência, por seu conteúdo semântico, ser relacionada à estrutura de inclusividade/posse, representada pelo morfema DIR, que lexicaliza o núcleo Q(\subseteq) em libras (cf. 58 e 59). Embora a escolha da preposição não seja convergente na grande maioria dos dados, os percentuais globais apontam para a ampliação no número de preposições usadas pelos participantes do nível 2 (34%) para o nível 3 (38,2%):

(56) O homem **atirar** para animal (AM, 2)

(57) O Cebolinha e Cascão se **zombaram** para a Mônica. (DA, 3)

(58) A Mônica **bate** com Cebolinha. (GC, 2)

(59) Franjinha **cuida** com cachorro (FM, 3)

Ainda em relação ao grupo IIIA, cabe notar que, nas sentenças divergentes, foram utilizadas as preposições ‘a’, ‘com’ e ‘para’, o que confirma a hipótese de interferência (negativa) da libras, considerando-se que a relação entre as preposições escolhidas e o morfema DIR, presente na estrutura dos verbos desse grupo, em libras. No nível 3, há apenas uma exceção: a preposição ‘em’ também foi empregada em uma estrutura não convergente,

com o verbo ‘cuidar’. Nos demais casos, as preposições ‘de’ e ‘em’ foram empregadas apenas em estruturas convergentes com o PB (cf. 60 e 61):

(60) O homem **atirando** no animal. (LF, 2)

(61) Franjinha **cuida** do cachorro (CB, 3)

Assim, verifica-se, entre os participantes dos níveis 2 e 3, o fenômeno da opcionalidade, quando há mais de uma opção paramétrica disponível na gramática do aprendiz. Nesse sentido, constatamos que os participantes realizam tanto estruturas convergentes com a língua alvo, quanto estruturas não convergentes, essas últimas analisadas como interferência (negativa) da libras. Portanto, a interferência da L1 ocorre, mas também existe desenvolvimento linguístico em relação ao conhecimento da língua alvo (L2). Entretanto, é preciso ressaltar que a presença de ‘para’ (e preposições similares) é maior entre os participantes do nível 3, do que entre os de nível 2. Além disso, o uso da preposição ‘de’ é ligeiramente maior com os participantes do nível 2 do que com os participantes do nível 3, respectivamente 10% e 7,3%. Em termos globais, nota-se que a convergência é maior com os participantes do nível 2 do que com os do nível 3 (cf. 30,5% *versus* 19,8%).⁸⁵

Passemos à análise do grupo IIIB (verbos ‘ajudar’, ‘acusar’, ‘ver’, ‘vencer’ e ‘abandonar’). Nesse grupo, os participantes do nível iniciante também não empregaram nenhuma preposição, o que fez com que eles apresentassem 100% de convergência, já que esses são verbos não preposicionados do PB (cf. 62):

(62) Pai **ajudar** o chico bento (SK, 1)

Quanto aos participantes dos níveis 2 e 3, percebe-se que, no geral, as preposições foram pouco empregadas. Apesar disso, é possível verificar a presença de ‘para’, com 4% de ocorrência no nível 2 e uma ocorrência um pouco menor no nível 3 (3,6%) (cf. 63 e 64):

(63) O Cebolinha quer **vencer** para o Casção. (JS, 2)

⁸⁵ Importante observar que, nesse caso, mesmo os estudantes do nível 1 ultrapassam os do nível 3 no quesito convergência. Essa superação se deu somente porque estamos considerando como convergente o verbo ‘zombar’ sem preposição.

(64) A Magali **acusou** para o gato. (CB, 3)

O uso de preposições em geral, entretanto, foi maior entre os participantes do nível 3, conseqüentemente, os estudantes do nível 2 apresentaram mais estruturas convergentes (91,8% no nível 2 e 86,5% no nível 3). Abaixo, exemplos de construções convergentes de cada nível (cf. 65 e 66):

(65) O Chico Bento **vê** o passarinho (FR, 2)

(66) O Cebolinha **abandonou** a irmã quando ela começou a chorar. (RP, 3)

Importante destacar a presença do verbo ‘ajudar’ acompanhado da preposição ‘a’ e gramatical no PB. Essa construção é observada nos dados do nível 3 (intermediário) (cf. 67):

(67) O Chico Bento **ajudou** ao pai. (IM, 3)

Acreditamos que os surdos do nível intermediário (nível 3) tenham produzido mais estruturas preposicionadas, por apresentarem maior conhecimento dos itens preposicionais do PB. Portanto, a probabilidade de empregar uma preposição é maior entre os estudantes desse nível, manifestando-se o efeito da interferência da L1, pela presença do morfema DIR, já que os verbos desse grupo são de concordância.

No grupo IVA (verbos ‘pensar’, ‘gostar’, ‘precisar’, ‘concordar’ e ‘confiar’), como já afirmado, não esperamos a ocorrência da preposição ‘para’, pois esses verbos em libras são verbos simples e, portanto, não apresentam núcleo Q(=), lexicalizado pelo movimento direcional (DIR). De fato, no Grupo IV, não observamos a ocorrência da preposição ‘para’ em nenhum dos níveis.

Com relação à convergência, a tabela 9 demonstra que o nível 3 foi o que mais apresentou estruturas convergentes com o PB (60,9%), seguido dos estudantes de nível 2 (28,4%) – resultado que está de acordo com nossa hipótese (cf. 68 e 69):

(68) A Mônica **concorda** com o Cebolinha. (CB, 3)

(69) A Magali só **pensar** em comer muita comida. (LF, 2)

Observa-se que o nível 1 apresentou 5% de estruturas convergentes. Como apontado anteriormente, o nível 1 produziu sentenças preposicionadas apenas com os verbos do grupo IVA – o que parece confirmar que há maior *input* com relação a esses verbos (cf. 70 e 71)

(70) A Mônica muito **gostar** de cachorro. (SK, 1)

(71) Eu **prescar** dela bebê pai amor gosto comida seu ajuda fofinho (TS, 1)

Com relação ao exemplo (71), podemos nos questionar, entretanto, se o item ‘dela’ está sendo entendido como preposição de fato (de + ela) ou se o surdo conhece o item lexical ‘dela’, como um pronome possessivo (‘bebê dela’, por exemplo). A sentença é de difícil interpretação, o que nos deixa na dúvida quanto à categoria gramatical desse item.

Por fim, no grupo IVB (verbos ‘amar’, ‘comer’, ‘beber’, ‘ter’, ‘saber’) também não é esperada a presença de ‘para’, por se tratar de verbos simples. A tabela 8 demonstra que essa preposição não foi empregada por nenhum dos participantes, o que está de acordo com nossa hipótese. Quanto à convergência, os níveis 1 e 2 apresentaram 100% de convergência, superando o nível 3, com 93,1%. Esse resultado é consistente com o padrão estrutural adotado pelos participantes do nível 1: esses estudantes não produziram nenhuma construção preposicionada, conseqüentemente, todas essas sentenças são convergentes (cf. 72):

(72) chico bento **amar** Rosinha. (FA, 1)

Já os participantes de nível 2 produziram algumas sentenças preposicionadas, mas todas permitidas no PB (cf. 73):

(73) A Mônica beber do suco. (MC,2)

Os do nível 3 também produziram um percentual alto de sentenças não preposicionadas e com a preposição convergente. No entanto, esses estudantes também apresentaram estruturas com preposição imprópria (cf. 74):

(74) O Chico Bento **ama** com a Rosinha. (DA, 3)

Como já afirmado anteriormente, possivelmente, por apresentarem maior conhecimento dos itens de ligação do PB, os surdos do nível intermediário (nível 3) buscam a convergência em relação à gramática da L2, no que se refere ao uso das preposições, o que resulta no fenômeno da opcionalidade. Nesse caso, o surdo associou a semântica da preposição à semântica do verbo: ambos denotam a ideia de ‘companhia’, de ‘estar junto’. Conforme mencionado anteriormente, a estratégia baseada na semântica é uma forma de resolver o parâmetro divergente da língua alvo, referente ao uso de preposição, mas essa estratégia nem sempre conduz à convergência.

Finalizada essa análise, verificaremos, na subseção seguinte, o resultado do teste 2.

4.3.2.2 Comparação entre os níveis de proficiência – teste 2

Analisamos, nesta subseção, os resultados do teste 2 (julgamento de gramaticalidade), considerando o nível de proficiência dos participantes. A tabela 10, a seguir, apresenta os resultados em relação ao uso de ‘para’, em contraste com outras preposições.

% de frases julgadas como corretas				
		PARA	OUTRAS PREP	SP
GRUPO I	NÍVEL 1	80%	62,5%	53,5%
	NÍVEL 2	84%	52%	66%
	NÍVEL 3	96,4%	20%	25,5%
GRUPO II	NÍVEL 1	75%	55%	45%
	NÍVEL 2	78%	54%	72%
	NÍVEL 3	89,1%	21,8%	38,2%
GRUPO IIIA	NÍVEL 1	67,5%	40%	57,5%
	NÍVEL 2	72%	52%	68%
	NÍVEL 3	43,6%	60%	81,8%
GRUPO IIIB	NÍVEL 1	50%	47,5%	65%
	NÍVEL 2	42%	54%	78%
	NÍVEL 3	41,8%	36,4%	80,0%
GRUPO IVA	NÍVEL 1	55%	65%	57,5%
	NÍVEL 2	46%	74%	68%
	NÍVEL 3	5,5%	89,1%	56,3%
GRUPO IVB	NÍVEL 1	37,5%	72,5%	72,5%
	NÍVEL 2	40%	64%	78%
	NÍVEL 3	3,6%	23,6%	94,5%

Tabela 10: Resultado do teste 2, por nível de proficiência

A tabela 11 apresenta as estruturas convergentes em contraste com as divergentes. Conforme mencionado, a previsão é que a preposição ‘para’ será favorecida com verbos de concordância em libras, como um efeito da interferência da L1, o que resultará em convergência ou não – a depender do tipo de verbo da língua alvo e do grau de acesso ao *input* da língua alvo. Será também verificado se os participantes do nível 1 manifestam consistência em relação ao padrão de estruturação da sentença adotado no teste 1.

		TESTE 2		
		Convergentes	Divergentes	Total
GRUPO I	NÍVEL 1	57,5%	42,5%	100%
	NÍVEL 2	54,2%	45,8%	100%
	NÍVEL 3	84,1%	15,9%	100%
GRUPO II	NÍVEL 1	58,3%	41,7%	100%
	NÍVEL 2	49,8%	50,2%	100%
	NÍVEL 3	76,2%	23,8%	100%
GRUPO IIIA	NÍVEL 1	38,3%	61,7%	100%
	NÍVEL 2	37,9%	62,1%	100%
	NÍVEL 3	48,4%	51,6%	100%
GRUPO IIIB	NÍVEL 1	45,6%	54,4%	100%
	NÍVEL 2	60,2%	39,8%	100%
	NÍVEL 3	67,3%	32,7%	100%
GRUPO IVA	NÍVEL 1	50,8%	49,2%	100%
	NÍVEL 2	52%	48,0%	100%
	NÍVEL 3	74,8%	25,2%	100%
GRUPO IVB	NÍVEL 1	59,7%	40,3%	100%
	NÍVEL 2	62,2%	37,8%	100%
	NÍVEL 3	92,5%	7,5%	100%

Tabela 11: Estruturas convergentes e divergentes do teste 2, por nível de proficiência.

No grupo I (verbos ‘dar’, ‘ensinar’, ‘responder’, ‘telefonar’ e ‘contar’), observamos que uma porcentagem alta dos participantes aceitou as sentenças com a preposição ‘para’, convergente com o PB (cf. 75). Essa porcentagem foi maior entre os participantes do nível 3, seguidos do nível 2 e do nível 1.

(75) Maria **telefonou** para seus avós.

Observamos, ainda, que os estudantes de nível 3 também ocupam o primeiro lugar na tabela de estruturas convergentes (84,1%). Em segundo lugar, entretanto, estão os participantes de nível 1, e não os de nível 2. Apesar de terem aceitado mais sentenças com ‘para’ do que o nível 1, os participantes do nível básico (nível 2), também aceitaram mais estruturas não preposicionadas e com as preposições inadequadas, o que resultou em um maior número de estruturas divergentes (cf. 76 e 77). Esse resultado confirma a hipótese de que os participantes do nível 2 têm mais conhecimento dos itens preposicionais do que os do nível 1, pelo acesso maior ao *input* da língua alvo, o que torna mais difícil o julgamento de gramaticalidade, quando expostos aos dados do teste 2:

(76) O aluno **respondeu** a pergunta o professor.⁸⁶

(77) Pedro **deu** uma flor em Maria.

O grupo II (verbos ‘explicar’, ‘falar’, ‘dizer’, ‘prometer’ e ‘escrever’) apresenta exatamente o mesmo resultado de I: maior uso de ‘para’ pelos participantes dos níveis 3, 2 e 1, com, respectivamente 89,1%, 78% e 75% de aceitação das sentenças com ‘para’ (cf. 78):

(78) O professor **explicou** a lição para o aluno.

Do mesmo modo, a convergência se deu, primeiramente, com os participantes do nível 3, seguidos dos participantes do nível 1 e, por fim, do nível 2 – esses foram os que mais aceitaram as sentenças divergentes do PB (cf. 79 e 80):

(79) João **falou** de Pedro: vamos sair?

(80) Eu **prometo** você: Vou me esforçar mais!

⁸⁶ Como já informado, no teste 1, aceitamos como convergente o complemento não preposicionado com verbo ‘responder’ na sentença em que ocorre somente um complemento. No teste 2, essa construção é considerada agramatical no português, porque está presente o argumento tema, realizado como objeto direto na sentença, sendo necessário que o argumento alvo seja preposicionado.

Novamente, supomos que a convergência menor nos participantes do nível 2 em relação aos do nível 1 é devida ao maior conhecimento dos itens preposicionais da língua alvo pelos do nível 2, o que torna o julgamento de gramaticalidade uma tarefa mais complexa.

Em ambos os grupos (I e II), percebemos que a convergência é maior entre os estudantes com mais acesso ao *input* da língua alvo (nível 3, intermediário), conseqüentemente, a presença de ‘para’ também é maior nesse nível.

Passemos ao grupo IIIA (verbos ‘zombar’, ‘cuidar’, ‘mandar’, ‘bater’ e ‘atirar’), cujos verbos apresentam concordância em libras, mas não selecionam a preposição ‘para’ no PB – embora o complemento seja preposicionado, realizado por uma preposição locativa. Os participantes do nível 2 foram os que mais aceitaram as sentenças divergentes com ‘para’, seguidos dos do nível 1. Essas estruturas foram menos aceitas pelos participantes do nível 3 (cf. 81). A convergência, portanto, ocorre, em maior frequência, com os participantes do nível 3, seguidos dos do nível 1 (cf. 82):

(81) Quem manda **para** o Brasil?

(82) Amanda **cuida do** seu cachorro.

Mais uma vez, os estudantes de nível 2 são os que menos apresentaram convergência, pois aceitaram mais construções com ‘para’ e mais estruturas não preposicionadas (83):

(83) Não podemos **bater** os amigos.

Percebe-se, portanto, que a interferência – representada pela preposição ‘para’ – ocorre, especialmente nos níveis iniciais (nível 2), enquanto a convergência está no nível mais avançado (nível 3). Esse resultado é esperado considerando-se que os participantes do nível 2 têm mais acesso ao *input* da língua alvo do que os do nível 1, o que torna o efeito da interferência da L1 mais evidente, quando se trata de fazer o julgamento de gramaticalidade de estruturas preposicionadas. O que está em destaque, portanto, é a redução do efeito de interferência da L1, no nível 3, em relação aos demais níveis.

No grupo IIIB (verbos ‘ajudar’, ‘acusar’, ‘ver’, ‘vencer’, ‘abandonar’) também observamos maior interferência da L1 nos níveis iniciais. Nesse caso, especialmente, a interferência é maior no nível iniciante (nível 1), com 50% de aceitação de estruturas com a preposição ‘para’ (cf. 84). Em frequência decrescente vêm os resultados dos níveis 2 e 3, conforme prevê a hipótese:

(84) Maria **abandonou** para o namorado.

A convergência também está de acordo com a hipótese: o nível 3 é o que apresenta mais convergência, e o nível 1 o que apresenta menos convergência (cf. 85):

(85) Corinthians **venceu** o Palmeiras.

No grupo IV (verbos ‘pensar’, ‘gostar’, ‘precisar’, ‘concordar’, ‘confiar’), como já afirmado, não é esperada a presença da preposição ‘para’, uma vez que esse grupo é formado por verbos simples da libras. De fato, as construções com ‘para’ foram menos aceitas do que as construções com outras preposições e do que as construções não preposicionadas. Fazendo uma comparação entre os níveis, observamos que nível iniciante (nível 1) foi o que mais aceitou a estrutura com ‘para’, seguido do nível 2 (cf. 86). No entanto, não atribuímos esse resultado à interferência da libras, mas ao fato de que os participantes do nível 1 têm acesso reduzido ao *input* da língua, e conseqüentemente seu conhecimento em relação às propriedades dos itens preposicionais é limitado.

(86) Ariel **pensa** para amigos.

A convergência maior ocorre no nível 3 (74,8%). Apenas uma baixa porcentagem de estudantes desse nível aceitou a construção com ‘para’ (5,5%), o que indica um maior conhecimento da língua alvo. Abaixo, um exemplo de sentença convergente do grupo IVA (cf. 87):

(87) Eu não **concordo** com esse repórter.

Apresentamos a seguir os resultados do grupo IVB (verbos ‘amar’, ‘comer’, ‘beber’, ‘ter’, ‘saber’). Como podemos observar na tabela 10, as construções com ‘para’ foram as menos aceitas nos três níveis, o que confirma a hipótese de que esse grupo não está sob o efeito da interferência da L1, uma vez que os verbos correspondentes em libras são simples. Entre os níveis, o nível 3 (intermediário) foi o que menos aceitou as sentenças com ‘para’, o que confirma a hipótese do desenvolvimento linguístico diante do acesso ao *input* da língua alvo. A aceitação da preposição ‘para’ é maior no nível 2 (40%) do que no nível 1 (37,5%), embora os índices sejam muito próximos. A semelhança entre os dois níveis no julgamento de estruturas preposicionadas pode ser explicada pelo fato de que não existe, para o aprendiz, um parâmetro estrutural que permita avaliar o uso da preposição com esses verbos (como no caso do efeito de interferência da L1 pela presença do morfema DIR), já que os verbos são simples em libras. Diante disso, os julgamentos resultam em opcionalidade (cf. 88). Consequentemente, a convergência é maior no nível 3 (92,5%) (cf. 89).

(88) Eu **tenho** para dois cachorros.

(89) Os alunos **amam** a professora de português.

Apesar de terem aceito mais sentenças com ‘para’, os participantes do nível 2 ocupam a segunda colocação na tabela de estruturas convergentes, pois os surdos do nível 1 aceitaram muitas sentenças com outras preposições, como a ilustrada em (90), o que confirma o efeito do acesso limitado ao *input* da língua alvo, tendo como consequência a opcionalidade em relação ao uso das preposições:

(90) Eu **comi** em laranja.

Passemos, agora, à análise do teste 3.

4.3.2.3 Comparação entre os níveis de proficiência – teste 3

Como informado anteriormente, o teste 3 era um teste de preenchimento de lacunas: os participantes deveriam preencher a lacuna com uma das preposições fornecidas, ou deixá-la em branco se fosse o caso. As tabelas abaixo ilustram o resultado desse teste, considerando o nível de proficiência dos estudantes: na tabela 12, temos os resultados em relação ao uso das preposições; na tabela 13, temos o total de sentenças convergentes e divergentes produzidas.

GRUPO	NÍVEL	Preposição							Demais Casos				TOTAL
		A	A*	PARA	COM	DE	EM	Subtotal	SP	OUTRO	NR	Subtotal	
I	1			37,5%	20%	17,5%	5%	80%	20%			20%	100%
	2			48%	12%	18%	8%	86%	12%	2%		14%	100%
	3	9,1%		76,3%	1,8%	5,5%	1,8%	94,5%	3,6%	1,8%		5%	100%
II	1			32,5%	15%	10%	17,5%	75%	25%			25%	100%
	2		2%	44%	22%	10%	4%	82%	12%	6%		18%	100%
	3	3,6%		72,7%	5,5%	1,8%		83,6%	3,6%	5,5%	7,3%	16%	100%
IIIA	1			20%	15%	25%	15%	75%	25%			25%	100%
	2		2%	28%	14%	22%	18%	84%	4%	12%		16%	100%
	3	5,5%		20%	7,3%	14,6%	29,1%	76,4%	10,9%	10,9%	1,8%	24%	100%
IIIB	1			22,5%	30%	12,5%	12,5%	77,5%	22,5%			23%	100%
	2		2%	24%	20%	16%	6%	68%	18%	14%		32%	100%
	3	1,8%		9,1%	20%	5,50%		36,4%	34,5%	27,3%	1,8%	64%	100%
IVA	1			25%	17,5%	23%	15%	80%	20%			20%	100%
	2			2%	24%	36%	20%	82%	6%	12%		18%	100%
	3				23,6%	36,4%	30,9%	90,9%	3,6%	3,6%	1,8%	9%	100%
IVB	1			30%	17,5%	20%	17,5%	85%	15%			15%	100%
	2		6%	2%	12%	30%	16%	66%	20%	14%		34%	100%
	3		1,8%	1,8%	3,6%	7,3%	3,6%	18,2%	60%	18,2%	3,6%	82%	100%

Tabela 12: Resultado do teste 3, por nível de proficiência

Teste 3				
		Convergentes	Divergentes	TOTAL
GRUPO I	NÍVEL 1	37,5%	62,5%	100%
	NÍVEL 2	48,9%	51,1%	100%
	NÍVEL 3	87,1%	12,9%	100%
GRUPO II	NÍVEL 1	35%	65,0%	100%
	NÍVEL 2	59,7%	40,3%	100%
	NÍVEL 3	89,2%	10,8%	100%
GRUPO IIIA	NÍVEL 1	20%	80,0%	100%
	NÍVEL 2	29,1%	70,9%	100%
	NÍVEL 3	41,4%	58,6%	100%
GRUPO IIIB	NÍVEL 1	22,5%	77,5%	100%
	NÍVEL 2	20,6%	79,4%	100%
	NÍVEL 3	46,0%	54,0%	100%
GRUPO IVA	NÍVEL 1	20%	80,0%	100%
	NÍVEL 2	56,8%	43,2%	100%
	NÍVEL 3	86,5%	13,5%	100%
GRUPO IVB	NÍVEL 1	27,5%	72,5%	100%
	NÍVEL 2	51,1%	48,9%	100%
	NÍVEL 3	87,1%	12,9%	100%

Tabela 13: Estruturas convergentes e divergentes do teste 3, por nível de proficiência.

Iniciemos nossa análise com o grupo I (verbos ‘dar’, ‘ensinar’, ‘responder’, ‘telefonar’ e ‘contar’). Assim como nos demais testes, os participantes do nível 3 foram os que mais empregaram a preposição ‘para’, com 76,3% de ocorrência. Em seguida, estão os participantes do nível 2 (48%) e, por fim, os do nível 1 (37,5%) (cf. 91):

(91) João **deu** livros para os alunos carentes. (DA, 3)

A preposição ‘para’ foi a mais empregada em todos os níveis. No nível 3, observa-se, ainda, o uso da preposição convergente ‘a’ (cf. 92):

(92) Lucas **ensina** libras ao seu vizinho (HC, 3)

A convergência, portanto, é maior entre os estudantes de nível 3 e menor entre os do nível 1. Esses participantes deixaram algumas lacunas em branco, formando, deste modo, sentenças sem preposição. No entanto, o número de estruturas não preposicionadas (cf. 93),

nesse caso, não foi superior ao de estruturas com preposição – destacando-se o fato de que diversas preposições foram empregadas (cf. 94, 95):

(93) João **deu** livros _ os alunos carentes. (SK, 1)

(94) Maria **contou** o ocorrido com seu amigo. (FA, 1)

(95) Ariel **telefonou** de seu avô. (TS, 1)

A presença de preposições no nível 1, nesse teste, é um resultado distinto se comparado ao mesmo nível no teste 1, em que nenhuma preposição foi utilizada (com exceção do grupo IVA). Consideramos que o maior uso de preposições no teste 3 é decorrente da presença das preposições no comando do teste.

No grupo II (verbos ‘explicar’, ‘falar’, ‘dizer’, ‘prometer’ e ‘escrever’), a preposição ‘para’ também foi a mais empregada entre os participantes, presente, especialmente, nos dados do nível 3 (72,7% de ocorrência), seguidos do nível 2 e, por último, do nível 1 (cf. 96):

(96) A mãe **prometeu** um chocolate para a filha (KI, 3).

A convergência, portanto, apresenta a mesma ordem decrescente de ocorrência: nível 3 (89,2% de estruturas convergentes), nível 2 (59,7%) e nível 1 (35%). Além de ‘para’, foram utilizadas as preposições ‘a’ (níveis 2 e 3) e ‘com’ (todos os níveis), empregada com o verbo ‘falar’ (cf. 97).

(97) Eu **falei** com minha mãe que queria sair. (FA, 1)

Assim, no teste 3, observa-se, mais uma vez, que os grupos I e II apresentam o mesmo resultado, confirmando-se o efeito da interferência da L1, mediante a presença de Q(☐) a favorecer a aquisição da estrutura correspondente na língua alvo.

No grupo IIIA (verbos ‘zombar’, ‘cuidar’, ‘mandar’, ‘bater’ e ‘atirar’), a preposição ‘para’ foi mais empregada entre os estudantes do nível 2 (28%) (cf. 98). Os participantes dos níveis 1 e 3 apresentaram a mesma porcentagem da preposição ‘para’ (20%):

(98) Rafael **cuida** para seu cachorro (JR, 2)

Apesar de terem empregado mais a preposição ‘para’, os estudantes do nível 2 produziram mais estruturas convergentes do que os de nível 1, uma vez que os surdos do nível iniciante (nível 1), produziram mais sentenças sem preposição (cf. 99):

(99) Não devemos **bater** _ nossos filhos (ED, 2)

A maioria das construções convergentes é produzida no nível 3, com 41,4% de ocorrência (cf. 100):

(100) Muitos pais não **mandam em** seus filhos (CM, 3).

Resultado semelhante ocorre no grupo IIIB (verbos ‘ajudar’, ‘acusar’, ‘ver’, ‘vencer’, ‘abandonar’): a preposição ‘para’ é a mais empregada entre os estudantes do nível 2 e a menos empregada entre os do nível 3 (cf. 101), confirmando-se o efeito da interferência no nível 2, e o desenvolvimento linguístico pelo acesso aos dados do *input* da língua alvo no nível 3:

(101) As crianças **ajudaram para** o professor (JS, 2)

Na tabela da convergência, o resultado é distinto do grupo IIIA: o primeiro lugar continua com o nível 3 (46%). Os participantes do nível 1 e do nível 2 apresentam 22,5% e 20,6% de estruturas convergentes, respectivamente. A semelhança em relação à convergência nos níveis 1 e 2, conjugada com o uso de ‘para’ (não convergente) no nível 2 indica que o efeito da interferência da língua alvo se mantém ativo no nível básico (nível 2).

Assim como em IIIA, os participantes do nível 1 produziram mais estruturas sem preposição do que os de nível 2. Nesse caso, entretanto, essas estruturas são convergentes com o português (cf. 102) – o que sugere que a ausência de preposição no nível 1 pode ser considerada uma opção *default*:

(102) A **vítima** acusou o ladrão. (FN, 1)

No grupo IVA (verbos ‘pensar’, ‘gostar’, ‘precisar’, ‘concordar’, ‘confiar’), não houve ocorrência da preposição ‘para’ no nível 3. A ocorrência de ‘para’ foi maior entre os estudantes de nível 1 (25%) e bem menor entre os de nível 2 (apenas 2%) (cf. 103):

(103) Eu sempre **penso para** meus amigos (FN, 1)

Ao contrário dos demais testes, ‘para’ foi a preposição mais empregada entre os participantes de nível 1 nesse caso, o que sugere que, entre as preposições, a que parece estar mais evidente no *input* da língua alvo no nível inicial é a preposição ‘para’ – um resultado compatível com a hipótese da interferência, já que os resultados desse experimento mostram que a preposição ‘para’ é a que mais rapidamente e com mais sucesso é adquirida, o que se atribui à existência do morfema DIR na língua alvo.

Consequentemente, esse é o nível que produziu menos estruturas convergentes (20%). O primeiro lugar, mais uma vez, está com o nível 3 (86,5% de convergência) (cf. 104):

(104) Os idosos **precisam de** carinho. (CM, 3)

No grupo IVB (‘amar’, ‘comer’, ‘beber’, ‘ter’, ‘saber’), a preposição ‘para’ também foi a mais empregada entre os participantes do nível 1, com 30% de ocorrência. Nos níveis 2 e 3, essa preposição teve apenas 2% e 1,8% de ocorrência respectivamente (cf. 105):

(105) A turma **ama para** os professores da escola (ED, 1).

Como afirmado anteriormente, a presença das preposições no comando da questão pode ter influenciado os participantes em relação ao emprego desse elemento, uma vez que as construções preposicionadas superaram as não preposicionadas. A exceção se deu com os participantes do nível 3: esses aprendizes apresentaram mais sentenças sem preposição – consequentemente, foram esses participantes que mais produziram estruturas convergentes (cf. 106), enquanto os de nível 1, foram os que apresentaram maior divergência em relação ao PB (cf. 107):

(106) Ariel **comeu** macarrão no almoço. (FM, 3)

(107) Eu **bebo em** café todos os dias. (NR, 1)

Na subseção seguinte, faremos uma síntese dos resultados encontrados nos três experimentos.

4.3.2.4 Comparação entre os níveis de proficiência: síntese da análise

Para finalizarmos o capítulo 4, apresentamos a síntese da análise referente aos níveis de proficiência. Assim como fizemos na análise dos grupos, realizamos, nesta seção, uma comparação entre os testes 1, 2, e 3 e verificamos se os resultados estão de acordo com nossa hipótese (cf. quadro 9):

TESTE 1		
GRUPO	PARA	CONVERGÊNCIA
I	níveis 3 > 2	NÍVEIS 3 > 2 > 1
II	níveis 3 > 2	NÍVEIS 3 > 2 > 1
III A	NÍVEIS 3 > 2	NÍVEIS 2 > 1 > 3
III B	níveis 2 > 3	NÍVEIS 1 > 2 > 3
IV A	sem ocorrência	níveis 3 > 2 > 1
IV B	sem ocorrência	NÍVEIS 1/2 > 3
TESTE 2		
GRUPO	PARA	CONVERGÊNCIA
I	níveis 3 > 2 > 1	NÍVEIS 3 > 1 > 2
II	níveis 3 > 2 > 1	NÍVEIS 3 > 1 > 2
III A	NÍVEIS 2 > 1 > 3	NÍVEIS 3 > 1 / 2
III B	níveis 1 > 2 > 3	NÍVEIS 3 > 2 > 1
IV A	níveis 1 > 2 > 3	níveis 3 > 2 > 1
IV B	níveis 2 > 1 > 3	NÍVEIS 3 > 2 > 1
TESTE 3		
GRUPO	PARA	CONVERGÊNCIA
I	níveis 3 > 2 > 1	NÍVEIS 3 > 2 > 1
II	níveis 3 > 2 > 1	NÍVEIS 3 > 2 > 1
III A	NÍVEIS 2 > 3 > 1	NÍVEIS 3 > 2 > 1
III B	níveis 2 > 1 > 3	NÍVEIS 3 > 1 > 2
IV A	níveis 1 > 2 > 3	níveis 3 > 2 > 1
IV B	níveis 1 > 2 > 3	NÍVEIS 3 > 2 > 1
HIPÓTESE		
GRUPO	PARA	CONVERGÊNCIA
I	níveis 3 > 2 / (1)	níveis 3 > 2 > 1
II	níveis 3 > 2 / (1)	níveis 3 > 2 > 1
III A	níveis (1) / 2 > 3	níveis 3 > 2 > 1
III B	níveis (1) / 2 > 3	níveis 3 > 2 > 1
IV A	níveis 1/2/3	níveis 3 > 2 > 1
IV B	níveis 1/2/3	níveis 1/2/3

Quadro 9: Comparativo dos Testes, por nível de proficiência.

Na primeira coluna, designada como ‘PARA’, colocamos em quais níveis ocorre essa preposição. A ordem é decrescente, ou seja, inserimos, em primeiro lugar, o nível que apresenta mais estruturas com ‘para’. O mesmo é realizado na coluna seguinte, designada ‘CONVERGÊNCIA’: os níveis estão elencados, na célula, em ordem decrescente.

Quanto à HIPÓTESE, é preciso fazer algumas considerações. Primeiramente, como pode ser observado na coluna ‘PARA’, colocamos o nível 1 entre parênteses, porque a expectativa é que o uso da preposição esteja vinculado ao conhecimento do item, o que, por hipótese, não se verifica, ou tem manifestação muito reduzida, nesse nível. Outro ponto a destacar são as células que apresentam os níveis separados por barra (1/2/3), presentes nos grupos IVA e IVB – nesse caso, não atribuímos uma ordem para os níveis 1, 2 e 3, em relação às ocorrências. Na coluna ‘PARA’, a previsão é que não haja uma ordem nos grupos IVA e IVB, visto que, segundo a nossa hipótese, a ocorrência da preposição, nesses grupos, não é proveniente de interferência da libras (L1), pois os verbos de IVA e IVB são simples (não apresentando morfema direcional nem marcação de relação inclusiva (posse) associada ao argumento alvo). Na coluna CONVERGÊNCIA, também não atribuímos uma ordem no grupo IVB, pois, conforme já mencionado, acreditamos que as construções não preposicionadas sejam uma opção não marcada (*default*), disponibilizada pela Gramática Universal. Diferentemente, no grupo IVA, em que a estrutura preposicionada é uma opção marcada, foi possível prever uma ordem quanto à CONVERGÊNCIA com base na hipótese de que o uso da preposição é determinado por um mecanismo de compensação apoiado na estrutura léxico-conceitual do predicado e no conteúdo semântico da preposição – quanto maior a exposição aos dados do *input* maior a capacidade de operar com as propriedades citadas.

Por fim, o uso da caixa alta no interior das células na indicação dos níveis (NÍVEL 1, 2, 3) assinala divergência entre os resultados dos testes; células marcadas de rosa indicam um resultado que, a princípio, se distingue da hipótese inicial, reforçando a hipótese nula.

Iniciemos com os grupos I (verbos ‘dar’, ‘ensinar’, ‘telefonar’, ‘responder’, ‘contar’) e II (verbos ‘explicar’, ‘falar’, ‘dizer’, ‘prometer’, ‘escrever’), que apresentaram exatamente os mesmos resultados. Observando o quadro 9, percebemos que, na coluna ‘PARA’, não há distinção entre os três testes: essa preposição ocorre, em maior quantidade, entre os participantes do nível 3 – o que está de acordo com a hipótese alternativa. Além disso, a ordem decrescente entre os níveis 3 e 2 indica que há desenvolvimento linguístico, mediante o acesso ao *input* da língua alvo, um resultado esperado também. No teste 1, como previsto,

os estudantes do nível 1 não usaram preposição com os verbos dos grupos I e II (o que se atribui ao desconhecimento em relação aos elementos de ligação do PB como parte do repertório lexical estocado na memória). Diferentemente, nos testes 2 e 3, a preposição ‘para’ está presente nos dados do nível 1, o que atribuímos à natureza dos testes, em que a preposição ou é dada na estrutura ou é dada no comando da atividade (julgamento de gramaticalidade e preenchimento de lacunas).

Com relação à coluna CONVERGÊNCIA, observamos que no teste 2 (julgamento de gramaticalidade), o resultado é divergente em relação à hipótese alternativa, que prevê que os participantes com mais acesso ao *input* da língua alvo, produzam estruturas mais convergentes (ou seja, níveis $3 > 2 > 1$). A ordem da convergência no teste 2, entretanto, é $3 > 1 > 2$. Como informado na seção (4.3.2.2), apesar de terem aceitado mais sentenças com ‘para’ do que os do nível 1 (confirmando-se a hipótese alternativa), os participantes do nível 2 também aceitaram mais estruturas não preposicionadas e com as preposições inadequadas. Esse resultado sugere que os participantes do nível 2 demonstram efeito da interferência (positiva) em relação ao uso de ‘para’, mas, pelo maior contato com *input*, demonstram ter mais conhecimento das preposições do que os do nível 1, o que poderia ser a razão para a aceitação de um número mais diversificado de preposições nesse contexto, impactando assim o julgamento de gramaticalidade.

Com relação ao grupo IIIA (‘zombar’, ‘cuidar’, ‘atirar’, ‘mandar’, ‘bater’), há divergência em relação à hipótese, no teste 1, mas não nos testes 2 e 3. Analisemos, inicialmente, o resultado referente ao uso da preposição ‘para’. De acordo com nossa hipótese, devido à interferência (negativa) do morfema DIR na estrutura do verbo da L1, deveria haver maior emprego da preposição ‘para’ no nível 2 do que no nível 3, assumindo-se a hipótese do desenvolvimento linguístico pelo acesso ao *input* linguístico. No entanto, no teste 1, os participantes do nível 3 demonstraram o efeito da interferência de forma mais robusta do que os do nível 2. Nesse sentido, a conclusão é que o efeito negativo da interferência persiste até o nível 3 (no sentido de a preposição ‘para’ ser encontrada nos dados) – ou seja, 2 e 3 poderiam ser amalgamados em relação à hipótese da interferência (negativa). De fato, o teste 1, por ser de produção espontânea de sentença, não apresenta nenhum indício de que alguma preposição deveria ser empregada. Como os participantes do nível 3 têm mais conhecimento dos itens que integram a classe das preposições, por um lado, e diante da interferência (negativa) do morfema DIR, por outro, é possível supor que essa categoria tenha sido mais empregada por eles do que pelos demais – conforme se depreende

da tabela 8, o nível 3 é o que apresenta mais estruturas preposicionadas no teste 1, com exceção do grupo IVB). Consequentemente, a chance da preposição ‘para’ ocorrer é maior nesse grupo.

Com relação à convergência, a hipótese prevê que o número de sentenças convergentes será maior no nível 3 do que nos demais níveis – resultado observado apenas nos testes 2 e 3. No teste 1, a ordem se inverte, ficando o nível 3 em último lugar. Esse resultado reflete o maior uso de ‘para’ nesse contexto, já discutido anteriormente. Cabe apenas observar que um dos motivos para a precedência de 2, e de 1, em relação a 3 é o fato, já comentado na subseção anterior, de que foi aceito como ‘gramatical’ o uso do verbo ‘zombar’ sem preposição.

Nos testes 2 e 3, em que a preposição é fornecida, seja na estrutura sintática, seja no comando da atividade, obtém-se o efeito esperado na hipótese, já que os participantes do nível 3 apresentam número menor de ocorrência de ‘para’ do que os demais níveis. Nesse caso, confirma-se a hipótese de que o maior acesso aos dados do *input* da língua alvo, por parte dos estudantes do nível leva ao desenvolvimento linguístico.

No grupo IIIB (verbos ‘ajudar’, ‘acusar’, ‘ver’, ‘vencer’, ‘abandonar’), também observamos divergência entre os testes e com relação à hipótese. No que se refere ao uso da preposição ‘para’, percebe-se que o resultado está de acordo com a hipótese nos três testes: o nível 2 empregou/aceitou mais a preposição ‘para’. A posição do nível 1 oscila entre os testes, mas não analisamos esse ponto, visto que não estamos considerando a participação dos estudantes desse nível. Já no quesito convergência, o nível 3 apresenta maior convergência nos testes 2 e 3, confirmando a nossa hipótese. Apenas o teste 1 foge a esse padrão por um motivo simples: os participantes do nível 1 não empregaram nenhuma preposição – consequentemente, produziram estruturas convergentes. Por fim, observa-se, ainda que os participantes do nível 1 produziram mais estruturas convergentes do que os de nível 2 no teste 3. Acreditamos, como já informado, que o maior conhecimento da classe das preposições pelos estudantes de nível 2 possa os ter levado a produzir mais estruturas preposicionadas, formando, portanto, construções divergentes do PB.

O grupo IVA (verbos ‘pensar’, ‘gostar’, ‘precisar’, ‘concordar’, ‘confiar’) não apresenta diferença nem entre os testes, nem com relação à hipótese. Não atribuímos uma ordem dos níveis para a ocorrência de ‘para’, pois, como já informado, não consideramos que a presença dessa preposição seja proveniente de interferência da L1. Quanto à convergência, em todos os testes a ordem está conforme a hipótese: níveis 3, 2 e 1.

Para finalizar, analisemos o grupo IVB (verbos ‘amar’, ‘comer’, ‘beber’, ‘ter’, ‘saber’). Como já explanado, também não atribuímos, uma ordem dos níveis, em função da hipótese, seja na ocorrência da preposição ‘para’, seja em relação à convergência. A diferença apresentada em IVB se dá apenas entre os testes: enquanto a convergência é maior no nível 3, nos testes 2 e 3, é o nível 1 quem lidera a convergência no teste 1. A explicação para esse resultado é idêntica à do grupo IIIB – o nível 1 não produziu nenhuma sentença preposicionada, logo, apresentou 100% de convergência.

Assim, apesar de alguns dados inesperados, verificamos que, em geral, são os participantes do nível intermediário (nível 3) os que mais apresentam respostas convergentes com o PB. Do mesmo modo, os participantes do nível 2 são os que apresentam mais interferência da L1, no que diz respeito ao uso da preposição ‘para’ associada ao morfema DIR (ou à presença do núcleo relacional associado ao argumento alvo). Já os participantes do nível 1 não apresentam preposições nos dados, uma vez que desconhecem essa categoria – as preposições só ocorrem quando apresentadas previamente.

4.3.3 Análise estatística: verificando a hipótese da interferência da L1

Os resultados do teste 1 foram submetidos a um tratamento estatístico, conforme detalhado a seguir⁸⁷. Tendo em vista o foco do trabalho em relação ao uso da preposição ‘para’, foi codificada a variável dependente ‘uso de PARA’, em relação aos grupos de verbos e ao ‘nível de proficiência’. Considerando a ausência categórica de PARA nos grupos IVA e IVB, esses grupos foram retirados da análise. Conforme mencionado anteriormente, a ausência de PARA nesses grupos confirma a hipótese no sentido de vincular a variável examinada às propriedades formais do predicado em que ocorre, a saber o traço P/Q(⊆) (ausente nos verbos dos grupos IVA e IVB).

Nesse sentido, a verificação da hipótese alternativa para a variável ‘uso de PARA’ em relação aos grupos de verbos (a saber I, II, IIIA e IIIB), consistiu na comparação entre os grupos, tendo em vista a hipótese de que a presença do traço P/Q(⊆) favoreceria o uso de ‘para’. A previsão era a de que haveria dependência entre os grupos no que se refere ao favorecimento do uso de ‘para’ na presença do traço P/Q(⊆). Essa dependência seria

⁸⁷ A escolha pelo teste 1 se deu pelo fato de se tratar do teste que envolve uso espontâneo da preposição. Consideramos que essa situação é a mais representativa em relação ao conhecimento linguístico dos falantes por não envolver o fornecimento prévio dos itens lexicais relevantes.

explicada em função da hipótese da interferência da L1 na presença de P/Q(⊆) no verbo da L1. Considerando-se as possibilidades lógicas de combinação (excluindo-se as que não se aplicam por envolver grupos idênticos), e aplicando-se o teste do qui quadrado (em que p-valor menor que 0,05 rejeita a hipótese nula), constatou-se o seguinte:

- ✓ GRUPO I – GRUPO II: resultado 0 – rejeitada a hipótese nula, confirma-se a dependência estatística entre os grupos;
- ✓ GRUPO I – GRUPO IIIA: resultado 0,0144 – rejeitada a hipótese nula, confirma-se a dependência estatística entre os grupos;
- ✓ GRUPO I – GRUPO IIIB: resultado 0,8976 – hipótese nula não rejeitada, não há dependência entre os grupos;
- ✓ GRUPO II – GRUPO IIIA: resultado 0,0069 – rejeitada a hipótese nula, confirma-se a dependência estatística entre os grupos;
- ✓ GRUPO II – GRUPO IIIB: resultado 1,0000 – hipótese nula não rejeitada, não há dependência entre os grupos;
- ✓ GRUPO IIIA – GRUPO IIIB: resultado 0,7066 – hipótese nula não rejeitada, não há dependência entre os grupos.

Os casos em que se confirma a dependência entre os grupos indicam que a variável ‘uso de PARA’ é favorecida em função da hipótese alternativa segundo a qual existe interferência da L1, pela presença do traço P/Q(⊆) na estrutura do predicado. De fato, nos grupos I-II, I-IIIA, II-IIIA, o traço P/Q(⊆) está presente na L1, seja por meio do núcleo DIR (verbos de concordância em I, IIIA), seja no DP pronominal (verbo simples bitransitivo em II). Em particular, verificou-se que a presença do traço P/Q(⊆) (lexicalizado por DIR) no grupo IIIA é consistente com os índices observados no grupo I, em que o mesmo traço é encontrado, e no grupo II, em que o traço não é lexicalizado por DIR, mas é vinculado ao DP pronominal na estrutura bitransitiva do predicado.

Os casos em que a hipótese nula não é rejeitada, ou seja, em que não se verifica dependência entre os grupos, a saber I-IIIB, II-IIIB, IIIA-IIIB suscitam considerações adicionais. Considerando-se primeiramente os dois primeiros casos (I-IIIB e II-IIIB), verificou-se que a presença do traço P/Q(⊆) (lexicalizado por DIR) no grupo IIIB não se mostrou consistente com os índices encontrados para o grupo I, em que o mesmo traço é encontrado, e no grupo II, em que o traço não é lexicalizado por DIR, mas é vinculado à

estrutura bitransitiva do predicado. A expectativa seria a consistência e não a inconsistência da relação de IIIB com os grupos I e II. No entanto, é relevante observar que IIIB na língua alvo não seleciona preposição. Conforme mencionado anteriormente, consideramos que a ausência da preposição, nesse grupo, indica que a língua não seleciona a opção marcada para realizar o predicado, manifestando-se a opção *default*. Essa opção estaria disponível na GU, sempre que não houvesse evidência suficiente no *input*. Essas observações se aplicam também ao resultado da relação entre os grupos IIIA-IIIB.

Em relação à variável nível de proficiência, o resultado confirma a hipótese alternativa, a saber: quanto maior a exposição aos dados do *input* da língua alvo, menor a interferência da L1. Para essa análise, adotou-se a análise de variância simples, ANOVA de um fator, utilizada para comparar variáveis que têm mais de duas categorias, como é o caso da variável nível, que assumiu os valores 1, 2, 3. A hipótese nula estabelece que as médias dos resultados em cada nível são as mesmas. Se o p-valor for inferior a 0,05, a hipótese nula é rejeitada, então há diferenças estatisticamente relevantes entre os níveis; se o p-valor for maior que 0,05, então não há indícios de que haja diferenças estatisticamente relevantes entre os níveis. Excluindo-se os grupos IVA e IVB, em que se verifica a ausência categórica de PARA, os resultados são os seguintes em relação aos grupos de verbos testados:

- ✓ Grupo I: 0,0
- ✓ Grupo II: 0,0
- ✓ Grupo IIIA: 0,002
- ✓ Grupo IIIB: 0,3198

Os grupos I, II, IIIA rejeitam a hipótese nula, confirmando-se o efeito do acesso ao *input* em relação à interferência da L1— pressupondo-se razão direta entre o tempo de exposição e os níveis de proficiência. Como no teste anterior, o Grupo IIIB não rejeita a hipótese, o que se atribui ao fato de os verbos desse grupo na língua alvo não selecionarem preposição, o que constitui a opção *default*, disponibilizada pela GU.

Capítulo 5

Considerações finais

Neste trabalho, investigamos a aquisição do português escrito como segunda língua (L2), por surdos que têm a libras como L1, focando, particularmente, na aquisição do complemento dativo. Defendemos a hipótese de que os verbos de concordância em libras interferem positivamente na aquisição do dativo no português brasileiro (PB), uma vez que assumimos que, na estrutura morfossintática desses verbos, há um morfema correlato às preposições dativas do PB.

Para realizarmos nossa investigação, orientamos a discussão para duas questões principais: (i) o complemento dos verbos de concordância em Libras, presente na estrutura de concordância, pode ser analisado como complemento dativo nessa língua? Essa análise é idêntica tanto para verbos de concordância bitransitivos como para verbos de concordância monotransitivos?; e (ii) os verbos de concordância interferem na aquisição das construções dativas do português? Que propriedades são transferidas da libras para a interlíngua?

O capítulo 2 voltou-se à análise do primeiro ponto. Nesse capítulo, apresentamos as características do complemento dativo no PB, e nas línguas orais (LOs) em geral, para examinarmos se essas propriedades estão presentes nas estruturas com verbos de concordância da libras. Embora a sintaxe do dativo tenha sido objeto de inúmeros estudos, optamos por orientar a discussão para a ocorrência do complemento dativo com verbos bitransitivos ou monotransitivos nas LOs, e para o debate sobre a unificação entre os complementos dativos e as estruturas de marcação diferencial do objeto (*DOM/ Differential Object Marking*). Tal recorte se justificou pela presença em libras de estruturas marcadas com propriedades comparáveis aos dativos das LOs, tanto com verbos bitransitivos quanto com verbos monotransitivos – os chamados verbos de concordância.

Para tanto, apresentamos, inicialmente, três análises recentes que buscam caracterizar e explicar o complemento dativo, considerando verbos bitransitivos e monotransitivos. A primeira abordagem foi a que adota a hipótese do núcleo aplicativo (MARANTZ, 1993; PYLKKÄNEN, 2002; CUERVO, 2003; TORRES MORAIS, 2006, MCFADDEN, 2006).

Essa proposta defende que o argumento alvo de uma construção de objeto duplo (DOC) em inglês, tradicionalmente classificado como acusativo, é um complemento adicional, não-nuclear, que não é selecionado pelo verbo, mas sim, pelo núcleo aplicativo, este, por sua vez, selecionado pelo verbo. Em línguas como o espanhol, o romeno e o português europeu (PE), o argumento alvo de DOC também é licenciado pelo núcleo aplicativo (gerado no especificador desse núcleo), distinguindo-se das estruturas do inglês por apresentar um pronome clítico dativo exclusivo (no português, *lhe*) ou uma preposição *dummy* introdutora do DP pleno (no português, *a*), responsável pela marca de Caso dativo no DP, na estrutura morfofonológica. No nível da sintaxe, a estrutura de objeto duplo é então encontrada não só em línguas como o inglês, mas também nas línguas românicas citadas (sendo a marcação de caso um fenômeno interpretável em PF).

Nesse sentido, construções preposicionadas do PB como “Eu dei um livro para ela” não apresentam complemento dativo, uma vez que ‘para’ não é uma preposição *dummy*, e a sentença não se caracteriza por ser uma construção DOC. Entende-se, portanto, que as estruturas bitransitivas do PB apresentam um complemento oblíquo (TORRES-MORAIS, 2006; TORRES-MORAIS; SALLES, 2010). No caso do verbo monotransitivo, a proposta é semelhante: o dativo não é complemento do verbo, mas sim, gerado pelo núcleo aplicativo. Uma vez que esses argumentos apresentam as mesmas propriedades, a saber, recebem marcação exclusiva no nível morfofonológico e são interpretadas como alvo e marcadas pelo traço de animacidade, devem ser selecionados pelo mesmo núcleo aplicativo (MCFADDEN, 2006).

Uma questão recorrente na análise de construções de objeto duplo é verificar se existe simetria ou assimetria em relação às propriedades sintáticas desses complementos. Por essa razão, apresentamos o estudo de Levin (2006), que propõe mostrar as propriedades que caracterizam o complemento dativo como tal, em oposição ao complemento na estrutura de objeto duplo. Apesar de ser tradicionalmente classificado como complemento acusativo, Levin demonstra que o argumento alvo de DOC é um dativo, visto que esse complemento, assim como o DP dativo com a marca morfológica (sufixo de caso ou preposição *dummy*) compartilham certas propriedades. Inicialmente, a autora argumenta, de acordo com Siewierska (1998 *apud* LEVIN, 2006), que o DP alvo de DOC e o DP com marca morfológica de dativo estão em distribuição complementar: ou a língua apresenta marca de dativo no DP, ou apresenta uma construção de objeto duplo. Além disso, Levin (2006)

demonstra que diversas restrições encontradas em sentenças com DP dativo também estão presentes nas construções de objeto duplo.

Por fim, a autora defende que nem todas as propriedades do objeto direto podem ser encontradas no argumento alvo de DOC. Levin conclui que o primeiro objeto da DOC em inglês equivale a um argumento dativo ainda que não apresente marca morfológica dativa. Consideramos então que a análise de Levin apresenta evidências conclusivas para a distinção formal entre o argumento alvo o argumento tema na estrutura do predicado, no que se refere às propriedades sintáticas e semânticas. Buscamos, a partir dos testes propostos, fazer uma comparação com libras. No entanto, devido às diferenças paramétricas e, sobretudo, no nível da modalidade, não foi possível aplicar todos os testes (sintáticos). Com essa conclusão (parcial), avançamos no sentido de aprofundar a hipótese de unificação entre estruturas dativas com predicados bitransitivos e monotransitivos.

Passamos então à apresentação do terceiro e último modelo de análise, proposto por Manzini; Franco (2016) e Manzini et al. (2017), em que, ao invés do núcleo funcional aplicativo, é postulado o núcleo de inclusão $P(\subseteq)$ ou $Q(\subseteq)$, com estatuto lexical, por suas propriedades interpretáveis/ predicativas. Esse núcleo é projetado diretamente do léxico (inserção precoce) e pode ser lexicalizado por um morfema flexional de caso, por uma categoria pronominal exclusiva, ou por uma preposição dativa, marcada para essa propriedade relacional. No caso de verbos bitransitivos, a relação se dá entre o argumento tema (possuído) e o argumento interpretado como possuidor. Nesse sentido, o verbo bitransitivo seleciona uma predicação, cujo núcleo é $P/Q(\subseteq)$: P diz respeito aos dativos introduzidos por preposição, Q, aos pronomes, que apresentam marca morfológica dativa e (\subseteq) representa o conteúdo de inclusão (parte-todo), típico do caso dativo.

Com relação aos dativos monotransitivos, os autores defendem que esses predicados também selecionam um núcleo relacional do tipo $P/Q(\subseteq)$. Os autores chamam a atenção para o fato de que alguns verbos monotransitivos com complemento dativo, em algumas línguas, se comportam como predicados simples em outras línguas – por exemplo, ‘ajudar’ seleciona acusativo em italiano e em português, mas dativo em latim e alemão; ‘telefonar’ é dativo em italiano e português, mas acusativo em inglês. Diante disso, propõem que, no caso dos complementos dativos, a relação se dá entre o argumento interno (interpretado como alvo) e uma categoria nominal realizada como constituinte na estrutura do evento – uma hipótese que vincula a transitividade à realização sintática do evento em uma estrutura em camada [*v*-VP] (cf. Chomsky 1995) (‘Ele telefonou para mim’/ ‘Ele deu um telefonema para mim’).

De acordo com os autores, as estruturas não dativas ocorrem porque o complemento desses verbos não é sensível à presença de subeventos em sua estrutura eventiva. A propriedade de selecionar o complemento dativo, portanto, não seria fixada pela Gramática Universal, pois estaria sob variação.

Consideradas as três abordagens acima, adotamos a proposta do núcleo P/Q(\subseteq) para representar as construções dativas e passamos para análise dos verbos de concordância em libras, com o intuito de verificar se esses verbos podem selecionar um complemento dativo. Inicialmente, apresentamos a distinção entre verbos simples e de concordância, conforme propõem Quadros (1999) e Quadros; Karnopp (2004) para a libras, mostrando que o fenômeno da concordância nas línguas de sinais (LS) está restrito a um conjunto de verbos, havendo variação translinguística em relação a quais verbos assumem essa realização. Conforme demonstrado na literatura, esses verbos são assim analisados por apresentarem um tipo de concordância sintática, realizada por meio de um movimento que parte de um ponto no espaço, que identifica o argumento realizado como sujeito, e realiza uma trajetória em direção a um ponto que identifica o argumento realizado como objeto. Distinguem-se de verbos simples (que não apresentam movimento direcional associado ao sujeito e ao objeto). Alguns estudos distinguem ainda os verbos espaciais (em que o movimento direcional está orientado para argumentos locativos), o que não foi objeto de análise em nosso estudo.

Em seguida, investigamos, especificamente, o argumento interno dos verbos de concordância bitransitivos e monotransitivos para verificar qual seria a realização sintática desse complemento. Apresentamos duas abordagens distintas na literatura referente às LS. A primeira defende que os verbos de concordância bitransitivos e monotransitivos são sintaticamente e semanticamente idênticos (Padden, 1983; Meir, 2002 e Rathmann; Mathur, 2002), mediante o critério unificador que identifica a orientação da mão com um papel temático de fonte e a função sintática de objeto; a outra considera que esses argumentos são sintática e semanticamente distintos (Janis, 1995; Quadros; Quer, 2008, 2010), uma vez que a vinculação com o papel temático não se sustenta no caso dos verbos de concordância reversos, em que a orientação do movimento pode partir de um argumento tema. Adotamos (parcialmente) a primeira abordagem e consideramos que os verbos de concordância bitransitivos e monotransitivos selecionam um complemento dativo, manifestando, portanto, as mesmas propriedades sintáticas e semânticas, embora isso não exclua que o movimento direcional se manifeste em outras estruturas sintáticas (como no caso dos verbos reversos e espaciais, que não foram analisados neste estudo),

Deste modo, verbos de concordância e verbos simples apresentariam estruturas sintáticas distintas: enquanto o complemento dos verbos de concordância seria selecionado pelo núcleo $Q(\underline{\quad})$, o complemento do verbo simples seria licenciado pelo próprio verbo. A exceção se daria com os verbos bitransitivos simples, cujo complemento seria licenciado por um núcleo $Q(\underline{\quad})$ sem manifestação fonológica.

Finalizada essa questão, passamos ao capítulo 3, que se voltou para a segunda pergunta de nossa pesquisa: os verbos de concordância interferem na aquisição das construções dativas do português? Que propriedades são transferidas da libras para a estrutura da interlíngua? Para darmos conta dessa questão (que foi testada experimentalmente no capítulo 4), apresentamos as teorias referentes à aquisição de primeira língua (L1) e segunda língua (L2). Com relação à aquisição de L1, adotamos a hipótese inatista de Chomsky, que argumenta a favor de uma faculdade de linguagem, inata aos seres humanos. O estado mental inicial do processo de aquisição é representado pela Gramática Universal, que contém os princípios comuns às línguas e os parâmetros que diferenciam as diversas línguas existentes. Quando todos os parâmetros são marcados, a aquisição de L1 está concluída. Nesse sentido, as mesmas etapas da aquisição de L1 que ocorrem com uma criança ouvinte, também acontecem com uma criança surda, desde que ela tenha acesso ao *input* adequado, na modalidade visual espacial.

Com relação à aquisição de L2, adotamos a proposta que considera o papel da Gramática Universal, bem como da primeira língua nesse processo. Essa abordagem, conhecida como “Hipótese do Acesso Parcial”, entende que na aquisição de L2, a L1 é o estado mental inicial, diferenciando-se, assim, da hipótese do “Acesso Total à GU”, que não leva em conta a participação da primeira língua na aquisição de L2. Deste modo, no início da aquisição de L2, o aprendiz tem acesso, exclusivamente, aos parâmetros da L1. Para acessar os parâmetros que se distinguem da L1, o aprendiz recorre à Gramática Universal. Entretanto, por imposição do *design*, o acesso à GU está restrito aos traços interpretáveis, conforme proposta de Tsimpli (2003) e Tsimpli; Mastropavlou (2007).

Ao final do Capítulo, discutimos, ainda, as características do processo de aquisição de escrita, que constituiu objeto de estudo desse trabalho, uma vez que o surdo, por suas características perceptuais, desenvolve o conhecimento da LO por meio de sua representação gráfica, que é a escrita. Adotamos a hipótese de que a Gramática Universal também está presente na aquisição de escrita, seja de primeira ou de segunda língua (KATO, 1990; LILLO-MARTIN, 2008).

Considerando as teorias explanadas, apresentamos, ao final do capítulo, a nossa proposta de análise para aquisição do argumento dativo por surdos aprendizes de português (escrito) como L2. De acordo com a “Hipótese do Acesso Parcial” propomos que a aquisição de segunda língua por surdos será intermediada pela L1 desses indivíduos, no caso em análise, a libras. Por hipótese, as construções dativas do português brasileiro e as sentenças com verbos de concordância em libras compartilham propriedades em sua estrutura sintática: ambas selecionam um núcleo P/Q($\underline{\quad}$), responsável pelo licenciamento do argumento alvo/dativo, lexicalizado por um morfema dedicado na língua. A nossa hipótese de trabalho foi que a presença do núcleo P/Q($\underline{\quad}$) em libras interfere na aquisição das preposições dativas do português (L2), particularmente a preposição ‘para’. Assim, a previsão foi que as preposições (em particular ‘para’) seriam mais empregadas quando o verbo do PB correspondesse a um verbo que selecionasse o traço/ núcleo Q($\underline{\quad}$) em libras (que seria lexicalizado por DIR, na estrutura do verbo de concordância), e menos empregadas no caso dos verbos simples. No caso específico das construções bitransitivas com verbos simples, que não apresentam DIR, consideramos que o argumento alvo é marcado para o traço de inclusividade P/Q($\underline{\quad}$), na relação com a estrutura léxico-conceitual do predicado, que também interfere na aquisição das preposições.

No capítulo 4, apresentamos e analisamos os dados de nosso experimento, no intuito de verificarmos a nossa hipótese de trabalho. Inicialmente, apresentamos os tipos de testes realizados - produção eliciada, teste de gramaticalidade e preenchimento de lacunas. Em cada experimento, foram testados 30 verbos, divididos em seis grupos distintos, a saber: Grupo I: verbos com complemento dativo no PB – verbos de concordância em libras (‘dar’, ‘ensinar’, ‘telefonar’, ‘responder’, ‘contar’); Grupo II: verbos com complemento dativo no PB – verbos simples em libras (‘explicar’, ‘falar’, ‘dizer’, ‘prometer’, ‘escrever’); Grupo IIIA: verbos com complemento não dativo no PB (preposicionados) – verbos de concordância em libras (‘zombar’, ‘cuidar’, ‘atirar’, ‘mandar’, ‘bater’); Grupo IIIB: verbos com complemento não dativo no PB (não preposicionados) – verbos de concordância em libras (‘ajudar’, ‘acusar’, ‘ver’, ‘vencer’, ‘abandonar’); Grupo IVA: verbos com complemento não dativo no PB (preposicionados) – verbos simples em libras (‘pensar’, ‘gostar’, ‘precisar’, ‘concordar’, ‘confiar’); Grupo IVB: verbos com complemento não dativo no PB (não preposicionados) – verbos simples em libras (‘amar’, ‘comer’, ‘beber’, ‘ter’, ‘saber’).

Os participantes do experimento foram selecionados como a seguir: 29 indivíduos com grau de surdez profundo ou severo, com idade entre 21 e 37 anos, divididos em três níveis de proficiência do PB: iniciante (nível 1), básico (nível 2) e intermediário (nível 3). A proficiência foi definida em função do acesso ao *input* da língua alvo, tendo-se como base o tempo de escolarização, por um lado, e características do desempenho linguístico, selecionadas previamente.

Em seguida, passamos ao resultado dos três testes, dividindo nossa análise em duas frentes: (i) apreciação dos dados gerais, fazendo-se um comparativo de cada grupo de verbos; (ii) investigação do resultado considerando-se o nível de proficiência dos participantes.

Na análise do item (i), realizada na subseção 4.3.1, investigamos três pontos especificamente: (a) ocorrência de preposições em geral, (b) ocorrência da preposição ‘para’, (c) ocorrência de estruturas convergentes. O objetivo dessa análise foi verificar a interferência do tipo de verbo em libras na aquisição das preposições do PB. De acordo com nossa hipótese, a presença de Q(⊆) (representado por DIR) nos verbos de concordância, interfere na aquisição das preposições; e as estruturas sintáticas similares nas duas línguas favorecem a convergência. Esses pontos foram avaliados nos três testes aplicados e, no final dessas análises, realizamos uma comparação entre os testes para verificarmos nossa hipótese.

Os resultados quantitativos mostraram que a presença do núcleo Q(⊆) em libras manifesta-se, na interlíngua, pela presença da preposição ‘para’, que ocorre, especialmente, com verbos dos grupos I, II, IIIA e IIIB (que apresentam concordância em libras). Com relação à convergência, observamos que os grupos I e II apresentaram um elevado índice de estruturas convergentes, o que pode ser explicado pela similaridade sintática do português e da libras – já que, em ambas as línguas, está presente o núcleo Q(⊆) (interferência positiva).

No entanto, alguns participantes utilizaram a preposição ‘para’ (além de outras preposições), com verbos dos grupos IIIA (‘zombar’) e IIIB (‘ajudar’), o que foi analisado como um tipo de interferência negativa, pelo fato de serem verbos de concordância em libras (com o morfema DIR), mas a presença da preposição correspondente ‘para’ não é gramatical no português. Em particular, nos verbos do grupo IIIA do PB, o complemento é marcado como locativo, enquanto nos verbos do grupo IIIB, o complemento é direto, ou seja, o português não adota a estrutura dativa.

Os grupos IIIB (‘ajudar’) e IVB (‘amar’) também apresentaram muitas estruturas convergentes (nesse caso, sem preposição), pois, acreditamos que esse tipo de estrutura é a

opção *default*. Inversamente, no grupo IVA ('pensar'), a presença da preposição é uma opção *marcada* na língua, e o desenvolvimento linguístico requer alta exposição ao *input* linguístico, bem como a adoção de estratégia de compensação (baseadas em propriedade semântica), uma vez que se trata de um verbo simples na L1, em que a relação com o complemento é direta.

Finalizado esse item, passamos, na subseção 4.3.2, para a análise dos dados, considerando o nível de proficiência dos participantes (item ii), a fim de verificar em que nível a interferência da L1 e a convergência com o PB são maiores. Para essa análise focamos apenas na presença da preposição 'para' e das estruturas convergentes com o PB. A hipótese é que, nos níveis iniciais da aquisição, a interferência da L1 seja maior, enquanto nos níveis finais, mediante o acesso consistente ao *input* da língua alvo, ocorra maior convergência, a que se acrescentam as situações de interferência, que podem ser positivas ou negativas, como passamos a expor. Com relação ao nível 1 (iniciante), particularmente, assumimos que as estruturas preposicionadas estejam ausentes (ou em número reduzido) devido ao acesso insuficiente aos dados do *input* da língua alvo por parte desses estudantes.

Todos esses pontos foram investigados nos testes 1, 2 e 3 e, ao final, realizamos uma comparação entre os três testes. Verificamos que, com relação à interferência da L1, a hipótese se sustenta, uma vez que observamos que os estudantes do nível 2 utilizaram mais 'para' do que os de nível 3 em construções não convergentes que correspondem a verbos de concordância em libras (grupos IIIA e IIIB), enquanto os estudantes de nível 1 usaram poucas preposições, pois desconhecem esses elementos de ligação. Já os estudantes de nível 3 foram os que mais produziram estruturas convergentes com o PB.

Na última seção do capítulo, realizamos a análise estatística referente ao resultado do teste 1, uma vez que esse teste envolve uso espontâneo de preposição. Os resultados quanto à variável 'uso da preposição PARA' foram analisados em termos da relação binária entre os grupos I, II, IIIA e IIIB para verificar se a presença do traço P/Q(⊆) favoreceria o uso dessa preposição. A previsão era a de que haveria dependência entre os grupos no que se refere ao favorecimento do uso de 'para' na interlíngua, na presença do traço P/Q(⊆). A dependência entre os grupos seria explicada em função da hipótese da interferência da L1 na presença de P/Q(⊆) – presente nos verbos dos grupos dos I, II, IIIA e IIIB da L1. Aplicando-se o teste do qui-quadrado, verificou-se que a dependência é estatisticamente significativa para os grupos I-II, I-IIIA, II-IIIA. A rejeição da hipótese alternativa para a relação entre os grupos I-IIIB, II-IIIB e IIIA-IIIB é explicada pela ausência de preposição na

língua alvo, no grupo IIIB, manifestando-se a opção *default* (V+OD). Com relação à análise dos níveis de proficiência, confirmou-se a hipótese de que quanto maior a exposição aos dados do *input* da língua alvo, menor a interferência da L1. Esse resultado foi confirmado nos grupos I, II e IIIA, em que as médias dos resultados em cada nível em relação ao uso de PARA mostrou significância estatística no teste ANOVA, mas não no grupo IIIB, em que, conforme mencionado, a língua alvo seleciona a opção *default*.

Os resultados obtidos no âmbito desta tese permitem concluir em relação aos seguintes pontos: (i) as estruturas preposicionadas constituem dificuldade na aquisição de português por surdos, o que se evidencia pela diversidade de estruturas em que ocorrem; (ii) as estruturas com verbos de concordância em libras manifestam propriedades que podem ser alinhadas com as estruturas preposicionadas do português, mediante algumas propriedades, particularmente em relação à sintaxe do dativo; (iii) a Gramática Universal provê categorias formais para a estruturação da complementação verbal, que podem ser analisadas em função dos tipos de verbos, e em termos da oposição entre processos *default* e processos marcados, com implicações para o processo de aquisição de língua.

Esperamos que as conclusões, ainda que preliminares, possam avançar no sentido de aprofundar o entendimento das propriedades das línguas de sinais, em confronto com as línguas orais, com ênfase nas questões relacionadas à modalidade, e tendo por pressuposto a hipótese da Gramática Universal. Além disso, esperamos contribuir para o desenvolvimento de estratégias didático-pedagógicas que deem suporte ao ensino de português (e de outras línguas) para surdos no ambiente educacional.

Referência Bibliográfica

ANAGNOSTOPOULOU, Elena. 2003. *The Syntax of Ditransitives. Evidence from clitics*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter.

AISSSEN (2002) Differential object marking: iconicity vs. economy. In: *Natural Language & Linguistic Theory* 21(3). 435-483.

AMO LIBRAS Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8Bulk4GwWCc>> acesso em 26 de novembro de 2018).

ARONOFF, M.; MEIR, I.; SANDLER, W. (2005). “The Paradox of Sign Language Morphology”. In: *Language* 81, 2005, 301-344.

BAKER, M. (1988). *Incorporation*. Chicago: University of Chicago Press.

BAKER, M.; NADYA V. (2010). “Two Modalities of Case Assignment: Case in Sakha”. In: *Natural Language & Linguistic Theory* 28(3). 593-642.

BECHARA, E. (2004) *Moderna Gramática Portuguesa*. 42ª edição. RJ, Lucerna.

BLEY-VROMAN, R. (1990). “The Logical Problem of foreign language learning” In *Linguistic Analysis*, volume 20, number 1-2, 3-49

BLEY-VROMAN, R. (1990). “The Logical Problem of foreign language learning” In *Linguistic Analysis*, volume 20, number 1-2, 3-49

BRESNAN, J; MOSHI, L. (1990) “Object Asymmetries in Comparative Bantu Syntax”. In *Linguistic Inquiry*, Vol. 21, No. 2 (Spring, 1990), pp. 147-185

CAPOVILLA ET AL (2012). NOVO DEIT-LIBRAS: *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira*. Vol. 1. 2. ed. Editora EDUSP.

CHAN-VIANNA, A.C. (2003). *Aquisição de português por surdos: estruturas de posse*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Brasília, Brasília.

CHOMSKY, N. (1959) Review of Skinner. *Language*, 35. pp. 26-58

- _____. (1981). *Lectures on government and binding*. Foris, Dordrecht.
- _____. (1986). *O Conhecimento da Língua – sua natureza, origem e uso*. Trad. Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves (1994). Lisboa: Caminho.
- _____. (1995). *O Programa Minimalista*. Trad. Eduardo Paiva Raposo. Cambridge MA: MIT Press.
- _____. (2000). “Minimalist Inquiries: the framework.” In: MARTIN, R; MICHAEL, D; URIAGEREKA, J (eds). *Step by step: essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge: MIT Press, p. 89-155.
- _____. (2001) Derivation by phase, MIT Occasional Papers in Linguistics, 18, 1999. [Reprinted in Kenstowicz, M., Ken Hale: a life in language, Cambridge, Mass., 1-52]
- _____. (2004) “Beyond Explanatory Adequacy” In *The cartography of syntactic structures*. Vol. 3, Structures and beyond, ed. by Adriana Belletti. Oxford: Oxford University Press.
- CRAATS et al. (2000). “Conservation of grammatical Knowledge: on the acquisition of possessive noun phrases by Turkish and Moroccan learners of Dutch” in *Linguistics* 38-2, 221-314.
- CRAIN, S.; LILLO-MARTIN, D. (1999) *An introduction to linguistic theory and language acquisition*. Malden, MA: Blackwell Publishers.
- CUERVO, M. C. (2003) *Datives at Large*. PD.T. Thesis, MIT.
- _____. (2015). *Parameters and Argument Structures II: Causatives and applicatives*. In FABREGAS et al. *Contemporary Linguistic Parameters*. London: Bloomsbury Publishing.
- DEMONTE, V. (1995) Dative alternation in Spanish. *Probus* 7:5-30
- DIACONESCU, C; RIVERO, M.L. (2005) An applicative analysis of double object constructions in romanian DRYER, M. S. (1986) "Primary Objects, Secondary Objects, and Antidative" *Language* 62.4, pp. 808-845.
- DRYER, M. S. (1986) "Primary Objects, Secondary Objects, and Antidative" *Language* 62.4, pp. 808-845.
- ELLIS, N. (1994). *The study of second language acquisition*. Oxford: Oxford University Press.

- EMONDS, J (1993). “Projecting indirect objects”. In: *The Linguistic Review* 10: 211-263.
- EPSTEIN et al. (1996). “Second Language Acquisition: theoretical and experimental issues in contemporary research” In *Behavioral and Brain Sciences*. 19, 677-714.
- FELIPE, T; MONTEIRO, M (2007) *Libras em contexto – curso básico (livro do professor)*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.
- FERNANDES, E. (2003). *Linguagem e surdez*. Porto Alegre: Artmed.
- FERREIRA-BRITO, L. (1995). *Por uma gramática de línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / UFRJ.
- FERREIRA, G. (2013). *Um estudo sobre os verbos manuais da Língua de Sinais Brasileira*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília.
- FROMKIN, V. et al. (2003). *An Introduction to Language*. USA: Thomson, Heinle. 7^a Ed.
- GUASTI, M. T. (2002) *Language acquisition: the growth of grammar*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- HALE, K.; KEYSER, S. (1993). On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In Ken Hale & Samuel Jay Keyser (eds.) *The view from the building 20*, 53–109. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- HAWKINS, R. (2001). *Second Language Syntax: A Generative Perspective*. Oxford: Blackwell Publishers. JANIS, W. (1995). A Cross-linguistic Perspective on ASL Verb Agreement. In: EMMOREY, K.; REILLY, J. (eds.) *Language, Gesture, and Space*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, p. 195-223.
- HARLEY, H. (2003) “Possession and the Double Object Constructions”. In P. Pica and J. Rooryck (eds) *Linguistic Variation Yearbook 2*. John Benjamins, Amsterdam, 31-70.
- JANIS, W. (1995). A Cross-linguistic Perspective on ASL Verb Agreement. In: EMMOREY, K.; REILLY, J. (eds.) *Language, Gesture, and Space*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, p. 195-223.
- KAYNE, R. (1984) *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris.
- KRASHEN, S.D. (1981) *Second Language Acquisition and Second Language Learning*. Pergamon Press Inc., Oxford.
- KATO, M. (1990). *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática.
- _____. (2002) A Evolução da noção de parâmetro. *DELTA* 18:2 (309-337).

_____. (2005) “A Gramática do Letrado. Questões para a Teoria Gramatical.” In: M. A. Marques, E. Koller, J. Teixeira & A. S. Lemos (orgs). *Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga, CEHUM (U do Minho).

LARSON, R. (1988). On the double object construction. In: *Linguistic Inquiry* 19(3). 335–391
LENNEBERG, E. (1967). *Biological Foundations of Language*. New York: J. Wiley.

LENNEBERG, E. (1967). *Biological Foundations of Language*. New York: J. Wiley.

LEVIN, B (2006) First Objects and Datives: Two of a Kind? *BLS*, 32.

LEVIN, B (2008) Dative verbs: A crosslinguistic perspective.

LIDDELL, S. (2000). Indicating verbs and pronouns: Pointing away from agreement. In Karen Emmorey & Harlan Lane (eds.), *The signs of language revisited: An anthology to honor Ursula Bellugi and Edward Klima*, 303–320. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.

LILLO-MARTIN, D. (1998). “The acquisition of English by deaf signers: is universal grammar involved? In: FLYNN, S., MARTOHADJONO, G. (eds.) *The generative study of second language acquisition*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

_____. (2008). “Sign Language Acquisition studies: past, present and future”. In: QUADROS, R.; VASCONCELLOS, M. L. B. *Questões Teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais*. Petrópolis: Editora Arara Azul.

LILLO-MARTIN, D.; KLIMA, E. (1990). “Pointing out differences: ASL pronouns in syntactic theory”. In FISCHER, S. D.; SIPLE, P. (eds.), *Theoretical issues in sign language research*. Volume 1: Linguistics, 191–210. Chicago: University of Chicago Press.

LILLO-MARTIN, D.; MEIER, R. (2011) “On the Linguistic Status of ‘Agreement’ in Sign Languages”. In: *Theoretical Linguistics* 37, p. 95-141.

LOBATO, L. (1995). “De novo sobre advérbios e preposições, sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionais”. In: JURGEN HEYE (org.). *Flores Verbais*. Rio de Janeiro: Ed 34.

LOURENÇO, G. (2014). *Concordância, caso e ergatividade em Língua de Sinais Brasileira: uma proposta minimalista*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LOURENÇO et al (não publicado). *O processamento de bitransitivas do português brasileiro por surdos usuários da Libras*.

MANZINI, M. R.; SAVOIA, L. (2007) *A unification of Morphology and Syntax. Investigations into Romance and Albanian dialects*. London: Routledge.

_____. (2014) “From Latin to Romance: Case loss and preservation in pronominal systems”. *Probus* 26. 217-248.

MANZINI, R.; FRANCO, L. (2016) “Goal and DOM datives” In: *Natural Language and Linguistic Theory* 34(1).

MANZINI, R. ET AL. (2017) Dom and dative in Italo-Romance. 10.13140/RG.2.2.17903.94887.

MARANTZ, A. (1984). *On the nature of grammatical relations*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

_____. (1993). “Implications of asymmetries in double object constructions”. In SAM MCHOMBO (ed.) *Theoretical Aspects of Bantu Grammar*, 17–46. Stanford, CA: CSLI Publications.

MATEUS, M. H. M. et al (2003) *Gramática da língua portuguesa*. 5ª Edição. Lisboa: Editorial Caminho.

MCFADDEN, T (2006). German inherent datives and argument structure. In: HOLE et al. *Datives and Other Cases Between argument structure and event structure*. Berlin: John Benjamins Publishing Company

MEIR, I. (2002). “A Cross-Modality Perspective on Verb Agreement”. In *Natural language & Linguistic Theory* 20: 413-450, 2002 Kluwer academic publishers. Printed in the Netherlands.

MEIR, I; SANDLER, (2008) *A Language in the space. The story of Israeli Sign Language*. Nova York: Lawrence Erlbaum Associates.

MEIR ET AL (2008). “Repensando classes verbais em línguas de sinais: O corpo como sujeito. In: QUADROS, R.; VASCONCELLOS, M. L. B. *Questões Teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais*. Petrópolis: Editora Arara Azul.

MESQUITA, A. (2008). *A categoria preposicional na interlíngua do surdo aprendiz de português (L2)*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Brasília, Brasília.

MESQUITA, A.; SALLES, H. M. L. (2010) *Preposições na língua de sinais brasileira e na interlíngua de surdos aprendizes de português L2*. In SALLES, H.; NAVES, R. *Estudos gerativos da Língua de Sinais Brasileira e de aquisição de português (L2) por surdos*. Cànone, Goiânia.

_____.(2011) Instrumentais, Comitativos, Dativos e Locativos em português e em LIBRAS: implicações para o ensino de português L2. In: *Revista Intercâmbio do Congresso de Humanidades*.

MILETIC, Radovan. (2008) *Aquisição de preposições em português língua segunda/língua estrangeira: o caso dos falantes nativos da Sérvia*. Dissertação de mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

MIRANDA, J. P. (2014). *Voz passiva em libras? Ou estratégias de topicalização?* Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Brasília, Brasília.

MIOTO et al. (2005). *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2ª edição.

OHERLE, R.T. (1976). *The Grammatical Status of the English Dative Alternation*. MIT dissertation, Cambridge, MA.

OLIVEIRA, M. (2005) A aquisição da preposição no português como L2: complementos verbais dativos. *ABRALIN*. Universidade de São Paulo. (Abralín)

PADDEN, C. (1983). *Interaction of Morphology and Syntax in American Sign Language*. PhD Dissertation, University of California, San Diego [Publicado em 1988 em Garland Outstanding Dissertations in Linguistics, New York]

PIZZIO, A.; REZENDE; QUADROS, R. (2009). *Língua Brasileira de Sinais V*. Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brazil

PRADO, L. C. (2014) *A categoria dos determinantes na língua brasileira de sinais: aspectos sintáticos e de aquisição*. Vitória da Conquista/BA. Dissertação (mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

PRADO, L. C.; LESSA-DE-OLIVEIRA, A. (2012) Dêixis em elementos constitutivos da modalidade falada de línguas de sinais. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 10, p. 38-57.

PRO DEAF. Disponível em <http://www.prodeaf.net/> <https://handtalk.me/app>> Acesso em 01 de março de 2019.

PYLKKÄNEN, L. (2002). *Introducing arguments*. Cambridge, Mass.: MIT PhD Thesis.

QUADROS, R. (1997). *Educação de Surdos: A aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.

_____. (1999) *Phrase structure of Brazilian sign language*. Tese de Doutorado. PUCRS. Porto Alegre

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. (2004). *Língua Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos*. Porto Alegre: Artmed.

QUADROS, R. M.; QUER, J. (2008). “Revertendo os verbos reversos e seguindo em frente: sobre concordância, auxiliares e classes verbais em línguas de sinais”. In: QUADROS, R.; VASCONCELLOS, M. L. B. *Questões Teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais*. Petrópolis: Editora Arara Azul.

_____ (2010). “A caracterização da concordância nas línguas de sinais”. In: SALLES, H.; NAVES, R. (orgs.) *Estudos gerativos de língua de sinais brasileira e de aquisição de Português (L2) por surdos*. Goiânia: Cãnone Editorial.

RATHMANN, C.; MATHUR, G. (2002). Is Verb Agreement the Same Crossmodally? In: Meier, Richard/Cormier, Kearsy/Quinto-Pozos, David (eds.), *Modality and Structure in Signed and Spoken Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 370-404.

ROCHA LIMA, C. H. (2002). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 42a edição. Rio de Janeiro: José Olympio.

SALLES, H.M.M.L. (1997). Prepositions and the syntax of complementation. Bangor, 157 p.

_____ (2007). Complementação oracional na diacronia do Português do Brasil. In Ataliba T. de Castilho; Maria Aparecida Torres Morais; Ruth Vasconcellos Lopes; Sonia Maria Lazzarini Cyrino (orgs.) *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: Pontes Editores FAPESP/SP, p. 403-418. ISBN 9788571132641.

SALLES, H. M.; SCHERRE, M. M (2003). Indirect objects in Brazilian Portuguese and in English. In Rafael Núñez-Cedeño, Luis López & Richard Cameron (eds.) *A Romance perspective on language knowledge and use – Selected papers from the 31st LSRL*, 151–165. Amsterdam & Philadelphia: J. Benjamins.

SALLES et al. (2004). *Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica vol 1 e 2*. Brasília: MEC/SEESP (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos).

SALLES et al. (2015). “Enunciados inferenciais e estrutura gramatical na interlíngua de surdos aprendizes de português L2”. In *Revista Espaço* n 44. Rio de Janeiro: INES.

SANDLER, W.; LILLO-MARTIN, D (2006). *Sign Language and Linguistic Universals*. Cambridge: Cambridge University Press.

SANTANA, L. (2015). *Aquisição da categoria preposicional do português escrito por surdos*. Dissertação de mestrado. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da 97-118.

SANTOS, D. (2001) Estudos de línguas de sinais: um contexto para a análise da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Tese de doutorado. UFRJ.

SCHWARTZ, B. (1998). “The Second Language Instinct” in *Lingua* 106: 133-160.

SVARTHOLM, K. 1998. Aquisição de segunda língua por surdos'. Espaço: informativo técnico-científico do INES, n. 9. Rio de Janeiro, INES.

SELINKER, L (1972). ‘Interlanguage.’ *IRAL* 10, 209–231

TORRES-MORAIS, M. A. (2006). Um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. *ABRALIN* 5. 239–266.

TORRES-MORAIS; BERLINCK, R (2007). “A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos”. In Tânia Lobo, Ilza Ribeiro, Zenaide Carneiro, Norma Almeida (eds.) Para a história do português brasileiro: Novos dados, novas análises. Vol. VI. Tomo I, 73–106. Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia.

TORRES MORAIS, M. A.; SALLES, H. M. L. (2010) Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*. n. 22, p. 181– 209.

TSIMPLI, I. M.; ROUSSOU, A. (1991). Parameter Resetting in L2? *UCL Working Papers in Linguistics* 3: 149-169.

TSIMPLI, I (2003) Clitics and Determiners in L2 Greek. *Proceedings of the 6th Generative Approaches to Second Language Acquisition Conference (GASLA 2002)*, ed. Juana M. Liceras et al., 331-339.

TSIMPLI, I.; MASTROPLAVOU, M. (2007) Feature Interpretability in L2 Acquisition and SLI: Greek Clitics and Determiners. In LICERAS, J., ZOBL, H.; GOODLUCK, H. (editors) *The role of formal features in second language acquisition*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

WHITE, L. (1990). “Another look at the logical problem of foreign language learning: a reply to Bley-Vroman” In: *Linguistic Analysis*, volume 20, number 1-2, 50-63.

_____. (2003). *Second Language Acquisition and Universal Grammar*. Cambridge University Press.

WOOLFORD, E. (2006). Lexical Case, inherent Case, and argument structure. *Linguistic Inquiry* 37, p.111–130.

Anexo I

Configuração de mão

Configuração de mão

(FERREIRA-BRITO, 1995:220)

1	2	3	4	5	6	
7	8	9	10	11	12	
13	14	15	16	17	18	19

Anexo II

Teste 1

Universidade de Brasília

Professoras: Aline Mesquita / Heloisa Salles

Nome completo: _____

Série: _____

Idade: _____

Observe as imagens e escreva uma frase utilizando **TODAS** as palavras que estão dentro dos círculos.

Você pode usar também outras palavras que achar necessárias.

Você pode conjugar o verbo no tempo verbal que preferir (presente, passado ou futuro).



MÔNICA

COMIDA

COELHINHO

DAR

1) _____



ZOMBAR

MÔNICA

CEBOLINHA E
CASCÃO

2) _____



CHICO BENTO

PAI

AJUDAR

3) _____



AMAR

ROSINHA

CHICO BENTO

4) _____



ESCREVER

MÔNICA

PAPAI
NOEL

CARTA



5) _____



CACHORRO

CUIDAR

FRANJINHA

6) _____



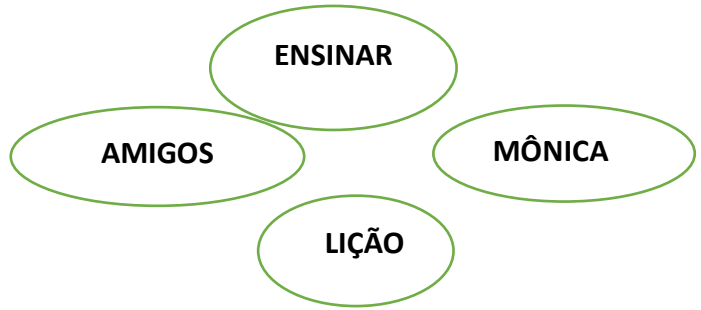
CEBOLINHA

MÔNICA

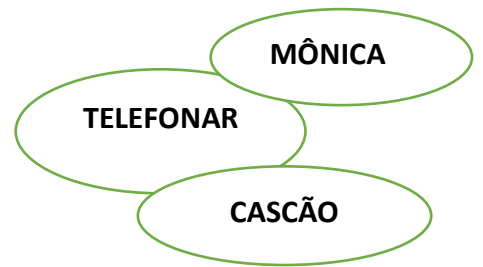
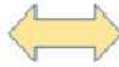
MATEMÁTICA

EXPLICAR

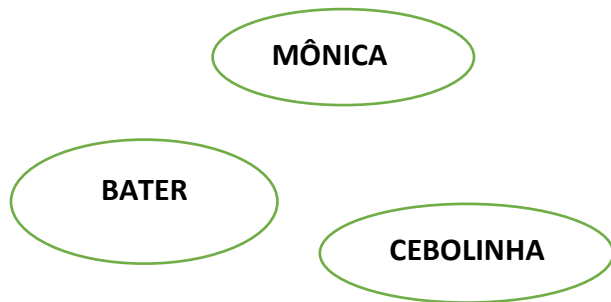
7) _____



8) _____



9) _____



10) _____



COMER

CHOCOLATE

MAGALI

11) _____



RESPONDER

MÔNICA

"NO ANO QUE VEM"

CASCÃO

12) _____



MÔNICA

SUCO

BEBER

13)



ACUSAR

GATO

MAGALI

14)



VER

PASSARINHO

CHICO BENTO

15)



MÔNICA

CONTAR

HISTÓRIA

AMIGOS

16)



COMIDA

PENSAR

MAGALI

17)

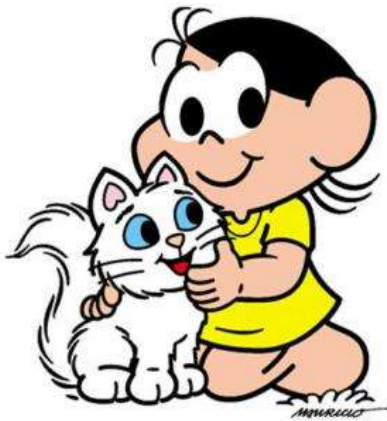


MÔNICA

GOSTAR

CACHORRO

18)



TER

GATO

MAGALI

19)

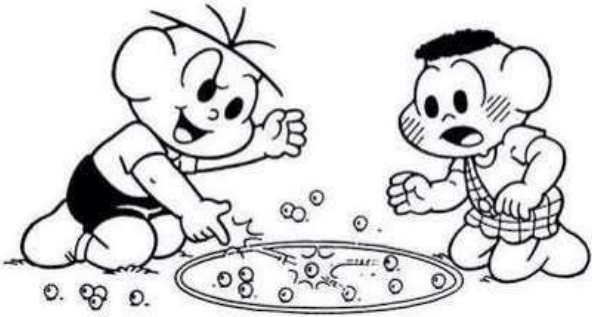


SABER

MAGALI

LIBRAS

20)



CEBOLINHA

VENCER

CASCÃO

21)



ABANDONAR

IRMÃ

CEBOLINHA

22)



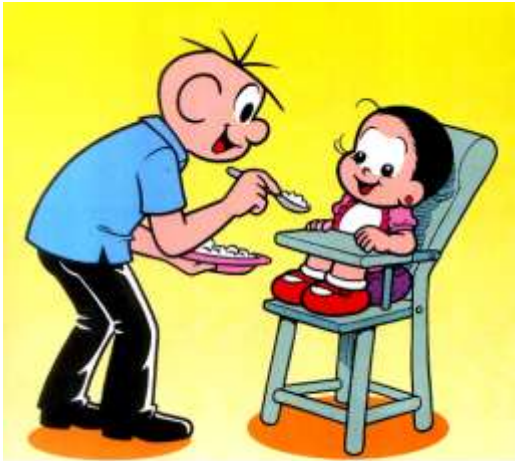
CHICO
BENTO

FALAR

MÃE

“NÃO
QUERO!”

23)

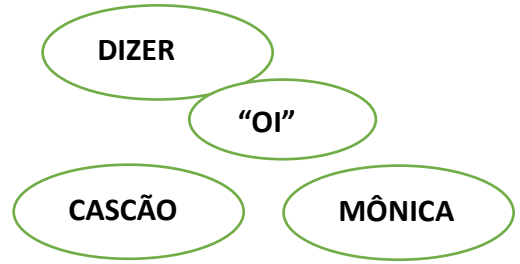


PRECISAR

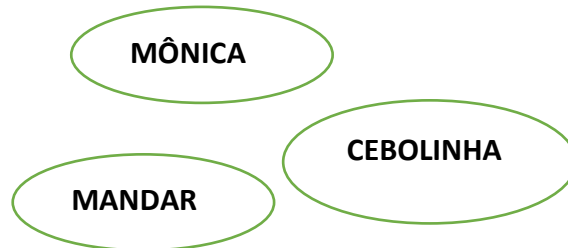
COMIDA

BEBÊ

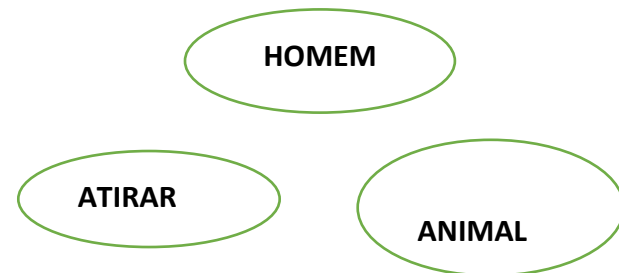
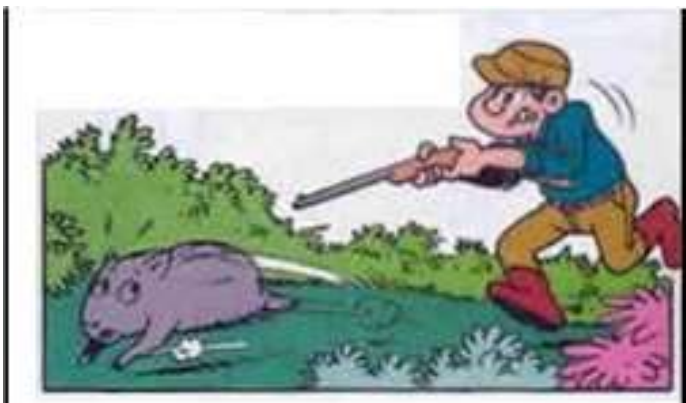
24)



25)



26)



27)

Vamos ao cinema! Você concorda?



Sim, Mônica! Eu concordo!

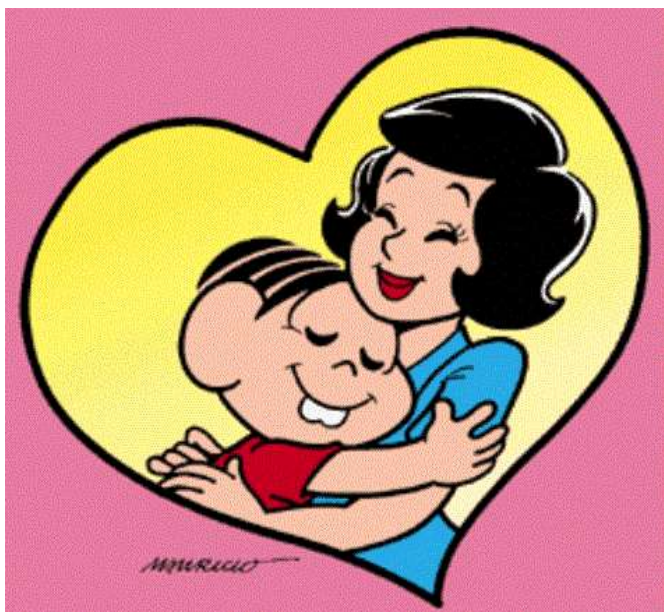


MÔNICA

CEBOLINHA

CONCORDAR

28) _____



MÔNICA

MÃE

CONFIAR

29) _____



CEBOLINHA

PROMETER

MÔNICA

“NÃO VOU EMBORA”

30)

Anexo III

Teste 2

Universidade de Brasília

Professoras: Aline Mesquita / Heloisa Salles

Nome completo: _____

Série: _____

Idade: _____

D) Leia as frases e escreva (C) para as sentenças certas e (E) para as sentenças erradas, considerando o uso / ausência da preposição.

TELEFONAR

1. () Eu telefonei de minha mãe.
2. () Maria telefonou para seus avós.
3. () Ana telefonou o amigo.

RESPONDER

4. () O aluno respondeu a pergunta o professor.
5. () Lucas respondeu de sua avó: “meus irmãos viajaram”.
6. () O aluno respondeu a questão para a professora.

EXPLICAR

7. () Camila explicou matemática de Clara.
8. () O professor explicou a lição para o aluno.
9. () Explique o dever seu amigo!

FALAR

10. () Pedro falou sua mãe: “quero sair!”.
11. () Maria falou para sua amiga: “Vamos conversar?”
12. () João falou de Pedro: “Vamos sair?”

BATER

13. () João batia em seus colegas.
14. () Não podemos bater os amigos.
15. () A criança está de castigo porque bateu para o irmão.

ACUSAR

16. () A menina acusou a irmã mais nova.
17. () Maria acusou para o namorado.
18. () A vítima acusou com o bandido.

SABER

19. () Amanda sabe a matéria da prova.
20. () Ana sabe para inglês.
21. () Ele sabe de Libras.

CUIDAR

22. () Cuide seus livros!
23. () A mãe cuida para o bebê.
24. () Amanda cuida do seu cachorro

CONCORDAR

25. () Maria concorda para o pai.
26. () Eu não concordo com esse repórter!
27. () Eu concordo você.

AJUDAR

28. () Vamos ajudar os amigos?
29. () Fábio ajudou com a avó.
30. () O filho ajudou para o pai.

Universidade de Brasília

Professoras: Aline Mesquita / Heloisa Salles

Nome completo: _____

Série: _____

Idade: _____

D) Leia as frases e escreva (C) para as sentenças certas e (E) para as sentenças erradas, considerando o uso / ausência da preposição.

AMAR

- 31. () Ele ama para sua namorada.
- 32. () Vinícius ama da namorada.
- 33. () Os alunos amam a professora de português.

ATIRAR

- 34. () O policial atirou no bandido.
- 35. () João atirou o bandido.
- 36. () O homem atirou para a caça.

VER

- 37. () Ariel viu para os primos no parque.
- 38. () Vinícius viu da sua prima na rua.
- 39. () Ana viu os animais no zoológico.

DAR

- 40. () João deu um livro o professor.
- 41. () Pedro deu uma flor em Maria.
- 43. () As crianças deram flores para as mães.

GOSTAR

- 43. () Maria não gosta para matemática.
- 44. () A menina gosta da avó!
- 45. () Ana gosta Camila.

CONTAR

- 46. () A professora contou uma história para os seus alunos.
- 47. () O ator contou uma piada o público.
- 48. () A avó contou uma história por netos.

PROMETER

- 49. () A mãe prometeu um presente em seu filho.
- 50. () Eu prometo você: Vou me esforçar mais!
- 51. () A filha prometeu para sua mãe que iria arrumar a casa.

TER

- 52. () Marco tem irmãs lindas.
- 53. () Fernanda tem com muitos amigos.
- 54. () Eu tenho para dois cachorros.

ABANDONAR

- 55. () A mulher desesperada abandonou a criança.
- 56. () Algumas pessoas abandonam dos cachorros na rua.
- 57. () Maria abandonou para o namorado.

PENSAR

- 58. () O avô pensa netinho.
- 59. () Eu só penso em você.
- 60. () Ariel pensa para amigos.

Universidade de Brasília

Professoras: Aline Mesquita / Heloisa Salles

Nome completo: _____

Série: _____

Idade: _____

I) Leia as frases e escreva (C) para as sentenças certas e (E) para as sentenças erradas, considerando o uso / ausência da preposição.

MANDAR

- 61. () Quem manda para o Brasil?
- 62. () Você não manda em mim!
- 63. () Maria manda o filho.

ESCREVER

- 64. () Gustavo escreveu um poema para sua namorada.
- 65. () Os alunos escreveram um abaixo-assinado o diretor.
- 66. () Rafael escreveu uma carta no amigo.

COMER

- 67. () Ângela não come para tomate.
- 68. () Eu comi em laranja.
- 69. () Eu como macarrão todos os dias.

PRECISAR

- 70. () O cachorro precisa água.
- 71. () Eu preciso para você.
- 72. () Eu preciso de água

BEBER

- 73. () Maria bebeu suco de uva.
- 74. () Não bebo para cerveja.
- 75. () Todos já beberam por água.

DIZER

- 76. () Lúcia disse em professora que estava doente.
- 77. () Ariel disse para seu pai que estava cansada.
- 78. () Francisco disse seus filhos: “Vou viajar na semana que vem”.

ENSINAR

79. () Maria ensina história o Pedro.
80. () O professor ensina matemática para seus alunos.
81. () A professora ensinou português em Fernanda.

VENCER

82. () A equipe azul venceu para a equipe verde.
83. () Corinthians venceu o Palmeiras.
84. () Gustavo venceu no irmão no futebol.

CONFIAR

85. () Rafael confia em seus amigos.
86. () Ela não confia ninguém.
87. () Eu confio para você.

ZOMBAR

88. () Não devemos zombar das pessoas.
89. () Alguns alunos zombam os amigos
90. () Eles zombaram para menina.

ANEXO IV

Teste 3

Universidade de Brasília

Professoras: Aline Mesquita / Heloisa Salles

Nome completo: _____

Série: _____

Idade: _____

1) Algumas frases do português apresentam preposição e outras não. Nas sentenças abaixo, você deverá:

a) Inserir a preposição correta (**se a frase tiver uma preposição**)

b) Deixar a linha em branco (**se a frase não tiver uma preposição**)

PREPOSIÇÕES: a, com, de (do, da), em (no, na), para.

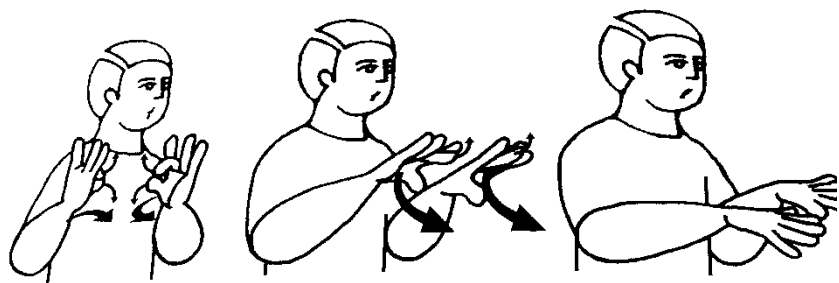
- 1) João deu livros _____ os alunos carentes.
- 2) Maria obedece _____ o pai.
- 3) Chove muito _____ São Paulo.
- 4) Muitos pais não mandam _____ seus filhos.
- 5) A vítima acusou _____ o ladrão.
- 6) Gosto de passear _____ meus pais.
- 7) Ariel telefonou _____ seu avô.
- 8) Não devemos bater _____ nossos filhos.
- 9) Eu sempre penso _____ meus amigos.
- 10) Os idosos precisam _____ carinho.
- 11) Eu concordo _____ ele.
- 12) Lucas ensina Libras _____ seu vizinho.
- 13) Algumas pessoas abandonam _____ animais na rua.
- 14) As crianças ajudaram _____ o professor.

- 15) Eu não confio _____ político nenhum.
- 16) As crianças escreveram uma dedicatória _____ o professor de português.
- 17) Não é certo zombar _____ amigos.
- 18) Maria contou o ocorrido _____ seu amigo.
- 19) Eu preparei um bolo _____ meus pais.
- 20) O atleta ganhou _____ a corrida.
- 21) Eu bebo _____ café todos os dias.
- 22) Maria sabe _____ inglês e francês.
- 23) O bebê viu _____ sua mãe e se alegrou.
- 24) Ângela tem _____ quatro filhos.
- 25) Francisco viajou _____ Fortaleza.
- 26) Não posso comprar essa calça, pois estou _____ dinheiro.
- 27) Maria caiu _____ chão.
- 28) O aluno respondeu a questão _____ o professor
- 29) Não atire _____ mim!
- 30) Camila explicou _____ Pedro a matéria da aula.
- 31) Michella não gosta _____ matemática.
- 32) A mãe prometeu um chocolate _____ a filha.
- 33) O atleta correu _____ a maratona
- 34) Eu falei _____ minha mãe que não queria sair.
- 35) A criança brinca _____ seus amigos
- 36) A mãe disse 'não' _____ o filho.
- 37) Rafael cuida _____ seu cachorro.
- 38) Eu venci _____ minha prima no jogo de xadrez.
- 39) A turma ama _____ os professores da escola.
- 40) Ariel comeu _____ macarrão no almoço.
- 41) Estacione o carro _____ garagem.

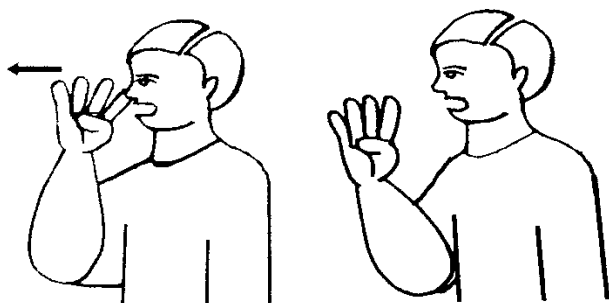
ANEXO V

VOCABULÁRIO – sinais dos verbos

ABANDONAR



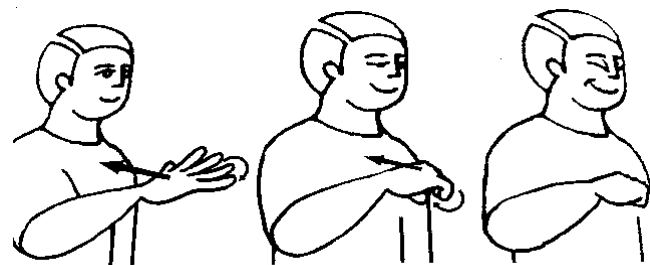
ACUSAR



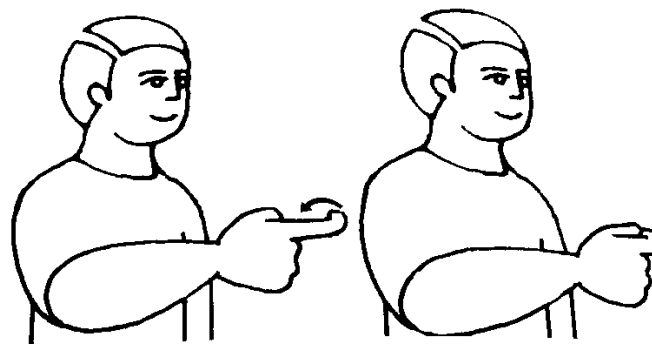
AJUDAR



AMAR



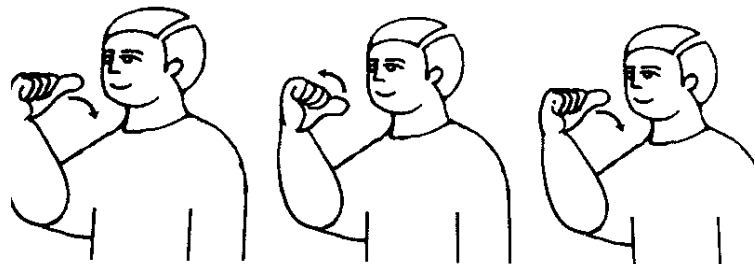
ATIRAR



BATER



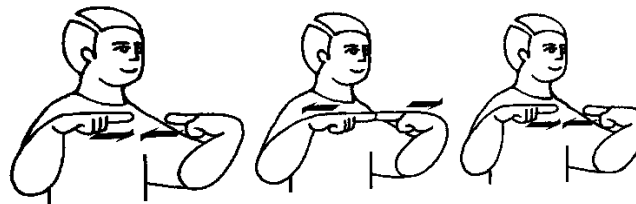
BEBER



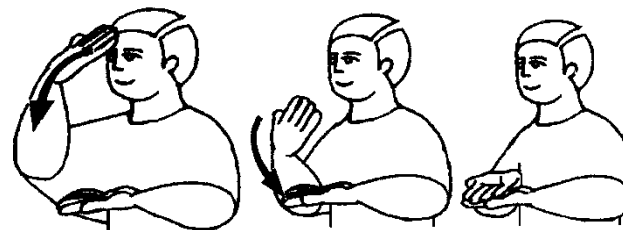
COMER



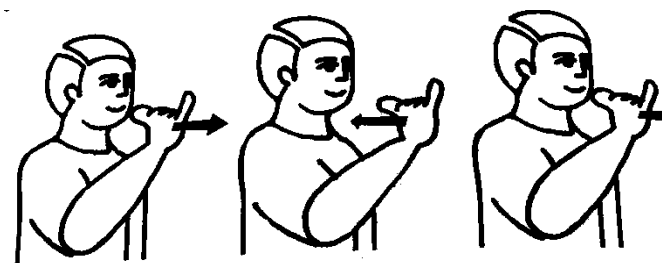
CONCORDAR



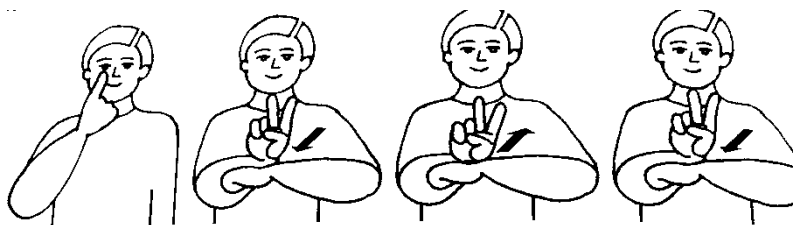
CONFIAR



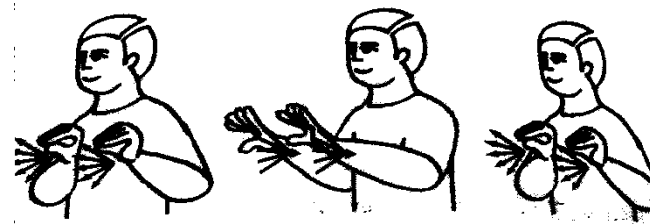
CONTAR



CUIDAR



ENSINAR



DAR



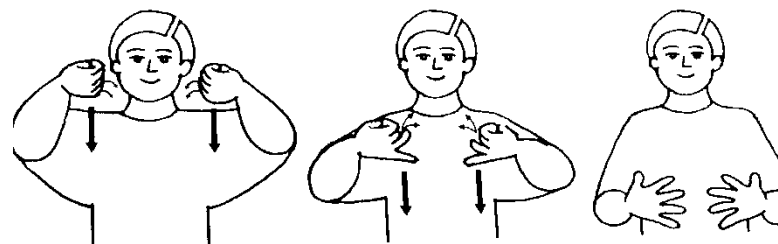
ESCREVER



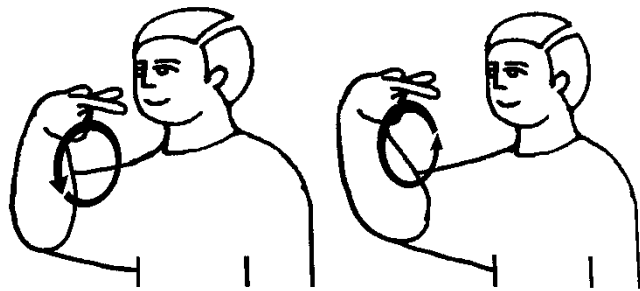
DIZER



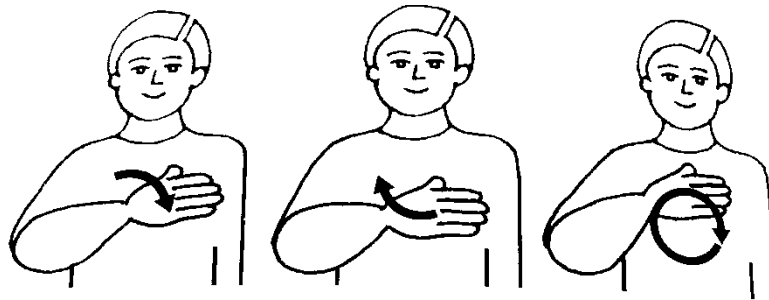
EXPLICAR



FALAR



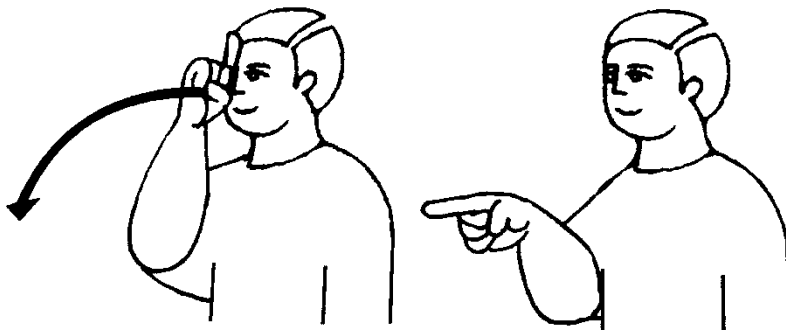
GOSTAR



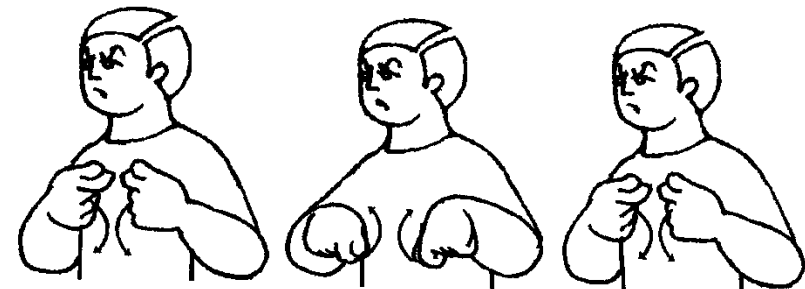
PENSAR



MANDAR



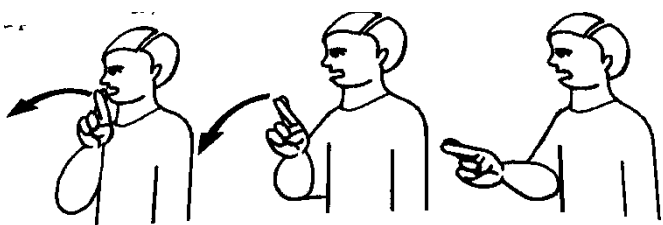
PRECISAR



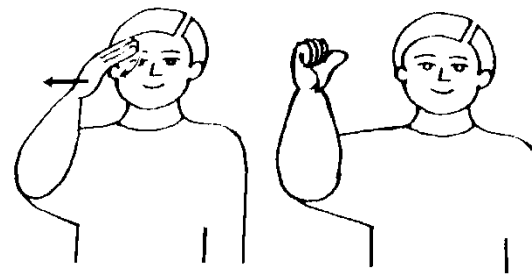
PROMETER



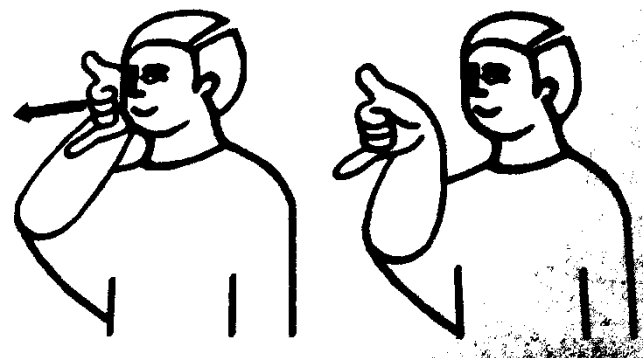
RESPONDER



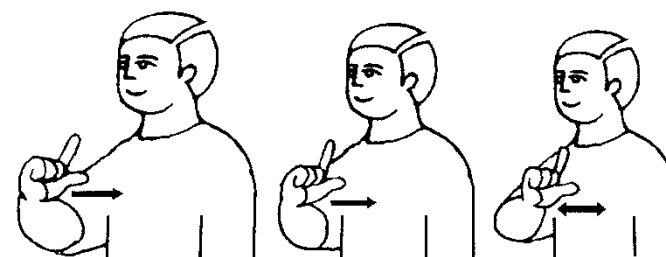
SABER



TELEFONAR



TER



VENCER



VER



ZOMBAR



Anexo VI

Questionário de identificação dos participantes

Universidade de Brasília
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística
Pesquisadoras responsáveis: Aline Mesquita e Heloisa Salles

QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

1. Nome completo:.....
2. Data de nascimento:
3. Local de nascimento:.....
4. Nome do pai / mãe ou responsável:

SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO

5. Você está cursando que série? Marque uma opção:

Ensino Fundamental:

- 1º ano 2º ano 3º ano 4º ano 5º ano
 6º ano 7º ano 8º ano 9º ano

Ensino Médio

- 1º ano 2º ano 3º ano
 Ensino Superior. Curso:

6. Nome da escola/faculdade em que você estuda:.....

7. Em que ano você foi alfabetizado?.....

SOBRE A SURDEZ

8. Marque uma opção em cada grupo:

- Grupo I:** leve severa moderada
 profunda

Grupo II: unilateral bilateral

Grupo III: nasceu surdo

tornou-se surdo com anos

9. Você usa prótese auditiva?

sim não

10. Há outros casos de surdez na família?

sim não

11. Quais pessoas da sua família são surdas?

.....

SOBRE A COMUNICAÇÃO

12. Quais são as modalidades de comunicação que você costuma utilizar?

leitura labial Libras
 português oralizado português escrito

13. Quais são as modalidades de comunicação que você costuma utilizar com sua família?

leitura labial Libras
 português oralizado português escrito

14. Como você entrou em contato com a Libras?

com os pais com familiares (irmãos, primos, tios)
 na escola na igreja
 na associação outro

Como?

15. Com que idade você aprendeu Libras?

0 a 5 anos 6 a 12 anos 13 a 18 anos
 mais de 18 anos

16. Em que situações você se encontra com membros da comunidade surda?

em casa em casa de outros parentes

na escola na igreja

na associação em reuniões de amigos

no shopping outras.

Quais?

17. Como você avalia o seu conhecimento de Libras?

ENTENDO

muito bem bem pouco

quase nada

SINALIZO

muito bem bem pouco

quase nada

18. Como você avalia o seu conhecimento de Português?

LEIO

muito bem bem pouco

quase nada

ESCREVO

muito bem bem pouco

quase nada

SOBRE ATIVIDADES FORA DA ESCOLA

19. Participa de grupos ou associações?

sim. Quais?

.....

não

20. Participa de atividades esportivas ou artísticas?

sim. Quais?

.....

não

21. Frequenta curso profissionalizante?

sim. Qual?

não

22. Dá aula de Libras?

sim.

não

23. Tem acompanhamento de fonoaudiólogo?

sim

não

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Aquisição de construções dativas por surdos aprendizes de português como L2.

Pesquisador: ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 83195417.3.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas/UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.676.810

Apresentação do Projeto:

idem

Objetivo da Pesquisa:

idem

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

a autora detalhou os riscos e benefícios, como solicitado no parecer anterior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

idem.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

idem

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

as pendências foram solucionadas e os esclarecimentos solicitados todos fornecidos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3107-1592

E-mail: cep_chs@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 2.676.810

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_915144.pdf	03/05/2018 10:15:04		Aceito
Outros	RespotasPendencias_Mesquita.pdf	03/05/2018 10:09:52	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito
Cronograma	CronogramaNovo_Mesquita.pdf	03/05/2018 09:07:04	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisa_Mesquita.pdf	12/12/2017 10:07:48	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_Mesquita.pdf	12/12/2017 09:53:51	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito
Outros	InstrumentodePesquisaQuestionarioParticipantes_Mesquita.pdf	12/12/2017 09:52:53	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito
Outros	InstrumentodePesquisaTestes_Mesquita.pdf	12/12/2017 09:51:49	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	RevisaoEtica_Mesquita.pdf	12/12/2017 09:50:11	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEGrupoControle_Mesquita.pdf	12/12/2017 09:48:51	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEGrupoSurdos_Mesquita.pdf	12/12/2017 09:47:45	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito
Outros	LATTESHeloisSalles_Mesquita.pdf	12/12/2017 09:44:27	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito
Outros	LATTESAlineMesquita_Mesquita.pdf	12/12/2017 09:43:33	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito
Outros	CartadeEncaminhamento_Mesquita.pdf	12/12/2017 09:41:29	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto_Mesquita.pdf	12/12/2017 09:39:04	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AceiteInstitucional_Mesquita.pdf	12/12/2017 09:37:34	ALINE CAMILLA ROMAO MESQUITA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.676.810

BRASILIA, 25 de Maio de 2018

Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br